

CAPA
PROMOCIONAL

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Quarta-feira 25 de MARÇO de 2026 • R\$ 7,90 • Ano 147 • Nº 48371
estadão.com.br

ESTADÃO

APRESENTA

BRASIL EM PAUTA *Nova York*

Em maio, o Estadão promove um encontro exclusivo com autoridades e líderes político-empresariais para discutir o papel do Brasil no cenário global e a agenda econômica dos próximos anos.

CONVIDADOS



HUGO MOTTA
Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil



DARIO DURIGAN
Ministro da Fazenda



ROGÉRIO CERON
Secretário executivo do Ministério da Fazenda



LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI
Presidente do Conselho de Administração do Bradesco



MEDIAÇÃO
CRISTIANE BARBIERI
Repórter especial do Estadão

11 DE MAIO
LOCAL: Baretto Fasano
Nova York
11h30 — 14h30

REALIZAÇÃO

ESTADÃO

PRODUÇÃO

ESTADÃO
BLUE STUDIO

APOIO

bradesco

OS CAMINHOS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM DISCUSSÃO



Pela primeira vez na Brazil Week, o Estadão reúne, em Nova York, CEOs e empresários em um encontro para compartilhar visões que influenciam a agenda econômica do País:

- Os desafios da economia brasileira em um mundo em transformação
- Como investidores globais enxergam o Brasil
- Confiança institucional como motor de crescimento
- Oportunidades e riscos na nova conjuntura global
- Reformas e responsabilidade fiscal
- O papel das instituições na estabilidade econômica

Acompanhe as discussões em www.estadão.com.br

REALIZAÇÃO

ESTADÃO 

PRODUÇÃO

ESTADÃO
BLUE STUDIO

APOIO

 bradesco



De volta à tornozeleira —A6

Bolsonaro vai à domiciliar por 90 dias, sem celular e visita política

Decisão de Moraes valerá quando ex-presidente receber alta

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou o ex-presidente Jair Bolsonaro a cumprir pena em prisão domiciliar por 90 dias para se recuperar de uma broncopneumonia bacteriana bilateral. Bolsonaro, de 71 anos, está há 12 dias internado em hos-

pital de Brasília. Moraes acolheu parcialmente manifestação da PGR favorável à progressão de regime. O ministro impôs restrições, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de celular e redes sociais, limitação de visitas e envio diário de relatórios de monitoramento à Corte. Segundo Moraes, após

90 dias “será reanalisada a presença dos requisitos necessários para a manutenção da prisão domiciliar humanitária”. Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. Antes de ser internado, ele estava preso na Papudinha, em Brasília.

Análise —A7

Ricardo Corrêa

Restrições a visitas dão força política a Michelle

Advogado do ex-presidente —A6

Para a defesa, decisão é 'singularmente inovadora'

Conflito no Oriente Médio —A15

EUA usam Paquistão para enviar ao Irã plano de paz com 15 pontos

Proposta americana seria reciclagem de oferta rejeitada pelos iranianos em 2025. Pentágono mobiliza mais tropas no Golfo, o que eleva possibilidade de uma invasão.

Mohamed bin Salman —A15

Príncipe saudita incita Trump a derrubar o regime iraniano

E&N Sem previsões —B1

Ata do Copom cita incerteza da guerra e deixa cortes de juros em aberto

Depois do corte de 0,25 ponto na Selic, para 14,75%, BC reforçou que os próximos passos dependerão dos conflitos no Oriente Médio.

E&N Litro do diesel —B4

Governo propõe dividir com Estados subsídio de R\$ 1,20

Dia de manifestação —A16

Milei pede revisão sobre ditadura argentina nos 50 anos do golpe

Multidão lota centro de Buenos Aires com fotos de desaparecidos. Governo usa relato de uma filha de guerrilheiros sequestrada por militares.



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

No mundo do vinil, raridades são, de fato, obras de arte

'Estadão' percorreu seis lojas especializadas e constatou que um exemplar do álbum 'The Stooges' (foto) é vendido a R\$ 1,1 mil, mas encontrou disco de até R\$ 6,5 mil. Raridades não têm nacionalidade e vão de Tim Maia e Gilberto Gil a Massive Attack. —C1 a C3

Notas e Informações —A3

A candidatura que não resistiu a um peteleco

Marcelo Godoy —A8

Tarcísio e a farra dos coronéis

Andrés Oppenheimer —A17

Trump pode evitar naufrágio de Cuba

Fábio Alves —B11

Um estranho no ninho

Segurança pública —A19

Lei que endurece penas e amplia combate a facções é sancionada

Com sanção de Lula, mal avaliado no tema, progressão fica mais restrita e exige até 85% da pena em regime fechado.

Remuneração —A11

AGU pagou a 12 mil servidores, em 2025, R\$ 6,1 bi em honorários

Benefício recorde pago a membros das carreiras da advocacia pública incluiu auxílios-saúde e alimentação.

Ex-governador do RJ —A8

TSE forma maioria para tornar Cláudio Castro inelegível

Endossada pelo Brasil —A18

Chile retira apoio a Bachelet em disputa por chefia da ONU

Após queda de patente —C6 e C7

O que falta para surgir o Ozempic genérico?

Delivery —A22

Governo sugere R\$ 10 a ser pagos a trabalhador por entrega via app

Valor supera o de proposta em trâmite na Câmara e prevê ainda adicional de R\$ 2,50 por quilômetro rodado.

JHSF

SURPREENDENTE

O EMPREENDIMENTO ÚNICO, COM AMENITIES EXCLUSIVOS.

BOA VISTA

VILLAGE

GOLF · SURF · TÊNIS · EQUESTRE · TOWN CENTER

IMAGEM REAL DO GOLF RESIDENCES NO BOA VISTA VILLAGE

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E LETICIA FERNANDES
COLUNADOSTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Ala do governo avalia MP de fim da escala 6x1 se debate da PEC ‘empacar’ na Câmara

Em busca de uma pauta eleitoral para chamar de sua, o governo Lula abriu novo foco de discussão interna para insistir na rápida aprovação do fim da escala 6x1. Uma ala palaciana defende que o presidente edite uma Medida Provisória para mudar o regime atual. A MP teria validade imediata e, acreditam, impacto na aprovação do governo e no seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto. A avaliação no Palácio do Planalto é de que a Proposta de Emenda à Constituição que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara está “empacada” e que, se ela não andar em até duas semanas, Lula deve se movimentar para garantir a apreciação do tema até o Dia do Trabalhador, em maio. A CCJ se reuniu ontem para debater o tema com centrais sindicais.

● **INSEGURANÇA.** A ideia de maior força no Planalto é enviar um projeto de lei em regime de urgência. Até porque uma MP tende a ser questionada no STF, já que só pode ser apresentada “em caso de relevância e urgência”. MPs são normas com força de lei, com efeito imediato, mas precisam ser referendadas no Congresso.

● **SEM...** O projeto de lei que prevê a prisão imediata de agressores que descumprem medidas protetivas em casos de violência doméstica está pronto para ir ao plenário da Câmara. O autor da proposta é o deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

● **...CONVERSA.** Ele negocia com o presidente da Casa, Hugo Motta, para incluir o texto na pauta nos próximos dias. Segundo o projeto, deve ser preso preventivamente o agressor que viola a tornozeleira eletrônica ou não mantém distância da vítima de violência doméstica, medidas impostas pela Justiça.

● **FLASH.** A Justiça do Rio define hoje se mantém decisão que obriga o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) a indenizar em R\$ 15 mil por danos morais uma fotografia pelo uso indevido de imagem. A profissional diz que Flávio desvirtuou uma fotografia que ela fez de duas crianças com os rostos pintados com os dizeres “Ele não” ao publicá-la sem autorização.

● **ERRO.** O pré-candidato à Presidência recorre após ter sido condenado por publicar a foto das crianças em 2020 e dizer que elas eram “militantes contra a fé” e tiveram as mentes “sequestradas pelo marxismo”.

● **AÍ, NÃO.** Em 2018, a fotógrafa Ana Carolina Fernandes retratou duas crianças, de 8 e 11 anos, com autorização da mãe, durante ato contra a campanha do então presidenciável Jair Bolsonaro no Rio. Dois anos depois, Flávio publicou a imagem nas redes sociais e, diante da repercussão negativa, apagou o post.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Ratinho Junior, governador do Paraná



● **SURPRESA!** Além dos correligionários, o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), também surpreendeu o senador Flávio Bolsonaro e seu grupo político ao desistir da corrida presidencial. Eles não entenderam o movimento, mas já reforçaram os elogios ao paranaense.

● **MINHA CASA.** Apesar de anunciar que voltará à iniciativa privada ao fim do mandato, Ratinho Jr. quer manter seu poder político no Estado e vai se dedicar à campanha local. Ele é um dos governadores mais bem avaliados, mas não conseguiu impulsionar um candidato à sucessão ainda.

PRONTO, FALEI!



Alessandro Vieira (MDB)
Relator CPI do Crime Organizado

“O caso Master representa seguramente a maior fraude financeira da história do Brasil. Crime organizado não é só preto, pobre, na favela, armado de fuzil.”

CLICK



Baleia Rossi
Presidente nacional do MDB

Participou, ao lado do senador Eduardo Braga (AM) e de outros políticos do partido, de sessão da Câmara em homenagem aos 60 anos de criação do MDB.

ESTADÃO

APP Estadão

Toda informação que você precisa em tempo real

Baixe agora e fique sempre por dentro das notícias mais importantes.

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA(1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETORA DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS
CARINA GUEDES DE CARVALHO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
ESSIO FLORIDI JR.
DIRETOR FINANCEIRO
OMAR DOS SANTOS

NOTAS E INFORMAÇÕES

A candidatura que não resistiu a um peteleco



Desistência de Ratinho Jr. expõe as dificuldades de construir alternativas à polarização entre lulopetismo e bolsonarismo. Mas precisamos nos libertar dessa prisão ideológica que atrasa o País

Bastou um peteleco na política paranaense para que o principal candidato da direita desistisse e a esperança de uma terceira via na disputa presidencial deste ano se esmaecesse. Como o Brasil foi informado esta semana, o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD) – principal nome da direita não bolsonarista para enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) passou a se concentrar na reeleição em São Paulo – anunciou que permanecerá no cargo até o fim do mandato, retirando

seu nome da lista de presidenciáveis do partido de Gilberto Kassab. Ainda que tenha creditado a decisão a razões familiares e a justificativas direcionadas ao eleitor paranaense, a desistência tem origem em um imbróglio político local: a articulação do PL para lançar Sergio Moro ao governo estadual. O ex-juiz e ex-ministro de Jair Bolsonaro fará oposição ao governo de Ratinho Junior e concorrerá dando palanque a Flávio Bolsonaro no Estado. É o sinal dos tempos difíceis para qualquer candidatura que se pretenda moderada, moderna e à margem dos limites severos da polari-

zação que aprisiona o Brasil desde 2018: a incapacidade de uma terceira via de se sustentar diante de pressões organizadas e movimentos táticos das forças mais polarizadas. Ratinho Junior era, até aqui, o nome mais competitivo fora do eixo Lula-Bolsonaro. Tinha base regional ampliada, desempenho relativamente superior nas pesquisas e o aval de um partido com efetiva capilaridade nacional. Ainda assim, bastou uma reconfiguração local para retirar o chão de sua pré-candidatura presidencial. O que parecia uma disputa nacional foi decidido por um cálculo regional. O episódio mostra que, no Brasil de hoje, projetos presidenciais fora da polarização fracassam pela ausência de estrutura política robusta e pela incapacidade de resistir a movimentos coordenados das máquinas partidárias mais aguerridas. O resultado imediato é um cenário mais estreito. Com a saída de Ratinho Junior, reforça-se a tendência de que a eleição se organize novamente em torno dos dois polos que dominam o debate público há quase uma década. De um lado, o lulopetismo; de outro, o bolsonarismo, agora representado por Flávio Bolsonaro. Não está escrito nas estrelas que será inevitavelmente assim até julho, mês de início das convenções partidárias, mas, neste momento, é o que se apresenta. Resta saber se os nomes remanescentes da direita terão fôlego e musculatura para resistir às forças adversas. Os governadores Ronaldo Caiado (GO) e Eduardo Leite (RS), ambos do PSD, e Romeu Zema (MG), do Novo, ainda precisam demonstrar que conseguem ir além de suas bases regionais e construir uma candida-

tura nacional consistente. O desafio é duplo: ampliar alcance eleitoral e oferecer um projeto capaz de dialogar com a parcela do eleitorado que rejeita tanto Lula quanto o sobrenome Bolsonaro. Segundo pesquisa Ipsos/Ipec, cerca de 22% dos eleitores não querem nem um nem outro. Há ainda quem sustente que parte relevante dos votos hoje atribuídos a Lula e a Flávio Bolsonaro, sobretudo ao último, não é sólida – e poderia migrar diante de um nome competitivo com uma agenda consistente. Esse espaço potencial, contudo, não se converte automaticamente em viabilidade política. Como mostram análises clássicas sobre a chamada terceira via, em ambientes altamente polarizados o centro tende a se tornar um espaço oco: existe sociologicamente, mas carece de organização, identidade e capacidade de mobilização. Falta-lhe um discurso suficientemente forte para romper a lógica das guerras culturais, assim como lhe falta musculatura política. Sem essas bases, qualquer projeto intermediário se revela estruturalmente vulnerável e pode ser desfeito não por um grande confronto nacional, mas por um rearranjo local, como o que se viu no Paraná. A tarefa requer também a ampliação de alianças e a construção de um projeto que dialogue com um eleitorado cansado da polarização – um eleitor que deseja crescimento econômico, melhor capacidade de entrega do Estado e menos conflito ideológico permanente. Esse eleitor existe, é numeroso e está à espera de candidatos que, diferentemente de Lula e Flávio Bolsonaro, se proponham não a destruir os adversários, mas a construir o futuro. ●

Nem o Exército escapa da desconfiança

Antes limitado à classe política, o descrédito dos cidadãos avança sobre instituições tradicionalmente respeitadas, mostra pesquisa. Essa crise generalizada de confiança fragiliza a democracia

A recente pesquisa AtlasIntel realizada a pedido do **Estado** sobre o nível de confiança nas instituições revelou um horizonte sombrio para a democracia brasileira. Como se viu nos dados divulgados na semana passada, não é apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) que parece tisonado pelo descrédito popular: em maior ou menor grau, algumas das principais instituições do País também são mal avaliadas. O abalo atinge inclusive as Forças Armadas e, em particular, o Exército, que historicamente figuram entre as instituições que mais despertam confiança. Parece sobrar pouco para a democracia na avaliação dos brasileiros. De acordo com a pesquisa, a Polícia Federal (PF), protagonista do noticiário sobre o combate à corrupção e às malfeito-

rias políticas, lidera o ranking de confiança, com 56%, entre 13 instituições avaliadas. Na outra ponta, o Congresso aparece como o pior resultado: apenas 9% dos entrevistados dizem confiar no Parlamento, enquanto o STF registra 35%. A PF também apresenta menor rejeição, com 30% de desconfiança, patamar semelhante ao das Polícias Civil e Militar e da Igreja Católica. O governo federal exibe 37% de confiança. Já o Exército e as Forças Armadas aparecem em nível ainda mais baixo, com 27%. Se não surpreende a desconfiança em relação a atores tradicionais da política, como o Congresso, o dado novo – e perturbador – está no desgaste de instituições historicamente bem avaliadas. Durante décadas, as Forças Armadas ocuparam posição destacada em tais rankings. Mesmo após a redemocratização, preservaram uma imagem relativamente positi-

va, associada à disciplina, à ordem e a uma suposta distância da política. O levantamento da AtlasIntel sugere que esse capital simbólico vem se erodindo. Eis um sinal de que a crise de credibilidade não se limita aos atores mais expostos ao jogo político, mas alcança instituições que, até pouco tempo, eram vistas como pilares de estabilidade. O Brasil atravessa um processo de desgaste generalizado da confiança pública. A ciência política há muito alerta para esse risco: a democracia depende não apenas do apoio circunstancial a governos, mas de um respaldo mais profundo às instituições. Quando esse apoio se fragiliza, abre-se espaço para questionamentos sobre a legitimidade do próprio sistema. Nos últimos anos, estudiosos têm descrito o avanço de uma “cidadania crítica”, menos disposta a deferir autoridade automática. Em condições normais, isso pode ser positivo, ao estimular a vigilância. O problema surge quando a crítica se converte em desconfiança sistêmica, alimentada por disfunções recorrentes, politização indevida e distanciamento em relação à sociedade. É nesse contexto que se deve ler também o desempenho de instituições como o STF e o Congresso. Esse último segue como um dos principais alvos de descrédito, com níveis historicamente baixos. Não é novidade. O dado novo é que a desconfiança se espalha. Esse quadro deveria servir de alerta, inclusive, para parlamen-

tares que, nos últimos anos, têm protagonizado embates com o STF. Muitos veem nas críticas à Corte uma oportunidade para afirmar prerrogativas do Legislativo. Um STF enfraquecido, nessa leitura, abriria espaço para um Congresso mais forte. A pesquisa, porém, relativiza qualquer euforia. Em termos simples, trata-se do roto falando do rasgado. O problema vai além da disputa entre Poderes. Diante de um descrédito que alcança simultaneamente o Legislativo, o Judiciário e instituições tradicionalmente respeitadas como o Exército, está em jogo a solidez do arranjo institucional. A desconfiança difusa corrói a autoridade das regras e abre espaço para soluções simplistas, frequentemente de viés autoritário. A perda de confiança resulta, em grande medida, de escolhas e comportamentos institucionais ao longo do tempo, como decisões controversas, interferências indevidas e distância entre representantes e representados. Recuperá-la exigirá mais do que retórica. Exigirá mudanças concretas e compromisso com os princípios democráticos. A pesquisa AtlasIntel funciona, assim, como um espelho incômodo. Ao mostrar que nem o Exército escapa ao desgaste, revela a profundidade da crise de confiança no Brasil – e sugere que, se nada for feito, o País continuará a assistir ao enfraquecimento gradual de suas instituições, em um processo silencioso, mas potencialmente devastador. ●

ESPAÇO ABERTO

A qualidade do que foi dito

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Se o País atravessa uma grave crise institucional, como alguns têm cotidianamente advertido, há ainda mais razão para ter cuidado especial com as palavras. Para calibrar com serenidade o diagnóstico, para não julgar com base em presunções, para não confundir adversários políticos com inimigos, para não imputar crimes com base em vazamentos seletivos, para não inviabilizar as soluções. Quando a crise é grave, precisamos de líderes maduros, não de ativistas incendiários. E o incrível é que, às vezes, os incendiários têm mais de 80 anos.

O brilhante e certeiro artigo de Sergio Fausto, *50 anos da transição espanhola: lições para o agora* (**Estadão**, 28/2/26, A4), fez-me lembrar de um livro do filósofo espanhol Julián Marías (1914-2005), discípulo de Ortega y Gasset. Refiro-me ao *Tratado sobre la convivencia: concordia sin acuerdo* (Martínez Roca, 2000).

Refutando a ideia de que a linguagem não importa muito – seriam meras “questões de palavras, ao fim e ao cabo sem importância” –, Julián Marías

afirma: “as questões de palavras são as mais graves e perigosas”. E traz uma recordação pessoal: “Em razão da minha idade, assisti à gênese, ao desenvolvimento e às consequências da guerra civil (espanhola). E estou persuadido de que a sua causa, mais do que questões de ‘fato’, foram as coisas agressivas, irresponsáveis, falsas, que foram ditas de ambos os lados. Foram as palavras que levaram a que houvesse dois ‘lados’ sinistros, fraticidas e destruidores”.

Em tempos de plataformas digitais, com superabundância de mensagens, áudios e vídeos – com o ruído onipresente –, corre-se o risco de achar que as palavras não seriam relevantes. Daí a importância da advertência de Julián Marías, ao falar da guerra civil espanhola: “Produziu-se uma violenta e irracional intolerância à retórica dos adversários, que se converteram em inimigos implacáveis”.

Mas as palavras também constroem caminhos. Noutro trecho do *Tratado sobre la convivencia*, Julián Marías fala da transição da Espanha para a democracia, após a morte do general Francisco Franco. “O

*Se queremos sair da crise, precisamos urgentemente moderar o tom. Deixemos os arrebatamentos para os tempos de calma*ria

que tornou possível o assombroso acerto do que se chama a “transição”, a passagem sem violência nem ódio de uma longa e insustentável situação para outra profundamente diferente, foi a qualidade do que foi dito. Com poucas exceções, que logo ficaram reduzidas às suas proporções reais,

falou-se com moderação, correção, consideração e respeito à verdade. Desde as palavras do rei nos primeiros momentos até a condução do enorme processo de transformação, a veracidade e a sensatez prevaleceram”.

Moderação, correção, consideração e respeito pela verdade. Penso que o País anda especialmente necessitado dessas virtudes cívicas. Elas são muito mais necessárias para o nosso futuro do que as delações do fim do mundo, as revelações espetaculares de escândalos, os vazamentos de todos os podres da República, os discursos inflamados de quem, ao sentir cheiro de crise, só consegue enxergar uma nova oportunidade de matraquear suas ideias e preconceitos de sempre. Com tal embotamento não se constrói nada coletivamente.

Quanta gente tem se regozijado em alardear a crise do Supremo Tribunal Federal (STF), numa espécie de desforra pessoal. Em vez de lamento e genuína indignação, a notícia desonrosa gera arroubos de alegria, compartilhados ato contínuo em grupos de WhatsApp. O objetivo não é resgatar a autoridade da Corte constitucional, mas tão somente reafirmar as próprias posições político-ideológicas. Com esses oportunismos, não iremos longe. Com essas obtusidades, não se constrói nenhuma solução.

Se queremos de verdade sair da crise, precisamos urgentemente moderar o tom. Deixemos os arrebatamentos, as hipérboles e as generaliza-

ções para os tempos de calma-ria, nos quais não há grandes riscos. É nos dias de céu de brigadeiro – quanta sabedoria há nessa denominação – que os jovens de 80 anos, ou os velhos de quarenta, devem fazer suas piruetas com seus aviões.

Em tempos de antagonismo, quando se está convencido da podridão e corrupção do “outro lado”, é mais que oportuno recordar a perspicácia humilde de Julián Marías: “Sempre recordo aquele mirífico título de um capítulo do curioso livro do Padre Antonio de Fuentelapeña, *El ente dilucidado*, publicado por volta de 1690 e que comprei há muitos anos: ‘Se os monstros são eles ou somos nós’. A perplexidade do bom frade invade-me muitas vezes, e não a propósito dos duendes, assunto principal do livro, mas sim de muitos contemporâneos”. Os monstros são eles ou somos nós, que, com nossas atitudes e principalmente com nossas palavras, não deixamos florescer nenhuma oportunidade de solução pacífica, de caminho responsável, de reconstrução madura?

Termino lembrando aquilo que, segundo Julián Marías, foi decisivo para a transição democrática espanhola: “A qualidade do que foi dito”. Como irão envelhecer as palavras que estamos dizendo nesta “grave crise”? No futuro, poderá afirmar-se que elas foram expressão de moderação, de correção, de consideração e de respeito à verdade? ●

ADVOGADO CRIMINAL

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● E-mail: forum@estadao.com

Eleições 2026

Terceira via

Com a desistência de Ratinho Jr. da disputa pela Presidência da República, afunila-se a escolha da terceira via, que Gilberto Kas-sab chama de “melhor via”. Definido o nome, é colocar lenha na fornalha. Essa alternativa tem muito espaço para crescer. É questão de começar a trabalhar.

Francisco Eduardo Britto
São Paulo

Representação legítima

Acho que os representantes do povo no Congresso são legítimos quando pertencem ao mesmo Estado, conhecem e vivem as necessidades daquele lugar. Esteano, temos visto uma enxurrada de candidatos de outros Estados migrando para São Paulo a fim de concorrer ao Senado. Onde está a ética disso, a verdadeira vocação política de lutar pelos interesses do povo paulista? Espero que os eleitores não se deixem enganar pelos apelos de partidos

políticos interesseiros.

Iliana Magalhães
Campinas

Economia

Capital em fuga

Capital estrangeiro chega, capital humano se despede (**Estadão**, 24/3, B2). Muito oportuno o artigo de Gustavo Benchimol alertando aos políticos e mandatários do País sobre a contínua fuga de brasileiros (mais de 22 mil cidadãos brasileiros milionários) para o exterior, fugindo da insegurança física e jurídica, além de uma taxaçoão desenfreada em rendimentos externos e sobre herança, expulsando um precioso capital que poderia ser aqui multiplicado em negócios e atividades empresariais ao favor dos próprios brasileiros.

Marcelo Funck lo Sardo
Bragança Paulista

Poder Judiciário

Aposentadoria compulsória
A propósito do editorial *O poder*

do sindicato da toga (**Estadão**, 23/3, A3), a intenção do ministro Flávio Dino é a moralização do instituto da aposentadoria como punição para magistrado, mas o efeito moralizante pode não ser alcançado. O juiz só perde o cargo por decisão judicial transitada em julgado. Ou seja, enquanto tramitar a ação judicial de perda do cargo, o juiz receberá a integralidade do seu subsídio, em razão do princípio da presunção da inocência, mesmo que afastado cautelarmente de suas funções. A tramitação da ação judicial de perda do cargo pode levar anos, até a decisão definitiva no STF. No período de tramitação da ação, o magistrado, mesmo eventualmente afastado, mantém o vínculo com o Judiciário e poderá se aposentar por tempo de contribuição e/ou idade, situação na qual os proventos de aposentadoria serão maiores que os da aposentadoria compulsória por punição no âmbito administrativo. Além disso, durante todo o período de tramitação da ação de perda de cargo, a

permanência do vínculo institucional do magistrado acentua o desgaste moral do Poder Judiciário. Talvez a PEC em tramitação devesse estabelecer que a aposentadoria compulsória por punição não afasta a obrigatoriedade da propositura da ação judicial de perda do cargo, cuja procedência deve gerar o efeito de cessar o pagamento de proventos de aposentadoria decorrente do vínculo de magistrado. No âmbito da formulação legislativa da PEC, pode-se ainda cogitar que a aposentadoria compulsória por punição seja requisito para a propositura da ação judicial de perda de cargo.

Regis Lattouf
São Paulo

Geopolítica

E a emergência do clima?

O mundo vive um momento tão difícil com esta guerra iniciada por Donald Trump e Benjamin Netanyahu que temos de pedir pressão daqueles que podem dar um basta nisso. Os americanos,

europeus, israelenses e toda a comunidade internacional comprometida com a saúde do próprio planeta precisam se mobilizar. Que futuro deixaremos para as próximas gerações?

Jane Araújo
Brasília

A ONU em crise

A ONU vive uma crise de confiança. Nota-se que ela se afastou de sua missão principal: promover a paz, o diálogo e a união entre os países. Guerras longas, como o conflito entre Rússia e Ucrânia, mostram que o sistema atual tem limites. Por isso, é preciso urgentemente de uma conferência global que foque nos combates e em acordos reais de segurança. Neste processo, o discurso das grandes potências precisa mudar. Quando líderes como Donald Trump e Benjamin Netanyahu exaltam apenas o poder militar, desperdiçam a chance de exercer uma liderança baseada em valores humanos.

Gilberto Pereira Tiriba
Santos

ESPAÇO ABERTO

Maças podres

Luiz Felipe D'Avila

Numa época de radicalismo político, a defesa implacável da liberdade, do Estado de Direito e da democracia foi relativizada. As medidas de exceção tomadas por alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram justificadas para “salvar” a democracia. Mas a História mostra que medidas de exceção nunca restauram a democracia e a liberdade; elas agravam o problema. Em vez de restabelecer a normalidade democrática, as decisões arbitrárias do STF mergulharam o Brasil na mais grave crise institucional desde a redemocratização. Na campanha presidencial de 2022, eu fui o único candidato a defender a necessidade de enquadrar o STF no seu papel de Corte constitucional. Mas o foco da atenção estava no duelo Bolsonaro-Lula e poucas pessoas estavam preocupadas com as arbitrariedades no STF.

A instalação do inquérito das *fake news* em 2019 marcou o ponto de inflexão do descarilhamento do Supremo. Ao censurar previamente a publicação de uma revista, o ministro Alexandre de Moraes criou um inquérito digno de regime de exceção. Violou-se a cláusula pétrea da Constituição que garante a liberdade de expres-

são e proíbe a censura; e ignorou-se a lei que exige a instalação de inquéritos por tempo determinado e escopo definido.

O inquérito das *fake news* se tornou uma barriga de aluguel por tempo indeterminado e genérica, na qual decisões monocráticas se transformaram em instrumento de intimidação a jornalistas, perseguição de adversários e de censura nas redes sociais, jornais e plataformas. Apenas dois ministros, então, do Supremo, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello, manifestaram sua indignação com o desvirtuamento do papel do STF. “A censura, qualquer tipo de censura, mesmo aquela ordenada pelo Poder Judiciário, mostra-se prática ilegítima, autocrática e essencialmente incompatível com o regime das liberdades fundamentais consagrado pela Constituição da República”, afirmou Celso de Mello.

O alerta do ministro foi ignorado e, em pouco tempo, o STF se transformou num tribunal de exceção. Corruptos confesos foram soltos; cidadãos foram julgados e condenados sem o devido processo legal e direito à ampla defesa; e críticas às decisões e atitudes dos ministros do STF foram tratadas como ataques às instituições e ao Estado. Quando um

Onde não há respeito à lei, a democracia e a liberdade morrem e o solo torna-se fértil para a arbitrariedade, a opressão e a revolução

juiz da Suprema Corte se considera a personificação do Estado, estamos diante de um sério grau de demência, diagnosticado como síndrome Luís XIV. Ela se manifesta quando juízes e políticos repetem o mantra do rei francês e declaram “o Estado sou eu”. Consideram as críticas sobre a sua atuação como ataques ao Estado, o que pode levar a julgamentos políticos, prisão arbitrária e outras condenações que passam por cima da lei e da Constituição.

A síndrome Luís XIV detur-

pou o papel do STF. A Constituição foi concebida para limitar o poder do Estado e garantir as liberdades do cidadão, mas o Supremo transformou-a numa partitura que pode ser interpretada de acordo com a visão pessoal, o viés ideológico e os interesses de cada juiz. O cancro da insegurança jurídica reside na subjetividade da interpretação da lei e da Constituição. O papel do STF é julgar a constitucionalidade das leis, mas na era da síndrome Luís XIV, juízes se arvoraram no poder de legislar e ampliar o entendimento da lei, sobrepondo-se às decisões do Congresso Nacional. O ativismo judicial é uma usurpação do poder que fere a vontade dos constituintes.

Felizmente, o clima mudou. O caso do Banco Master escancarou as maçãs podres do Supremo. Os contratos milionários de advocacia da mulher de Alexandre de Moraes com o Banco Master; as mensagens mal explicadas trocadas entre o Vercaro e Moraes; e os negócios suspeitos do Master com a família de Dias Toffoli, retratam as ligações imorais entre os dois ministros e o banqueiro mafioso. Somam-se à imoralidade as decisões arbitrárias. Moraes usa o poder para perseguir e intimidar funcionários públicos e jornalistas que de-

nunciam o contrato de sua esposa e criticam membros da Corte. Toffoli tentou abafar o escândalo criando sigilo sobre a investigação, mas quando a manobra falhou, não se sentiu impedido de participar do julgamento do caso Master.

A crise atual pode ser uma oportunidade para resgatar a credibilidade do Supremo. Será preciso tomar três medidas urgentes: remover as maçãs podres do STF, como Alexandre de Moraes e Dias Toffoli; encerrar imediatamente a excrecência do inquérito das *fake news*; e apoiar o trabalho impecável do ministro André Mendonça, que é o relator tanto do caso do Banco Master quanto da fraude do INSS. Se conduzido com probidade e estrito cumprimento da lei, esses casos podem ajudar a remover as maçãs podres da política e do Estado.

Resgatar a credibilidade do STF significa julgar com imparcialidade e fazer valer a lei. Onde não há respeito à lei, a democracia e a liberdade morrem e o solo torna-se fértil para a arbitrariedade, a opressão e a revolução. Chegou a hora da verdade do Supremo. Se desperdiçar essa chance, ele se tornará a maçã podre da República. ●

CIENTISTA POLÍTICO, AUTOR DO LIVRO 'VIRE À DIREITA, SIGA EM FRENTE', FOI CANDIDATO A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TEMA DO DIA



TV GLOBO/DIVULGAÇÃO

Teledramaturgia

A despedida de Gerson Brenner, aos 66 anos; ator teve vida marcada por tragédia

Gerson Brenner foi um dos galãs da Globo nos anos 1990, famoso por papéis em *Rainha da Sucata* e *Corpo Dourado*, sua última novela. Sua carreira, porém, foi interrompida após ser baleado na cabeça durante um assalto, em 1998. ●

27 mil interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

- “Meus sentimentos a família e amigos, grande e belo ator”
ANA CLAUDIA FIGUEIREDO
- “Um ator lindo e talentoso que teve sua carreira interrompida pela criminalidade”
ROSY ACORSI
- “Um guerreiro que lutou até o fim. Meus sentimentos à família”
WILLIAMS CURSINO DE SOUZA
- “Estou revendo *Rainha da Sucata*, ele todo bonitão... Muito triste que terminou a vida. Que descanse em paz”
GRAZIELA ALVAREZ



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
<https://bit.ly/LDBEstadão>

Siga o @Estadão nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS



RAMON ESPINOSA/AP

Preferidas dos assinantes



Cuba está em decomposição. Esse é o cenário. ●
<https://tinyurl.com/2s4djvt6>

Podcasts



Notícia no Seu Tempo: as principais notícias e análises. ●
<https://tinyurl.com/ywwr7e9j>

Newsletter



‘Pílula’: dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
<https://tinyurl.com/57h8bu4c>



Ex-presidente preso

Moraes concede domiciliar de 90 dias a Bolsonaro e impõe rígido controle

— *Ministro do Supremo acolheu parcialmente parecer da PGR; ex-presidente voltará a usar tornozeleira e estará sob monitoramento constante; visitas ficarão mais restritas*

FAUSTO MACEDO
FELIPE DE PAULA
HUGO HENUD

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes autorizou ontem que Jair Bolsonaro (PL), de 71 anos, cumpra pena em prisão domiciliar por 90 dias para a recuperação de uma broncopneumonia bacteriana bilateral. O ex-presidente está hospitalizado desde 13 de março. Moraes acolheu parcialmente a manifestação da Procuradoria-Geral da República, que foi favorável à progressão de regime do ex-presidente, ao apontar que ele está sujeito a “súbitas e imprevisíveis alterações perniciosas de um momento para o outro”. Na decisão, Moraes determinou que Bolsonaro passe a cumprir a pena em casa quando tiver alta hospitalar. Mas impôs uma série de restrições que mantêm o ex-presidente sob controle rigoroso. A decisão prevê uso de tornozeleira eletrônica, proibição de celular e redes sociais, limitação de visitas e envio diário de relatórios de monitoramento à Corte. Segundo o ministro, após 90 dias “será reanalisada a presença dos requisitos necessários para a manutenção da prisão domiciliar humanitária, inclusive com perícia médica se houver necessidade”.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. Antes de ser internado ele estava no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, a Papudinha, desde 15 de janeiro. Antes, estava custodiado na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília desde novembro de 2025, quando tentou violar a tornozeleira eletrônica. A concessão de 90 dias de prisão domiciliar ao ex-presiden-

Restrições

Principais regras da prisão domiciliar de Bolsonaro:

- Tornozeleira eletrônica obrigatória e envio diário de relatórios ao STF;
- Proibição de comunicação externa, direta ou indireta, incluindo uso de celular, telefone e qualquer outro meio eletrônico;

- Proibição de uso de redes sociais e de gravação de vídeos ou áudios;
- Restrição de visitas: filhos podem visitar apenas em dias e horários determinados; demais visitas estão suspensas por 90 dias;
- Acesso de advogados limitado, com necessidade de agendamento e tempo de visita controlado;
- Visitas médicas liberadas, sem autorização prévia;

- Fiscalização pela Polícia Militar do DF, com controle de entrada e saída de pessoas e vistoria de veículos;
- Proibição de manifestações ou aglomerações em um raio de até 1 km da residência;
- Prazo inicial de 90 dias, com reavaliação ao fim do período;
- Risco de retorno ao regime fechado em caso de descumprimento de qualquer uma das medidas

Pastora 'Lili Carabina' faz oração em frente ao hospital DF Star, onde Bolsonaro permanecia internado

te foi fundamentada na “literatura médica”, segundo o ministro. “Devido às condições mais frágeis do sistema imunológico de idosos, o processo de recuperação total de pneumonia nos dois pulmões, com retorno da força, fôlego e disposição, pode durar entre 45 (quarenta e cinco) e 90 (noventa) dias, com ambiente controlado”, argumenta no despacho.

‘BOTÃO DO PÂNICO’. Na percepção do ministro, “o procedimento estabelecido para garantir a saúde e dignidade do custodiado Jair Messias Bolsonaro foi extremamente eficiente, com início às 6h45 do dia 13/3, permitindo sua imediata remoção para hospital particular, sem qualquer necessidade de autorização judicial específica”. “Saliente-se, ainda, que o cus-

todiado poderia ter antecipado seu próprio atendimento, caso tivesse acionado mais cedo o ‘botão do pânico’, que estava à sua disposição 24 (vinte e quatro) horas por dia”, assinala Moraes no despacho de 40 páginas. Por ordem do ministro, o ex-presidente está proibido de usar celular, telefone ou qualquer outro meio de comunicação externa, seja de forma dire-

ta ou por intermédio de terceiros. O acesso ao ex-presidente também foi restringido. Os filhos poderão visitá-lo apenas em dias e horários predefinidos, enquanto advogados terão acesso mediante agendamento e por tempo limitado. As demais visitas estão suspensas por 90 dias. Nas visitas autorizadas, os aparelhos eletrônicos deverão passar por vistoria e ficarão retidos com os agentes responsáveis pela segurança. A decisão também proíbe o uso de redes sociais e a gravação de vídeos ou áudios, direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceiros.

MONITORAMENTO. O esquema de fiscalização foi reforçado. A Polícia Militar do Distrito Federal ficará responsável pelo monitoramento da residência, com vistoria de visitantes e inspeção de veículos. O ministro ainda determinou a proibição de manifestações ou aglomerações em um raio de até um quilômetro do local. Sobre possíveis descumprimentos pelo ex-presidente das regras ou medidas cautelares impostas, o ministro foi taxativo. “Implicará na sua revogação e ao retorno imediato ao regime fechado ou, se necessário for, ao hospital penitenciário.” Moraes ainda autorizou que os seguranças a que o ex-presidente tem direito voltem a exercer suas funções durante o período de prisão domiciliar. A defesa deverá informar ao Supremo, no prazo de 24 horas, os nomes e os dados dos agentes, para que todos sejam cadastrados e autorizados pela Corte. A concessão da prisão domiciliar foi precedida, nos bastidores, por uma articulação da família do ex-presidente e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). ● COLABORARAM GUILHERME CAETANO, CAROLINA BRÍGIDO E MARIA MAGNABOSCO

Para defesa, decisão é ‘singularmente inovadora’

O advogado criminalista Paulo Amador da Cunha Bueno, que integra a equipe de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse ontem que “a modalidade ‘temporária’ da prisão domiciliar é singularmente inova-

dora”. Para ele, “não se pode perder de vista que, lamentavelmente, as condições e necessidades especiais que o presidente demanda, são permanentes e esse nível de cuidados, portanto, será demanda-

do por toda vida.” Logo após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizar a transferência de Bolsonaro da Papudinha para sua casa pelo prazo de 90 dias, Cunha Bue-

no se manifestou nas redes. Ele se reportou ao caso de um outro ex-presidente, que também cumpre prisão domiciliar. “Ao deferir a custódia domiciliar restabelece-se a coerência jurisprudencial da Corte que, como tenho denunciado em todos os pedidos, fez ao presidente Collor de Mello a

mesma concessão, lastreada, é bem de se ver, em um quadro médico muito menos gravoso do que o ora apresentado pelo presidente Bolsonaro”, escreveu Cunha Bueno. O advogado também destacou que a decisão foi tomada após sucessivos pedidos da defesa. ● F.M. E.F.P.

Restrições a visitas dão mais força política para Michelle

ANÁLISE

RICARDO CORRÊA

As restrições impostas pelo ministro Alexandre de Moraes a visitas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelos próximos 90 dias, tendem a fortalecer a voz e as posições da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), em meio à intrincada relação com outros membros da família e integrantes da classe política. Isso tende a ser determinante para a negociação de palanques estaduais.

Enquanto Bolsonaro estava preso, Michelle e dois dos filhos do ex-presidente, o senador Flávio Bolsonaro e o ex-veador Carlos Bolsonaro, gozavam de situação semelhante. Todos precisavam seguir as datas de visita previstas, às quartas e sábados, tendo pouco tempo de convívio e espaço para conversas com Bolsonaro.



WILTON JUNIOR/ESTADÃO-16/12/2025

Michelle Bolsonaro em dia de visita ao marido, na Papudinha

A prisão domiciliar e a manutenção dessa restrição apenas aos filhos, já que Michelle mora no local, dá mais fôlego à ex-primeira-dama nas negociações. Ela terá 24 horas diárias para argumentar e defender suas posições, por muitas vezes diversas das colocadas pelos filhos, como visto recentemente no Ceará, no Distrito Fe-

deral e em Minas Gerais.

Flávio ainda poderá minimizar essa “vantagem” de Michelle usando a posição de advogado do ex-presidente. Ainda assim, não terá as mesmas condições. As visitas poderão ser diárias, mesmo fora das datas previstas para os demais visitantes, mas por penas 30 minutos a cada vez.

CLASSE POLÍTICA. Além da vantagem sobre os filhos de Bolsonaro, com quem trava um reconhecido cabo de guerra, Michelle também contará com o fato de que será o principal canal de comunicação do restante da classe política com o ex-presidente. Afinal, a “noventena” que restringe visitas de quaisquer pessoas de fora da família – à exceção de profissionais de saúde e advogados – valerá até o final de junho, abarcando o principal momento de definições de formação de chapas para a disputa eleitoral.

O fortalecimento de Michelle pode ajudar também os aliados mais próximos dela. Como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por exemplo, que trabalha nas discussões sobre a chapa de senadores em São Paulo e defende um nome mais moderado do que os de Mello Araújo, preferido hoje do ex-presidente, ou Mário Frias e Gil Diniz, nomes que teriam apoio de Eduardo Bolsonaro.

Também são mais próximos de Michelle o deputado federal Nikolas Ferreira (MG), o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o pastor Silas Malafaia, um crítico da candidatura de Flávio Bolsonaro. Com isso, ganhariam mais capacidade de in-

fluenciar os posicionamentos do ex-presidente e, eventualmente, demover Flávio, Carlos e, sobretudo, Eduardo Bolsonaro, de manifestações em relação a certas alianças.

Um caso bem claro se dá em Minas. Michelle é próxima de Nikolas, que prefere manter o apoio a Mateus Simões (PSD), enquanto Flávio considera que o novo governador “o puxa para baixo” e prefere lançar outro nome ou apoiar Cleitinho Azevedo (Republicanos). No Ceará, Flávio tenta se reaproximar de Ciro Gomes

Aliados

Um fortalecimento de Michelle pode ajudar também aliados como Tarcísio de Freitas

(PSDB), enquanto Michelle prefere endossar a candidatura do senador Eduardo Girão (Novo). No DF, Michelle prefere a deputada federal Bia Kicis (PL) como companheira de chapa no Senado, enquanto o grupo de Flávio pisca para o senador Izalci Lucas (PL). Em todos esses casos, a posição de Michelle agora chegará mais facilmente ao marido. ●

COORDENADOR DE POLÍTICA DO 'ESTADÃO' EM SP

VEM AÍ O

MARÇO 27-28

ARCA - SÃO PAULO

Fórum de Infraestrutura e Políticas Públicas

Colégio de Inspetores 2026

Um encontro técnico para debater infraestrutura e políticas públicas aplicadas às cidades.

Se você é profissional das áreas de Engenharia, Agronomia ou Geociências registrado no Crea-SP, garanta aqui o seu ingresso.

Mobilidade Inovação

Sustentabilidade Governança

CONFEEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

CREA-SP Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo

mútua Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea



Marcelo Godoy

email: marcelo.godoy@estadao.com; twitter: @MarceloGodoyooo

Tarcísio e a farra dos coronéis

Em dezembro, a PM de São Paulo mandou ao governador Tarcísio de Freitas um plano curioso: aumentar de 64 para 94 o número de coronéis sem criar uma única vaga de cabo ou de soldado – o plano inicial do secretário Guilherme Derrite era ter 50 novos chefes sem demonstrar a necessidade operacional da medida.

Pior do que aumentar os caciques era a consequência do plano. Soldados, cabos e sargentos são os policiais que estão nas ruas. Com os novos coronéis, uma companhia de praças seria retirada do patrulhamento para servir aos chefes como motoristas, seguranças e ajudantes. O

projeto da farra ficou parado três meses no Palácio dos Bandeirantes. Na sexta-feira, Tarcísio o mandou à Assembleia. Agora, não são mais 30 novos coronéis, mas “só” dez. Cada um terá direito a dois carros novos e a seis policiais para ajudá-los.

O projeto foi desidratado, mas permanece o aumento de coronéis, o que só vai retirar policiais das ruas que trabalham para deter ladrões e malfeitores. A situação é pior em razão do encolhimento da PM na última década. Ela se aproximou do efetivo mínimo histórico, registrado em 2023 (80.137). Por lei, a corporação deveria ter 93.802 policiais e 477 oficiais

médicos. Mas em 9 de janeiro, tinha 81.594 policiais. A retirada de policiais do patrulhamento acompanha ainda o aumento de 65% do total de PMs servindo autoridades do Executivo,

População vai pagar a conta de R\$ 0,5 bi em 3 anos sem ter um único soldado a mais nas ruas

com a criação de novas assessorias para secretários terem PMs carregando suas pastas enquanto os bandidos carregam os celulares da população.

O projeto também prevê o aumento do número dos demais oficiais, dos atuais de 5.483 para 6.209. Ou seja, além dos coronéis, o inchaço de chefes seria acompanhado por um aumento das demais patentes, o que multiplicaria o “trem da alegria” para escalões intermediários, com promoções em cascata.

Ao anunciar o projeto ao mesmo tempo em que aumentou os salários da polícia, o governo divulgou o fim dos soldados de 2.ª classe. Todos serão promovidos, mas o total de soldados e de cabos será o mesmo. Também promoverá por merecimento todos os 2.º tenentes a 1.º tenente – 2.º tenente se tornará patente

de praças. Ou seja, em vez de modernizar a carreira, usa-se os graus hierárquicos como política salarial. É o ano eleitoral.

Como já alertou o coronel José Vicente, ex-secretário nacional de Segurança, “é necessário sobriedade nessas questões organizacionais”. “Todo mundo quer pirâmide invertida, muito chefe e pouco índio.” Essa situação comum nas PMs do Nordeste está chegando a São Paulo. Afinal, o que deseja Tarcísio? O cidadão vai pagar em três anos a conta de R\$ 450 milhões, prevista pelo governo, sem ter um único soldado a mais nas ruas. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quizenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmente) ● QUI. William Waack e Carolina Brígido ● SEX. Eliane Cantanhêde e Raquel Landim ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e Fernando Schüler

Rio de Janeiro

TSE condena Castro, que fica inelegível até 2030

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) e o declarou inelegível até 2030. O placar ficou em 5 a 2 pela condenação. Votaram nesse sentido a relatora, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferrei-

ra, Floriano de Azevedo Marques, Estela Aranha e a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia. Kassio Nunes Mar-

ques e André Mendonça divergiram e votaram pela absolvição. O ex-governador teria o mandato cassado, mas renunciou ao cargo anteontem. Ele pretendia disputar uma vaga no Senado. Segundo a acusação, a Fundação Centro Estadual de Estatísticas,

Pesquisas e Formação de Servidores Públicos e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro foram utilizadas para criar mais de 27 mil cargos irregulares comissionados para empregar cabos eleitorais e favorecer a reeleição de Castro em 2022. ● LAVÍNIA KAUCZ

SÃO PAULO
INNOVATION
WEEK

13 A 15 DE MAIO 2026

Local de realização:

MERCADO LIVRE
ARENA PACAEMBU

FAAP



ACESSE AQUI

O MAIOR FESTIVAL
GLOBAL DE
TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO,
CULTURA E
NEGÓCIOS CHEGA
AO CORAÇÃO
DE SÃO PAULO EM
MAIO DE 2026

ADQUIRA SEU
INGRESSO COM

30% OFF

1º LOTE

Até 31 de março.

REALIZAÇÃO

ESTADÃO

ASE
promoções

SÃO PAULO SÃO PAULO SÃO PAULO
INNOVATION INNOVATION INNOVATION
WEEK 2026 WEEK 2026 WEEK 2026

Eleições 2026

Moro sela pacificação com família Bolsonaro com filiação ao PL

Senador fará frente no PR ao grupo de Ratinho Jr., que desistiu da pré-candidatura ao Planalto; cerimônia foi de críticas a Lula

.....
GUILHERME CAETANO
BRASÍLIA
.....

O Partido Liberal (PL), do ex-presidente Jair Bolsonaro, filiou ontem, em Brasília, o senador Sérgio Moro e a mulher, a deputada federal Rosângela Moro. O senador será o pré-candidato do PL ao governo do Paraná, desafiando o grupo do atual governador, Ratinho Júnior (PSD), que anunciou na última segunda-feira sua desistência do projeto presidencial para permanecer no cargo até o fim do mandato.

Moro deixou o União Brasil após a sigla não dar a ele aval para concorrer ao governo paranaense. O PP, que faz parte da federação, tinha vetado a pré-candidatura do senador em dezembro, com apoio do presidente nacional, o também senador Ciro Nogueira (PI).

A cerimônia de filiação teve a presença do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, da cúpula da sigla e do ex-deputado federal Deltan Dallagnol (Novo), que deve fazer

.....
“O seu projeto é o projeto do nosso País. Estou também ansioso para ver o seu pai em casa, não por uma questão de política, mas por uma questão de justiça”

Sérgio Moro
Em discurso, citando Flávio



Sérgio Moro (à direita) no ato de filiação ao PL, ao lado da mulher, Rosângela, e de Flávio Bolsonaro

uma dobradinha com o deputado federal Filipe Barros (PL) na disputa ao Senado.

Em troca do apoio à sua futura candidatura, Moro dará palanque no Estado a Flávio.

Em seus discursos, ele e Rosângela fizeram acenos à família Bolsonaro. O senador afirmou que o Paraná estaria ao lado de Flávio, e que voltou a se aliar ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022 por entender que um retorno do governo Lula seria ruim para o País.

CORRUPÇÃO. Moro disse que a corrupção voltou a reinar sob novo governo do PT e que Lula “está do lado dos criminosos e minimiza o crime a todo momento”. “O seu projeto é o projeto do nosso País. Estou também ansioso para ver o seu pai em casa, não por uma questão de política, mas por uma questão de justiça”, dis-

.....
Bornhausen afirma que idade é vantagem para Caiado no PSD

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), se reuniu na manhã de ontem com o presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, na residência do dirigente em São Paulo. O goiano desembarcou às 8h30 na capital paulista. Eles conversaram sobre a corrida presidencial após a desistência do governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), da disputa pela indicação da legenda.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), ainda disputa o espaço com Caiado. O chefe do Executivo goiano, porém, ganhou tração como potencial nome da sigla após a saída de Ratinho Júnior. O ex-

ministro da Educação e integrante do conselho político do PSD, Jorge Bornhausen, que defendia a pré-candidatura do paranaense e chegou a apontá-lo publicamente como o escolhido, afirmou ao *Estadão/Broadcast* que Caiado tende a ser o escolhido pelo partido. “Ele tem a vantagem de ser um grande governador, além da idade e da experiência. Não pensa em reeleição.”

A preferência foi corroborada por outros quadros do PSD ouvidos pela reportagem. O governador goiano anunciou, em 27 de janeiro de 2026, sua intenção de se filiar ao PSD, após deixar o União Brasil por falta de espaço para viabilizar sua pré-candidatura presidencial. A filiação, no entanto, só foi oficializada em 14 de março.

● GEOVANI BUCCI E MARIA MAGNABOSCO

curso Moro.

Bolsonaro e Moro – que ocupou a pasta da Justiça – romperam em 2020. O senador chegou a ser chamado pelo então presidente e seus filhos de “traíra”, “sem caráter” e “mentiroso deslavado”. Ex-ministro de Bolsonaro, Moro acusou o ex-presidente de interferir na Polícia Federal (PF) e disse que sua gestão desarticulou o combate à corrupção.

O senador prometeu dar continuidade às “coisas boas” da gestão Ratinho, mas disse que iria buscar “excelência e mudança” caso seja eleito governador. E afirmou também que o Paraná vai se beneficiar de um eventual governo Flávio na Presidência da República.

SOLIDARIEDADE. Rosângela Moro demonstrou solidariedade à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que faltou ao evento por estar com o marido, internado no hospital DF Star desde o começo do ano.

Ela também afirmou que a “Lava Jato foi um exemplo do Paraná do que a gente deveria estar vendo com o Banco Master”, referindo-se a investigações sobre a instituição.

Flávio Bolsonaro defendeu que, por mais que Moro esteja bem nas pesquisas de intenção de voto, o PL “não pode baixar a guarda”. Aliados de Flávio avaliam que a decisão de Ratinho de renunciar ao projeto presidencial e ficar no cargo foi influenciada pela jogada do PL de filiar Moro para enfrentar seu grupo nas urnas nas próximas eleições.

O coordenador da campanha de Flávio à Presidência da República, senador Rogério Marinho (PL-RN), pediu dias atrás o apoio de Ratinho à pré-candidatura presidencial do PL no primeiro turno — o que implicaria desistir do próprio projeto presidencial.

O governador paranaense, no entanto, ficou de dar um retorno. O PL então decidiu não esperar e optou pela a pré-candidatura de Moro para garantir um palanque para Flávio Bolsonaro no Estado. ●

Por viés antissistema, uma aliança com o lavajatismo

ANÁLISE

.....
RAQUEL LANDIM
.....

Sérgio Moro e Deltan Dallagnol estão, novamente, no palanque de um Bolsonaro. Dessa vez, Flávio Bolsonaro. É um casamento de conveniência com um objetivo: derrotar o PT.

Os antigos expoentes da Operação Lava Jato querem

reencontrar seus caminhos na política. Dallagnol, que saiu defenestrado, precisa voltar ao jogo. E Moro, que era a tão sonhada terceira via no pleito passado, agora teve seus planos adaptados pelo sistema que sonhava combater e deseja ser governador do Paraná.

Para os bolsonaristas, no entanto, Moro e Dallagnol são cruciais. Flávio precisa do verniz de combate à corrupção e antissistema que eles carregam, especialmente em tem-

pos de escândalo do Banco Master.

Uma análise detalhada da pesquisa Genial/Quaest aponta que existe uma fatia de eleitores que não toleram nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nem o filho de Jair Bolsonaro.

É um conceito diferente de terceira via onde tentava navegar o governador Ratinho Júnior (PSD), que desistiu da disputa, e onde ainda estão os governadores Ronaldo Caiado (PSD) e Eduardo Leite (PSD).

De acordo com Felipe Nunes, sócio fundador da Quaest, assim como em 2018, existem nessa disputa eleitores ávidos por um “outsider” – espaço que naquela época foi ocupa-

do por Jair Bolsonaro (PL).

Candidaturas antissistema não costumam ser boas para a democracia, mas o sentimento que toma conta do País hoje é o mesmo de 2018: preocupação com violência urbana, corrupção e insatisfação com Brasília – o caso Master aumenta significativamente esse caldo.

Conforme a última pesquisa da Quaest, 44% dos brasileiros aprovam o governo Lula e 41% votam em Lula no segundo turno, logo o espaço de crescimento do presidente é bem reduzido.

Por outro lado, 55% desaprovam o governo Lula, mas 41% votam em Flávio Bolsonaro – uma diferença de 14%. “Esse eleitor está insatisfeito com o

Lula, mas também não quer o Flávio”, diz Nunes.

Como convencer esse eleitor antissistema de que Flávio – filho do Jair, aquele que tentou o golpe, abandonou as pessoas na pandemia, interveio na Polícia Federal, se aliou ao Centrao que está enrolando no caso Master, tolerou rachadinhas em gabinete – é um “outsider”?

Nada melhor que o apoio do pessoal da Lava Jato.

E, claro, o envolvimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli e Alexandre de Moraes com o banqueiro Daniel Vercaro coloca a estampa da corrupção na campanha de Lula. ●

COLUNISTA DO ESTADO

Em 2025

Integrantes da AGU faturam R\$ 6,1 bi em honorários

Valor alcançado é um recorde no pagamento do benefício, que no ano passado incluiu verbas retroativas e auxílios

BRASÍLIA

Mais de 12 mil membros das carreiras da advocacia pública repartiram R\$ 6,1 bilhões em honorários de sucumbência em 2025. A cifra simboliza um recorde no pagamento do benefício que no ano passado incluiu verbas retroativas e auxílio saúde e alimentação, fazendo triplicar o montante repassado no ano anterior (R\$ 2,1 bilhões).

Um dos beneficiários dos pagamentos é o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, que é servidor de carreira da pasta. Ele ganhou mais de R\$ 700 mil em honorários no último ano, valor que se somou ao seu salário de R\$ 46,3 mil como ministro de Estado.

Messias recebeu ao menos R\$ 19 mil por mês em honorários, mas houve picos, como nos meses de janeiro e julho do ano passado, quando recebeu, respectivamente, R\$ 193 mil e R\$ 307 mil. Embora expressivos, os valores recebidos pelo ministro ainda ficam atrás do que foi pago a outros membros da AGU. Uma procuradora aposentada chegou a receber R\$ 444 mil em um único mês.

Os honorários da AGU são destinados aos servidores das carreiras da advocacia pública que vencem ações judiciais. O benefício consiste no valor pago pela parte perdedora à vencedora para ressarcir os gastos judiciais no decorrer do processo.

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o benefício não poderia ultrapassar o teto remuneratório do funcionalismo público, que equivale aos R\$ 44 mil recebidos pelos ministros da Corte. Porém, o Portal da Transparência não menciona a incidência do “abate teto” – regra que corta qualquer valor acima do limite – sobre os honorários. Mas, como mostrou o **Estadão**, a determinação tem sido descumprida. ● WESLEY GALZO

Relatório cita gasto anual de R\$ 17 bilhões com ‘penduricalhos’

Os gastos com “penduricalhos” pagos a magistrados e membros do Ministério Público (MP) chegam a R\$ 17 bilhões por ano, de acordo com relatório entregue ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela comissão técnica composta por representantes dos três Poderes para criar uma regra de transição para esses pagamentos.

A comissão estima que o valor gasto com parcelas que excedem o teto do funcionalismo público na magistratu-

ra é de R\$ 9,8 bilhões. No MP, esse gasto seria de R\$ 7,2 bilhões. O teto é equivalente ao salário de um ministro do STF (R\$ 46,3 mil).

De acordo com os cálculos da comissão, o percentual efetivo que é pago a magistrados acima do teto pago hoje é de 82%. Isso significa que, em média, os juízes recebem 82% a mais do que o teto. Uma das propostas do relatório, que servirá de subsídio para o julgamento hoje sobre o tema no STF é a criação de um limite global para os “penduricalhos” – um segundo teto, permitindo o pagamento de verbas indenizatórias até um determinado limite. ● LAVÍNIA KAUCZ

SOMENTE ONLINE

LEILÃO DE IMÓVEIS

ENCERRAMENTO: 17/04 ÀS 11H

LANCE INICIAL: R\$ 195.000.000,00



ÁREA TOTAL DE TERRENO: 521.085,47 M²

ÁREA PRESERVADA: 82.434,88 M²

ESPETACULAR ÁREA NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

AO LADO DO PARQUE DA CIDADE E ÀS MARGENS DO RIO PARAÍBA DO SUL

RÁPIDA CONEXÃO AO ANEL VIÁRIO (BR-050) E À RODOVIA PRESIDENTE DUTRA (BR-116)

COM PROJETOS ASSINADOS POR RINO LEVI E ROBERTO BURLE MARX

O “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Tecelagem Parahyba”, no qual estão incluídas a Usina de Leite e a arquibancada da Praça de Esportes que servia à Associação Desportiva da tradicional tecelagem, foi tombado pelo IPHAN em reconhecimento de sua enorme importância histórico-cultural.

SERÃO ESTUDADAS PROPOSTAS, INCLUSIVE PARA COMPRA PARCIAL DO IMÓVEL, MELHOR DESCRITO NAS MATRÍCULAS 4.849 E 31.325 DO 2º CRI/SJC. INSC.MUNIC. NºS 20.0016.0009.0002, 20.0016.0009.0003 E 20.0016.0013.0000. CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETOS EM WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR SUA VISITA OU TIRAR DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR



SODRESANTORO

SODRESANTORO

LEILAOSODRESANTORO

(11) 2464-6464

(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Moacir De Santli, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 315

Caso Master

Vorcaro quer inclusão de cunhado no acordo de delação

O dono do liquidado Banco Master, Daniel Vorcaro, vai negociar a inclusão do seu cunhado, o pastor e empresário Fa-

biano Zettel, no seu acordo de delação premiada, que está sendo negociado por sua equipe de advogados.

As investigações da Polícia Federal apontam Zettel como uma espécie de operador financeiro de Vorcaro, responsável

pela gestão de fundos de investimento e pagamentos dos mais diversos tipos. Entre os revelados até agora pela investigação da PF estão os repasses ao resort Tayayá, que tinha participação acionária de uma empresa do ministro do Supremo

Tribunal Federal Dias Toffoli. Segundo interlocutores da família de Vorcaro, a ideia é que Zettel seja incluído no acordo para apresentar seu relato sobre os fatos que testemunhou e obter benefícios do ponto de vista penal. ● AGUIRRE TALENTO

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por BNDES.



BNDES injeta R\$ 1 bi por dia na economia brasileira

Com financiamento e garantia, banco viabiliza R\$ 366 bilhões em crédito, registra lucro recorde e melhor resultado do sistema financeiro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou, em 2025, recorde de injeção de crédito, totalizando R\$ 366 bilhões. Incrementado em 32% na comparação anual, o montante viabilizou investimentos e geração de emprego nos setores industrial, agrícola, de comércio, serviços e infraestrutura.

“O BNDES está fomentando o crédito em R\$ 1 bilhão ao dia”, ressalta o presidente do banco, Aloizio Mercadante. “É uma contribuição fantástica, porque permite investimento, inovação, modernização e descarbonização da economia. Inclusive, com o aumento da competitividade e da oferta de produtos, ajuda a reduzir a inflação estrutural”, destaca.

De acordo com o balanço recém-divulgado, o volume de desembolsos, que corresponde ao dinheiro efetivamente liberado nas operações de crédito, subiu 27% em relação ao ano anterior e chegou a R\$ 169,7 bilhões, o equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Esse crescimento é consequência direta do impulso de 19% no volume de consultas e de 12% nas aprovações de crédito, que alcançaram R\$ 237,9 bilhões (1,9% do PIB).

Em termos setoriais, o destaque é o aumento de 35% nas aprovações (R\$ 71 bilhões) para a indústria ante 2024. O setor lidera as aprovações do BNDES pelo segundo ano consecutivo, o que reflete seu esforço para reindustrializar o País. As aprovações do agro e do setor de comércio e serviços foram ampliadas em 4% e 23%, chegando, respectivamente, a R\$ 54,3 bilhões e R\$ 41,2 bilhões.

Desempenho recorde

O lucro recorrente, de R\$ 15,2 bilhões, é o maior da história do BNDES (15,4% superior ao do ano anterior). Ele provém da receita gerada por fontes constantes e previsíveis. No caso do BNDES, a principal é o pagamento dos financiamentos pelos clientes. Um dos fatores que contribuíram para o excelente resultado é a baixíssima inadimplência: enquanto no Sistema Financeiro Nacional (SFN) como um todo o índice é de 4,08%, no BNDES é de 0,06% – o que reforça a solidez da carteira de crédito do banco, que



‘A grande dificuldade de acesso [das MPMEs] ao crédito é a garantia. Com o acesso ao FGI-Peac, o BNDES alavanca e democratiza o crédito para esse segmento, que gera muito emprego’, Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

alcançou R\$ 664 bilhões, crescimento de 13,4% em relação ao ano anterior.

O lucro líquido também registrou alta, de 1,7%, chegando a R\$ 26,8 bilhões. Trata-se do segundo melhor resultado do SFN. Quando se leva em conta o resultado por colaborador, no entanto, o BNDES ficou com o primeiro lugar: quase R\$ 9,2 milhões por empregado, patamar cinco vezes superior à média do segundo colocado.

Apoio à inovação

“O BNDES está se tornando crescentemente um banco de inovação”, explica o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa. O esforço reflete uma das diretrizes da Nova Indústria Brasil (NIB), política do Governo Federal para reindustrializar o País. “As operações voltadas à inovação saíram de R\$ 7,1 bilhões de 2019 a 2022 para R\$ 35,6 bilhões em apenas três anos”, detalha o dirigente.

Uma das empresas que obtiveram financiamento é a far-

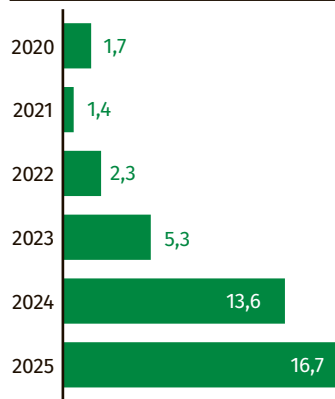
macêutica Althaia, de capital nacional, fundada em 2010 e sediada em Atibaia (SP). Os R\$ 211 milhões obtidos no BNDES foram destinados à construção de um centro de Pesquisa & Desenvolvimento (R\$ 70 milhões), com capacidade para abrigar 248 profissionais, e ao desenvolvimento de produtos (R\$ 141 milhões).

“Esse tipo de linha de crédito permite às companhias aproveitar o capital intelectual do Brasil. Não teríamos investido na mesma proporção sem o acesso a esse crédito”, diz o CEO da Althaia, Jairo Yamamoto. Ele destaca que o grande diferencial do financiamento é o prazo de 15 anos, com três de carência. “Isso é fundamental, porque nenhum projeto na área farmacêutica dá resultado em menos de cinco anos”, observa o executivo.

Papel estratégico

“Mais do que viabilizar projetos estruturantes, o BNDES desempenha um papel estratégico ao impulsionar

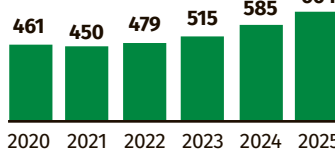
APROVAÇÕES PARA INOVAÇÃO (R\$ BILHÕES)



LUCRO RECORRENTE (R\$ BILHÕES)



CARTEIRA DE CRÉDITO



a modernização produtiva e fomentar iniciativas alinhadas ao desenvolvimento sustentável”, ressalta o diretor de Finanças e Relações com Investidores da WEG, André Meneguetti Salgueiro. “Esse apoio reverbera por toda a cadeia produtiva, de fornecedores a parceiros tecnológicos, ampliando oportunidades, estimulando ganhos de eficiência e promovendo a geração de empregos e valor no País.”

Sediada em Jaraguá do Sul (SC), a empresa – que investe fortemente em inovação e expansão industrial – faturou R\$ 40,8 bilhões no ano passado. O anúncio de investimento mais recente que conta com a participação do BNDES é a construção de uma nova fábrica dedicada à produção de sistemas de armazenamento de energia em baterias, em Itajaí (SC). Para viabilizar o projeto, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2027, a WEG contou com financiamento de R\$ 280 milhões do programa BNDES Mais Inovação.

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por BNDES.



Crédito para micro, pequenas e médias supera R\$ 220 bi

Apoio via crédito e garantias às empresas que mais geram emprego no País cresceu 43% frente ao ano anterior e 215% desde 2022

Em 2025 o apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) – que, juntas, são as maiores empregadoras do País – chegou a R\$ 224 bilhões, aumento de 43% em relação a 2024 e 215% ante 2022.

Desse montante, R\$ 95,8 bilhões se referem à concessão de crédito e R\$ 128,2 bilhões dizem respeito às garantias, já que o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) é um mecanismo gerido pelo BNDES com foco nas MPMEs. “A grande dificuldade de acesso ao crédito é a garantia. Com o acesso do BNDES ao FGI-Peac, o BNDES alavanca e democratiza o crédito para esse segmento, que gera muito emprego”, declara Mercadante.

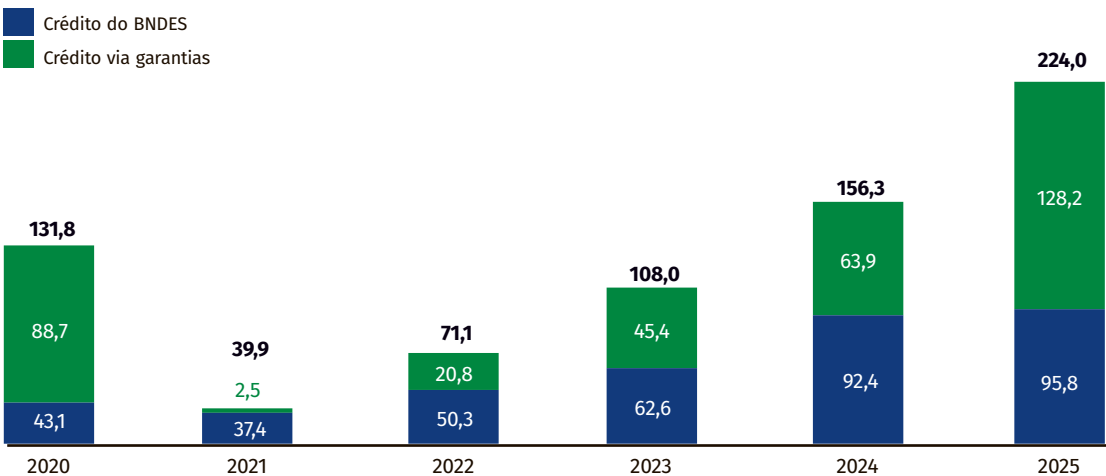
Uma das contempladas pelo aval do FGI às aprovações de crédito efetuadas por outros bancos é a propriedade rural familiar de Luan Poloni, situada em Barra do Rio Azul (RS). Ele obteve R\$ 700 mil para construir um galpão destinado a 30 vacas leiteiras. Com prazo de pagamento de 10 anos, o financiamento foi liberado em dezembro e as obras seguem a todo vapor.

Com a nova estrutura, as vacas até então mantidas no pasto durante o dia permanecerão 24 horas por dia sob proteção, em ambiente climatizado, com camas para descanso e alimentação padronizada com ração. “Além de aumentar a produtividade e a qualidade do produto, nossas condições de trabalho vão melhorar. Não precisaremos mais ficar debaixo de chuva, por exemplo”, exemplifica Poloni.

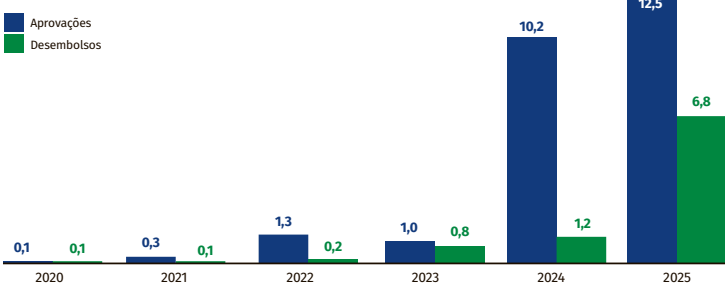
Sustentabilidade

O BNDES também vem se consolidando como um importante indutor da sustentabilidade, ao financiar iniciativas ligadas à chamada “economia verde”. É o caso do crédito de R\$ 3,5 milhões concedido à Empresa Pernambucana de Engenharia Sanitária (Empesa), fundada em 1998 com o propósito de promover o correto tratamento dos resíduos sólidos urbanos e industriais. Hoje, a companhia, de médio porte, atua em vários Estados. “O BNDES está sendo fundamental na transição tec-

APROVAÇÕES PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (R\$ BILHÕES)



APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS DO FUNDO CLIMA (R\$ BILHÕES)



nológica que buscamos”, conta o diretor técnico, Fábio Lopes.

Além do objetivo de ajudar a eliminar os lixões ainda existentes em muitas cidades brasileiras, a Empresa está empenhada em buscar tratamentos específicos para cada tipo de resíduo. Por meio do BNDES, foi possível adquirir um equipamento capaz de beneficiar resíduos que antes não tinham valor comercial e que iriam ser destinados aos aterros sanitários sem o beneficiamento adequado. “Com a utilização dessa nova tecnologia, conseguimos transformar o que antes era lixo em Combustível Derivado de Resíduo (CDR), utilizado principalmente na indústria de cimento em substituição ao combustível derivado de petróleo”, descreve Lopes.

Outros destaques da atuação do BNDES em sustentabilidade são a retomada do Fundo Amazônia, abastecido basicamente por doações do exterior, e o incremento do Fundo Clima, que tem por objetivo o financiamento de projetos relacionados à redução das emissões, à transição energética e à adaptação das cidades à mudança climática.

Depois de um período sem

novas aprovações entre 2020 e 2022, o Fundo Amazônia aprovou R\$ 2,2 bilhões em 2025, viabilizando projetos para áreas degradadas, capacitação técnica e assistência à população da Amazônia. O Fundo Clima também vem experimentando forte expansão, com desembolso recorde de R\$ 6,8 bilhões em 2025, quase seis vezes mais do que no ano anterior. Suas aprovações chegaram a R\$ 12,5 bilhões, um incremento de 23% ante 2024 e quase 10 vezes o valor aprovado em 2022.

Sempre presente em situações emergenciais, como as enchentes no Rio Grande do Sul, o BNDES atuou fortemente na mitigação dos efeitos do choque tarifário sobre exportações imposto pelos Estados Unidos.

Foram destinados R\$ 19,5 bilhões ao plano Brasil Soberano, criado pelo Governo Federal, contemplando 676 clientes de 24 Estados. “Houve uma mobilização da equipe do BNDES e reduzimos em sete vezes o prazo de aprovação dessas operações diretas para atender empresas que foram mais afetadas pelo choque tarifário”, detalhou Nelson Barbosa.

Solidez e transparência

Outro recorde obtido pelo BNDES em 2025 está nos ativos totais – que chegaram a R\$ 962,5 bilhões, maior valor nominal na história do banco. É um aumento de 14,5% em relação ao ano anterior e de 41% em comparação a 2022. “Houve crescimento dos ativos, da carteira de crédito e da participação acionária”, explica o diretor financeiro e de Mercado de Capitais, Alexandre Correa Abreu. “Mas é importante ressaltar que esse crescimento vem acompanhado de diversos indicadores de qualidade. Isso é muito importante para qualquer banco, sobretudo para o BNDES, que tem que prestar contas à sociedade brasileira.”

O diretor Nelson Barbosa destacou ainda a conquista, pelo terceiro ano consecutivo, da classificação mais alta na avaliação do Programa Nacional da Transparência Pública, promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) juntamente com o TCU.

Aponte a câmera de seu celular ou tablet para o QR code abaixo e saiba mais



NOTAS E INFORMAÇÕES

A última chance da CPI do INSS



Com prorrogação da CPI pelo STF, parlamentares podem finalmente dar respostas à sociedade

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS). O pedido, um mandado de segurança, foi apresentado pela cúpula do colegiado ao STF em razão da alegada omissão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que ignorou o pedido de extensão do prazo do colegiado por mais 120 dias, apresentado no dia 19 de dezembro. Pela decisão, Alcolumbre terá de ler o requerimento em 48 horas, o que pode dar à CPMI uma última chance de mostrar a que veio.

A decisão de Mendonça tem caráter liminar e será submetida ao plenário do STF na quinta-feira, dia 26. O prazo para conclusão dos trabalhos, originalmente, se encerraria no dia 28 de março, mas o relatório final ainda não foi apresentado e a comissão aprovou a realização de oitivas cuja realização dependem de sua extensão.

Reconheça-se a proeza do presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), e do relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), autores do pedido apresentado ao STF para driblar Alcolumbre. Evitar que esse trunfo se transforme em uma vitória de Pirro será bem mais difícil, embora dependa apenas deles mesmos.

Um primeiro passo seria priorizar o objeto que justificou a criação da CPMI: os descontos ilegais em aposentadorias e pensões do INSS. Pode parecer óbvio, mas o descrédito do colegiado é consequência da falta de interesse da comissão em investigar o que permitiu que o esquema ganhasse escala ao longo de anos.

É verdade que a apuração da responsabilidade de

agentes públicos e entidades associativas por um esquema que prejudicou milhões de pessoas perdeu fôlego depois que a União se dispôs a ressarcir os beneficiários. Mas quando ficou claro que o escândalo era uma construção coletiva e que não seria possível culpar uma única figura ou um governo, os integrantes passaram a se organizar para proteger seus respectivos grupos políticos.

Sem coragem para punir os seus e assumir parte da culpa – afinal, o Congresso deu aval a medidas que permitiram a perpetuação dos descontos nos benefícios do INSS sem a fiscalização devida –, a CPMI se aproveitou de outro escândalo, o do Banco Master, para tentar recuperar sua relevância.

Mas é preciso ser muito condescendente com os parlamentares para entender as razões pelas quais convocaram a ex-noiva do banqueiro Daniel Vercaro, Martha Graeff, para depor na comissão. Tecnicamente, não há nada que justifique a aprovação de tal requerimento.

Dada a visibilidade que uma CPMI garante a seus membros, é natural que seus integrantes queiram prorrogá-la. Mas o sucesso ou fracasso de uma comissão depende da competência de sua cúpula em dar respostas à sociedade. Até agora, o presidente e o relator desperdiçaram todas as oportunidades que tiveram de ir fundo no esquema dos descontos ilegais em benefícios do INSS. Espera-se que essa última, dada por Mendonça, seja enfim aproveitada. ●

Poderes

Lula escala Messias para tentar se aproximar de Mendonça no STF

Presidente enviará ao Senado indicação de advogado-geral da União para ocupar vaga na Corte em meio à tensão institucional

VERA ROSA
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer que o advogado-geral União, Jorge Messias, se aproxime do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça e ajude a apaziguar o clima de tensão na Corte. Lula enviará ao Senado, nesta semana, a indicação de Messias para ocupar uma cadeira no STF porque avalia que, se esperar mais, o cenário político pode piorar.

Dividido em alas, o Supremo praticamente “implodiu” desde que vieram à tona suspeitas envolvendo ligações dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com Daniel Vercaro, dono do liquidado Banco Master. Em conversa com aliados, o presidente disse que o

advogado-geral da União é o nome ideal para construir pontes, e não muros, em um STF cada vez mais conflagrado.

Sob escrutínio da maioria de seus pares neste momento, Mendonça tem em comum com Messias não apenas o fato de ser evangélico como de ter enfrentado a ira do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O magistrado foi indicado para o STF pelo então presidente Jair Bolsonaro, em julho de 2021. À época, Alcolumbre era presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, descontente com a escolha, seguiu a análise do nome de Mendonça por cinco meses.

“Sou terrivelmente pacificador”

Jorge Messias
Advogado-geral da União

“(Ele é) terrivelmente evangélico”

Jair Bolsonaro
Sobre Mendonça, em 2019

Em novembro do ano passado, quando Lula anunciou Messias para ocupar a cadeira de Luís Roberto Barroso, Alcolumbre logo se levantou contra. Queria emplacar na vaga o aliado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e chegou a dizer, nos bastidores, que o chefe do Executivo veria o que era ter o presidente do Senado como inimigo.

Foi por isso que, até agora, o presidente não oficializou a indicação do advogado-geral da União. Passado todo esse tempo, porém, Lula está prestes a fechar um acordo para Pacheco ser candidato ao governo de Minas Gerais.

COMISSÃO. Alcolumbre, na outra ponta, vem sendo pressionado por seus pares por causa da CPI do INSS. O despacho de Mendonça prorrogando os trabalhos da comissão por 60 dias atendeu ao pedido da cúpula do colegiado, mas irritou o presidente do Senado.

Tanto Alcolumbre como o governo são contra dar mais tempo para investigações que servem de palanque para a oposição neste ano eleitoral.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO -1/7/2025



Messias deverá ser indicado por Lula ao Senado nessa semana

O desfecho do imbróglio é imprevisível porque a decisão de Mendonça de prorrogar a CPI do INSS – cada vez mais entrelaçada com as falcaturas do Banco Master – terá de passar pelo crivo do plenário do Supremo, em sessão marcada para amanhã.

AMBIENTE. O veredicto final sobre a CPI será um teste para medir tanto a força de Mendonça como a de Alcolumbre. Apesar das resistências a Messias no Senado, Lula foi informado por aliados de que o ambiente para a aprovação do nome dele melhorou. Na prática, mesmo com discursos mais veementes, Alcolumbre não quer comprar briga com o presidente. Esperava de Lula, aliás, o controle da Polícia Federal, coisa que ele já demonstrou não ter.

A expectativa de Lula, agora, é que a entrada de Messias no STF sirva não apenas para tornar a correlação de forças na Corte mais favorável ao governo como para que ele possa “construir pontes” com todas as alas. “Sou terrivelmente pacificador”, costuma dizer o advogado-geral da União, fazendo um trocadilho com a frase de Bolsonaro, que, ainda em 2019, avisou a intenção de nomear um nome “terrivelmente evangélico” para o STF.

Era justamente André Mendonça, que, hoje, virou um dos principais aliados da indicação de Messias para a Corte. ●

CPI do Crime Organizado

Comissão recorre de decisão de Gilmar sobre sigilo

A CPI do Crime Organizado recorreu ontem da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes que, na última quinta-feira, anulou a que-

bra de sigilo do fundo Arleen, ligado à teia financeira do banqueiro Daniel Vercaro e que comprou o resort Tayayá, do ministro Dias Toffoli, com aportes

de R\$ 20 milhões no empreendimento. Como mostrou o **Estadão**, o Arleen tinha como único cotista o fundo Leal, cujo investidor, entre 2021 e 2025, foi Fabia-

no Zettel, cunhado do banqueiro. Documentos obtidos pela reportagem mostram que foi com esse fundo que Zettel passou a ser sócio do Tayayá. Até então, familiares de Toffoli apareciam como administradores do resort por meio da empresa Maridit, da qual o próprio ministro

admitiu também fazer parte como sócio anônimo.

No recurso enviado à Gilmar, a CPI argumenta que a comissão chegou ao nome do fundo a partir “das reportagens investigativas recentes que trouxeram fundadas suspeitas” sobre o caso. ● **FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA**



Conflito no Oriente Médio

EUA recorrem ao Paquistão para enviar proposta de acordo ao Irã

— Plano de 15 pontos seria reciclagem de oferta rejeitada pelos iranianos em 2025; enquanto negocia, Pentágono mobiliza mais tropas no Golfo e eleva chances de invasão

WASHINGTON

Os EUA enviaram ao Irã um plano para encerrar a guerra, de acordo com dois funcionários do governo americano citados pelo *New York Times*. A proposta, que foi entregue por meio de diplomatas do Paquistão, reflete a pressa do presidente americano de encontrar uma saída rápida para um conflito que abalou a economia global.

Não se sabe se o Irã aceitará o plano, que teria 15 pontos, segundo o *New York Times*, nem se Israel, que iniciou a guerra com os EUA há quatro semanas, havia sido consultado. Diplomatas ouvidos pelo jornal *The Guardian* disseram que a proposta seria a mesma apresentada por sua equipe durante as negociações nucleares, em maio do ano passado.

A proposta, que foi rejeitada pelo Irã, incluiria restrições ao uso do dinheiro do petróleo e aos programas nuclear e de mísseis balísticos, a livre navegação do Estreito de Ormuz e o fim do apoio a milícias e grupos paramilitares em países do Oriente Médio.

REFORÇO. Enquanto negocia, o Pentágono prepara o envio de mais 3 mil soldados da 82.ª Divisão Aerotransportada para o Oriente Médio. Eles se juntarão a milhares de fuzileiros que já estão a caminho da região. O aumento do contingente militar representa uma escalada da



Serviços de emergência trabalham nos escombros de prédio atingido por míssil do Irã em Tel-Aviv

guerra e eleva a suspeita de que a Casa Branca esteja preparando uma invasão do Irã.

Segundo o *Wall Street Journal* e a agência Reuters, a ordem deve ser dada em breve, embora ainda não haja decisão sobre um desembarque de tropas no Irã. A 82.ª Divisão Aerotransportada é especializada em operações com paraquedistas. É a força mais móvel do exército americano, que pode ser mobilizada em qualquer lugar do mundo em até 18 horas.

Os 3 mil soldados se juntarão a outros 2,5 mil que já estão a caminho do Oriente Médio e a 50 mil americanos que estão mobilizados na região. O refor-

ço ocorre um mês após o início da guerra contra o Irã e em meio à disparada dos preços da gasolina, impulsionados pelo bloqueio iraniano do Estreito de Ormuz, por onde passa um quinto do petróleo mundial.

A mobilização massiva sugere a possibilidade de maior envolvimento americano no conflito, como a tomada do controle do Estreito de Ormuz ou da Ilha de Kharg, onde o Irã armazena quase toda sua produção de petróleo.

O Comando Central dos EUA (Centcom) afirmou ontem que os ataques dos EUA “destruíram mais de 9 mil alvos militares” desde o início

da guerra, em 28 de fevereiro – a maioria lançadores de mísseis, navios da marinha e a base industrial de defesa iraniana. Os bombardeios também mataram dezenas de líderes do regime.

NEGOCIAÇÕES. Trump insistiu ontem que as negociações para encerrar a guerra estão em andamento e garantiu que os iranianos estão ansiosos para “fechar um acordo”. O presidente disse que o vice-presidente J.D. Vance e o secretário de Estado Marco Rubio se juntarão ao diálogo liderado por seu genro Jared Kushner e seu enviado Steve Witkoff.

Israel controlará sul do Líbano e impedirá retorno de moradores

O ministro da Defesa israelense, Israel Katz, afirmou ontem que o país controlará o sul do Líbano até o Rio Litani, a 30 quilômetros da fronteira, e impedirá o retorno de moradores deslocados até que a segurança no norte israelense esteja garantida. Segundo o jornal *Haaretz*, a medida prevê a consolidação de uma zona de segurança, em meio à intensificação da guerra contra o Hezbollah, que considerou a ocupação como uma “ameaça existencial”. ● AFP

O problema é que o Irã nega que esteja negociando. O único sinal de diálogo foi dado pelo chanceler Abbas Araghchi, que disse ter conversado sobre a guerra com outros países. Ontem, o regime afirmou que é capaz de atacar toda a região. Mísseis atingiram Israel, Iraque e países do Golfo Pérsico.

Segundo autoridades israelenses, um disparo atingiu Tel-Aviv, causando danos graves a três prédios residenciais – seis pessoas ficaram feridas. No Curdistão iraquiano, seis combatentes curdos morreram em ataques de mísseis iranianos. O Bahrein registrou um morto.

● NYT e AFP

Príncipe saudita incita Trump a seguir conflito

WASHINGTON

O príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohamed bin Salman (MBS), tem pressionado Donald Trump a continuar a guerra contra o Irã, argumentando que a campanha militar representa uma “oportunidade histórica” para remodelar o Oriente Médio, segundo reportagem do *New York Times*.

Em uma série de ligações com Trump na última semana,

MBS argumentou que o Irã representa uma ameaça de longo prazo, que só pode ser eliminada com a queda do regime. A visão é parecida com a do premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, que também considera o Irã uma ameaça.

Analistas, porém, afirmam que o governo israelense se contentaria com um Estado iraniano disfuncional, enquanto a Arábia Saudita considera um regime iraniano instável uma grave ameaça para sua se-

gurança. Funcionários sauditas e americanos temem que, se o conflito se prolongar, o regime possa desferir ataques cada vez mais devastadores contra instalações petrolíferas e que os EUA fiquem presos em uma guerra sem fim.

IMPASSE SAUDITA. As consequências da guerra para a economia e a segurança nacional da Arábia Saudita são enormes. Os ataques iranianos com drones e mísseis, lançados em resposta à ofensiva dos EUA e de Israel, já causaram grande instabilidade no mercado de petróleo.

Consultadas, autoridades sauditas rejeitaram a ideia de que MBS tenha pressionado

Trump para prolongar a guerra. “O reino da Arábia Saudita sempre apoiou uma resolução pacífica para o conflito, mesmo antes de seu início”, afirmou o governo saudita, em co-

Influência Príncipe saudita é respeitado por Trump e já influenciou suas decisões antes

municado, observando que Riad “permanece em contato com o governo Trump”. “Nossa principal preocupação é nos defender dos ataques diários contra nosso povo e nossa infraestrutura civil.”

O *New York Times* entrevistou diversas pessoas que conversaram com autoridades americanas e descreveram o esforço de MBS sob condição de anonimato. De acordo com a reportagem, Trump por vezes parece aberto a encerrar a guerra, mas o príncipe saudita argumenta sempre que seria um erro e pressiona por ataques contra a infraestrutura energética para enfraquecer o Irã.

INVASÃO. O saudita é respeitado por Trump e já influenciou suas decisões antes. Nos bastidores, ele defende que os EUA enviem tropas ao Irã para tomar a infraestrutura energética e forçar uma troca de regime. ● NYT

História da Argentina

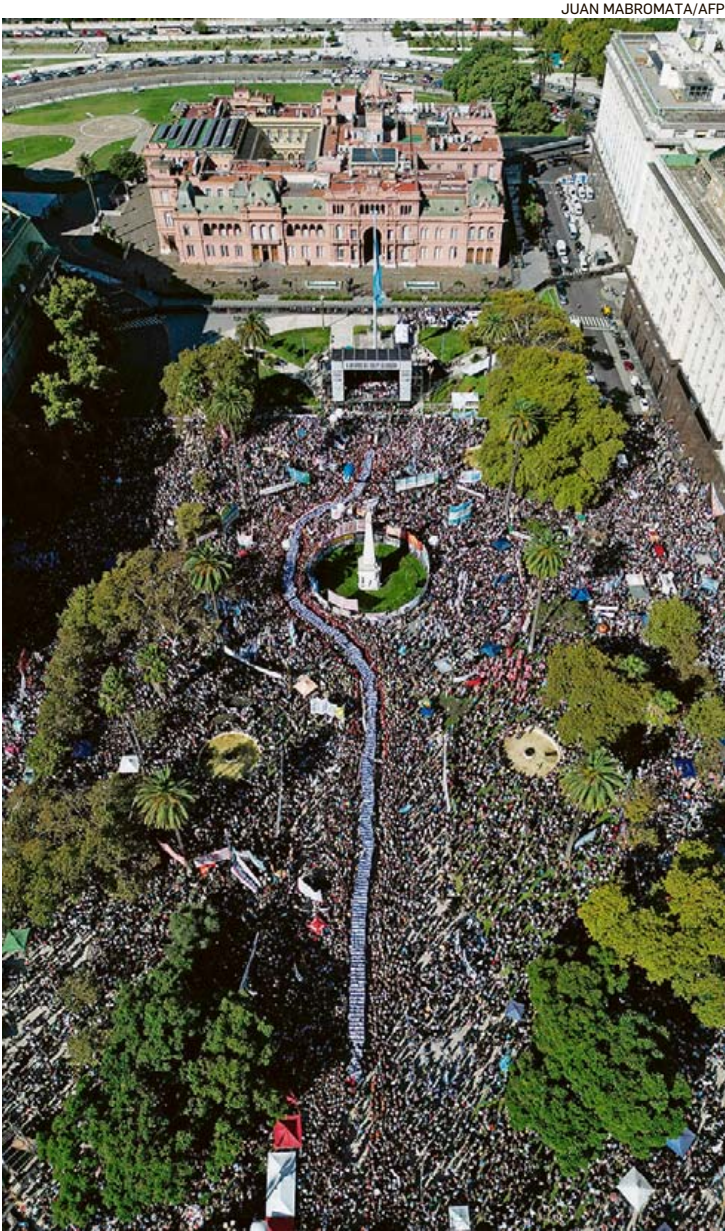
Milei pede revisão sobre ditadura nos 50 anos do golpe

Buenos Aires registra grande manifestação contra revisionismo do governo, que enfatiza a violência de grupos guerrilheiros

BUENOS AIRES

O governo da Argentina publicou ontem, dia em que o golpe militar completou 50 anos, um vídeo no qual pede a restauração de uma “memória completa” sobre a ditadura, que ele diz ser seletiva. O presidente Javier Milei e sua vice, Victoria Villarruel, defendem uma revisão da história argentina. O vídeo é um minidocumentário de 1h14 difundido nos perfis oficiais da Casa Rosada. O material traz, entre outros, o relato de Miriam Fernández, uma das netas sequestradas pe-

la ditadura, que criticou o processo de sua recuperação. Miriam foi a 127.^a neta recuperada. Segundo o site das Avós, ela nasceu em um cativeiro da ESMA, o centro de tortura argentino, e era filha de dois membros da guerrilha Montoneros. Ela se recusou a mudar seu sobrenome e manteve o dos pais adotivos e disse ter tido sua privacidade invadida no processo de restituição. “Minha infância foi linda. Fui criada em uma família com pai, mãe e cinco irmãos”, disse Miriam. O vídeo, cujo lema é “As vítimas que tentaram esconder”, traz outros relatos que pedem uma “memória completa” do período. Na abertura, o documentário se refere aos governos kirchneristas como vingativos. “Em 2003, o governo lançou uma campanha política massiva, utilizando recursos públicos para



Ato em Buenos Aires exhibe faixa com rostos de desaparecidos

impor à sociedade uma narrativa tendenciosa e vingativa sobre os trágicos eventos da década de 1970”, afirma a narração. Assim como Milei, o vídeo questiona o número de 30 mil desaparecidos – para o atual governo, foram menos de 9 mil. Em nenhum momento ele menciona que os militares foram condenados por crimes contra a humanidade. O governo alega que houve uma guerra entre dois lados nos quais se cometeram excessos, aludindo às guerrilhas e relativizando o papel dos militares. **MOBILIZAÇÃO.** Ontem, em Buenos Aires, milhares marcharam no Dia da Memória. Sob o lema “Nunca mais”, eles levaram uma faixa com os rostos dos desaparecidos. A mobilização se estendeu entre a Praça de Maio e a Avenida 9 de Julho. As Mães e as Avós da Praça de Maio lideraram a marcha – ambos os grupos se dedicam a recuperar crianças, filhas de militantes, sequestradas e adotadas ilegalmente por militares. O golpe de 1976 derrubou Isabel Perón e instaurou uma ditadura que governou até 1983. Cinquenta anos depois, 1.208 pessoas foram condenadas em mais de 350 julgamentos, mas mais de 300 casos ainda estão abertos. ● AFP

START

INOVAÇÃO E
TECNOLOGIA NO AR

Hub multiplataforma amplifica conteúdos de transformação digital que impactam nos negócios e na sociedade

ENTREVISTAS COM GRANDES ESPECIALISTAS

ANÁLISES E NOVIDADES DO SETOR

APRESENTADO POR:



DANIEL
GONZALES
Jornalista

Acesse e
conheça:



Realização:

ESTADÃO 150

a rádio dos melhores ouvintes
ELDORADO FM 107.3
Uma parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000

Criação:

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Patrocínio:

NEC



Andrés Oppenheimer

Trump pode evitar naufrágio de Cuba

Donald Trump tem a maior oportunidade da história recente para libertar Cuba, mas pode desperdiçá-la. Seu plano para um acordo é similar ao acordo por ele imposto à Venezuela: reformas econômicas sem um calendário eleitoral definido. Assim, ele corre o risco de trocar o ditador sem trocar a ditadura. Autoridades do governo Trump têm mantido conversas com figuras do regime cubano, como o neto de Raúl Castro, Raúl Guillermo Rodríguez Castro, para negociar o que Trump chamou de uma possível “tomada amigável” de poder na ilha.

Cuba atravessa sua pior crise econômica desde a revolução de 1959. As ruas da ilha frequentemente ficam escuras à noite, após três meses sob um bloqueio petrolífero dos EUA. O turismo entrou em colapso e a economia está paralisada. Mas o aparente esforço de Trump para buscar um resultado semelhante ao da Venezuela, priorizando investimentos americanos em detrimento de um cronograma para a mudança política, pode não fazer nada além de salvar o regime cubano. Essa ideia não é bem vista em Miami, nem entre muitos cubanos na ilha. Sebastian Ar-

cos, diretor interino do Instituto de Pesquisa Cubana da Universidade Internacional da Flórida, me disse que o “modelo venezuelano” de Trump não funcionará em Cuba. “Os dois países são muito diferentes”, afirmou. Cuba é uma ditadura de quase sete décadas com uma hierarquia bem definida, enquan-

to o regime venezuelano tinha várias facções rivais antes da prisão de Nicolás Maduro. “Encontrar um sucessor alinhado aos EUA em Cuba será muito mais difícil”, disse Arcos. **POBREZA.** Além disso, a Venezuela é muito mais rica que Cuba, apesar dos problemas econômicos atuais. Embora a Venezuela tenha petróleo e alimentos suficientes para embarcar em uma reforma econômica que poderia levar a mudanças políticas, Cuba está à beira de uma crise humanitária. Exilados cubanos em Miami detêm bilhões de dólares em investimentos potenciais que

serão a chave para a recuperação de Cuba, e a maioria dos cubano-americanos concorda que as reformas políticas devem vir primeiro e as econômicas, depois. Trump quer se gabar – assim como faz com a Venezuela – de ser o único presidente dos EUA capaz de libertar Cuba. Mas se seu plano for apenas trocar o ditador atual por um subordinado, mantendo o sistema político intacto, será como rearranjar as cadeiras do convés de um navio que está afundando. ● **É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL**

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● QUA. Andrés Oppenheimer ● DOM. Lourival Sant'Anna

IMPERDÍVEL

LEILÃO DE IMÓVEL

GALPÃO – NOSSA SENHORA DE LOURDES
SANTA MARIA– RS

05/05 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

LANCE INICIAL:
R\$ 10.500.000

ÁREA DE TERRENO:
20.218,03 M²

ÁREA CONSTRUÍDA:
3.422,11 M²

SANTA MARIA/RS. NOSSA SENHORA DE LOURDES. ESTRADA BR 158 – KM 23 – LOTE A, Nº 1000, GALPÃO, COM A ÁREA DE TERRENO 20.218,03M² E ÁREA CONSTRUÍDA DE 3.422,11M². INSCRIÇÃO MUNICIPAL 790900. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 53.973 DO CARTÓRIO DE REGISTO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SANTA MARIA/RS. CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETO EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR SUA VISITA OU ESCLARECER DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

Banco Mercedes-Benz

SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro , Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

69 mortos

Petro e Duque trocam acusações sobre acidente aéreo

BOGOTÁ

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, afirmou ontem que a aeronave que caiu na segunda-feira, na fronteira com o Peru, matando 69 pessoas, estava “sucateada” e responsabilizou seu antecessor Iván Duque por ter recebido um avião nessas condições dos EUA. Duque chamou Petro de “mesquinho e pouco inteligente” e exigiu uma investigação que incluía o peso transportado e o estado da pista do aeroporto. O modelo C-130 Hércules, fabricado em 1983 nos EUA, caiu a um quilômetro da pista de decolagem, no município de Puerto Leguízamo, perto da fronteira com o Peru, com 126 ocupantes e munições. O Ministério da Defesa afastou um ataque de guerrilhas que operam no território tomado por produtores de coca. ● AFP

____ Autoridades de Alemanha e Espanha prenderam um ucraniano (em Elda, na região de Alicante) e uma romena (em Rheine, na Renânia do Norte-Vestfália), suspeitos de espionar para a Rússia. Os dois são acusados de vigiar uma pessoa responsável por fornecer drones à Ucrânia. ●

Ano eleitoral

Lula sanciona lei que endurece penas e amplia combate às facções criminosas

— *Presidente só fez vetos pontuais, o que motivou críticas de especialistas; progressão de pena fica mais restrita e, em alguns casos, exigem-se até 85% do cumprimento em regime fechado*

GABRIEL HIRABAHASI
VICTOR OHANA
BRASÍLIA
ÍTALO LO RE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou com poucos vetos ontem a lei de combate às facções criminosas, após meses de discussões e várias versões no Congresso Nacional. Com o governo pressionado no tema e mal avaliado, o texto avançou quase na íntegra, com foco em endurecimento de penas e corte de benefícios como anistia e indulto. No Planalto, em tom eleitoral, Lula ressaltou a chance de “pegar os responsáveis que moram em apartamentos de luxo”, chamados por ele de “magnatas do crime”.

O texto sancionado pelo presidente considera facção criminosa toda organização criminosa ou grupo de três ou mais pessoas que empregue violência, grave ameaça ou coação para controlar territórios, intimidar populações ou autoridades. O enquadramento vale ainda quando atacarem serviços, infraestrutura ou equipamentos essenciais. Alei estabelece que lideranças conectadas a esses crimes deixam de ter benefícios como anistia e indulto, fiança ou liberdade condicional. A progressão de pena fica mais restrita. Em alguns casos, exigem-se até 85% do cumprimento em regime fechado. Os líderes de facções cumprirão pena ou prisão preventiva em presídios de segurança máxima.

Estabelecem-se penas mais severas para lideranças, com reclusão de 20 a 40 anos, além de lançar mão de mecanismos de asfixia financeira, logística e material das facções. Outro ponto é que, com a aprovação do projeto, agora as audiências de custódia podem ser realiza-

das por videoconferência. A ideia é que os presídios tenham salas próprias para isso. Antes da audiência, o preso terá direito a uma conversa prévia e sigilosa com sua defesa.

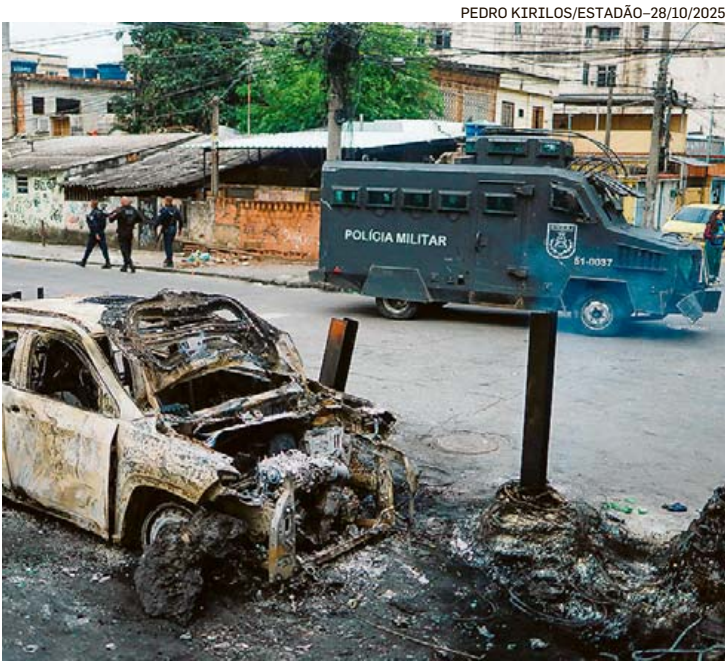
O tema era polêmico e alvo de nota contrária de 159 juristas do País. A mobilização desses juristas e de entidades como o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) reforçou as críticas ao projeto. “O que se observa, ao final, é a conformação de uma política vol-

Ainda há polêmica
A permissão para audiências de custódia por videoconferência é criticada por juristas

tada à automatização de prisões, a qual é notoriamente ineficaz em melhorar a segurança pública do País.”

Lula criticou a frequência com que pessoas presas são soltas poucos dias depois nas audiências de custódia. “Tem uma coisa muito grave que os governadores se queixam que é que muitas vezes a polícia prende, faz uma festa e três dias depois a pessoa está solta outra vez. É preciso que quando a polícia prender, com provas concretas, o cidadão não possa ser dono da sua própria pena e punição”, declarou.

O presidente vetou apenas dois pontos. Um deles por, no entendimento do governo, permitir o enquadramento de pessoas na nova lei mesmo sem que elas integrem comprovadamente organizações criminosas. “O dispositivo padece de inconstitucionalidade porque desvirtua a lógica estrutural do projeto de lei ao penalizar atos cometidos por pessoas alheias às organizações criminosas, cujas condutas já estão tipificadas no Código Pe-



Operação no Rio; Lula criticou soltura poucos dias após prisão

Temas com maior apelo eleitoral foram deixados de lado

A proibição de que os presos provisórios votem e o auxílio-reclusão para familiares de líderes de facções, temas com maior apelo eleitoral, foram deixados de lado, apesar de serem criticados por PT e partidos de esquerda.

Em seu discurso, Lula mencionou esses dois dispositivos brevemente. No caso do auxílio-reclusão, ressaltou que “é uma coisa tão importante quanto a própria lei”. “O cidadão que quiser cometer seus crimes, que ele saiba que seus filhos e sua esposa

irão pagar pela irresponsabilidade dele. Eu acho que foi medida muito relevante. Ele tem de sentir que não está causando mal apenas à sociedade, mas à sua família”, afirmou o presidente.

O Palácio do Planalto optou por não se envolver em alguns temas por causa da péssima repercussão que teria. Entendeu que seria melhor que os pontos fossem posteriormente questionados na Justiça e analisados pelo Judiciário. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César, disse que ainda vai apresentar ao presidente uma nova sugestão de decreto sobre o combate ao crime. ●

nal, promovendo sobreposição normativa e insegurança jurídica”, justificou.

O outro é o que destinaria recursos e produtos apreendidos do crime organizado para um fundo dos Estados e do Distrito Federal. “A proposição

contraria o interesse público na medida em que reduz receita da União em momento de potencial elevação da demanda por recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, destinados ao enfrentamento do crime organizado, bem co-

mo à expansão, modernização e qualificação do sistema.” O deputado Guilherme Derrite (PP-SP), relator do projeto na Câmara, considera que os vetos serão derrubados.

Entre outros pontos, a nova lei institui o Banco Nacional de Dados de Organizações Criminosas, que promove integração obrigatória a bases estaduais. O objetivo é fortalecer consolidação e o compartilhamento de informações sobre pessoas e estruturas vinculadas a organizações criminosas. O texto promove também maior segurança jurídica à cooperação internacional pela Polícia Federal, fortalecendo a integração e a coordenação da instituição com os demais órgãos da União e as polícias estaduais, formalizando as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs).

‘POSIÇÃO MAIS PRAGMÁTICA’.

“O governo tomou uma posição mais pragmática de vetar apenas a questão do financiamento, que afetava diretamente as finanças federais, e a questão dos movimentos sociais, porque, de fato, ali tem um ponto bastante grave, que poderia confundir”, afirma Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo ele, a lei segue com pontos problemáticos, como o julgamento de homicídios por varas criminais colegiadas e as restrições de votos para presos. “A sanção hoje sinaliza que o governo não quer passar a imagem de ser tolerante, mas, na minha avaliação, isso é bastante preocupante, porque naturaliza que o combate ao crime vai ser sempre feito com base em uma política que não necessariamente vai resolver o problema e não vai estar focado em lavagem de dinheiro e lideranças.” ●

Como ficam as penas

O texto endurece as penas para crimes cometidos por integrantes de organização criminosa, paramilitar ou milícia privada. Em casos de:

- Ameaça qualificada – pena

de prisão de 1 a 3 anos

- Lesão corporal seguida de morte – prisão de 20 a 40 anos
- Lesão corporal – aumento da prisão (três meses a um ano) em 2/3 da pena
- Sequestro ou cárcere privado – prisão de 12 a 20 anos
- Furto – pena de prisão de quatro a dez anos e multa

- Roubo – aumento da pena para esse crime (quatro a dez anos) em três vezes
- Latrocínio – pena de prisão de 20 a 40 anos, e multa
- Extorsão – aumento da pena para esse crime (quatro a dez anos) em três vezes
- Extorsão mediante sequestro – aumento da pena para es-

se crime (8 a 15 anos) em dois terços

- Receptação – aumento da pena para esse crime (um a quatro anos, e multa) em 2 terços
- Tráfico de drogas – aumento da pena (5 a 15 anos e multa, no caso de tráfico, e dois a seis anos, também com multa, na situação de colaboração em

grupo)

- Posse e porte irregular de arma de fogo de uso permitido ou restrito – aumento da pena em 2/3 (nesses três últimos crimes as penas variam entre o mínimo de 1 ano e o máximo de 6 anos de prisão), se praticado em concurso ou ligado ao tráfico de drogas

Apagões em sequência

Agência adia votação sobre contrato da Enel por tempo indeterminado

Decisão ocorre após liminar judicial; dentro da autarquia cresce dúvida sobre abrir novo processo para caso de rescisão

MALU MÔES
RENAN MONTEIRO
BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou por tempo indeterminado a votação que pode levar ao fim do contrato (caducidade) da distribuidora Enel na Grande São Paulo. O adiamento foi anunciado ontem, em reunião da diretoria da autarquia para deliberação sobre o processo. Mas até dentro da autarquia já surgem dúvidas sobre o processo.

Uma decisão liminar da Justiça Federal suspendeu o andamento do caso a pedido da concessionária. “Em função dessa decisão judicial, estou pedindo para retirar de pauta (*a análise*)”, disse o diretor da agência, Gentil Nogueira de Sá Junior, que havia dado até 2 de abril para que a Enel apresentasse defesa sobre o processo.

Em nota, a Enel afirmou que atua “em plena conformidade



TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Em dezembro, mais de 4 milhões de imóveis ficaram no escuro

MPF pede revogação da decisão judicial que interrompeu processo

O Ministério Público Federal (MPF) pediu na segunda-feira a revogação da decisão da Justiça e a retomada do processo na Aneel. “As agências reguladoras gozam de autonomia técnica e decisória. A celeridade conferida pela Aneel é uma resposta necessária.”

Parecer da Procuradoria Federal junto à Aneel alegou

inexistência de impedimentos para a análise. “A empresa exerceu seu direito prévio de defesa. O rito legal para a recomendação da caducidade da Enel SP foi observado pela agência.”

O órgão também aponta não ser necessário descumprimento de indicadores previstos em contratos para haver a rescisão. “Existe fundamento legal para reprimir a conduta de uma concessionária que demora mais de 24 horas para restabelecer o serviço.” ●

com suas obrigações contratuais e regulatórias e segue comprometida com a melhoria contínua do serviço prestado aos seus clientes”.

Nas ações na Justiça e na Aneel, a Enel alega violação ao direito de defesa. Também defende não haver indicadores que demonstrem que a empresa descumpriu o contrato. Outro argumento é a suposta impossibilidade de a agência analisar neste processo, instaurado em outubro de 2024, o apagão de dezembro por se tratar de evento posterior.

APAGÃO. A Aneel analisa recomendar a rescisão após um apagão em dezembro afetar mais de 4 milhões de imóveis na região metropolitana – o terceiro grande blecaute na área desde 2023. A energia só voltou para todos os afetados após seis dias.

Embora o serviço seja prestado no âmbito local, o governo federal é o responsável pelo contrato e só ele pode rescindi-lo. Mas para isso é necessária recomendação da Aneel. A autarquia analisa o rompimento desde outubro de 2024. Ainda naquele ano, a agência chegou a pactuar um plano de melhorias do serviço – que a Enel defende ter cumprido, assim como todas as outras obrigações contratuais.

Até o fim da semana passada, havia entendimento firmado dentro da diretoria da Aneel apontando a existência de elementos suficientes para, desde já, recomendar a caducidade do contrato, sem necessidade de todo o rito de abertura de um processo específico sobre extinção contratual. Essa interpretação foi expressa pu-

blicamente, ou sob reserva, por pelo menos dois diretores.

Ontem, porém, a Procuradoria-Geral da Aneel apresentou manifestação que contraria em parte esse entendimento, ao avaliar a necessidade de abrir um processo que trate especificamente da caducidade. Isso significa que haverá dilação de prazo para uma eventual deliberação final da Aneel sobre o tema. A diretoria ainda não se debruçou detalhadamente sobre esse parecer.

Com eventual abertura de um novo processo, a Enel SP teria condições de apresentar nova defesa, contrariando a eventual constatação de que não houve cumprimento do

O que diz a concessionária
Nas ações na Justiça e na Aneel, a Enel SP alega violação ao direito de defesa

plano de resultados. Contudo, a distribuidora não teria como “corrigir” as suas ações, já que essa oportunidade foi dada antes. Esse é o entendimento de um dos diretores ouvidos pela reportagem. Resta agora aguardar a posição dos demais.

MUDANÇA DE TOM. Em dezembro, o Ministério de Minas e Energia, o governo paulista e a Prefeitura da capital se uniram para pedir a caducidade. Neste mês, porém, o ministro Alexandre Silveira mudou o tom e passou a defender a renovação do contrato.

O contrato de concessão vai até 2028. A Enel, no entanto, tenta renovar o acordo por mais 30 anos. ●

Não haverá ‘2ª chance’ para correção de falhas

A Enel São Paulo não terá “segunda chance” para corrigir eventuais falhas identificadas pela área técnica da Aneel no processo que pode levar à recomendação da caducidade do contrato, relatam fontes da agência.

Regimentalmente, antes da deliberação sobre a extinção contratual, há um rito de ampla defesa e possibilidade de corrigir eventuais irregularidades identificadas. No caso da Enel São Paulo, o entendimento dentro da Aneel é que já houve oportunidade de correção das possíveis transgressões na prestação do serviço.

Apesar da discussão interna sobre a necessidade ou não de abertura de processo específico de caducidade, isso não muda a perspectiva de que a reguladora já abriu caminho para melho-

ria na prestação do serviço e não haveria “segunda chance”.

Na semana passada, a área técnica da Aneel concluiu parecer avaliando a necessidade de extinção do contrato. Os técnicos apontam histórico de “reiteradas falhas” na prestação do serviço, em relação ao atendimento emergencial. O parecer avaliou a persistência de desempenho inadequado no evento climático de dezembro de 2025, mesmo após adoção de várias medidas pela Aneel.

Em resposta, a Enel disse que a nota técnica da Aneel tem falhas substanciais. Sobre o apagão de 2025, disse que mobilizou contingente de equipes superior ao apresentado à Aneel previamente no plano de contingência. Em defesa de sua atuação, a empresa também cita o restabelecimento de mais de 80% dos clientes afetados em até 24 horas. ●

COLUNA

**SECOVIS**
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Informe Publicitário

Jornalista Responsável: Sílvia Carneiro - MTb 19.466

Ano 43 Nº 2.277 - 25 de março de 2026

secovi.com.br

Interior e Baixada Santista têm recorde histórico de vendas

Dados da inteligência de mercado do Secovi-SP mostram avanço de 17% no volume comercializado

A Pesquisa do Mercado Imobiliário Secovi-SP do Interior, referente a 2025, registra o melhor desempenho da série histórica do setor nas 41 cidades paulistas monitoradas: crescimento de 17% no volume de unidades comercializadas (73 mil) e avanço de 22% em valor geral de vendas (VGV total de R\$ 37 bilhões).

O segmento econômico manteve participação equilibrada, com 45% das unidades lançadas vinculadas ao programa Minha Casa Minha Vida, em linha com a média nacional. O programa ampliou o acesso ao crédito e deu previsibilidade à demanda, especialmente no extrato de famílias de menor renda, contribuindo para estabilidade do mercado mesmo em ambiente de juros altos.

Com base nas estimativas mais recentes do IBGE e da Fundação Seade para 2025/2026, atualmente, 74,2% da população paulista reside fora da capital. O fenômeno de "interiorização" e "litoraneização" se firma como tendência, transformando locais antes vistos como refúgio de final de semana ou aposentadoria em destinos permanentes.

Favorece esse movimento a qualidade de vida proporcionada. Indústria, comércio, universi-



O desejo de viver com tranquilidade e qualidade de vida impulsiona o mercado

dades, hospitais, oferta de empregos, segurança pública e outros serviços atraem moradores de todas as faixas de renda. Conforme levantamento específico sobre o perfil da demanda, realizado pelo Secovi-SP em parceria com a Brain Inteligência Estratégica, 50% dos entrevistados declaram ter intenção de compra nos próximos 24 meses, sendo os apartamentos objeto de desejo de 48% do público consultado.



LEIA MAIS

São Paulo

Blitz flagra mofo e desperdício em escolas

TCE fez varredura simultânea em 300 cidades com foco em escolas municipais; descontrolado de estoque e insegurança preocupam

FAUSTO MACEDO
FELIPE DE PAULA

Material escolar armazenado em ambientes sujos e mofados, livros didáticos empilhados longe dos alunos e uniformes em condições precárias. Esse foi o saldo da primeira fiscalização ordenada de 2026, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo na segunda-feira. A operação mobilizou 379 servidores para varredura simultânea em 300 municípios do interior e litoral paulista e teve como ponto central escolas administradas pelas prefeituras.

Os números revelam um apagação administrativo na gestão de insumos. Em 66% das escolas e almoxarifados visitados, não há procedimento de con-



78% dos locais visitados mantêm materiais obsoletos ou inservíveis

trole de estoque para materiais didáticos, e 58% nem sequer monitoram as quantidades mínimas e máximas necessárias para o ano letivo. O reflexo desse descontrole é imediato: em 17% das cidades fiscalizadas, não houve entrega de material escolar.

A ausência de rotinas de auditoria atinge mais da metade das escolas (58%), o que torna

o fluxo de materiais um “ponto cego” para a administração. O cenário de vulnerabilidade é agravado pelo descaso com ocorrências críticas: 90% das unidades não possuem registros de perda, extravio, furto ou avaria de materiais.

UNIFORMES. O item uniforme escolar apresentou dados alarmantes. Em 59% das escolas

vistoriadas, as vestimentas nem sequer chegaram aos estudantes. Quando chegam, segundo o TCE, a qualidade é questionável. Em um município, os brasões e nomes da cidade desprendiam-se do tecido. Além disso, 34% das escolas não possuem protocolos para a devolução de itens com defeito, e o desabastecimento é real em 19%. Na inspeção, os audi-

Sem condições
90% não têm plano de contingência para incêndio e 75% não têm auto de vistoria dos bombeiros

tores notaram que 43% dos alunos não trajavam o uniforme.

Segundo a fiscalização, a precariedade atinge o abrigo físico dos materiais. Em 87% dos locais, não há normativas internas que regulamentem a gestão dos depósitos, e em pouco mais da metade não existe um responsável formalmente designado para a função. A apuração mostra falta de relatórios

periódicos de movimentação (61%) e ausência de avaliação de riscos (68%). O ponto mais crítico é a segurança. Praticamente 9 em cada 10 locais (89%) não possuem plano de contingência para incêndios ou enchentes, e 75% dos espaços operam sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). No interior das escolas, 78% mantêm materiais obsoletos ou inservíveis, enquanto 28% estocam materiais didáticos nunca usados.

Cristiana de Castro Moraes, presidente do Tribunal de Contas do Estado, disse que ficou “espantada”. “Eu faço auditoria há bastante tempo. Aqui no Tribunal já fizemos mais de 50 ordenadas, mas as imagens que nos chegaram aqui, hoje, me chocaram muito. Nós vimos estoques de produtos vendidos. Nós vimos também televisores armazenados há muito tempo, computadores, toners vencidos, ou seja, um desperdício de dinheiro público, uma má qualidade, um mau cuidado com a educação, com o dinheiro público.” ●

ESPM e Lide lançam escola com cursos para formar executivos

VANESSA FAJARDO

A ESPM e o Lide criaram a ESPM Lide Corporate Academy, uma escola com três cursos livres voltados para formação de altas lideranças, empresários e executivos. Os três cursos oferecidos inicialmente, com máximo de 30 alunos por iniciativa, foram desenhados pela escuta e pelas demandas de empresários ligados ao Lide, que reúne 4 mil empresas associadas e mais de 10 mil executivos. As aulas terão início em abril e os valores ficam entre R\$ 28 mil e R\$ 48 mil.

Além do corpo docente da ESPM, empresários também serão convidados para dar aulas e ministrar palestras. Entre as formações, há opções que vão antecipar tendências tecnológicas e demandas do mercado voltadas para executivos com cargos de alta gestão das companhias, como o “Strategic Foresight para Líderes Visionários”. As aulas, no formato presencial, vão ocorrer no campus ESPM Tech, na Vila Mariana, e na Casa Lide, na Avenida Faria Lima.

Já o “Inovação, Criatividade e Liderança em Tempos de IA”

vai abordar o avanço da inteligência artificial e formas de implementação de recursos tecnológicos de maneira segura e estruturada dentro das companhias. Por fim, o “Next Gen: Sucessão” está voltado à preparação para assumir empresas de família. “Há uma demanda muito grande, especialmente de empresários que desejam fazer a sucessão de suas empresas, seja para os filhos ou para uma próxima geração de executivos”, diz João Doria Neto, CEO global do Lide.

Programas iniciais
Vão focar tendências tecnológicas, IA e sucessão em empresas familiares

Dalton Pastore, CEO da ESPM, diz que os cursos vão funcionar como programas porque incluem seminários, workshops, palestras e a possibilidade de imersões internacionais. Segundo ele, a parceria vai aproximar “as dores do mercado” da universidade. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

O FERIADO PERFEITO

ESTÁ AQUI!

Uma pausa merecida para viver dias de tranquilidade, lazer e boa gastronomia em um resort pensado para receber famílias.

FAÇA SUA RESERVA! ☎ 12 3132-3555

Feriado de Tiradentes - 17 a 21 de abril • Hospedagem em resort com pensão completa
Porque viajar também é uma forma de celebrar o tempo.

HOTEL RESORT E GOLFE
CLUBE DOS
500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@ hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel
escaneando
o QR Code!

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira

Última Atualização: 24/03

HOJE: MANHÃ

23°

10%

HOJE: TARDE

27°

50%

HOJE: NOITE

23°

40%

VOLUME DE CHUVA

4MM

UMIDADE RELATIVA

75 a 95%

AMANHÃ

20°/28°

SEXTA

20°/29°

SÁBADO

19°/29°

DOMINGO

19°/30°

SOL

NASCENTE: 6h11

POENTE: 18h13

LUA: CRESCENTE

CRESCENTE 25/03 16h19

CHEIA 01/04 23h13

MINUANTE 10/04 1h55

NOVA 17/04 8h54

Regiões do Estado de SP

Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)

Precipitação Média

Fontes dos dados: meteoblue®

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÓ		50%	1mm 26°C/29°C
BELÉM		75%	11mm 25°C/28°C
BELO HORIZONTE		60%	3mm 20°C/26°C
BOA VISTA		30%	2mm 26°C/33°C
BRASÍLIA		90%	22mm 19°C/24°C
CAMPO GRANDE		90%	24mm 23°C/27°C
CUIABÁ		75%	13mm 24°C/28°C
CURITIBA		10%	0mm 17°C/27°C
FLORIANÓPOLIS		30%	1mm 24°C/29°C
FORTALEZA		30%	3mm 26°C/30°C
GOIÂNIA		85%	29mm 21°C/25°C
JOÃO PESSOA		30%	0mm 25°C/31°C
MACAPÁ		55%	4mm 25°C/29°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ		40%	2mm 24°C/30°C
MANAUS		75%	8mm 26°C/29°C
NATAL		5%	0mm 26°C/30°C
PALMAS		55%	10mm 24°C/31°C
PORTO ALEGRE		80%	7mm 22°C/23°C
PORTO VELHO		65%	9mm 24°C/29°C
RECIFE		50%	1mm 27°C/30°C
RIO BRANCO		70%	7mm 23°C/31°C
RIO DE JANEIRO		10%	0mm 24°C/29°C
SALVADOR		55%	9mm 25°C/29°C
SÃO LUÍS		60%	10mm 25°C/30°C
TERESINA		50%	3mm 25°C/31°C
VITÓRIA		60%	4mm 22°C/28°C

Transportes

Governo sugere R\$ 10 a ser pagos ao trabalhador por entrega via app

Boulos fez aceno a trabalhadores com valor maior do que o que está no Congresso e aproveitou para criticar plataformas

DANIELLE BRANT
BRASÍLIA

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, divulgou ontem o relatório do grupo de trabalho sobre entregadores por aplicativos. E defendeu transparência na composição de preços de corridas e entregas, conforme medida assinada pela Secretaria Nacional do Consumidor. O discurso teve tom eleitoral e críticas às plataformas.

O texto traz propostas de alteração ao projeto que tramita na Câmara sob relatoria do deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE). O relatório sugere delimitar o alcance da lei exclusivamente aos serviços de transporte de passageiros e coleta e entrega de bens.

Propõe-se a elevação do piso por serviço para R\$ 10 – o relatório de Coutinho estabelece R\$ 8,50 e ele já deu sinais de que não pretende alterar esse valor. No texto, o GT afirma que o acréscimo garantiria “o atendimento da reivindicação da categoria e que a retribui-

ção mínima seja compatível com os custos operacionais”. O relatório do grupo de trabalho também defende o pagamento integral de rotas agrupadas, proibindo a redução de valores para entregas múltiplas em uma mesma viagem.

O grupo de trabalho prevê adicional por distância de R\$ 2,50 por quilômetro rodado. Segundo o relatório, a medida busca compensar custos operacionais variáveis, como combustível, desgaste do veículo e tempo adicional de deslocamento, evitando perdas financeiras ao trabalhador em trajetos mais longos. “Quem enche o tanque e paga a gasolina é o motorista. Quem trabalha é o motorista. E a plataforma ficar com 40%, 50% de cada viagem... Chamam isso de taxa de redenção. Para nós, isso é uma taxa de agiotagem, uma taxa de exploração dos trabalhadores”, disse Boulos.

No evento, ele anunciou uma parceria com o Banco do Brasil, via Fundação BB, e com a Secretaria-Geral da Presidência para a implementação de pontos de apoio para entregadores e entregadoras de aplicativos. O acordo prevê a criação de espaços físicos para apoiar o trabalho de entrega urbana, com banheiros, áreas de descanso, pontos de hidratação e recarga elétrica. A expectativa é de implementar cerca de 100

pontos, com investimento estimado de R\$ 24 milhões.

TAXAÇÃO. Boulos aproveitou ainda para criticar a pressão das plataformas contra a proposta do governo e citou notícias falsas que circulam nas redes sociais e que falam em taxa-ção. “Ninguém me tira da cabeça que essas mentiras têm o dedo das grandes plataformas por trás.”

Ação prática
Parceria com o BB prevê criação de espaços físicos para apoiar o trabalho de entrega urbana

O ministro afirmou ainda que a proposta de mudança é para garantir que as plataformas tenham limites. “E o limite delas é o direito de trabalhador. O limite delas é a dignidade das condições de trabalho. É isso que tem de limitar a ganância dessas plataformas”, disse.

Também presente, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, endossou as críticas e sugeriu que as plataformas têm interesse em manter o segmento sem regulamentação. “A quem interessa manter a situação assim como está?” ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor se queixa de mudança na conta de luz

Reclamação de Rui Accarino: “Fui vítima da empresa Enel de São Paulo, que de forma fraudulenta antecipou a data de vencimento da conta de energia elétrica sem que eu tivesse solicitado tal mudança. Não bastasse isso, a empresa não entregou a leitura da conta fisicamente em minha residência, além de não ter possibilitado a abertura do anexo da conta enviada por e-mail. A única coisa informada pela Enel é o valor e a data de vencimento, ou seja, nenhuma transparência ou clareza para confrontar, na conta, aquilo que se consumiu efetivamente no período. Nem no próprio site a empresa possibilita o acesso às contas de energia. Apenas solicitei mudança de titularidade face ao falecimento do senhor Rubens Accarino (meu pai, em dezembro do ano passado). Questiono também o aumento do consumo.”

Resposta: “A Enel esclarece que a alteração no vencimento ocorreu em razão da troca de titularidade do contrato, sem cobrança adicional ou prejuízo ao cliente. Trata-se de um procedimento padrão. A análise do histórico de consumo dos últimos 15 meses indicou que os valores faturados estão dentro da média histórica da unidade.” ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para spreclama@estadao.com

HÁ 150 ANOS

Mulheres estudantes

As mulheres querem a todo custo libertar-se da condição demasiado inferior em que estão colocadas. Aspiram, em todas as nações, a melhorar a sua situação por meio da instrução superior e dos graus universitários correspondentes.

As mulheres russas têm contribuído muito para o movimento emancipador; estudam em S. Petesburgo e em muitas universidades estrangeiras; as estudantes são bastante numerosas em Zurich; ha certo numero d'ellas em Barne e em algumas universidades britannicas.

Veja mais em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18760325-353-nac-0003-999-3-not>



CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para correcoes@estadao.com. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: <https://loterias.estadao.com.br/mega-sena>.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: **Balcão Limão** ● (11) 3856-2139 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 20h horas. Sábado, domingo e feriados via WHATSAPP (11) 99181-2018 ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail falecimentos@estadao.com, com nome do remetente, endereço, RG e telefone.

MISSA
João Baptista Monteiro da Silva Filho – Dia 28, às 17 horas, na Paróquia São Gabriel Arcanjo, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista (6 anos).
Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare, Cortel, Maya e Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

Site das concessionárias

Consolare:
<https://consolare.com.br>
Cortel SP:
<https://www.cortelsp.com.br>
Grupo Maya:

<https://grupomaya.com.br/>
Velar:
<https://velarspfuneraria.com.br/>

NA WEB
O município pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link <https://www.prefeitura.sp.gov.br>

Vida na cidade

Tarcísio planeja conceder Complexo do Ibirapuera

A previsão do governo do Estado é de que edital seja lançado no primeiro semestre deste ano e o leilão ocorra até dezembro

MALU MÔES

O governo do Estado de São Paulo abriu uma consulta pública sobre a concessão do Conjunto Desportivo

Constâncio Vaz Guimarães, conhecido como Complexo do Ibirapuera, na zona sul da capital. “A proposta busca qualificar e ampliar seu uso, mantendo sua vocação esportiva e pública, com melhoria da infraestrutura, ampliação do acesso e diversificação de atividades voltadas à população”, informa a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) em nota. A previsão da gestão Tarcísio de Freitas é de que o edital

seja lançado no primeiro semestre deste ano e o leilão ocorra até dezembro. A outorga está estipulada em R\$ 127,5 milhões. Em 2019, o então governador João Doria tentou passar o local à iniciativa privada. O argumento era de que o Estado teria perdido espaço no cenário esportivo e cultural. A gestão Doria alegava à época que a estrutura do complexo esportivo era obsoleta e não atendia aos padrões mínimos internacionais. Havia planos de construção de edifícios comerciais na área do complexo e até demolição do ginásio principal. Também foi cogitada a possibilidade de construir uma arena multiúso mais moderna e um shopping center no endereço. Antes, em 2017, o então governador Geraldo Alckmin chegou a lançar um chama-

mento público. Nove empresas se inscreveram e apresentaram estudos para o local. Em 2024, o Instituto do Patrimônio Nacional (Iphan) tombou o conjunto. O espaço chegou a receber um tombamento emergencial provisório em 2021, diante da proposta de Doria.

Qual é a contrapartida? A outorga está estipulada em R\$ 127,5 milhões e a concessão engloba a Vila Olímpica Mário Covas

Também em 2024, foi assinado o contrato de restauro do Estádio Ícaro de Castro Melo, localizado dentro do complexo, por R\$ 70 milhões. Agora, o governo Tarcísio de Freitas quer conceder o uso dos quase 92 mil m² do com-

plexo em troca de melhorias, como recuperação, manutenção e modernização das estruturas e a ampliação do acesso da população a atividades esportivas e de lazer. **VILA OLÍMPICA.** A concessão também engloba a Vila Olímpica Mário Covas, uma área de 174 mil m² próxima da Rodovia Raposo Tavares, na zona oeste paulistana. Ambos os equipamentos são hoje administrados pela Secretaria de Esportes do Estado. “A proposta é acompanhada pelos órgãos de preservação do patrimônio e respeita as diretrizes de proteção do conjunto que abriga o Complexo do Ibirapuera, assim como as diretrizes de uso da área da Vila Olímpica”, destacou a SPI. As contribuições podem ser encaminhadas até 24 de abril pelo site da secretaria. ●



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE



**SIMPLES**

**RÁPIDO**

**SEGURO**

REINVENTE SUA MANEIRA DE VENDER

EXPERIMENTE VENDER COM A SODRÉ SANTORO LEILÕES E TENHA ALTA LIQUIDEZ





WWW.SODRESANTORO.COM.BR

QUEROVENDER@SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a  mera do seu celular para o código ao lado e acesse a página

 SODRESANTORO

 SODRESANTORO

 (11) 2464-6464

 (11) 97777-1244

 LEILAOSODRESANTORO

Igreja Católica

1  diocese criada no País por Leão XIV é instalada

A instalação oficial da Diocese de Baturité, no Ceará, ocorre hoje. É a primeira diocese criada no Brasil pelo papa Leão XIV. O ato de criação da área

episcopal foi assinado pelo pontífice no dia 1.  de janeiro e nesta quarta-feira ocorrem as celebrações de instalação. Desmembrada da arquidio-

cese de Fortaleza, a diocese de Baturité passa a abranger 14 municípios e 21 paróquias em uma área com um total de 298.221 habitantes. Leão XIV

designou o bispo franciscano capuchinho dom Luís Gonzaga Silva Pepeu para dirigir a nova divisão territorial e administrativa da Igreja. A Igreja Matriz Nossa Senhora da Palma, em Baturité, foi indicada como catedral da nova diocese cearense. O tem-

plo é um dos mais importantes símbolos religiosos e culturais da região, com uma história ligada aos primórdios da ocupação e da evangelização do Maciço. A construção da igreja teve início em 1764 e foi concluída em 29 de novembro de 1784. ●



Seleção brasileira

Entre tradição e redes sociais, nova camisa busca identidade

— *Uniforme da Copa mistura elementos culturais e históricos, mas o slogan “Vai, Brasa” gera estranhamento entre torcedores e especialistas*

A Nike apresentou na semana passada a nova camisa da seleção brasileira para a Copa do Mundo de 2026, dentro da campanha “Vai, Brasa”. O slogan não conquistou de imediato os torcedores, que apontam falta de identificação com a forma como a seleção é retratada. Especialistas ouvidos pelo **Estado** também destacam que, embora haja tentativa de aproximação com o público jovem, a comunicação enfrenta resistência por não refletir o sentimento genuíno da torcida.

O uniforme estará disponível nas lojas físicas e online da marca a partir de 1.º de abril, com preços que variam conforme os modelos (torcedor e jogador). A estreia oficial acontece já nesta Data Fifa: o Brasil enfrenta a França, em amistoso no dia 26 de março, com o uniforme azul; a tradicional camisa amarela será usada contra a Croácia, no dia 31.

O uniforme conta com detalhes como formas geométricas da bandeira e a expressão “Vai, Brasa”. Elementos culturais, como listras inspiradas na capoeira e um escudo que mistura o retrô e o moderno, também foram incluídos.

PÚBLICO-ALVO. O apelo às redes sociais é visto na análise de Fábio Wolff, sócio-diretor da Wolff Sports e especialista em marketing esportivo. “Fica claro que existe uma tentativa de reposicionar a comunicação da seleção para algo mais jo-



NIKE/DIVULGAÇÃO

vem, digital e conectado com linguagem de torcida e redes sociais. Ao mesmo tempo, há um cuidado em manter elementos históricos no design do uniforme, o que mostra esse equilíbrio entre tradição e renovação”, avalia.

Para Wolff, o desafio é que o slogan soe orgânico para o torcedor identificado com a seleção brasileira. “Quando parece forçado, a rejeição é imediata. Em termos de marketing, a ideia é boa, mas o sucesso depende muito mais da identificação genuína do público do que apenas da estética ou da frase escolhida.”

Essa repercussão que define o sucesso também é vista pelo CEO da Heatmap e especialista em patrocínios e ativa-

Gabriel Sara cita Diniz e mira chance dada por Ancelotti: ‘Surpresa’

Convocado pela primeira vez, o meio-campista Gabriel Sara realizou o desejo de viver o ambiente da seleção brasileira justamente na reta final de preparação para a Copa do Mundo. Ontem, ao comentar o momento especial, citou Fernando Diniz, ex-treinador da equipe e seu técnico no São Paulo.

“Diniz é um pai que eu tive. Foi extremamente importante no início da minha carreira. Teve paciência, me ajudou a amadurecer e acreditou mais em mim do que eu

mesmo. Carrego ele no coração. É uma pessoa muito necessária no Brasil”, disse.

Jogador do Galatasaray, da Turquia, Sara pode jogar como primeiro volante ou até como meia-atacante e disputa vaga em um setor ainda aberto na seleção. Fora dos principais campeonatos da Europa, admitiu surpresa ao ver seu nome na lista de Carlo Ancelotti.

“Foi uma grande surpresa. Se olhar três meses para trás, não imaginaria estar aqui. É muito difícil chegar à Seleção e agora é o início de uma trajetória. Espero estar apto. É a oportunidade da vida e tenho que agarrar com unhas e dentes”, afirmou. ●

ções de marketing esportivo, René Salviano. “Sempre que uma instituição desportiva lança seu manto, temos opiniões que se dividem, pois se trata da nossa maior paixão, que é a seleção brasileira de futebol. Os brasileiros se sentem técnicos, se sentem donos dessa marca”, afirma.

OTIMISMO. Salviano é mais otimista a respeito da campanha. “Ao se aproximar da Copa do Mundo, as análises da campanha de marketing ou do design da camisa sairão do âmbito do digital e acredito que teremos mais um recorde de vendas”, projeta.

“A campanha ‘Vai, Brasa’ busca rejuvenescer a marca da Seleção, mas a legitimidade é seu maior desafio. O público jovem possui um radar de autenticidade apurado e costuma rejeitar narrativas que pareçam artificiais, embora goste da disrupção. Por sua vez, um público mais velho tende a pre-

Estreia dos uniformes Amanhã, contra a França, o Brasil jogará de azul; na terça, diante da Croácia, será a vez da ‘Amarelinha’

ferir o que lhe é tradicional, como forma de acessar sua memória afetiva e resgatar os tempos de glórias da seleção. Embora o design da camisa equilibre elementos tradicionais e modernos, o slogan gerou um grande estranhamento inicial para ambos os públicos”, explica Thales Rangel Mafia, gerente de marketing da Multimarcas Consórcios.

O Brasil está no Grupo C da Copa e fará três jogos nos Estados Unidos. A estreia será contra o Marrocos, no dia 13 de junho, às 19h (de Brasília), em Nova Jersey. O segundo jogo acontece diante do Haiti, no dia 19 de junho, às 22h, na Filadélfia. A fase de grupos se encerra contra a Escócia, no dia 24 de junho, às 22h, em Miami. ●

Argentina

Convocação de Giay amplia lista de atletas do Palmeiras em seleções

O lateral-direito Agustín Giay, do Palmeiras, vai defender a Argentina nos jogos da Data Fifa de março. Ele foi convocado para substituir Gonzalo Montiel, do River Plate, que sofreu uma lesão em um jogo do Torneio Apertura e foi cortado para os amistosos contra Mauritânia e Zâmbia.

A convocação do jogador aumenta a lista de atletas do clube paulista que vão represen-

tar suas respectivas seleções nesta reta final de preparação para a Copa do Mundo.

Esta é a primeira convocação do atleta para a seleção principal. No Palmeiras desde 2024, ele contabiliza 73 partidas. Titular nos últimos três jogos do Palmeiras no Campeonato Brasileiro, o defensor vem se firmando na equipe com o técnico Abel Ferreira.



CESAR GRECO/PALMEIRAS

Giay recebeu sua 1ª convocação pela seleção da Argentina

Giay já estava em Buenos Aires de folga e foi incluído na lista elaborada pelo técnico Lionel Scaloni. O outro lateral do grupo é Nahuel Molina, que atua no futebol europeu e defende o Atlético de Madrid.

Atual campeão do mundo, a Argentina vai a campo na sexta, quando enfrenta a Mauritânia. O segundo compromisso acontece no dia 31, terça-feira, diante da Zâmbia. Os dois compromissos serão em Buenos Aires.

Na seleção, Giay vai fazer companhia ao atacante Flaco López. Além deles, mais seis jogadores do Palmeiras foram convocados. O Paraguai terá o zagueiro Gustavo Gómez, o

atacante Ramón Sosa e ainda o meia-atacante Maurício, que recentemente se naturalizou paraguaio e foi convocado pela primeira vez pelo técnico argentino Gustavo Alfaro.

Uruguai e Colômbia também contam com treinadores argentinos. Na seleção uruguaia, o técnico Marcelo Bielsa tem o lateral-esquerdo Piquerez e o volante Emiliano Martínez. Já na seleção colombiana, Nestor Moreno convocou o meio-campista John Arias, que chegou recentemente ao Palmeiras e já tem dois gols, marcados nos dois últimos jogos da equipe, contra Botafogo e São Paulo, pelo Campeonato Brasileiro. ●

Esqui Alpino

‘Orgulho imenso’, diz Lucas Braathen após vencer Copa do Mundo

Esquiador recebe o Globo de Cristal, troféu inédito ao Brasil, de melhor esquiador do slalom gigante na temporada

LARA MUSA

O primeiro campeão olímpico do Brasil em Jogos de Inverno alcançou ontem um troféu inédito para o País: Lucas Pinheiro Braathen venceu a última etapa da modalidade slalom gigante na Copa do Mundo de Esqui Alpino, disputada em Lillehammer, na Noruega, e se tornou campeão da categoria na temporada 2025-2026.

Para conquistar o título, o esquiador cravou o tempo de 2min20s65 na soma de suas duas descidas. O resultado garantiu não apenas a vitória na etapa norueguesa, como também deu a ele o primeiro lugar na classificação geral da temporada, garantindo o Globo de Cristal do slalom gigante, entregue ao melhor esquiador do ano na categoria.

A modalidade é a mesma em que Lucas Braathen conquistou a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Inverno Milão-Cortina 2026, disputados em fevereiro, na Itália.

Essa é a segunda vez que o brasileiro nascido na Noruega conquista o troféu de melhor esquiador, mas a primeira desde que passou a defender o Brasil. Seu primeiro Globo de Cristal foi no slalom, em 2023, quando defendia a Noruega.

Lucas definiu como “emocionante” a primeira vitória representando o Brasil na Copa do Mundo. “Poder olhar para este Globo de Cristal com a bandeira brasileira no meu peito é algo de que me orgulho imensamente. Só quero continuar e ver quantos mais consigo conquistar, e gostaria de agradecer a todos que estiveram comigo nos momentos difíceis e nos bons, porque eu jamais conseguiria sem eles”, declarou o esquiador de 25 anos.

A PROVA. Lucas realizou duas descidas perfeitas em Lillehammer e completou a sua rotina com 2min20s65 de tempo total – a pontuação soma os tempos das duas apresentações de cada atleta.

O bom desempenho do brasileiro o colocou na disputa pela primeira posição, mas ainda atrás do suíço Marco Oder-



CORNELIUS POPPE / NTB / AFP

Lucas recebe Globo de Cristal em sua terra natal, a Noruega

matt, que liderava a etapa.

A situação, no entanto virou na direção de Lucas quando o seu principal adversário na luta pelo título sofreu uma queda na primeira descida e não completou a prova. Dessa forma, mesmo tendo apenas o oitavo melhor tempo em sua segunda descida, a parcial foi suficiente para a vitória.

O pódio na Noruega foi completado pelos esquiadores Loic Meillard, da Suíça, em segundo, e Atle Lie McGræff, da Noruega, em terceiro.

“Olhar para este Globo de Cristal com a bandeira brasileira no meu peito é algo de que me orgulho imensamente. Quero continuar e ver quantos mais consigo conquistar, e gostaria de agradecer a todos que estiveram comigo nos momentos difíceis e nos bons. Eu jamais conseguiria sem eles”

Lucas Pinheiro Braathen, Esquiador campeão do Globo de Cristal no slalom gigante

Na classificação geral, que valeu o Globo de Cristal do slalom gigante na temporada, o brasileiro terminou com 547 pontos, à frente de Odermatt, que somou 495 na temporada.

“Só espero que isso inspire algumas crianças a realmente acreditarem em quem são, mesmo que às vezes se sintam um pouco diferentes”, disse Lucas. “(Dedico essa vitória) à família que nunca consigo ver porque escolhi esta vida. Ao meu pai, que foi a única pessoa que esteve comigo nesta jornada

do começo ao fim, ainda aqui, ainda acreditando, não importa o caminho que eu queira seguir. Eu nunca teria conseguido se não fosse por ter a família mais linda e acolhedora”, disse.

E Lucas também lembrou de sua equipe após a consagração. “O esporte exige muitos recursos, muita logística envolvida. Mas, no fim das contas, consegui montar uma equipe onde ninguém trabalha para o outro, trabalhamos juntos. Nos consideramos igualmente importantes para o resultado final, que é o quanto rápido eu consigo esqui.”

Hoje, Lucas tenta repetir o feito em Lillehammer e conquistar o Globo de Cristal também na modalidade slalom. A primeira descida da última prova da temporada ocorre a partir das 6h30.

O GLOBO DE CRISTAL. A Copa do Mundo de Esqui Alpino é o circuito de elite da modalidade, em que são disputadas etapas em diferentes categorias ao longo do ano, com premiação aos melhores do ranking ao fim da temporada, o Globo de Cristal de melhor esquiador do ano classificação geral – e, em versões menores, para o melhor de cada categoria.

Braathen entrou na etapa final já sabendo que não podia conquistar o principal Globo, que inclui os pontos acumulados de cada especialidade. Mas ficou com a premiação no ranking do slalom gigante e segue com a possibilidade de faturar outro ouro na modalidade slalom. ● COLABOROU BRUNO ACCORSI

Federação Paulista de Futebol

Justiça barra eleição à presidência com candidatura única de Carneiro Bastos

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a suspensão da eleição a presidente da Federação Paulista de Futebol, que seria hoje, às 14h. O atual presidente Reinaldo Carneiro Bastos é candidato único depois que seu adversário, o advogado Wilson Marqueti Júnior, não registrou sua chapa. À reportagem, a FPF diz que “tomou ciência da decisão e irá recorrer”. ●

Tênis

Brasileira Luisa Stefani garante vaga na semifinal de duplas do Miami Open

A brasileira Luisa Stefani e a canadense Gabriela Dabrowski estão na semifinal do Miami Open, após vitória ontem sobre a russa Liudmila Samsonova e a americana Sofia Kenin, por 2 sets a 0, com parciais de 7/6 (7-5) e 6/4. Elas enfrentam, na sexta-feira, a dupla formada pela checa Katerina Siniakova e a americana Taylor Townsend, por uma vaga na final. ●

Futebol inglês

Salah anuncia saída do Liverpool após 9 temporadas: ‘Será sempre será meu lar’

O atacante Mohamed Salah anunciou ontem que deixará o Liverpool ao final da temporada 2025/26. Terceiro maior artilheiro da história do time inglês, o egípcio de 33 anos encerrará sua passagem após nove temporadas nos Reds. “Partir nunca é fácil. Vocês me proporcionaram os melhores momentos da minha vida. Serei sempre um de vocês. Este clube sempre será meu lar”, declarou o jogador em vídeo comunicado nas redes sociais. O Liverpool confirmou a saída. ●

JON SUPER/AP



Corinthians

Memphis Depay não vai se apresentar à Holanda e perderá os jogos da Data Fifa

Memphis Depay está fora dos dois amistosos da Holanda nesta Data Fifa do mês de março, segundo divulgou ontem a Federação Holandesa de Futebol. “Houve troca de informações médicas entre o departamento médico do clube e a seleção holandesa. Foi determinado que Memphis não estará disponível para esta Data Fifa”, informou um porta-voz da entidade. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL

● Amistosos

Casaquistão x Namíbia

8h50 / SporTV 2

Borussia Dortmund Legends x

Benfica Legends

14h45 / SporTV

TÊNIS

● WTA 1000 de Miami

Quartas de Final

14h e 20h / ESPN 2

● ATP 1000 de Miami

Quartas de Final

16h e 20h / ESPN 2

FUTEBOL

● Champions League Feminina

Real Madrid x Barcelona

14h45 / ESPN 4

Manchester United x

Bayern de Munique

17h / ESPN

BASQUETE

● NBA

Atlanta Hawks x

Detroit Pistons

20h / ESPN 4

Houston Rockets x

Minnesota Timberwolves

22h30 / ESPN 4

HÓQUEI NO GELO

● NHL

Boston Bruins x Buffalo Sabres

20h30 / ESPN 3



Espaço

Nasa agora prevê construir uma base na Lua

— Direção da agência desistiu de estação espacial e quer um novo ‘posto avançado’ para missões a Marte

O diretor da Nasa Jared Isaacman anunciou ontem que a agência espacial norte-americana pretende suspender seu projeto de construir uma estação espacial na órbita da Lua, conhecido como “Gateway” (“Portal” em tradução livre), e que se concentrará, em vez disso, em “montar uma base lunar”.

Jared Isaacman, que assumiu o cargo de administrador da Nasa em dezembro, descreveu os planos da agência como passos importan-

tes para estabelecer uma presença de longo prazo na Lua, com vistas a missões futuras a Marte. “A agência pretende suspender o Gateway em sua forma atual e mudar o foco para uma infraestrutura que permita operações sustentáveis na superfície lunar.”

“Haverá um caminho evolutivo para a construção do primeiro posto avançado permanente da humanidade na superfície além da Terra”, continuou Isaacman, em um discurso para um auditório lotado

de representantes de empresas aeroespaciais, autoridades de agências espaciais internacionais e membros do Congresso.

Isso, disse ele, também inspiraria as novas gerações, da mesma forma que as alunissagens da Apollo fizeram há meio século. “Este é o momento em que todos devemos começar a acreditar novamente, quando as ideias se tornam missões e quando o trabalho árduo resulta em conquistas que transformam o mundo”,

disse Isaacman. “A Nasa já mudou tudo uma vez, e vamos fazer isso novamente.”

CALENDÁRIO REORGANIZADO. O programa Artemis sofreu vários atrasos nos últimos anos, mas continua tendo como objetivo levar americanos à superfície lunar em 2028. A Nasa está reorganizando seu calendário de voos para incluir uma missão de teste antes de um eventual pouso na Lua, explicou Isaacman.

A revisão também ocorre



Para o próximo mês, está previsto o lançamento da Artemis 2

em meio a atrasos na missão Artemis 2 – adiada de fevereiro para abril. Essa missão tem duração prevista de aproximadamente dez dias e contará com uma equipe de quatro astronautas: o comandante Reid Wiseman, o piloto Victor Glover, a especialista em missão da Nasa Christina Koch e o especialista em missão da Agência Espacial Canadense (CSA) Jeremy Hansen.

A espaçonave Orion, responsável por transportar a tripulação e oferecer suporte durante a missão, será lançada pelo Space Launch System (SLS), novo foguete de grande porte da Nasa, a partir do Complexo de Lançamento 39B, no Centro Espacial Kennedy, na Flórida.

Essa será a primeira vez que astronautas se aproximam da Lua desde o encerramento da missão Apollo 17, no ano de 1972. A viagem até o satélite natural deve durar cerca de quatro dias e levará a tripulação ao redor do seu lado oculto.

Em 2022, a Nasa lançou a missão Artemis 1, sem tripulação, para coletar dados essenciais para a próxima fase do programa. ● COM INFORMAÇÕES DA AFP E DO THE NEW YORK TIMES



PRÊMIO
O MELHOR
DO TURISMO
BRASILEIRO
ESTADÃO

CONHEÇA OS FINALISTAS E PARTICIPE DO EVENTO DE PREMIAÇÃO QUE CONSAGRA OS DESTAQUES DO SETOR

23 DE ABRIL — 19h
Wish Foz do Iguaçu Resort



TRILHA INFRA & SERVIÇOS
Operadora de turismo



AMBIENTAL TURISMO



AZUL VIAGENS



TERESA PEREZ TOURS



AGÊNCIA DE TURISMO OFICIAL
Descontos exclusivos em:
• Hospedagem oficial
• Passagens aéreas
• Transfers Aero > Hotel > Aero
• Passeios e atividades

ENTRE EM CONTATO
45 99132-9630
reservas@mmcreceptivo.com.br

GARANTA O SEU INGRESSO



ACESSE AQUI

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APRESENTAÇÃO



METODOLOGIA



B4 Abastecimento.

Governo propõe dividir com os Estados subsídio de R\$ 1,20 por litro de diesel importado

ECONOMIA & NEGÓCIOS

QUARTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2026 O ESTADO DE S. PAULO

E&N



B1



DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B28)

● Conflito no Oriente Médio ● Reflexos

Copom cita incerteza com guerra e deixa cortes de juros em aberto

Em ata, comitê reforçou que os próximos passos da política monetária dependerão de informações sobre a extensão dos conflitos no Oriente Médio

MARIANNA GUALTER
CÍCERO COTRIM
BRASÍLIA

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central afirmou, em ata divulgada ontem, que a magnitude e a duração do ciclo de cortes da taxa Selic dependerão dos conflitos no Oriente Médio.

“Essa decisão é compatível com o cenário atual, no qual a duração e extensão dos conflitos geopolíticos, assim como sinais mistos sobre o ritmo de desaceleração da atividade eco-

nômica e seus efeitos sobre o nível de preços, dificultam a identificação de tendências claras”, disse.

O colegiado reforçou que mantém o compromisso fundamental de garantia da convergência da inflação à meta (3%) dentro do horizonte relevante para a política monetária (terceiro trimestre de 2027).

Na quarta-feira passada, o Copom reduziu a Selic de 15% para 14,75% ao ano, o primeiro corte da taxa após quase dois anos.

Na ata, o colegiado ponderou que considerou que os eventos recentes não impedi-

riam o início do ciclo de cortes, baseado nas evidências dos impactos da política monetária sobre o nível de atividade e sobre a inflação. Diante disso, de-

Inflação
Documento manteve a projeção de inflação de 3,9%, neste ano, e de 3,3% no 3º trimestre de 2027

talhou que foram analisadas as opções para o ritmo de início do ciclo, concluindo que a redução de 0,25 ponto porcen-

tual seria a mais adequada.

O Copom reforçou que os próximos passos do processo de “calibração” da taxa básica de juros poderão incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo, diante do “forte aumento da incerteza”.

O colegiado não explicitou qual deve ser o ritmo de “calibração” da Selic, e reafirmou que, em meio ao “forte aumento da incerteza”, irá conduzir

esse processo com “serenidade e cautela”. “Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”, acrescentou.

O Copom repetiu as projeções para a inflação já apresentadas no comunicado. O colegiado prevê alta de 3,9%, para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2026, e de 3,3% no terceiro trimestre de 2027 – ligeiramente acima do centro da meta.

‘INCERTEZA ELEVADA’. O Copom informou que chegou a debater uma alteração no seu balanço de riscos para a inflação na reunião da última quarta-feira, mas optou por não promover mudanças, diante da “incerteza elevada” no cenário. No comunicado da última reunião, o colegiado informou apenas que os riscos “se intensificaram após o início dos conflitos no Oriente Médio”. ●

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Itaú Empresas.



Empresas

Planejamento e olhar estratégico ditam o ritmo de crescimento nas empresas

Raul Matos, da Biscoitê, e a chef Dayse Paparoto compartilham experiências sobre a transição do 'feeling' para a gestão sustentável

Sair da operação e enxergar o negócio de fora é um desafio para quem deseja fazer uma empresa prosperar. Para Raul Matos, fundador da Biscoitê, e para a chef Dayse Paparoto, do Paparoto Cucina, o crescimento sustentável vem quando o planejamento estratégico substituiu o amadorismo. Esse é o tema de um dos episódios da websérie *Um Passo à Frente*, uma produção do Estadão Blue Studio com patrocínio do Itaú Empresas. Na conversa, os empresários revelam como a consultoria especializada e uma boa estratégia permitiram que suas operações ganhassem tração sem perder a essência.

Matos, que lidera mais de 80 unidades da Biscoitê, avalia que muitos empreendedores começam pelo “feeling”, o que pode funcionar por algum tempo, porém não é suficiente para que as raízes do negócio consigam aguentar os “vendavais” do mercado brasileiro. “Quando você começa a crescer, você precisa muito estruturar o negócio e planejar”, explica.



Dayse Paparoto e Raul Matos debatem sobre empreendedorismo na websérie 'Um Passo à Frente'

Um marco nessa trajetória foi o apoio consultivo do Itaú Empresas, que ajudou o empresário a desenhar um plano estratégico de cinco anos. Dentre os diversos pontos avaliados e propostos, esse olhar externo o ajudou a identificar uma armadilha comum: a confusão entre lucro e caixa. “As empresas não quebram por falta de venda, mas por falta de caixa”, ensina. Dessa forma, ele destaca que ter um time

multidisciplinar ajudando a calibrar o crescimento foi essencial para não “correr no escuro”.

A chef Dayse Paparoto, que também é cliente Itaú Empresas, viveu uma transição semelhante ao entender que o olhar técnico da gastronomia, por si só, não sustenta uma gestão eficiente. “Se você ficar só lá dentro [da cozinha], não vai conseguir resolver os problemas nem vê-los de forma

ampla”, explica. “Ter outras pessoas que te ajudam a ver um ponto aqui, outro lá, é extremamente importante”, completa.

Ao adotar uma postura de “resolvidora” de problemas, ela conta que passou a delegar funções e a focar a expansão dos seus restaurantes. Para a chef, contar com o suporte de especialistas em áreas que ela não dominava – como finanças e tributos – foi o que a ajudou a garantir a sobrevivência e o crescimento da empresa.

Essa percepção é confirmada por um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que apontou que negócios que contam com o suporte estratégico e a orientação consultiva do Itaú Empresas têm 30% mais chances de permanecerem ativos após os primeiros cinco anos. Na prática, esse acompanhamento transforma o banco em um parceiro de jornada, auxiliando em decisões complexas que vão desde o planejamento até o momento ideal para captação de crédito.

Um Passo à Frente

Assista:



Fim da escala 6×1 pode redesenhar economia do trabalho

ARTIGO

Guilherme Wünsch e Ricardo Calcini
São, respectivamente, advogado, professor de Direito da Unisinos/RS e da UFRGS, e do mestrado profissional em Direito da Empresa e dos Negócios da Unisinos; e advogado, parecerista e consultor trabalhista, professor de pós-graduação em Direito do Trabalho do Insper

O tema da escala 6×1 será um dos pilares dos debates que se avizinhnam para este ano. No Brasil, basicamente, esse regime está presente em setores que exigem funcionamento contínuo e flexibilidade

operacional. Porém, nos últimos dois anos, surgiram propostas e discussões políticas visando reduzir ou acabar com a escala 6×1, integradas a propostas mais amplas de redução do tempo de trabalho. A literatura médica e ocupacional, por exemplo, associa regimes prolongados e turnos rotativos a múltiplos efeitos adversos, tais como distúrbios do sono, fadiga crônica e aumento de acidentes de trabalho.

Contrariamente a um mito ainda recorrente, o de “menos horas, menos produção”, experimentos reais e pilotos internacionais indicam que reorganizar o tempo de trabalho pode manter ou até aumentar a produtividade, reduzir absenteísmo e melhorar a

retenção de pessoal. Por certo, esses resultados não são “transferíveis automaticamente” para todos os setores da economia, especialmente em empresas com necessidade de presença contínua de mão de obra, que poderão requerer ajustes distintos.

Acabar com a escala 6×1 é uma intervenção com potencial socioeconômico mensurável

Porém, ainda assim, os benefícios econômicos do avanço deste tema podem ser variados, evidenciando a necessidade de um olhar atento, sério e longe do maniqueísmo a

favor/contra, que, quase sempre, dominam os temas de políticas sociais no Brasil, mormente após a reforma trabalhista de 2017. Pelo menos cinco bons exemplos podem ser prospectados: redução do absenteísmo e do *turnover*; maior produtividade por hora trabalhada; redução de custos com acidentes de trabalho; facilidade na retenção de talentos e eficiência organizacional forçada.

Assim, adotar experimentos internos, com indicadores claros (produtividade por hora, receita por funcionário, faltas, *turnover*, satisfação), pode auxiliar a mapear funções e a criar soluções que sejam necessárias, inclusive auxiliando o governo a criar uma política pública de tran-

sição destes modelos de jornada. Para o governo, será fundamental incentivar pilotos setoriais, oferecer linhas de crédito para custo inicial de readequação e negociar com representantes sindicais para acordos setoriais graduais.

Em síntese conclusiva, acabar com a escala 6×1, ou substituí-la por modelos de descanso e horários mais regenerativos, é uma intervenção com potencial socioeconômico mensurável.

A transição representa uma oportunidade de resgatar uma parte essencial da vida social, o que, em última análise, alimenta a sustentabilidade da própria força de trabalho e a eficiência econômica das organizações. ●

Contas públicas Alvo fiscal

Governo faz bloqueio de R\$ 1,6 bi em gastos do Orçamento de 2026

Contenção tem objetivo de compensar alta de despesas obrigatórias; Fazenda diz que vai atingir meta fiscal fixada para o ano

BRASÍLIA

O governo anunciou ontem bloqueio de R\$ 1,6 bilhão em gastos do Orçamento de 2026, na primeira avaliação de receitas e despesas do ano. Já esperada pelo mercado, a contenção considera o cenário de aumento de despesas obrigatórias – no caso, com o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O bloqueio é realizado para cumprir o limite de despesas do arcabouço fiscal. Assim, quando há aumento de gastos obrigatórios, o governo bloqueia despesas não obrigatórias (como custeio e investimentos) para compensar. O outro instrumento usado para seguir as regras fiscais é o do contingenciamento: o governo congela despesas quando há frustração de receitas a fim de cumprir a meta fiscal (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida).

De acordo com as estimativas do governo, não houve necessidade de contingenciamento neste momento. Em pleno

ano eleitoral, uma maior contenção de despesas pode significar impactos em obras e políticas públicas em curso. De praxe, o governo fixa primeiro nos relatórios bimestrais o valor que deverá ser congelado e, só depois, é anunciado o detalhamento desse corte de despesas entre as pastas.

A meta de superávit para 2026 é de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 34,3 bilhões. Mas a banda de tolerância vai até déficit zero. Pelo relatório divulgado on-

“Temos um cenário consistente com o que a gente sempre anunciou (...) que, novamente, iríamos não só manter os resultados fiscais anunciados, como iríamos cumpri-los”
Rogério Ceron
Ministério da Fazenda

tem, a projeção do governo acabou sendo revisada de resultado positivo de R\$ 34,9 bilhões (0,3% do PIB) – como previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual (LOA) – para R\$ 3,5 bilhões.

Esse valor considera as exclusões autorizadas pelo Congresso ou o Supremo Tribunal Federal (STF) para o cumprimento da meta, envolvendo o pagamento de precatórios, gas-

tos temporários com Saúde e Educação e com as Forças Armadas, no valor total de R\$ 63,4 bilhões. Sem esses descontos, a previsão é de um déficit de R\$ 59,8 bilhões (0,4% do PIB).

‘CENÁRIO CONSISTENTE’. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, disse que a perspectiva atual é de cumprimento da meta fiscal de 2026, sem a necessidade de fazer contingenciamento em um primeiro momento.

“Olhando objetivamente para a fotografia, nós temos um cenário consistente com o que a gente sempre anunciou e vinha anunciando, que, novamente, nós iríamos não só manter os resultados fiscais que tinham sido anunciados, como iríamos cumpri-los”, disse ele.

Apesar de reforçar a perspectiva, o secretário ponderou que o cenário atual é de muita incerteza, em função da guerra no Oriente Médio. afirmou que o País pode sofrer reflexos do conflito mesmo que não esteja diretamente envolvido. Mas Ceron disse que, se o preço do barril do petróleo Brent permanecer acima de US\$ 90, há um espaço para aumentar a arrecadação com royalties. ● **CÍCERO COTRIM, FLÁVIA SAID e MARIANNA GUALTER**

BC surpreende e leiloa linha de US\$ 1 bilhão

O Banco Central surpreendeu ao anunciar ontem à tarde um leilão de linha (venda de dólares com compromisso de recompra) no valor de US\$ 1 bilhão, em operação não atrelada à rolagem de posições no mercado de câmbio – ou seja, tratou-se de uma injeção de recursos novos no mercado.

Operadores do mercado de câmbio lembraram que nos últimos dias houve uma piora do chamado dólar casado (diferença entre o dólar futuro e à vista), o que sugere ter havido um aumento de saída de recursos (dólares) do País.

Para o chefe da Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, o Banco Central atuou de forma preventiva diante do fluxo cambial negativo. “O mercado não está disfuncional. O BC apenas está provendo liquidez para uma possível falta de dólares”, disse Weigt.

Ontem, o BC vendeu também US\$ 1,8 bilhão em leilão de linha para rolagem do vencimento de 2 de abril. A oferta total foi de US\$ 2 bilhões. Em geral, o BC costuma anunciar leilões no início da noite, quando o mercado cambial já está fechado, por isso, a ação de ontem durante o pregão chamou atenção.

Weigt destaca que, apesar da alta de mais de 2% do dólar frente ao real em março, a taxa de câmbio está comportada, mantendo-se no intervalo entre R\$ 5,15 e R\$ 5,35 ao longo do mês. “Nesse período, o real está à frente do peso mexicano e se valorizou mais do que o rand sul-africano”, disse.

Apesar da oferta extra de moeda pelo BC, o dólar fechou ontem em alta de 0,28%, cotado a R\$ 5,25, seguindo movimento

global marcado por nova onda de valorização da moeda americana em meio às incertezas em torno da guerra no Irã.

“As incertezas em relação à guerra continuam muito elevadas, o que provoca alta do petróleo e fortalece o dólar. Parece que o mercado está com um pé atrás com o discurso de Trump, já que o Irã negou qualquer tentativa para um acordo”, disse Fernando César, da corretora AGK.

Pressão
Apesar da injeção extra de moeda, o dólar fechou em alta de 0,28% ontem no mercado de câmbio

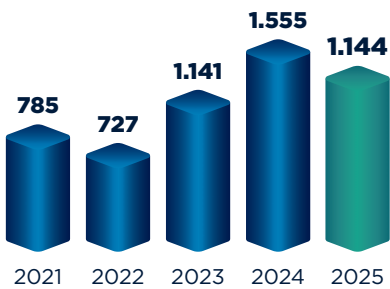
O pico do estresse ocorreu pela manhã com as notícias de ataques iranianos a países do Golfo Pérsico aliados aos EUA. À tarde, Trump voltou a jogar na mesa a carta das negociações ao dizer que Teerã concordou em renunciar à pretensão de possuir armas nucleares.

BOLSA. Depois de subir mais de 3% na segunda-feira, o Ibovespa oscilou durante o dia e fechou com leve alta, de 0,32%, aos 182.509 pontos. Na semana, o principal índice da Bolsa brasileira sobe 3,57%, mas acumula queda de 3,33% no mês. No ano, porém, avança 13,27%. *“(Na segunda-feira) o mercado tinha fechado com a aposta, ainda que cautelosa, de algum tipo de negociação entre EUA e Irã”, diz Marcos Praça, diretor de análise da Zero Markets Brasil. “O problema é que as mensagens seguem muito contraditórias.”* ● **LUÍS EDUARDO LEAL e ANTONIO PEREZ**

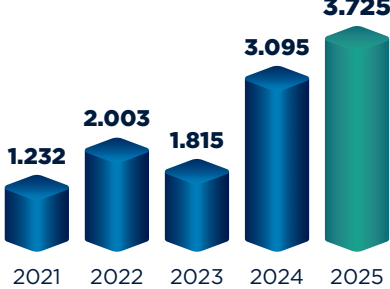


Desempenho do Grupo HTB

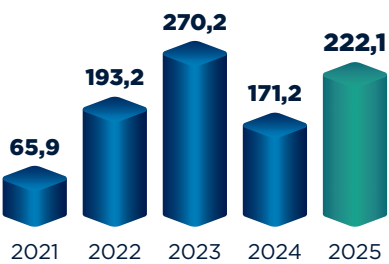
RECEITA BRUTA
(Em milhões de Reais)



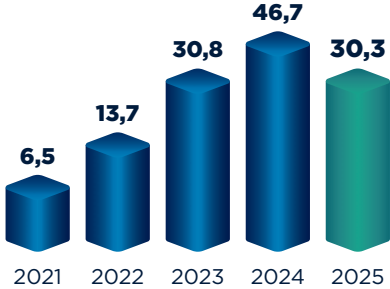
SALDO DE CONTRATOS
(Em milhões de Reais)



EVOLUÇÃO DOS RECURSOS
EM CAIXA E BANCOS
(Em milhões de Reais)



RESULTADO LÍQUIDO
(Em milhões de Reais)



Destaques



GRI Awards
Infrastructure Brazil 2025
Projeto 15 Bis - Motiva

Top 100 Open Startups 2025
Engenharia e Inovação

100 Mais Influentes da Saúde
Espaço, Operações & Facilities

Campeões da Inovação
Ranking Geral das
Empresas da Região Sul

ESG



MUDANÇAS
CLIMÁTICAS



CANTEIROS
SUSTENTÁVEIS



AÇÕES
SOCIAIS



DIVERSIDADE
E INCLUSÃO



SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS
NA ENGENHARIA



INOVAÇÃO
ESG

Relatório de Sustentabilidade

O Grupo HTB divulgou o Relatório de Sustentabilidade com as principais realizações e compromissos ESG da Companhia.

https://www.htb.eng.br/esg

Balancos Patrimoniais

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	17	4.496	222.163	171.221	Empréstimos bancários	-	-	-	5.000
Contas a receber	-	-	108.383	162.143	Fornecedores e subempreiteiros	1	-	50.033	50.875
Estoque	-	-	-	33	Adiantamento de clientes	-	-	230.821	81.726
Impostos a recuperar	6	6	12.819	8.249	Impostos e contribuições a recolher	-	7.303	16.512	-
Outros créditos	-	347	40.598	22.965	Obrigações trabalhistas e sociais	-	2	34.639	48.426
Dividendos a receber	14.369	7.989	-	-	Provisões gerais	-	-	57.106	70.160
Total do ativo circulante	14.392	12.838	383.964	364.611	Outras contas a pagar	45.465	350	2.498	27.469
Não circulante					Passivo de arrendamento	-	-	4.613	3.988
Depósitos judiciais	-	-	1.703	1.979	Obrigações com consórcios	-	-	1.535	2.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	53.989	60.101	Dividendos a pagar	22.000	-	23.040	-
Partes relacionadas LP	-	-	1.055	1.055	Total do passivo circulante	67.466	352	411.588	306.395
Impostos a recuperar	769	769	5.719	769	Não circulante				
Outras contas a receber	-	-	4.376	4.378	Impostos e contribuições a recolher LP	-	-	-	316
Total do ativo	101.472	122.942	465.758	452.841	Provisões gerais LP	-	-	14.080	14.214
					Passivo de arrendamento LP	-	-	5.047	9.202
					Total do passivo não circulante	-	-	19.127	23.732
					Patrimônio líquido				
					Capital social	27.655	27.655	27.655	27.655
					Reserva de lucros	6.351	94.935	6.351	94.935
					Total do patrimônio líquido	34.006	122.590	34.006	122.590
					Participação de acionistas				
					não controladores	-	-	1.036	124
					Total do patrimônio líquido	34.006	122.590	35.042	122.714
					Total do passivo e patrimônio líquido	101.472	122.942	465.758	452.841

Demonstrações de Resultados

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de contratos de construções	-	-	1.088.490	1.500.165
Custos de contratos de construções	-	-	(966.199)	(1.329.930)
Lucro bruto	-	-	122.291	170.235
Despesas administrativas e gerais	(1)	(1)	(107.501)	(127.393)
Resultado de equivalência patrimonial	29.232	47.572	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	400	654
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	29.231	47.571	15.190	43.496
Receitas financeiras	8	-	34.060	23.167
Despesas financeiras	-	(1)	(7.210)	(2.697)
Resultado financeiro líquido	8	(1)	26.851	20.470
Lucro antes dos impostos	29.239	47.570	42.041	63.966
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	(5.627)	(24.207)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	(6.112)	6.909
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(11.739)	(17.298)
Lucro líquido do exercício	29.239	47.570	30.301	46.668
Resultado atribuído aos:				
Sócio controlador	-	-	29.239	47.570
Sócios não controladores	-	-	1.062	(902)
Lucro líquido do exercício	29.239	47.570	30.301	46.668

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeira completas auditadas, elaborada na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, que está disponível no seguinte endereço eletrônico:

https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

● Conflito no Oriente Médio ● Reflexos

Governo propõe dividir com os Estados subsídio de R\$ 1,20 por litro de diesel

Ideia substitui proposta anterior de zerar o ICMS sobre o combustível importado; medida valeria por dois meses, até maio

FLÁVIA SAID
CÍCERO COTRIM
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem que o governo apresentou aos secretários estaduais de Fazenda uma nova proposta para mitigar os impactos da alta do diesel com a guerra no Oriente Médio. O governo quer aumentar a subvenção – espécie de subsídio – na importação do diesel para R\$ 1,20 por litro – com metade do custo sendo bancado pela União e metade pelos Estados. “Em vez de falar em retirada de ICMS, nós vamos, ambos, União e Estados, trabalhar na linha de subvenção aos importadores de diesel. Então, R\$ 1,20

por litro de subvenção ao diesel, sendo que R\$ 0,60 fica a cargo dos Estados, R\$ 0,60 fica a cargo da União”, afirmou. Segundo Durigan, essa contraproposta tem o mesmo custo fiscal da apresentada anteriormente – que era de zerar o ICMS sobre o diesel importado, com os governadores arcando com metade do custo –, de R\$ 3 bilhões no período de dois meses (abril e maio). Mas a subvenção, disse ele, busca dar celeridade à proposta. “É o mesmo custo fiscal (da proposta anterior). O que nós estamos, de novo, no intuito de dar celeridade e garantir efetividade da proposta, ao invés de fazer uma discussão de renúncia do ICMS, fazer ambos, União e Estados, juntos, uma discussão sobre subvenção”, explicou.

CELERIDADE. A ideia de dar celeridade ao acordo com os Estados é garantir um fluxo de importação regular do diesel. A Fazenda sinalizou um prazo para resposta até sexta-feira, quan-



Crise de abastecimento
Filipinas decreta emergência nacional

Fila de motociclistas em posto de Manila, nas Filipinas. O governo local decretou na terça-feira estado de emergência nacional por causa da alta dos preços dos combustíveis.

Petróleo volta a subir e Brent fecha cotado a US\$ 100 por barril

O petróleo fechou em alta ontem, se recuperando do tombo na véspera, em meio à continuação dos ataques entre Israel e Irã, que negou ter negociações em andamento com os Estados Unidos. Negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para maio fechou em alta de 4,79%, a US\$ 92,35 o barril. Já o Brent, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE) e principal referência internacional, avançou 4,49%, a US\$ 100,23 o barril para junho.

O petróleo voltou à faixa dos US\$ 100 por barril, após tombar 10% na segunda-feira, depois que o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a suspensão da ofensiva contra o Irã por cinco dias, alegando avanços nas negociações diplomáticas com Teerã. O regime iraniano continua cético acerca das intenções dos EUA, segundo o *The Wall Street Journal*. Os investidores continuam preocupados com o fluxo de petróleo no Estreito de Ormuz, onde o Irã começou a cobrar taxas de trânsito de até US\$ 2 milhões para algumas embarcações comerciais, conforme informou ontem a Bloomberg. ● DARLAN JUNIOR

do haverá reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne os secretários estaduais, em São Paulo. Segundo Durigan, a redução

do ICMS continua sendo tratada com os governos estaduais. No fim de semana, contou, os secretários de Fazenda conversaram com o novo secretário

executivo da Fazenda, Rogério Ceron, uma vez que vários Estados enfrentam dificuldade para reabastecimento de diesel.

NOVAS MEDIDAS. Durigan admitiu ainda que diante das incertezas em torno do conflito entre EUA, Israel e Irã, novas medidas podem ser anunciadas para conter os preços dos combustíveis no País. “Nós temos um norte que nós estamos sendo guiados e orientados pelo presidente (Lula), que é: temos que minimizar ao máximo o preço, o custo de uma guerra de que nós não participamos – e que nós não apoiamos – para a população brasileira que nada tem a ver com isso”, explicou. Questionado se as medidas serão suficientes, ele respondeu: “Uma série de medidas pode ser estudada dentro dessa orientação do presidente e da nossa linha de responsabilidades fiscal, respeito às governanças estatais, inteligência regulatória”, prosseguiu. Sobre as medidas já anunciadas, Durigan disse que elas estão mantidas. “O que já foi anunciado, que é só do governo federal, que é a desoneração do PIS/Cofins e a subvenção de até R\$ 0,32 por litro, está mantido e está dado. O que nós estamos discutindo agora, frente a uma situação, um cenário de ainda muita volatilidade e de algum risco, em especial para o abastecimento, é dar um passo a mais”, afirmou, referindo-se à proposta de subvenção feita pelo Ministério da Fazenda aos secretários de finanças no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). ●

Sistema financeiro Compra do Master

Ibaneis foi ao TCU tentar pressionar o Banco Central

ALVARO GRIBEL
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A auditoria realizada por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a atuação do Banco Central na liquidação do Banco Master recomenda uma investigação sobre a atuação do governo do Distrito Federal (DF) por “eventuais irregularidades” e possíveis “danos ao patrimônio público” na tentativa de compra da instituição pelo Banco de Brasília (BRB).

Segundo o parecer dos técnicos, o governo Ibaneis Rocha (MDB), na condição de controlador do BRB, recorreu três vezes ao TCU na tentativa de pressionar o BC a autorizar a

Ministro suspende processo que investiga atuação da autarquia

O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), suspendeu ontem o processo de análise da atuação do Banco Central na liquidação do Banco Master, mas manteve a autoridade monetária sob vigilância da Corte de Contas. O processo ficará paralisado até a que surjam “elemen-

tos oficiais pertinentes” de outras investigações em andamento envolvendo o Master, incluindo a sindicância instaurada no âmbito do Banco Central, o processo administrativo disciplinar aberto pela Controladoria-Geral da União (CGU) e as apurações em curso no Supremo Tribunal Federal (STF). A auditoria feita por técnicos do tribunal concluiu que não foram identificadas “impropriedades, omissões ou negligência” por parte do BC. ● D.W.

compra do Master pelo BRB – antes e depois de a autoridade monetária barrar o negócio. Procurados, o governo do DF e o Master não responde-

ram até a noite de ontem. O BRB afirmou que não vai comentar. Na véspera de o Banco Central rejeitar a compra de parte do banco de Daniel Vercaro pelo banco estatal, em 2 de setembro, o governo do DF formulou um “pedido de providências” ao TCU alegando que o BC estava demorando para analisar a operação, anunciada em março. O governo do DF alegou que a demora gerava instabilidade, riscos à imagem e depreciação do valor do BRB. Em 3 de setembro, dia em que o BC rejeitou a compra do Master pelo Banco de Brasília, o governo Ibaneis protocolou um pedido de liminar urgente para o TCU. O objetivo era “suspender de forma imediata e integral os efeitos de quaisquer autorizações, deliberações ou decisões ou manifestações regulatórias por agentes do Banco Central”. No mesmo dia, em outra petição, o governo do DF solicitou “a suspensão liminar da decisão do Banco Central” até que sobreviesse “análise derradeira dessa Corte de Contas”. “O Distrito Federal, na condição de controlador do BRB, buscou acionar o TCU como instância recursal ao Banco

Central, numa tentativa de reverter o indeferimento da operação, desconsiderando as deficiências apontadas pelo órgão regulador”, diz o documento técnico da auditoria. “A possível tentativa de pressionar o regulador setorial para aprovar operação que expunha o BRB a riscos bilionários, invocando a atuação do TCU como instância recursal do BCB em matéria de discricionariedade técnica regulatória, configura conduta que merece reprovação no âmbito do controle externo e reforça a necessidade de apuração das responsabilidades pelos órgãos competentes”, diz o parecer. Segundo os técnicos do TCU, o acionamento da Corte para pressionar o BC ignorou indícios de irregularidades apontadas pelo Banco Central e pode ferir princípios da administração pública. “Tais condutas sugerem possível violação aos princípios constitucionais que regem a administração pública, como legalidade, moralidade, eficiência e economicidade”, dizem os técnicos. ●

Compass Um Participações S.A.

CNPJ: 43.824.335/0001-37

Demonstrações Financeiras - Exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração

Compass Um Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como atividades principais, a administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos. Por meio de sua subsidiária tem como atividade, a distribuição de gás natural canalizado no estado do Rio Grande do Sul para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração. Encerramos o ano de 2025 com sólidos resultados advindos de nossa subsidiária Sulgás, totalizando um lucro líquido de R\$ 72,0 milhões. Também através da Sulgás, nossos investimentos em infraestrutura de concessão totalizaram R\$ 93 milhões, sendo R\$ 62 milhões na expansão de rede e ligação de novos clientes, resultado do nosso compromisso com o desenvolvimento do mercado de gás. São Paulo, 19 de março de 2026.

Balanços Patrimoniais (Em milhares de Reais)							
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.692	45.235	Imposto de renda e contribuição social		1.376	250
Recebíveis de partes relacionadas		-	2.099	Outros tributos a pagar		493	6
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.460	1.771	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	684	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8	23.513	14.394	Redução de capital social a pagar	10	34.856	-
Ativo circulante		31.665	63.499	Passivo circulante		37.409	256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	646	1.336	Total do passivo		37.409	256
Investimentos	8	848.266	857.219	Patrimônio líquido	10		
Ativo não circulante		848.912	858.555	Capital social		766.000	915.995
				Reservas de lucros		77.168	5.803
				Total do patrimônio líquido		843.168	921.798
Total dos ativos		880.577	922.054	Total do passivo e patrimônio líquido		880.577	922.054

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)									
	Nota	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		915.995	5.803						
Resultado líquido do exercício		-	-	-	72.049	72.049			
Total de outros resultados abrangentes		-	-	-	72.049	72.049			
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:									
Redução de capital social	10	(149.995)	-	-	-	(149.995)			
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	-	-	-	(684)	(684)			
Constituição de reserva legal	10	-	3.602	-	(3.602)	-			
Retenção de lucros		-	-	67.763	(67.763)	-			
Total de contribuições e distribuições		(149.995)	3.602	67.763	(72.049)	(150.679)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		766.000	9.405	67.763		843.168			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		957.000	3.951	67.725		1.028.676			
Resultado líquido do exercício		-	-	-	37.060	37.060			
Total de outros resultados abrangentes		-	-	-	37.060	37.060			
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:									
Redução de capital social	10	(41.005)	-	-	-	(41.005)			
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	-	-	(67.725)	(35.208)	(102.933)			
Constituição de reserva legal	10	-	1.852	-	(1.852)	-			
Total de contribuições e distribuições		(41.005)	1.852	(67.725)	(37.060)	(143.938)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		915.995	5.803			921.798			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Compass Um Participações S.A. ("Compass Um" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 8 de outubro de 2021, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. A Companhia tem como atividades principais, a administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos. Por meio de sua subsidiária tem como atividade, a distribuição de gás natural canalizado no estado do Rio Grande do Sul para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração. **Impactos da Reforma Tributária:** Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CSB) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o exercício teste com a obrigatoriedade, de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa. Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado. Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2025 e 2026. A Companhia e subsidiárias estão adaptando-se em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis. **2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). A apresentação das demonstrações consolidadas é facultativa, pois a Companhia está em conformidade com CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, assim como, IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, parágrafo 4(A) e seus desdobramentos. Dessa forma, a Companhia apresentou somente as demonstrações financeiras individuais, cuja consolidação está sendo apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas por meio da acionista Compass Gás e Energia S.A. As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, conforme nota explicativa 5. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilização referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. A Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na análise da Administração, não possui passivos contingentes relevantes que demandem provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nos termos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 19 de março de 2026. **3. Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais:** As políticas contábeis, premissas e estimativas materiais, assim como as áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade aplicadas a preparação destas demonstrações financeiras são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 8** - determinação das premissas utilizadas na mensuração de valor justo dos investimentos em subsidiária. **4. Normas contábeis:** **4.1. Normas contábeis vigentes a partir de 2025: Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (HIEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** A alteração específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras foram introduzidas pela norma. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Companhia possui expectativa de impacto com a adoção a partir de 2027 e está avaliando os efeitos da adoção nas demonstrações financeiras e respectivas divulgações. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas Ambiental, Social e Governança ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A classificação dos ativos financeiros é baseada em dois critérios: **•** o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e **•** características contratuais dos fluxos de caixa. Os passivos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando: **•** é mantido para negociação; **•** é derivativo (exceto contratos de garantia financeira e contratos de compra e venda com liquidação futura que não tenham como finalidade a negociação); ou **•** é designado como tal no reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: **•** Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado. **•** Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.692	45.235
Recebíveis de partes relacionadas		-	2.099
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8	23.513	14.394
Total		28.205	61.728
Passivos			
Custo amortizado			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	684	-
Redução de capital social a pagar		34.556	-
Total		35.540	-

6. Gestão de risco financeiro: O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesso de liquidez. **Risco de Mercado:** A Administração gerencia e controla as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. **Risco da Taxa de Juros:** A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado. O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	11	(334)	105
Outras receitas operacionais, líquidas		-	151
Resultado Operacional		(334)	256
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(334)	256
Equivalência patrimonial em subsidiária	8.1	73.283	34.255
Resultado de equivalência patrimonial		73.283	34.255
Despesas financeiras		(339)	(619)
Receitas financeiras		1.506	6.340
Resultado financeiro líquido	12	1.167	5.721
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		74.116	40.232
Imposto de renda e contribuição social	9		
Corrente		(1.377)	(2.213)
Diferido		(690)	(959)
		(2.067)	(3.172)
Resultado líquido do exercício		72.049	37.060

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais)									
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024		
Resultado líquido do exercício		72.049	37.060						
Outros resultados abrangentes:									
Resultado abrangente do exercício		72.049	37.060						

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)									
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024		
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		74.116	40.232						
Ajustes por:									
Equivalência patrimonial em subsidiária	8	(73.283)	(34.255)						
Juros e variações monetárias, líquidos		340	508						
Variação em:									
Imposto de renda e contribuição social pagos		(524)	(1.698)						
Outros tributos, líquidos		(477)	(3.513)						
Partes relacionadas, líquidas		-	(2.099)						
Outros ativos e passivos, líquidos		-	1.283						
		(1.001)	(6.027)						
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		172	458						

Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Dividendos recebidos de subsidiária		72.325	80.815
Fluxo de caixa gerado nas atividades de investimento		72.325	80.815
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Redução de capital social	10	(113.040)	(41.005)
Dividendos pagos	10	-	(103.810)
Fluxo líquido utilizado nas atividades de financiamento		(113.040)	(144.815)
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(40.543)	(63.542)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.235	108.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.692	45.235

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes. Tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2025	31/12/2024	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	74.116	40.232	
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(25.199)	(13.679)	
Ajustes para cálculo da taxa efetiva			
Equivalência patrimonial em subsidiária	24.916	11.647	
Juros sobre capital próprio	(1.795)	(1.163)	
Outros	11	23	
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(2.067)	(3.172)	
Taxa efetiva - %	(2,79)%	(7,88)%	
Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:			
	31/12/2025	31/12/2024	
Créditos ativos de:			
Prejuízos fiscais de IRPJ	475	916	
Base negativa de contribuição social	171	330	
Total	646	1.246	
Diferenças temporárias:			
Provisões diversas	-	90	
Total	-	90	
Total	646	1.336	
Movimentações no imposto diferido ativo:	Saldo em	Impacto no resultado	Saldo em
Ativo	31/12/2024	do exercício	31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	1.246	(690)	556
Provisões	90	-	90
Total	1.336	(690)	646
Total impostos diferidos reconhecidos	1.336	(690)	646
	Saldo em	Impacto no resultado	Saldo em
Ativo	31/12/2023	do exercício	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	2.205	(959)	1.246
Provisões	90	-	90
Total	2.295	(959)	1.336
Total impostos diferidos reconhecidos	2.295	(959)	1.336

★ continuação		
Membros da Diretoria	Compass Um Participações S.A. Membros do Conselho de Administração	Contador
Antonio Simões Rodrigues Júnior - Diretor Presidente Taísa Oliveira Maciel - Diretora Executiva	Antonio Simões Rodrigues Júnior - Presidente do Conselho de Administração Renato Aparecido Fontalva - Conselheiro Rafael Mattos Alvarez - Conselheiro	Leonardo Leroy Simís Ratke CRC 1SP326956/O-1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Aos Administradores e Acionistas Compass Um Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Compass Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Mudança de auditor relatório anterior não modificado: Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de março de 2025, sem ressalvas. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada, como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de março de 2026		
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5		Mozart Hasselman de Abreu Leite Contador CRC BA036873/O-7

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast **'Estadão Analisa'**.



Assista **AO VIVO** pelo canal do **Estadão** no **Youtube**.

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

DE SEGUNDA A SEXTA
7h DA MANHÃ



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

continuação

LPS BRASIL Consultoria de Imóveis S.A. e Controladas - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF 08.078.847/0001-09

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Lucro ou (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido Consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	169.188	3.961	21.966	(29.442)	(7.789)	53.183	-	211.067	(5.357)	205.710
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	1.160
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas	-	-	1.803	-	-	-	-	1.803	-	1.803
Participação não controladores - alienação de quotas	-	-	-	-	418	-	-	418	(418)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.508)	(13.508)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	18.592	18.592	15.934	34.526
Proposta para destinação do lucro do exercício	-	930	-	-	-	-	(930)	(4.415)	(1.873)	(6.288)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	(4.415)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	-	(4.415)	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	13.247	(13.247)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	169.188	4.891	23.769	(29.442)	(7.371)	66.430	-	227.465	(4.062)	223.403
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	689	689
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas	-	-	808	-	-	-	-	808	-	808
Participação não controladores - alienação de quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(25.585)	-	(25.585)	(11.688)	(37.273)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	44.196	44.196	7.894	52.090
Proposta para destinação do lucro do exercício	-	2.210	-	-	-	-	(2.210)	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	(2.210)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	-	(10.496)	-	(60)	(10.556)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	31.490	(31.490)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	169.188	7.101	24.577	(29.442)	(7.371)	72.335	-	236.388	(7.227)	229.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Objeto Social: A LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia" ou "LPS Brasil") possui sede social na Rua Estados Unidos, 2.000 São Paulo - SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e suas controladas, (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). Para atender os propósitos societários, o Grupo tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de intermediação na compra e venda de imóveis, predominantemente lançamentos na região da Grande São Paulo; (ii) consultoria imobiliária; (iii) participação em outras empresas; e (iv) correspondente bancário. As controladas da Companhia estão sediadas em diversas regiões do Brasil e desenvolvem atividades de prestação de serviços de intermediação na compra e venda de imóveis de terceiros e de loteamentos, consultoria, assessoria técnica imobiliária, franquias, correspondente bancário e outros serviços relacionados. A Companhia possui ainda participação na "joint venture" Olimpia Promoção e Serviços S.A. ("Olimpia"), que atua e promove produtos e serviços financeiros no mercado imobiliário, as informações financeiras trimestrais da "joint venture" não são consolidadas. A LPS Brasil tem suas ações negociadas na "B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão", com o código de LPSB3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como "Controladora" e "Consolidadas" foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board ("IASB")*. Considerando que não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidados atribuíveis aos acionistas da controladora e os valores equivalentes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar um único conjunto de demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para arquivamento em 19 de março de 2026. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: • Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas no curso normal de seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra o Grupo, pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão; a Companhia e suas controladas estão sujeitas à fiscalização por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que estas autoridades não autuaram a Companhia e suas controladas, tampouco, que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais; • Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, taxa de crescimento, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. • Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber: a Companhia e suas controladas adotaram o cálculo da perda esperada das contas a receber com base na elaboração de uma "matriz de provisão", levando em conta dados históricos de inadimplência que definiram um percentual de provisionamento para cada faixa de vencimento da carteira de recebíveis, além do percentual de perdas esperadas de acordo com projeções macroeconômicas. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas projeções macroeconômicas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão apresentadas na Nota 6. Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment test"): a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: investimentos e intangíveis. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados em uma das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Mensuração subsequente: Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. (i) *Ativos financeiros*: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: Ativos financeiros ao custo amortizado: São mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal. Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas nesta categoria são representados por contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por meio de outros resultados abrangentes: São mensurados num modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Referem-se a quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados numa das duas categorias acima mencionadas devem ser mensurados e reconhecidos ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria. A Companhia possui caixa e equivalente de caixa e opções de compra das participações dos não controladores ("Call Option"), classificadas nesta categoria de instrumentos financeiros. Nas demonstrações financeiras, o reconhecimento inicial do "Call Option" foi realizado na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e mensurados subsequentemente contra as rubricas de despesas e receitas financeiras no resultado do exercício. (ii) *Passivos financeiros*: A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual deve ser aplicado o CPC 15. Nas demonstrações financeiras, o reconhecimento inicial da obrigação de compra de participações de não controladores ("Written Put") foi realizado na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e mensurados subsequentemente a valor presente e contra as rubricas de despesas e receitas financeiras no resultado do exercício, os quais serão

calculados por meio de cálculos preestabelecidos contratualmente. O valor presente da Written Put é calculado para fins de contabilização baseando-se no múltiplo do lucro líquido dos últimos 12 meses. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço sendo os ganhos ou as perdas decorrentes de variações registradas no resultado. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento, após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas nesta categoria de instrumentos financeiros são representados principalmente por Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Aquisição de investimentos a pagar, Arrendamento mercantil e Outros passivos. b) Combinações de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferíveis pelo adquirente, dos passivos incorridos pelo adquirente com os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da operação são mensurados: (i) O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida; (ii) Valor das participações de não controladores na adquirida; (iii) Valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. As participações de não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensurados pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Quando a contrapartida transferida pela controladora em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas, com correspondentes ajustes ao ágio. c) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir elencados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação as perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa. d) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Periodicamente, a Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com vida útil definida, com o objetivo de avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor líquido de venda. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil líquido dos ativos com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa futuro descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre os fluxos de caixa futuros e as projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e representam a melhor estimativa da Administração, sobre as condições econômicas que existirá durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionarão a geração dos fluxos de caixa. Quando a provisão para redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. e) Provisões: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As provisões para obrigações de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração da Companhia sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. A Companhia e suas controladas adotam o procedimento de provisionar a totalidade das obrigações de naturezas trabalhista, previdenciária, fiscal e cível cuja probabilidade de perda, ou seja, de desembolso futuro tenha sido estimada como provável. A Companhia reconhece, ainda, para controladas da região Sul (LPS Sul e Pronto Duca!), provisões com a melhor estimativa de saída de recursos para liquidar a contingência para riscos trabalhistas e previdenciários com base na opinião de consultores legais e evidências de eventos ocorridos e subsequentes. f) Reconhecimento de receita e apuração do resultado: As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. O CPC 47 / IFRS 15 decorre dos princípios que a entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. a) *Serviços de Intermediação imobiliária*: As entidades do Grupo formalizam contratos de corretagem com os clientes e reconhecem a receita de prestação de serviços mensurada a valor justo, que conforme prática de mercado utiliza um percentual sobre o valor do imóvel. A Companhia realiza o reconhecimento da receita, após o aceite do proprietário ou incorporador no contrato de compra e venda do imóvel, por entender que houve a satisfação de desempenho e realizou a transferência de controle ao cliente. b) *Franquias - Royalties*: Dentre os segmentos de atuação a Companhia possui contratos de franquias com franqueados cuja receita é subdividida nos seguintes itens: • Taxa Inicial - O valor da transação é fixo e definido contratualmente e sem a possibilidade de devolução em caso de rescisão contratual, sendo este montante reconhecido no momento de assinatura do contrato. • Taxa variável - O valor da taxa periódica é definido por um percentual contratual que leva em consideração as transações imobiliárias da franqueada em um determinado período. O reconhecimento desta receita ocorre quando a obrigação de performance é alcançada por meio da celebração e assinatura entre as partes do contrato de intermediação imobiliária ou intermediação de locação. • Taxas fixas - É estipulado ao franqueado contratualmente um valor mínimo periódico a ser cumprido como taxa mínima de remuneração, que deverá ser pago a

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO DO EXERCÍCIO	44.196	18.592	52.090	34.526
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(60.151)	(40.022)	(2.887)	(4.220)
Depreciações e amortizações	1.355	1.387	19.604	19.439
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	-	(24)	2.627	935
Provisão/Reversão para riscos legais, liquidadas	2.188	(95)	4.350	2.594
Provisão de Bônus e participação nos resultados	4.779	4.500	6.896	8.100
Despesa com outorga de opções	808	1.803	808	1.803
Resultado financeiro, líquido	(4.600)	2.786	(5.998)	6.808
Outras perdas/ganhos de ativos	7	1	192	387
Apropriação de rendas	-	-	(11.560)	(11.560)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	14.839	13.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.336	(837)	950	(1.313)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	31	15	(1.879)
Impostos a compensar	(1)	(954)	(178)	(743)
Despesas antecipadas	(134)	(294)	(50)	(112)
Outras contas a receber	3.090	8.855	(5.245)	(1.720)
Fornecedores	633	159	1.825	1.096
Impostos e contribuições a pagar	(834)	3.466	(905)	3.701
Salários, provisões e contribuições sociais ..	(4.440)	(4.390)	(8.456)	(8.211)
Outras contas a pagar	(1.764)	(2.399)	(3.066)	(3.080)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	(13.532)	(7.435)	65.851	59.760
Juros pagos	(45)	(1)	(138)	(65)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(15.328)	(13.065)
Dividendos recebidos de controladas	45.872	18.254	4.097	4.021
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	32.295	10.818	54.482	50.651
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras	-	-	(1.261)	12.975
Fluxo de caixa líquido na aquisição de controladas	-	(2.984)	-	-
Aumento de capital em controladas	(2.277)	(2.199)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(10)	(11)	(11.850)	(16.110)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.287)	(5.194)	(13.111)	(3.135)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de dividendos, incluindo saldo de anos anteriores	(30.000)	(5.577)	(42.048)	(20.793)
Aumento de capital	-	-	689	1.160
Arrendamento mercantil	(8)	(44)	(6.180)	(6.384)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO .	(30.008)	(5.621)	(47.539)	(26.017)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	3	(6.168)	21.499
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71	68	52.831	31.332
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	71	71	46.663	52.831
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	3	(6.168)	21.499

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS	166	1.313	228.512	214.210
Receita de serviços, líquida de descontos e abatimentos	-	-	224.488	212.349
Outras receitas	166	1.289	6.651	2.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	24	(2.627)	(935)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI OS VALORES DOS IMPOSTOS - PIS E COFINS)	(5.065)	(5.744)	(92.483)	(81.210)
Custos dos serviços prestados	-	-	(46.637)	(31.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.058)	(5.743)	(45.654)	(49.419)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(7)	(1)	(192)	(387)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(4.899)	(4.431)	136.029	133.000
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.355)	(1.387)	(19.604)	(19.439)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(6.254)	(5.818)	116.425	113.561
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	74.438	46.824	34.163	22.964
Resultado de equivalência patrimonial, líquido da provisão para perdas	60.151	40.022	2.887	4.220
Receitas financeiras	14.287	6.802	31.276	18.744
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	68.184	41.006	150.588	136.525
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	11.018	11.696	39.643	43.647
Remuneração direta	10.314	11.141	32.502	36.453
Benefícios	704	555	5.342	5.096
FGTS	-	-	1.799	2.098
Impostos, taxas e contribuições	3.253	1.151	44.376	40.237
Federais	3.253	1.151	37.008	32.765
Municipais	-	-	7.368	7.472
Remuneração de capitais de terceiros	9.717	9.567	14.419	18.115
Juros	9.678	9.567	13.538	17.519
Aluguéis	39	-	881	596
Remuneração de capitais próprios	44.196	18.592	52.150	34.526
Dividendos	10.496	4.415	10.556	6.288
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.700	14.177	33.700	14.177
Participação de não controladores no lucro do exercício	-	-	7.894	14.061
VALOR TOTAL DISTRIBUÍDO	68.184	41.006	150.588	136.525

continuação

LPS CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A. e CONTROLADA - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF 08.078.847/0001-09

ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. ii) Metodologia e premissas para mensuração do valor justo: A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo de Nível 3 com reportes diretamente ao CFO. O Grupo utiliza a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado nominal (DCF) para fins de mensuração do valor justo dos ativos intangíveis, outros ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e para a análise de recuperabilidade dos mesmos ativos intangíveis, bem como para o ágio por rentabilidade futura adquirido em combinações de negócios. Técnicas de avaliação: • A técnica de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados a partir do resultado estimado de cada imobiliária (UGC - unidade geradora de caixa), levando em consideração o crescimento das receitas de intermediação imobiliária, por meio do crescimento estimado do VGV de determinados localidades e segmentos primários e secundários, bem como as despesas e custos relacionados às receitas; • Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco. Entre outros fatores, a estimativa taxa de desconto considera: Inflações no Brasil e nos Estados Unidos da América, taxa de risco do Brasil e taxas específicas relacionadas ao mercado de intermediação imobiliária. Dados (inputs) significativos não observáveis: • Taxa de desconto: Taxa nominal pré-imposto de 15,70% derivada da taxa média ponderada de custo do capital das unidades geradoras de caixa, ajustada para riscos específicos do mercado; • Taxa de crescimento: Analisando os diversos mercados de atuação da Companhia, as perspectivas para cada um destes mercados e o plano de ação para crescimento para cada imobiliária, utilizamos os fatores de crescimento real para estas empresas que variam entre 1% a 10%; • Hold period: Consideramos o "Hold period" de 5 anos antes da perpetuidade no fluxo de caixa; • Caixa residual: Acréscimo do valor residual das rubricas "Caixa" e "Aplicações financeiras" registradas no balanço, à soma dos fluxos de caixa descontados. Esse montante foi considerado no valor da imobiliária por se tratar de direitos operacionais existentes na data base da avaliação que não entraram na projeção de fluxo de caixa. Relacionamento entre dados (inputs) significativos não observáveis e mensuração do valor justo: • O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se: - A demanda por aquisição de imóveis for superior (inferior) impactando o VGV; - O valor dos imóveis for superior (inferior) impactando o VGV; - Diminuição (Aumento) de inflação impactando na taxa de desconto; - Diminuição (Aumento) da taxa de risco país - Brasil. Hierarquia do valor justo: Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolvem os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e • Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

4. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções da constituição da reserva legal, da reserva para contingências e da parcela do lucro a realizar de acordo com o artigo 202 da Lei nº6.404/76.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício.....	44.196	18.592
Reserva legal 5% - limitada a 20% do capital social da Companhia.....	(2.210)	(930)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	41.986	17.662
Dividendos mínimos obrigatórios 25%.....	10.496	4.415
Constituição de reserva de lucros	31.490	13.247

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Marcos Bulle Lopes	Presidente
Francisco Lopes Neto	Diretor Vice-Presidente
Robson Pereira Paim	Diretor Financeiro e de Novos Negócios
Cyro Naufel Filho	Diretor Técnico e de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edward Jorge Christianini	Presidente
Francisco Lopes Neto	Vice-Presidente
Marcos Bulle Lopes	Conselheiro
Maurício Curvelo de Almeida Prado	Conselheiro
Marcello Rodrigues Leone	Conselheiro
Mário Spinola e Castro	Conselheiro
Beatriz Machert de Lima	Conselheira
Marcelo Pinto Duarte Barará	Conselheiro

Paulo Fernando de Sousa e Silva - Contador responsável - CRC 1 SP 283113/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. declaram nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de março de 2022, que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e (ii) reviram, discutiram e concordam sem quaisquer ressalvas com a opinião expressa no parecer emitido em 19 de março de 2026 pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

A Comissão de Auditoria Estatutária da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê e em atendimento ao disposto legal, procedeu ao exame das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, sem ressalvas, e com base nos documentos examinados e nas informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutária, opinam que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. e suas controladas e recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei de Sociedades por Ações. São Paulo, 17 de março de 2026. Membros: **Marcello Rodrigues Leone; Mauricio Curvelo de Almeida Prado; Antonio Coutinho de Souza Cesar Ribeiro; Beatriz Machert de Lima; Mario Spinola e Castro.**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: <https://www.estadao.com.br> e na página eletrônica da Companhia <https://n1.opes.com.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 19 de março de 2026, sem ressalvas. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8. Alexandre Cassini Decour

www.lopes.com.br

ESTADÃO RI

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO.

LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA &
NEGÓCIOS

+27,5 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS

PUBLICAÇÃO
SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE
RELAÇÕES COM
INVESTIDORES

A FORÇA
DO ESTADÃO
+56 MM
de impactos / mês

LÍDERES E
FORMADORES DE
OPINIÃO LEEM
O ESTADÃO
DIARIAMENTE

CONSULTE
NOSSA EQUIPE
COMERCIAL:
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO

ESTADÃO RI

a rádio dos melhores ouvintes
ELDORADOFM 107.3
Uma parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000

ESTADÃO
BLUE STUDIO

**AGÊNCIA
ESTADO**

broadcast

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscrições Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25)

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ Nº 08.816.067/0001-00 - NIRE 35.3.0034113-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 02 de janeiro de 2026, às 11h, na sede social da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 2º andar, Campos Eliseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente: Patrícia Chacon Jimenez e Secretária: Elaine Cristina Barreiro. **5. Ordem do Dia:** (i) Alterar o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; (iii) Eleger os Srs. Emílio Bentancourt e Emerson Pinheiro Valentim para a Diretoria da Companhia; (iv) Desinvestir o Sr. José Rivaldo Leite da Silva do cargo de Diretor Presidente e indicar a Sra. Patrícia Chacon Jimenez para substituí-lo; (v) Consolidar a composição da Diretoria e a nomenclatura reformada dos cargos ocupados por cada um dos membros; (vi) Atribuir funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep; (vii) Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; e (viii) Aderir ao Comitê de Remuneração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, acionista única da Companhia e líder do grupo prudencial Porto. **6. Deliberações:** A acionista aprovou: (i) A reforma da redação do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 6º** - A diretoria será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral da Companhia, com um mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição, sendo 01 (um(a)) Diretor(a) Presidente e 01 (um(a)) Diretor(a) Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e os demais terão sua designação estabelecida pela própria Assembleia Geral, por ocasião de cada eleição."; (ii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I ("Anexo I - Estatuto Social") à presente ata; (iii) A eleição do Sr. **Emílio Bentancourt**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 319.348.518-76 como Diretor Executivo de Riscos e Governança e do Sr. **Emerson Pinheiro Valentim**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 176.684.738-23 como Diretor Executivo de Produção, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria, vigorando até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2028. Os eleitos declararam, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irão conduzir a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no Estatuto Social. Os membros da Diretoria são investidos em seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. Os termos de posse e declarações de desimpedimento, assinados pelos eleitos, ficarão arquivados na sede da Companhia. Ademais, fica consignado que os diretores ora eleitos preencham as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e que tomarão posse em seus respectivos cargos em ato separado; (iv) A desinvestidura, com efeitos imediatos, do Sr. **José Rivaldo Leite da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07, do cargo de Diretor Presidente da Companhia, que passa a ser ocupado pela Sra. **Patrícia Chacon Jimenez**, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23, que, por sua vez, deixa de ocupar o cargo de COO (Chief Operating Officer) - Seguros, o qual fica extinto. A Companhia manifesta seu sincero agradecimento ao Sr. José Rivaldo Leite da Silva pela sua dedicada atuação, comprometimento e significativa contribuição ao longo de mais de 40 (quarenta) anos na Porto; (v) A consolidação da composição da Diretoria e dos 09 (nove) cargos ocupados, por cada um dos seus membros, com sua nomenclatura reformada, na forma abaixo: **Diretora Presidente:** Sra. Patrícia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Sr. **Celso Damadi**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing:** Sr. **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretora Executiva Jurídica:** Sra. **Adriana Pereira Carvalho Simões**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor Executivo de Produção:** **Emerson Pinheiro Valentim**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 176.684.738-23; **Diretor Executivo de Riscos e Governança:** **Emílio Bentancourt**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 319.348.518-76; **Diretor Executivo - Produto Automóvel:** Sr. **Jaime Soares Batista**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Executivo - Produto Residência:** Sr. **Jarbas de**

Medeiros Baciano, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; e **Diretor de Controladoria:** Sr. **Rafael Veneziani Kozma**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 200.476.918-16, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Eliseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028; (vi) A atribuição de funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, ficando o Sr. Emílio Bentancourt designado como Diretor responsável pelos controles internos, em substituição à Adriana Pereira Carvalho Simões e a Sra. Patrícia Chacon Jimenez como responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados; e (vii) A ratificação das funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, da seguinte forma: **I. Funções de Caráter Executivo ou Operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jarbas de Medeiros Baciano**; b. Diretor responsável técnico - **Celso Damadi**; c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Rafael Veneziani Kozma**; d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma**; e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguos aceitos - **Jaime Soares Batista**; f. Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguros e pelos serviços por eles prestados - **Jarbas de Medeiros Baciano**; g. Diretor Responsável pelo Relacionamento com o Cliente, (Resolução CNSP 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**; h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma**; i. Diretora responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP 415/2021) - **Patrícia Chacon Jimenez**; j. Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **Patrícia Chacon Jimenez**; **II. Funções de Caráter de Fiscalização ou Controle:** a. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões**; b. Diretor responsável pelos controles internos - **Emílio Bentancourt**. A composição da Diretoria e as designações específicas atribuídas aos seus membros, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028, consta, com informações idênticas, na tabela expositiva abaixo: **Cargo - Nome - Designação SUSEP:** Diretora Presidente - Patrícia Chacon Jimenez - Responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) e responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados; Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos - Celso Damadi - Responsável técnico; Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing - Luiz Augusto de Medeiros Arruda - Responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020); Diretora Executiva Jurídica - Adriana Pereira Carvalho Simões - Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020); Diretor Executivo de Produção - Emerson Pinheiro Valentim - N/A; Diretor Executivo de Riscos e Governança - Emílio Bentancourt - Responsável pelos controles internos; Diretor Executivo - Produto Automóvel - Jaime Soares Batista - Responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguos aceitos; Diretor Executivo - Produto Residência - Jarbas de Medeiros Baciano - Responsável pelas relações com a SUSEP - Responsável pela contratação de correspondentes de microsseguros e pelos serviços por eles prestados; Diretor de Controladoria - Rafael Veneziani Kozma - Responsável administrativo-financeiro, Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e Responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020). Por fim, os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para execução das deliberações havidas e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; e (viii) A adesão ao Comitê de Remuneração criado pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, acionista única da Companhia e líder do grupo prudencial Porto, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, em atendimento à Resolução CNSP nº 476/2024. **7. Documentos Arquivados:** Termos de posse, declarações de desimpedimento, procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. **Assinaturas:** (ass.) Patrícia Chacon Jimenez, Presidente da Mesa e Elaine Cristina Barreiro, Secretária da Mesa. **Acionista: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, representada por sua Diretora, Sra. Patrícia Chacon Jimenez e por sua procuradora, Sra. Elaine Cristina Barreiro. A presente certidão é cópia fiel da lavrada em livro próprio da Companhia. **Patrícia Chacon Jimenez** - Presidente da Mesa; **Elaine Cristina Barreiro** - Secretária. **JUCESP** nº 51.753/26-1 em 19/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 3279/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8781/2025

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa: **EUROPRO COMERCIAL LTDA**, a "fornecer **MATERIAIS MEDICOS OPME (Consignação com comodato de Instrumental)** ", com base no **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 3409/2026

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8882/2026

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa: **UNIBIO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, a "fornecer **MATERIAIS MEDICOS COM COMODATO DE EQUIPAMENTO** ", com base no **Regulamento de Compras da FFM**.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE COOPERATIVAS MÉDICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SECMESSP – CNPJ 61.054.623/0001-31. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL COM EMPREGADOS DA UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO QUE TRABALHAM EM JORNADA DIÁRIA DE 6 (SEIS) HORAS** – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Ficam convocados somente os empregados que trabalham em jornada de 6 (seis) horas diárias na UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, que integram a categoria representada pelo SECMESSP, que consiste em empregados de cooperativas médicas, excluindo-se os empregados de cooperativas médicas e/ou saúde que exerçam suas funções nos setores de pronto atendimento, clínicas, laboratórios, ambulatórios e hospitais, para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRA-ORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL** que faremos realizar no dia **07 de abril de 2026**, em primeira convocação às 09H00, com o número legal, ou em segunda convocação às 10H00, com qualquer número de presentes, em ambiente virtual que poderá ser acessado pelo endereço: www.secMESSP.org.br através do botão assembleias virtuais, onde, a partir do dia **02/04/2026**, acessará a página com edital, proposta de acordo e explicação sobre o mesmo, onde poderá também tirar suas dúvidas previamente. Para acessar esta página virtual será obrigatório o número do CPF/MF, data nascimento e número de matrícula do empregado. No horário estabelecido para a assembleia, será aberta a possibilidade para que possa votar, sendo que o horário de votação será até às 11H00, e caso o trabalhador não consiga manifestar o seu voto na plataforma da assembleia, poderá votar por e-mail, encaminhando seu voto, no mesmo horário, através de uma mensagem para voto@secmessp@gmail.com informando se é a favor ou contra o acordo proposto, porém, aqueles que tiverem efetuado o seu voto pelos dois canais terá seu voto por e-mail ignorado. **JUSTIFICATIVA** - Considerando que o artigo 3º da Lei 14.309/22 permite a realização de reuniões e assembleias das entidades civis de direito privado, como é um sindicato, a assembleia será realizada virtualmente por meio temático, com processo de deliberação em plataforma digital (internet), contendo a apresentação da proposta e acesso ao interessado para perguntas pertinentes e votação secreta na plataforma, o que assegura o direito de voz e voto dos participantes. **ORDEM DO DIA** - A ordem do dia será: Autorização ou não dos empregados que trabalham em jornada diária de 6 (seis) horas de trabalho da UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, para o SECMESSP promover e formalizar por dois anos, a partir da data da assembleia, um acordo coletivo de trabalho que estabelecerá: O valor de vale refeição diário para cada dia útil trabalhado de R\$ 21,00 (vinte e um reais) para os empregados que possuem a carga horária diária de 6 (seis) horas e que exercem suas funções em locais que contêm espaço específico para refeição/café, como copa ou em suas próprias residências em regime de teletrabalho. Caso aprovado o acordo coletivo de trabalho terá a duração pelo prazo de dois anos, a partir de 01 de abril de 2026, sendo que os valores aprovados serão reajustados de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho. Encerrado o processo de votação eletrônica, os votos serão apurados e o resultado publicado no site do sindicato, no mesmo endereço eletrônico, em até um dia útil imediatamente posterior ao da assembleia. Campinas, 24 de março de 2026. **EDSON PEREIRA DA SILVA - PRESIDENTE**

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE RESIDENCIAL-3

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Ficam convocados os senhores titulares, compromissários, compradores, cessionários e promissários cessionários de direito de domínio útil sobre imóveis localizados na área da Associação Alphaville Residencial-3, com sede na Av. Yojiro Takaoka, 2.411, Alphaville, Santana de Parnaíba-SP, CEP 06542-001, inscrita no CNPJ sob o nº 51.243.905/0001-23, Associados, para a **Assembleia Geral Ordinária**, concomitantemente com a **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizarem-se no próximo dia **30 de março de 2026**, segunda-feira, em primeira chamada às **19h30min**, com a presença mínima de metade mais um dos Associados, em segunda chamada às **20h**, com a presença de qualquer número de Associados, **no salão de festas do Centro de Convivência da AAR-3**. O acesso será pela Al. Guarujá, 1.224 – Residencial Alphaville 3 - Santana de Parnaíba – SP, nos termos do artigo 11º do Estatuto Social, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** Expediente: 1. Eleição de novos membros (efetivos e suplentes) no Conselho Deliberativo, para o devido preenchimento das vagas, com a posse em janeiro do ano vindouro, conforme previsto nos artigos 9, 19,c, 20 e 21, do Estatuto Social, para o mandato de 2027 a 2030; 2. Apresentação e deliberação sobre as contas do exercício de 2024, previamente analisadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal; **OB.S.:** Conforme previsto no artigo 21, do Estatuto, os interessados deverão apresentar sua candidatura até 2 (dois) dias úteis da A.G.O. Os Associados que já apresentaram sua pré-candidatura não precisarão reapresentá-la. **Assembleia Geral Extraordinária:** Expediente: 1. Análise e deliberação acerca da aprovação dos orçamentos destinados à elaboração dos projetos complementares do Ginásio, compreendendo: (a) projeto executivo de arquitetura, (b) fundações e estrutura, (c) drenagem, (d) instalações elétricas, (e) serviços de engenharia orçamentária. Valor estimado: R\$ 124.020,17 (cento e vinte e quatro mil, vinte reais e dezessete centavos), já contemplando variação orçamentária de 5%. 2. Assuntos gerais não passíveis de votação: somente serão admitidos os que tenham sido apresentados antecipadamente à administração, preferencialmente até 2 (dois) dias úteis antes da AGE, para otimizar o tempo e a duração da reunião. Nota 1: Os Associados que tiverem dúvidas ou interesse em conhecer detalhadamente os orçamentos dos projetos complementares do Ginásio, bem como as contas do exercício de 2024 a serem apreciadas e deliberadas, poderão agendar atendimento na administração nos dias 26 e 27/03/2026. O atendimento tem por objetivo esclarecer antecipadamente eventuais questionamentos e otimizar o tempo durante a Assembleia Geral Extraordinária. **Observações importantes:** a) nas assembleias somente poderão votar e ser votados os Associados regularmente registrados nos livros sociais até vinte e quatro (24) horas antes da data da realização da Assembleia (artigo 14, §1º, do Estatuto); b) os presentes deverão estar munidos de documentos de identidade e comprovar sua condição de titular, sendo vedado o direito de voto aos associados em débito com as suas obrigações para com a associação; c) os representantes legais de pessoas jurídicas deverão provar sua condição com documento válido; d) mandatários deverão estar munidos de instrumentos de procuração válidos com firma reconhecida. Destacamos a importância da presença de todos os Associados para que as decisões venham a refletir o efetivo interesse da coletividade. Santana de Parnaíba, 24 de março de 2026. **Maurício Antonio Barbosa** - Presidente do Conselho Deliberativo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PENITENCIÁRIA DE BERNARDINO DE CAMPOS - SEÇÃO DE FINANÇAS E SUPRIMENTOS

AVISO DE ABERTURA

PROCESSO SEI: 006.00104658/2026-78

Encontra-se aberto na Penitenciária de Bernardino de Campos", localizada no município de Bernardino de Campos, PREGÃO ELETRÔNICO número 90001/2026, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo PERECÍVEIS - Carnes, com entrega parcelada para consumo desta Penitenciária de Bernardino de Campos, no período de maio de 2026 a agosto de 2026, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 08/04/2026, às 08h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Seção de Finanças e Suprimentos da Penitenciária de Bernardino de Campos, e-mail: financas@pbcampos.sap.sp.gov.br ou financas@pbcampos@yahoo.com.br

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

Contratante (UASG) nº 180216

Objeto: Contratação de aquisição de material de escritório

Valor total da contratação: R\$ 472.428,90

Data da sessão pública: Dia 07/04/2026, às 10h30 (horário de Brasília)

Critério de julgamento: menor preço por grupo

Modo de disputa: aberto

Preferência ME/EPP/Equiparadas: sim

Fundação Adib Jatene

CNPJ nº 53.725.560/0001-70

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº 004/2026

A **Fundação Adib Jatene**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente reconhecidos como entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.725.560/0001-70 e Inscrição Estadual nº 111.915.637.113, à Avenida Dr. Dante Pazzanese, nº 500 - Ibirapuera - São Paulo/SP, CEP 04012-180, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização do Edital de Pregão Presencial nº 004/2026 - **cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de construção civil para construção do novo centro de pesquisas, incluindo a elaboração dos projetos executivos e o fornecimento dos materiais e mão de obra para a execução dos serviços nas dependências do prédio 02 no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia**. Data para recebimento de propostas e abertura: **06/04/2026 às 10:30h - Auditório "D"** - Nagib Haddad, situado à Avenida Dante Pazzanese, 500 - Ibirapuera - São Paulo - SP. As condições, quantidades e exigências estão definidas no Edital de Pregão Presencial nº 004/2026. Os interessados em participar do presente procedimento de contratação, poderão acessar no site: www.fundacaoadibjatene.com.br/avisos/ ou encaminhar e-mail de interesse na participação para janaina.verderi@fajsaude.com.br; rogerio.souza@fajsaude.com.br; etaina.silva@fajsaude.com.br.

ANTÔNIO PASINATO 177 SPE LTDA.

CNPJ sob nº 44.509.935/0001-73 - NIRE 35.238.251.844

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Com sede em Osasco/SP, na Avenida dos Autonomistas, nº 2.435, Sala 703, Centro, CEP 06090-020 ("Pasinato") - **Edital de Convocação de Reunião de Sócios** a ser realizada em **2º convocação** no dia 01 de abril de 2026, às 15:00 horas, sob a forma digital, nos termos do Artigo 1.080-A do Código Civil e seu Parágrafo único, para discutir e deliberar sobre (i) a proposta de dissolução da Pasinato, uma vez que seu objeto social não se implementou, notadamente pela não aquisição da propriedade imobiliária indicada no Contrato Social; e (ii) caso aprovada a proposta de dissolução da Pasinato, tratar do destino de seus ativos e passivos, bem como de suas perdas e prejuízos, com a nomeação de um Liquidante para gerir o caixa remanescente da Pasinato frente aos seus passivos e cuidar das providências para a completa extinção da sociedade. Poderão participar da Reunião de Sócios todos os sócios quotistas, devendo os sócios apresentar os documentos e comprovantes, inclusive instrumento de Mandato, caso os sócios optem por se fazer representar por procuradores, nos termos da Lei. Link da Reunião: <https://teams.microsoft.com/meet/23670063947725?p=r1C6msRwqwPGoAYn3>; ID da Reunião: 236 700 639 477 25; Senha: Ey2kH2ZW.

Osasco, 23 de março de 2026. Fernando Gomes de Melo Filho

Representante legal da sócia administradora

Semog Engenharia Ltda.

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 49.263.189/0001-02 - NIRE 35.300.340.337



AVISO AOS ACIONISTAS

A **HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.** ("Helbor" ou "Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 16:00 horas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, bem como em seu website de Relações com Investidores (<https://ri.helbor.com.br/>), e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais habituais.

São Paulo, 24 de março de 2026

Roberval Lanera Toffoli

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

www.helbor.com

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

O Estadão conecta sua empresa ao olhar qualificado do mercado.

Publique seus balanços e atos societários com segurança institucional.

ESTADÃO RI

Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442



ESTADÃO

ESTADÃO RI

a rádio dos melhores ouvintes **ELDORADO FM 107.3**
uma parceria de conteúdo com o Estadão Brasil

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADO

broadcast



Fábio Alves E-mail: fabio.alves@estadao.com; X:@colunafabioalve

Um estranho no ninho

Os investidores correram para refazer suas apostas para a trajetória de juros nas maiores economias do mundo depois que os bancos centrais deixaram um recado mais duro do que o esperado sobre os riscos para a inflação com a alta nos preços dos combustíveis, em razão do conflito no Oriente Médio. Mas um deles destoou desse tom de preocupação: o BC brasileiro.

É verdade que a decisão do Copom, iniciando o ciclo de corte de juros com redução mais suave da taxa Selic, de 15% para 14,75%, veio em linha com a projeção do mercado. É

verdade também que o Copom admitiu que os riscos para a inflação se intensificaram após o início da guerra no Irã. E ainda reafirmou a postura de “serenidade e cautela”.

Mesmo assim, manteve o balanço de riscos para a inflação exatamente igual ao da reunião anterior, antes da crise no Oriente Médio e da alta no preço do petróleo, com o barril do Brent ainda próximo de US\$ 100. Para a surpresa de muitos, o Copom destacou que “os indicadores do final de 2025 mostraram desaceleração na atividade econômica”. A visão de consenso é outra: de evidente reaceleração da economia no

primeiro trimestre de 2026. Além disso, a projeção de inflação para o horizonte relevante da política monetária (terceiro trimestre de 2027) passou de

O Banco Central brasileiro destoou do tom de preocupação de outros BCs com os efeitos da guerra

3,2% para 3,3%, enquanto a expectativa era de revisão para, no mínimo, 3,4%. A ata da reunião não veio muito diferente do comunicado.

Já o Banco Central Euro-

peu, que manteve inalterada a taxa básica, elevou a projeção de inflação em 2026 de 1,9% para 2,6%. Sua estimativa para o núcleo da inflação em 2027 passou de 1,9% para 2,2%, indicando o risco de a alta no custo de energia se propagar para outros preços. Na Inglaterra, o banco central manteve a taxa parada, mas alertou que “estava pronto para agir”. Os investidores já precificam três altas de juros na Zona do Euro e na Inglaterra até o fim do ano.

No Japão, o BC sugeriu que pode elevar os juros em abril. Na Austrália, aliás, o BC subiu sua taxa pelo segundo mês consecutivo e sinalizou mais

aperto adiante. Nos EUA, o Federal Reserve deu maior ênfase aos riscos à inflação com a alta do petróleo, levando o mercado a praticamente eliminar as apostas de corte de juros em 2026.

Mesmo que no Brasil a Selic siga em nível restritivo, o Copom não fez qualquer menção do risco de pausa no ciclo de corte de juros se a situação no Golfo Pérsico piorar ou o preço do petróleo ficar elevado por muito tempo. Pelo contrário: deixou aberta a porta para acelerar o corte para 0,50 ponto porcentual na próxima reunião. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuço Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

SOMENTE ONLINE

LEILÃO EXCLUSIVO GRUPO BRADESCO OPORTUNIDADES DE CARROS, MOTOS E CAMINHÕES

É HOJE! 25/03/2026 - 14H00

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS



IPVA 2026 PAGO

FIAT FASTBACK AUDACE 24/24 - (ORIGEM: SEGURO, PEQ. MONTA)



IPVA 2026 PAGO

ROYAL ENFIELD SUPER METEOR 650 25/25 - (ORIGEM: SEGURO, PEQ. MONTA)



IPVA 2026 PAGO

CITROEN C4L SHINE AUT 19/20 - (ORIGEM: SEGURO, PEQ. MONTA)

COM POSSIBILIDADE
DE FINANCIAMENTO

*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE
*CORRESPONDENTE BANCÁRIO
*INDEPENDENTE

B2Capital

*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA
DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE
AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS
DO TELEFONE 11-2464-6464.



IPVA 2026 PAGO

CHEVROLET CRUZE LTZ NB AT 18/18 - (ORIGEM: SEGURO, MÉDIA MONTA)



DAFRA CITYCOM 300I 24/24 - (ORIGEM: SEGURO, PEQ. MONTA)



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Habitação Novas regras

Conselho do FGTS aprova limites maiores ao MCMV

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou ontem proposta de reajuste nas

faixas de renda das faixas 1 a 4 e nos limites de preços de imóveis que podem ser financiados pelo programa Minha Ca-

sa, Minha Vida (MCMV).

A alteração, proposta pelo Ministério das Cidades, tem o objetivo de adequar os limites

de renda mensal ao salário mínimo, reajustado anualmente acima da inflação. O limite da Faixa 1 passou para R\$ 3.200; da Faixa 2, R\$ 5.000; da Faixa 3, para R\$ 9.600; e da Faixa 4, para R\$ 13.000. Segundo a pasta, as alterações vão permitir que 87,5 mil

famílias sejam beneficiadas com a redução da taxa de juros do financiamento, por passar para uma faixa menor.

Com as mudanças nos limites de preços, o programa agora vai financiar imóveis de até R\$ 600 mil. ● CÍCERO COTRIM/BRÁSÍLIA



Telecomunicações Aquisição

Claro fecha compra da Desktop por R\$ 4 bi

Aquisição da maior provedora independente de banda larga fixa do interior de São Paulo reforça estratégia da operadora de combinar pacotes de internet móvel e fixa

CIRCE BONATELLI

A Claro deu início a um novo capítulo no mercado brasileiro de telecomunicações ao comunicar, no domingo, a compra da Desktop, maior provedora independente de banda larga fixa do interior de São Paulo. A iniciativa mostra como as operadoras estão se esforçando não só para ganhar escala, como também para avançar na combinação de pacotes de internet móvel e fixa – algo que aumenta a retenção dos clientes e se tornou estratégica diante da competição acirrada no setor. A transação também deve estimular outras operadoras a avançarem nessa estratégia, segundo analistas.

A Desktop nasceu em 1997, em Sumaré (SP), pelas mãos do empresário Dênio Alves Lindo. Em 2020 recebeu aporte da gestora de recursos americana

HIG Capital para acelerar o crescimento; em 2021, lançou ações em Bolsa. Desde o fim de 2025, a empresa conversava com a Claro. Antes, chegou a negociar com a Vivo, mas não houve acordo sobre o preço.

Atualmente, a Desktop tem 1,2 milhão de clientes em 198 cidades no Estado de São Paulo, o equivalente a 7,6% de participação no mercado. Para a Claro, a aquisição representa um avanço importante no Estado, onde disputa a liderança com a Vivo. A Claro tem 4,5 milhões de clientes em São Paulo (28,3%), enquanto a Vivo conta com 4,9 milhões (31%).

PRÊMIO. Pelo acordo firmado entre as partes, nesta primeira etapa a Claro vai comprar 73% da Desktop pelo valor de R\$ 20,82 por ação, o que representa um prêmio de 45% acima da cotação em Bolsa. A proposta

Crescimento

53,8 milhões é o número de assinantes de serviços de banda larga no País, segundo a Anatel, um aumento de 72% em relação aos 31,2 milhões de usuários em 2018

2,5% foi a expansão da base de usuários de banda larga entre 2024 e 2025

avaliou a Desktop em R\$ 4 bilhões, considerando R\$ 2,4 bilhões em ativos e R\$ 1,6 bilhão de dívida líquida.

Numa segunda etapa, a Claro deverá fazer uma oferta para comprar os 27% das ações remanescentes no mercado. Com isso, o valuation (valor) da Desktop foi equivalente a 6,2 vezes o seu lu-

cro operacional (Ebitda) de 2025.

Para analistas, a transação é um sinal de que a consolidação do mercado de banda larga no Brasil está entrando em uma fase mais estratégica. “As operadoras estão usando fusões e aquisições não apenas para ganhar escala, mas também para reforçar a convergência dos serviços (móvel e fixo), aumentar a densidade regional, reduzir as desconexões e restaurar a racionalidade em um mercado que se tornou mais competitivo”, dizem os analistas da XP Bernardo Guttman e Luis Chagas, em relatório.

O mercado de internet por banda larga teve expansão relevante entre 2018 e 2022, com ajuda de medidas regulatórias que dispensaram as pequenas empresas de cumprir as mesmas obrigações de atendimento, qualidade e prestação de contas que as grandes. Esse ciclo foi marcado pela ampliação

das redes de fibra óptica e a atração de novos clientes.

Desde 2018, o total de assinantes de banda larga subiu 72%, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), passando de 31,2 milhões para 53,8 milhões. Hoje, porém, o serviço já está bem difundido e não cresce no mesmo ritmo. Entre 2024 e 2025, a expansão foi de apenas 2,5%.

Com isso, as empresas mudaram o foco, a disputa por clientes está maior, sem espaço para reajustes relevantes nos valores dos planos de banda larga. Assim, as fusões surgem como alternativa à ampliação da base de clientes e do faturamento, ao mesmo tempo que se diluem despesas com manutenção das redes, propaganda, equipamentos e investimentos. O movimento que abriu esse ciclo foi a combinação dos negócios entre a Vero e a Americanet, em 2023. ●



APRESENTA

PRÊMIO
O MELHOR
DO TURISMO
BRASILEIRO
ESTADÃO

CONHEÇA OS FINALISTAS E PARTICIPE
DO EVENTO DE PREMIAÇÃO QUE
CONSAGRA OS DESTAQUES DO SETOR

23 DE ABRIL — 19h

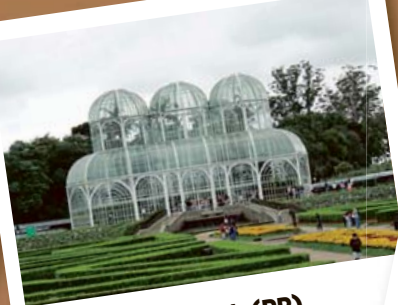
Wish Foz do Iguaçu Resort



TRILHA DESTINOS
Melhor destino de negócios



BRASÍLIA (DF)



CURITIBA (PR)



SÃO PAULO (SP)



AGÊNCIA DE TURISMO OFICIAL

Descontos exclusivos em:

- Hospedagem oficial
- Passagens aéreas
- Transfers Aero > Hotel > Aero
- Passeios e atividades

ENTRE EM CONTATO

45 99132-9630

reservas@mmcreceptivo.com.br

GARANTA O SEU
INGRESSO



ACESSE AQUI

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APRESENTAÇÃO



METODOLOGIA



PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58 - NIRE 35.3.0044235-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 02 de janeiro de 2026, às 10h30, na sede social da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre A, 6º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente: Marcos Roberto Loução e Secretária: Elaine Cristina Barreiro. **5. Ordem do Dia:** (i) Alterar o artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; (iii) Eleger os Srs. Emílio Bentancourt e para a Diretoria da Companhia; (iv) Desinvestir o Sr. José Rivaldo Leite da Silva do cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia; (v) Consolidar a composição da Diretoria e a nomenclatura reformada dos cargos ocupados por cada um dos membros; (vi) Atribuir funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep; (vii) Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; e (viii) Aderir ao Comitê de Remuneração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, acionista única da Companhia e líder do grupo prudencial Porto. **6. Deliberações:** Os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas: (i) A reforma da redação do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 13.** A diretoria será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 12 (doze) membros, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral da Companhia, com um mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição, sendo 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e os demais terão sua designação estabelecida pela própria Assembleia Geral, por ocasião de cada eleição."; (ii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I ("Anexo I - Estatuto Social") à presente ata; (iii) A eleição do Sr. **Emílio Bentancourt**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76 como Diretor Executivo de Riscos e Governança com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria, vigorando até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2028. O eleito declarou, sob as penas da lei, que não se encontra impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foi condenado ou está sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irá conduzir a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no Estatuto Social. O membro da Diretoria é investido em seu cargo nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. O termo de posse e declarações de desimpedimento, assinado pelo eleito, ficará arquivado na sede da Companhia. Ademais, fica consignado que o diretor ora eleito preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e que tomará posse em seus respectivos cargos em ato separado; (iv) A desinvestidura, com efeitos imediatos, do Sr. **José Rivaldo Leite da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07, do cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia. A Companhia manifesta seu sincero agradecimento ao Sr. José Rivaldo Leite da Silva pela sua dedicada atuação, comprometimento e significativa contribuição ao longo de mais de 40 (quarenta) anos na Porto. (v) A consolidação da composição da Diretoria e dos 10 (dez) cargos ocupados, por cada um dos seus membros, com sua nomenclatura reformada, na forma abaixo: **Diretor Presidente:** Sr. **Marcos Roberto Loução**, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/PP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Sr. **Celso Damadi**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing:** **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretora Executiva Jurídica:** Sra. **Adriana Pereira Carvalho Simões**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor Executivo de Riscos e Governança:** **Emílio Bentancourt**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76; **Diretor de Controladoria:** Sr. **Rafael Veneziani Kozma**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 200.476.918-16; **Diretor de Negócios:** Sr. **Adriano Arruda de Oliveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.730.051-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 258.393.538-09 e **Diretores sem denominação especial:** Srs. **Tiago Violin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97 e **Nelson Santos Aguiar**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.048.598-00, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028; (vi) A atribuição de funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, ficando o Sr. Emílio Bentancourt designado como Diretor responsável pelos controles internos, em substituição à Adriana Pereira Carvalho Simões; e (vii) A ratificação das funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, da seguinte forma: **I. Funções de Caráter Executivo ou Operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Adriano Arruda de Oliveira**; b. Diretor responsável técnico (Circular SUSEP 234/2023 e Resolução CNSP 432/2021) - **Celso Damadi**; c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi**; d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma**; e. Diretor Responsável pelo Relacionamento com o Cliente (Resolução CNSP 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**; f. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros - **Rafael Veneziani Kozma**; e g. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/21) - **Adriano Arruda de Oliveira**. **II. Funções de Caráter de Fiscalização ou Controle:** a. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões**; b. Diretor responsável pelos controles internos - **Emílio Bentancourt**. A composição da Diretoria e as designações específicas atribuídas aos seus membros, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028, consta, com informações idênticas, na tabela expositiva abaixo:

Cargo	Nome	Designação Susep
Diretor Presidente	Marcos Roberto Loução	N/A
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	Celso Damadi	Responsável técnico e Responsável administrativo-financeiro
Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing	Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020)
Diretora Executiva Jurídica	Adriana Pereira Carvalho Simões	Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613 de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020)
Diretor Executivo de Riscos e Governança	Emilio Bentencourt	Responsável pelos controles internos
Diretor de Negócios	Adriano Arruda de Oliveira	Diretor responsável pelas relações com SUSEP e Diretor responsável pelo <i>Open insurance</i> (Resolução CNSP nº 415/21)
Diretor de Controladoria	Rafael Veneziani Kozma	Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e Responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar e resseguros (Resoluções CNSP nº 383/2020)
Diretor sem denominação especial	Tiago Violin	N/A
Diretor sem denominação especial	Nelson Santos Aguiar	N/A

Por fim, os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para execução das deliberações havidas e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; e (viii) A adesão ao Comitê de Remuneração criado pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, acionista única da Companhia e líder do grupo prudencial Porto, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, em atendimento à Resolução CNSP nº 476/2024. **7. Documentos Arquivados:** Termos de posse, declarações de desimpedimento, procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. **Assinaturas:** Marcos Roberto Loução, Presidente da Mesa e Elaine Cristina Barreiro, Secretária da Mesa; **Acionistas:** **Porto Seguro S.A.**, por seu Diretor, Marcos Roberto Loução, Diretor e por sua bastante procuradora, Elaine Cristina Barreiro; **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, por seu Diretor, Marcos Roberto Loução. A presente é certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. **Elaine Cristina Barreiro** - Secretária. **JUCESP** nº 51.754/26-5 em 19/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 58.768.284/0001-40 - NIRE 35.3.0011921-5

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 02 de janeiro de 2026, às 09h, na sede social da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente: Patrícia Chacon Jimenez e Secretária: Elaine Cristina Barreiro. **5. Ordem do Dia:** (i) Alterar o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; (iii) Eleger os Srs. Emílio Bentancourt e Emerson Pinheiro Valentim para a Diretoria da Companhia; (iv) Desinvestir o Sr. José Rivaldo Leite da Silva do cargo de Diretor Presidente e indicar a Sra. Patrícia Chacon Jimenez para substituí-lo; (v) Consolidar a composição da Diretoria e a nomenclatura reformada dos cargos ocupados por cada um dos membros; (vi) Atribuir funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep; (vii) Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; e (viii) Aderir ao Comitê de Remuneração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, acionista única da Companhia e líder do grupo prudencial Porto. **6. Deliberações:** A acionista aprovou: (i) A reforma da redação do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 6º** A diretoria será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 13 (treze) membros, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral da Companhia, com um mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição, sendo 01 (um(a)) Diretor(a) Presidente e 01 (um(a)) Diretor(a) Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e os demais terão sua designação estabelecida pela própria Assembleia Geral, por ocasião de cada eleição."; (ii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I ("Anexo I - Estatuto Social") à presente ata; (iii) A eleição do Sr. **Emílio Bentancourt**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76 como Diretor Executivo de Riscos e Governança e do Sr. **Emerson Pinheiro Valentim**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 176.684.738-23 como Diretor Executivo de Produção, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria, vigorando até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2028. Os eleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irão conduzir a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no Estatuto Social. Os membros da Diretoria são investidos em seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. Os termos de posse e declarações de desimpedimento, assinados pelos eleitos, ficarão arquivados na sede da Companhia. Ademais, fica consignado que os diretores ora eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e que tomarão posse em seus respectivos cargos em ato separado; (iv) A desinvestidura, com efeitos imediatos, do Sr. **José Rivaldo Leite da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07, do cargo de Diretor Presidente da Companhia, que passa a ser ocupado pela Sra. **Patrícia Chacon Jimenez**, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23, que, por sua vez, deixa de ocupar o cargo de COO (Chief Operating Officer) - Seguros, o qual fica extinto. A Companhia manifesta seu sincero agradecimento ao Sr. José Rivaldo Leite da Silva pela sua dedicada atuação, comprometimento e significativa contribuição ao longo de mais de 40 (quarenta) anos na Porto. (v) A consolidação da composição da Diretoria e dos 11 (onze) cargos ocupados, por cada um dos seus membros, com sua nomenclatura reformada, na forma abaixo: **Diretora Presidente:** **Patrícia Chacon Jimenez**, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** **Celso Damadi**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing:** **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretora Executiva Jurídica:** **Adriana Pereira Carvalho Simões**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor Executivo de Produção:** **Emerson Pinheiro Valentim**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 176.684.738-23; **Diretor Executivo de Riscos e Governança:** **Emílio Bentancourt**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76; **Diretor Executivo:** **Jaime Soares Batista**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Executivo - Produto Vida:** **Jarbas de Medeiros Baciano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Produto - Previdência:** **Carlos Eduardo Naegeli Gondim**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 052.854.947-29 e **Diretor de Controladoria:** **Rafael Veneziani Kozma**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.397.726-5, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com mandato unificado que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028; (vi) A atribuição de funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, ficando o Sr. Emílio Bentancourt designado como Diretor responsável pelos controles internos, em substituição à Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões e a Sra. Patrícia Chacon Jimenez designada como diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados; e (vii) A ratificação das funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, da seguinte forma: **I. Funções de Caráter Executivo ou Operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim**; b. Diretor responsável técnico - **Celso Damadi**; c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Rafael Veneziani Kozma**; d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma**; e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim**; f. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **Patrícia Chacon Jimenez**; g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**; h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma**; i. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) - **Patrícia Chacon Jimenez**. **II. Funções de Caráter de Fiscalização ou Controle:** a. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões**; b. Diretor responsável pelos controles internos - **Emílio Bentancourt**. A composição da Diretoria e as designações específicas atribuídas aos seus membros, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028, consta, com informações idênticas, na tabela expositiva abaixo:

Cargo	Nome	Designação SUSEP
Diretora Presidente	Patrícia Chacon Jimenez	Responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados e Responsável pelo <i>Open Insurance</i> (Resolução CNSP nº 415/2021)
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	Celso Damadi	Responsável técnico
Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing	Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020)
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento	Marcos Rogério Sirelli	N/A
Diretora Executiva Jurídica	Adriana Pereira Carvalho Simões	Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020)
Diretor Executivo de Produção	Emerson Pinheiro Valentim	N/A
Diretor Executivo de Riscos e Governança	Emilio Bentancourt	Responsável pelos controles internos
Diretor Executivo	Jaime Soares Batista	N/A
Diretor Executivo - Produto Vida	Jarbas de Medeiros Baciano	
Diretor de Produto - Previdência	Carlos Eduardo Naegeli Gondim	Responsável pelas relações com a SUSEP e Responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos
Diretor de Controladoria	Rafael Veneziani Kozma	Responsável administrativo-financeiro, Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e Responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020)

Por fim, os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para execução das deliberações havidas e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; e (viii) A adesão ao Comitê de Remuneração criado pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, acionista única da Companhia e líder do grupo prudencial Porto, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, em atendimento à Resolução CNSP nº 476/2024. **7. Documentos Arquivados:** Termos de posse, declarações de desimpedimento, procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. **Assinaturas:** (ass.), Presidente da Mesa Patrícia Chacon Jimenez e (ass.) Elaine Cristina Barreiro, Secretária. **Acionista:** **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, representada por sua Diretora Sra. Patrícia Chacon Jimenez e por sua procuradora Sra. Elaine Barreiro Cristina. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. Patrícia Chacon Jimenez - **Presidente**; Elaine Cristina Barreiro - **Secretária**. **JUCESP** nº 51.755/26-9 em 19/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTADÃO RI

estadaori.estadao.com.br

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

(11) 3856-2442

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 49.263.189/0001-02 - NIRE 35.300.340.337

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81/22, o Conselho de Administração da Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia") convida os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2026, às 16h, de forma **exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital "Teams", a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (ii) fixar a destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) fixar o limite da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026; (iv) instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros; e (v) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Instruções Gerais:** Encontram-se disponíveis para consulta na sede da Helbor, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa - Balcão (www.b3.com.br) e no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.helbor.com.br>) (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e os demais documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A. e o art. 10 da Resolução CVM nº 81/22; e (ii) o Manual de Participação na AGO, conteúdo (a) a Proposta da Administração para Assembleia; (b) orientações para participação na Assembleia; e (c) todos os demais documentos pertinentes às matérias da ordem do dia, nos termos dos artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM nº 81/22. Plataforma "Teams": os dados para participar da AGO por meio da plataforma "Teams" serão encaminhados aos acionistas que manifestarem, por e-mail, a sua intenção de fazê-lo. O e-mail em questão deverá ser enviado ao endereço ri@helbor.com.br com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da Assembleia - ou seja, até 22 de abril de 2026 (inclusive) - acompanhado da documentação pertinente: no caso de pessoa física, o respectivo documento de identidade com foto (ou do respectivo procurador, conforme o caso) e, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, os respectivos atos societários e demais documentos que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade do respectivo representante (ou do respectivo procurador, conforme o caso). Boletim de voto a distância: os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio de boletim de voto a distância deverão observar as instruções detalhadas no Manual de Participação na AGO e quaisquer outras indicadas no próprio boletim de voto a distância da AGO. Mogi das Cruzes, 24 de março de 2026 **Henrique Borenstein** Presidente do Conselho de Administração.

www.helbor.com

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Agência Fato Relevante.

Fato Relevante
Sua marca no mundo.

Imposto Seletivo perderá sentido se replicar IPI

Congressistas e especialistas ressaltam a importância de ser mantida a natureza extrafiscal do novo tributo durante Fórum Estadão Think, em Brasília

Criado para desestimular o consumo de produtos e serviços considerados nocivos, o Imposto Seletivo (IS) tem, por princípio, natureza extrafiscal e será descaracterizado se for implantado com mero objetivo arrecadatário ou replicar, em sua formulação, a lógica de tributos que estão sendo substituídos pela reforma tributária, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa foi uma das conclusões de parlamentares, especialistas e pesquisadores reunidos em Brasília no “Fórum Estadão Think: A Missão do Imposto Seletivo”.

Organizado em parceria com a Agência Fato Relevante,

o evento concluiu que a taxa-ção adicional sobre itens como tabaco, bebidas alcoólicas, refrigerantes e apostas deve ser aplicada sem exceções nem exageros, para que seja efetiva e justa. O chamado “imposto do pecado” é uma das últimas etapas da regulamentação da reforma tributária aprovada em 2023, que busca simplificar e dar mais transparência ao sistema brasileiro. O texto será apresentado pelo novo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e precisará ser apreciado pelo Congresso até o final deste ano.

Segundo os participantes do Fórum, é importante que a regulamentação garanta que

“

É importante que o Imposto Seletivo defenda o meio ambiente e a saúde pública, ao mesmo tempo que mantenha equilíbrio nas alíquotas.”

Reginaldo Lopes, deputado (PT-MG)

o IS cumpra sua missão de reduzir danos sociais; caso contrário, serão reproduzidas distorções econômicas que o País tenta superar há décadas. “Não é incomum vermos lobbies consegu-

rem resultados contrários ao interesse da Nação”, alertou o deputado Ricardo Barros (PP-PR), ex-ministro da Saúde. O senador Marcelo Castro (MDB-PI) afirmou que é preciso um imposto que não seja excessivo, que desestime o consumo e que venha acompanhado de campanhas educativas. “A finalidade dessa reforma é fazer justiça fiscal e, principalmente, simplificar o nosso sistema, que era muito confuso, muito problemático, com muitos vazamentos.”

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apontou a importância de o IS não destoar das correções promovidas pela

Abrir exceções agravará gargalos da saúde

Enfrentar incentivos fiscais indevidos e eliminar subsídios mascarados é um dos desafios que o poder público terá na definição da tributação sobre produtos que impactam o sistema de saúde. Especialistas reunidos no Fórum destacaram a importância de decisões baseadas em evidências científicas e orientações de organizações sanitárias. “O Imposto Seletivo é uma vacina em benefício da sociedade”, resumiu o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

A endocrinologista Maria Edna Melo, chefe do grupo de obesidade da USP, afirmou que a política tributária “é a mãe do que define o consumo da população” e criticou a proteção de setores por regimes especiais. “Nossas escolhas são fruto de uma estrutura.” Ela também destacou que a inflação de produtos in natura, mais saudáveis, supera atualmente a de alimentos ultraprocessados.

Paula Johns chamou atenção para a tributação de bebidas alcoólicas. “Não se trata apenas de teor alcoólico; é preciso considerar o perfil de consumo da população brasileira, que consome majoritariamente cerveja.”

O psiquiatra e comunicador Jairo Bouer ressaltou o impacto entre jovens, afirmando que o IS pode orientar padrões de consumo nessa fase da vida. “Estamos falando de um período em que os hábitos estão sendo formados.”



“

Não é incomum vermos lobbies conseguirem resultados contrários ao interesse da Nação”

Ricardo Barros, deputado (PP-PR) e ex-ministro da Saúde



“

A finalidade dessa reforma é fazer justiça fiscal e, principalmente, simplificar o nosso sistema, que era muito confuso, muito problemático, com muitos vazamentos”

Marcelo Castro, senador (MDB-PI)



Alcídes Ferreira, Jairo Bouer, Marcelo Castro, Maria Edna de Melo e Paula Johns no painel de abertura do Fórum Estadão Think

Exagerar alíquotas beneficiará o crime organizado

O avanço do mercado ilícito e seus impactos na segurança pública devem ser considerados na definição das alíquotas do Imposto Seletivo. Participantes do Fórum alertaram que aumentos excessivos de preços podem favorecer fornecedores clandestinos e fortalecer o crime organizado.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ) destacou o risco: “Não estamos na Disneylândia. Mais de 30% dos brasileiros vivem sob o jugo do crime organizado. Se aumentarmos sua margem de lucro, teremos mais dificuldade de enfrentá-lo”. Ele citou a Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, que revelou a atuação de facções no setor de combustíveis.

Edson Vismona, presidente

do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, mencionou estudos que apontam a expansão do mercado ilegal — de R\$ 100 bilhões em 2014 para R\$ 473 bilhões em 2025. “O consumidor sempre busca o mais barato”, disse, defendendo que a regulamentação não fragilize o mercado legal.

O promotor Rodney Silva lembrou que organizações criminosas atuam em diversos setores, incluindo bebidas, cigarros e produtos açucarados. Já Eduardo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas, destacou casos recentes de falsificação com metanol e defendeu políticas de consumo responsável aliadas à tributação equilibrada.

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Agência Fato Relevante.

Fato Relevante
Sua marca no mundo.

reforma tributária, como o enfrentamento da regressividade e da cumulatividade. “Não é um imposto arrecadatório. É importante que o Imposto Seletivo defenda o meio ambiente e a saúde pública, ao mesmo tempo que mantenha equilíbrio nas alíquotas.” A diretora executiva da ACT Promoção da Saúde, Paula Johns, reiterou que o principal objetivo do IS é a saúde pública, pois “a conta, lá na frente, quem paga é o SUS”.

Para o ex-deputado Marcelo Ramos (AM), o Executivo tem dado sinais controversos que precisam ser contidos pelo Legislativo. “Se o governo está esperando a arrecadação do IS para definir a alíquota de referência do IVA, ele está dando natureza arrecadatória ao IS. Quando inclui o Imposto Seletivo na conta de neutralidade da reforma, reforça essa distorção.”



Reginaldo Lopes, deputado (PT-MG)

Fotos: Leandro Magno/ Estadão Blue Studio



Mais de 30% dos brasileiros vivem hoje sob jugo do crime organizado. Se nós aumentarmos a margem de lucro do crime, teremos mais dificuldade de enfrentá-lo”

Julio Lopes, deputado (PP-RJ)



Se o governo está esperando a arrecadação do IS para definir a alíquota de referência do IVA, ele está dando natureza arrecadatória ao IS. Quando inclui o Imposto Seletivo na conta de neutralidade da reforma, reforça essa distorção”

Marcelo Ramos, ex-deputado (AM)

Favorecer produtos ampliará risco de judicialização

A função do Imposto Seletivo é induzir comportamentos, não arrecadar. Embora previsto na Constituição, esse instrumento possui limites, destacou Alcides Ferreira, sócio da Fato Relevante.

Caso favoreça determinados agentes ou substitua bases arrecadatórias extintas, o IS poderá perder coerência jurídica, ser judicializado e comprometer sua efetividade. Renata Emery, do TozziniFreire Advogados, alertou para riscos à livre concorrência. “Qualquer assimetria entre produtos considerados nocivos afetará um princípio constitucional.”

Marcelo Ramos apontou outros riscos, como a definição

de alíquotas por medida provisória ou distorções no princípio da seletividade. “No Brasil, muitas vezes se taxa mais onde é mais fácil, o que interfere na liberdade de mercado.”

Ana Carolina Brasil Vazquez, presidente do Mulheres no Tributário, destacou que alíquotas excessivas podem gerar distorções. “Não são apenas as bebidas açucaradas que fazem mal à saúde; há diversos outros produtos fora desse rol.” Vazquez também reforçou a necessidade de clareza metodológica: “O objetivo da reforma é reduzir o contencioso, trazer segurança jurídica e simplificar o sistema”.

GBS Participações S.A.

CNPJ/MF nº 41.774.224/0001-38 - NIRE nº 3530056770-6

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GBS Participações S.A.

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso II, do artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 9 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GBS Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrado em 03 de março de 2022, conforme aditado de tempos em tempos, entre a **GBS Participações S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-B, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.774.224/0001-38 ("Companhia" ou "GBS" ou "Emissora"), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102 (parte), Bloco A, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin Paulista, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário da emissão ("Oliveira Trust" ou "Agente Fiduciário"), a **Two Square Transmissions Participações S.A.** (nova denominação da STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-A, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.704.797/0001-27 ("Two Square"), a **Goyaz Transmissão de Energia S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-F, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.095.269/0001-01 ("Goyaz"), na qualidade de intervenientes garantidoras, a **Borborema Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-D, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.109.417/0001-10 ("Borborema") e a **Solaris Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-E, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.095.322/0001-95 ("Solaris"), na qualidade de intervenientes anuentes, ficam os titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia ("Debêntures", "Debturistas" e "Emissão", respectivamente) convocados a participarem da assembleia geral de Debenturistas, que se realizará, em primeira convocação, no dia 07 de abril de 2026, às 15 horas, de forma exclusivamente digital ("Assembleia" ou "AGD"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia** constante abaixo, tendo em vista que: **Considerando** Que: **(a)** Em 22 de julho de 2025 foram realizadas as divulgações de fato relevante ("Fato Relevante") e de relatório mensal ("Relatório Mensal") pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Administradora") e pela BTG Pactual Asset Management S.A. ("Gestora"), na qualidade de Administradora e Gestora respectivamente, do BTG Pactual Energy Debt Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Responsabilidade Limitada ("Fundo") que relataram o pedido de recuperação extrajudicial pela Emissora perante o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo ("Pedido de Recuperação Extrajudicial"); **(b)** Em 23 de julho de 2025 o Agente Fiduciário tomou conhecimento do Pedido de Recuperação Extrajudicial através do Fato Relevante e do Relatório Mensal pela Administradora e Gestora do Fundo; **(c)** Nos termos das Cláusulas 6.1.1, item (ii), da Escritura de Emissão, o Pedido de Recuperação Extrajudicial pela Emissora e pela Two Square configura Evento de Inadimplemento, ensejando o Vencimento Antecipado Automático (conforme definido abaixo) das Debêntures; **(d)** O Agente Fiduciário realizou a Comunicação de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) em 25 de julho de 2025, destacando que as Debêntures encontravam-se vencidas antecipadamente e informou sobre o prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento, pela Emissora, da referida comunicação, para a Emissora realizar o pagamento total do valor correspondente ao Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão) devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), se for o caso, conforme previsto na Cláusula 6.6 da Escritura de Emissão ("Vencimento Antecipado Automático"); **(e)** O plano de recuperação extrajudicial apresentado pela GBS, Two Square e **Oilindina Participações S.A.** ("Oilindina"), nos autos do processo iniciado a partir do seu Pedido de Recuperação Extrajudicial, assinado em 9 de setembro de 2025, e homologado em 30 de janeiro de 2026 ("Plano de RE") prevê, observadas determinadas condições precedentes, que sejam realizadas determinadas operações societárias, sendo certo que em algumas delas os resultados sejam a alteração do controle societário de GBS, Goyaz, Borborema e Solaris, conforme o caso, a partir da transferência, direta ou indireta, de ações para a **SPE EnergyCo XXI S.A.**, sociedade por ações de propósito específico, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.157.967/0001-76 ("SPE EnergyCo"), cuja totalidade de ações de sua emissão são de titularidade do Fundo, ou para quaisquer outras sociedades (i) sob gestão da BTG Pactual Asset Management S/A DTMV, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.650.082/0001-00 e/ou da BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.631.542/0001-37, e/ou da BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.625.159/0001-40 e/ou do Banco BTG Pactual S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 e/ou (ii) pertencentes a qualquer pessoa ou entidade controladora, controlada ou sob controle comum do BTG Pactual Holding S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.923.227/0001-62 ("Troca de Controle"), de modo que todas e quaisquer entidades receptoras de tais ações assumam a posição contratual anteriormente ocupada pela respectiva acionista no âmbito da Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão ("Substituição Contratual"); **(f)** Em vista da reestruturação econômico-financeira que a GBS está implementando em decorrência do Plano de RE e também de suas necessidades atuais, o Agente Fiduciário identificou que a GBS não realizou a última recomposição do Saldo Mínimo da Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) em 28 de fevereiro de 2026, nos termos da Cláusula 3.1 e seguintes do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 09 de março de 2022, entre GBS, Two Square e Goyaz (na qualidade de Cedentes) e Oliveira Trust (na qualidade de Agente Fiduciário); e ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e **(g)** A não recomposição do Saldo Mínimo da Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) configura Evento de Inadimplemento, ensejando o Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido abaixo) das Debêntures, nos termos das Cláusulas 6.1.2, inciso (vi) e 6.5 da Escritura de Emissão. **Isto posto, ficam os Debenturistas convocados para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:** (i) a aprovação da sustação dos efeitos decorrentes do Vencimento Antecipado Automático, em razão do Pedido de Recuperação Extrajudicial pela Emissora, nos termos da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão; (ii) a aprovação da Troca de Controle, nos termos das Cláusulas 6.1.1, inciso (xi), e 9.4.1 da Escritura de Emissão, e a consequente Substituição Contratual, bem como todas as providências e/ou implementações decorrentes, necessárias e/ou oriundas da Troca de Controle, incluindo, sem limitação, a emissão de novas ações ordinárias pela GBS, Goyaz, Borborema e

TRANSPARÊNCIA
TRANSFORMA
RESULTADOS
EM VALOR
DEMONSTRE SEUS
RESULTADOS
ONDE INVESTIDORES
E DECISORES
BUSCAM
REFERÊNCIA.

O Estadão conecta
sua empresa ao olhar
qualificado do
mercado.
Publique seus
balanços e atos
societários com
segurança
institucional.

ESTADÃO RI
Publicação simultânea
na plataforma de
relações com
investidores.

CONSULTE
NOSSA EQUIPE
COMERCIAL:
(11) 3856-2442



FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu Regulamento de Compras, cujos detalhes estão disponíveis no site (www ffm.br).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

FFM 0303/2026-00 - "MATERIAIS MEDICOS DIVERSOS"

HBR
REALTY

HBR REALTY
EMPREENDEIMENTOS
IMOBILIÁRIOS S.A.

HBRE3 [B]3
BRASIL
BALCÃO

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 14.785.152/0001-51 - NIRE 35.300.466.276

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 24 de Abril de 2026

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/22, o Conselho de Administração da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("HBR" ou "Companhia") convida os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2026, às 10h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Teams", a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (ii) fixar a destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2027; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos; (v) nomear o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos; (vi) fixar o limite da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026; (vii) instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros; e (viii) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Instruções Gerais:** Encontram-se disponíveis para consulta na sede da HBR, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.hbrealty.com.br>) (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e os demais documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A. e o art. 10 da Resolução CVM nº 81/22; e (ii) o Manual de Participação na AGO, contendo (a) a Proposta da Administração para Assembleia; (b) orientações para participação na Assembleia; e (c) todos os demais documentos pertinentes às matérias da ordem do dia, nos termos dos artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM nº 81/22. **Plataforma "Teams":** os dados para participar da AGO por meio da plataforma "Teams" serão encaminhados aos acionistas que manifestarem, por e-mail, a sua intenção de fazê-lo. O e-mail em questão deverá ser enviado ao endereço ri@hbrealty.com.br com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da Assembleia - ou seja, até 22 de abril de 2026 (inclusive) - acompanhado da documentação pertinente: no caso de pessoa física, o respectivo documento de identidade com foto (ou do respectivo procurador, conforme o caso) e, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, os respectivos atos societários e demais documentos que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade do respectivo representante (ou do respectivo procurador, conforme o caso). **Boletim de voto a distância:** os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio de boletim de voto a distância deverão observar as instruções detalhadas no Manual de Participação na AGO e quaisquer outras indicadas no próprio boletim de voto a distância da AGO. **Eleição do Conselho de Administração:** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada pelo sistema de chapas, salvo se acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia requererem a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70/22, até as 10h do dia 22 de abril de 2026. Mogi das Cruzes, 24 de março de 2026

Henrique Borenstein - Presidente do Conselho de Administração



CETESB

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

AVISO AOS ACIONISTAS

Informamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas desta Companhia, em sua sede social à Avenida Professor Frederico Hermann Jr., nº 345, São Paulo/Capital, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei Federal nº 6.404/1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 19 de março de 2026

Thomas Miazaki de Toledo
Diretor-Presidente



Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



RNI Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 67.010.660/0001-24 - NIRE 35.300.335.210

Companhia Aberta



Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12/01/2026

Realizada no dia 12/01/2025, às 10:30h, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma "Ten Meetings", nos termos dos artigos 5º, §2º, inciso "I" e 28, §º e §3º da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada, nos termos do Edital de Convocação da AGE, publicado em 19/12/2025. **Convocação:** O edital de convocação desta AGE foi publicado no jornal Estado de São Paulo, nas edições de 19, 20 e 22/12/2025, às páginas B11, B05 e B04 respectivamente e em versão digital nas mesmas datas. **3. Presença:** Presentes os acionistas titulares de 37.504.851 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 85,69% do capital social total e com direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Vitor Cesar Bonvino, que convidou o Sr. Gabriel Augusto Camargo Ferrari para secretariá-lo. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: 1. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes votantes, tendo sido computados 37.504.851 votos a favor, nenhum voto contrário, e nenhuma abstenção, o resgate e posterior cancelamento de até a totalidade das ações de emissão da Companhia remanescentes em circulação até a data da Assembleia Geral Extraordinária. 2. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes votantes, tendo sido computados 37.504.851 votos a favor, nenhum voto contrário, e nenhuma abstenção, a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para alterar o número total de ações de emissão da Companhia, em decorrência do cancelamento das ações remanescentes em circulação, condicionada à efetivação do resgate, conforme Anexo I à presente Ata. 3. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes votantes, tendo sido computados 37.504.851 votos a favor, nenhum voto contrário, e nenhuma abstenção, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I à presente Ata. 4. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes votantes, tendo sido computados 37.504.851 votos a favor, nenhum voto contrário, e nenhuma abstenção, autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, bem como ratificar todos os atos já realizados por ela no âmbito da efetivação das deliberações acima. Nada mais. São José Do Rio Preto/SP, 12/01/2026. **Mesa: Vitor Cesar Bonvino** - Presidente; **Gabriel Augusto Camargo Ferrari** - Secretário. **JUCESP** nº 57.400/26-0 em 27/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



ENTENDER PARA ATENDER

JSL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ / MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2025 - Conforme Parecer de Orientações da CVM nº 39 de 16/12/21

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2025 confiantes na evolução dos resultados da Companhia e celebramos os cinco anos desde a relistagem das ações na B3, período em que consolidamos nossa posição de liderança no mercado logístico brasileiro, construída em décadas de especialização e expertise na prestação de serviços de transporte, armazenagem e intralogística. Desde 2020, combinamos expansão orgânica (CAGR de 19%) com a aquisição de 8 empresas, adicionando mais de R\$ 5,3 bilhões em faturamento e viabilizando a entrada em novos segmentos, a expansão para Paraguai, África do Sul e Gana e a conquista de mais de 80 novos clientes.

Como parte do processo de continuidade e preparação para o novo ciclo de desenvolvimento, consolidamos novos pilares focados na extração de valor das estruturas construídas, organizamos a empresa em três unidades estratégicas:

JSL Serviços Dedicados, IntraLoq e JSL Digital.

Reforçamos os diferenciais da **JSL Serviços Dedicados**, em que passamos a reportar resultados abertos em dois modelos complementares de serviços. No modelo de **agregados e terceiros**, utilizamos motoristas autônomos, proprietários dos ativos (caminhões), subcontratados para atender clientes que demandam maior flexibilidade operacional em função da variabilidade de demanda, sustentando o alto nível de serviço e performance. No modelo de **frota própria**, atendemos operações de transporte dedicado que requerem soluções customizadas e maior especificidade de ativos, com veículos próprios ou alugados e equipe especializada para a prestação dos serviços.

Destacamos a oportunidade estratégica representada pela **Intralog** no segmento de armazenagem e movimentação interna de indústrias. Com **mercado potencial superior a R\$ 415 bilhões** e *market share* de aproximadamente 0,6%, o setor apresenta amplo espaço para consolidação. As altas barreiras de entrada, decorrentes do alto nível de especialização, integração tecnológica e do envolvimento direto em elos estratégicos das cadeias produtivas e de distribuição dos clientes favorecem a celebração de contratos de longo prazo com operadores que se destacam pela excelência na prestação de serviços, conferindo previsibilidade e perenidade às relações comerciais. Nesse contexto, nossa posição como maior operador logístico do país, combinada à expertise setorial, ao desenvolvimento de soluções customizadas e ao uso de sistemas proprietários de gestão, nos posiciona de forma única para capturar valor e ampliar nossa liderança nesse mercado. Vale ressaltar o posicionamento da **JSL Digital** na liderança da transformação digital do setor logístico: uma plataforma 100% *asset light*, focada na integração entre embarcadores e motoristas autônomos, com visibilidade total, otimização de rotas e segurança operacional. Diferenciais únicos, sustentados pelo histórico de relacionamento com os caminhoneiros autônomos, confiança e expertise operacional, reforçados pelo crescimento de receita de 2 vezes frente a 2024, que evidenciam o potencial de escala da plataforma.

Em relação aos resultados do quarto trimestre de 2025, a **receita líquida** consolidada atingiu R\$ 2,5 bilhões. No acumulado do ano, a **receita líquida** consolidada totalizou R\$ 9,6 bilhões, aumento de 6,5% (vs 2024), ou 10,1%, desconsiderando os efeitos da saída do portfólio, com redução no ag e nos contratos de menor margem em químicos. Esse desempenho foi balanceado pelo **ramp-up** consistente dos R\$ 4,9 bi de contratos implantados ao longo de 2025.

Nas unidades de negócio, a **Intralog** cresceu 17% e a **JSL Digital** 14% na comparação anual (2025 vs 2024). se desconsiderarmos a migração do segmento de carga geral para essa unidade de negócio o crescimento da receita foi de 2 vezes (vs 2024). A **JSL Serviços Dedicados** registrou crescimento de 8%, retirando os efeitos das reduções intencionais citadas anteriormente, movimentos estratégicos que evidenciam a priorização de margens adequadas e evolução da rentabilidade da Companhia.

O **EBITDA ajustado** do quarto trimestre alcançou R\$ 505,0 milhões, crescimento de 16% frente ao 4T24, com margem de 20,6% (+3,2 p.p.). No acumulado de 2025, o **EBITDA ajustado** totalizou R\$ 2,0 bilhões, crescimento de 16% frente a 2024, com margem de 20,5% (+1,8 p.p.). A expansão de margens ao longo do ano foi impulsionada pela saída de segmentos e contratos não rentáveis, além das já citadas no 1T25, adequação de preços em contratos com rentabilidade afetada pela inflação de insumos e dos esforços contínuos de melhoria da eficiência operacional.

As vendas de ativos seguem em trajetória de crescimento, atingindo R\$ 99,3 milhões em receita líquida no quarto trimestre, alta de 25% frente ao 4T24. No acumulado de 2025, a receita líquida de venda de ativos totalizou R\$ 412,5 milhões, crescimento de 40% em relação a 2024. Ao longo do ano, avançamos na redução do estoque de ativos disponíveis para venda, contribuindo para a otimização da alocação de capital. A margem bruta de vendas se manteve no campo positivo.

O **lucro líquido ajustado** atingiu R\$ 30 milhões no 4T25 e R\$ 147 milhões no acumulado de 2025. O resultado segue pressionado pelo patamar elevado do CDI, parcialmente compensado pela redução de -0,5p.p. no *spread* médio das dívidas frente a 2024, e a amortização da dívida da Companhia, movimentos que reduziram diretamente o custo financeiro do período e refletiram a disciplina na gestão da estrutura de capital ao longo do ano. Com a evolução da desalavancagem, esses efeitos tendem a beneficiar de forma crescente o resultado financeiro da Companhia.

Os resultados de 2025 também refletem o **programa Escala JSL**, nosso programa de eficiência operacional que combina disciplina na gestão de custos e inovação tecnológica com uso de automação e inteligência artificial para otimização de processos operacionais e de *backoffice*. Em 2025, o programa implantou ações que geraram uma redução de **R\$ 270 milhões**, parte já capturada em 2025, reforçando nossa trajetória rumo à operação cada vez mais eficiente e integrada.

Outro ponto a destacar é a resiliência do modelo de negócios. A diversificação de receita, com presença em mais de 16 setores da economia, combinada com contratos de longo prazo e disciplina na alocação de capital, resulta em uma geração de caixa robusta, recorrente e crescente. Em 2025, geramos **R\$ 392 milhões de geração de caixa após crescimento, pagamento de juros, alugueis e aquisição de empresas**, resultado que reflete não apenas o desempenho operacional, mas a alta conversão do nosso EBITDA em caixa efetivo. Ao longo do ano, mesmo diante de um ciclo prolongado de juros elevados, mantivemos nossa trajetória de desalavancagem, nosso **índice de dívida líquida/EBITDA** atingiu 2,9x uma redução de 0,4x na comparação anual. Mesmo com a alavancagem abrangente (Dívida líquida + Direito de uso), tivemos uma redução de 3,7x para 3,3x no 4T25, representando uma redução de 0,4x (vs 4T24). Esse movimento demonstra, na prática, que nosso modelo é capaz de crescer e desalavancar, em função da capacidade de geração de caixa, somada à decisão estratégica de migração para um modelo mais *asset light*.

O **capex líquido** do trimestre totalizou R\$ 15 milhões, redução de 87% frente a 4T24. No acumulado de 2025, atingiu R\$ 160 milhões, queda de 80% em relação ao ano anterior. Esses resultados refletem a estratégia de aluguel de ativos, que reduz a necessidade de investimentos para expansão e renovação de frota, diminui o desembolso inicial e otimiza as despesas relacionadas à venda de ativos, tornando o balanço mais leve e eficiente.

O **ROIC running rate** dos últimos doze meses atingiu 14,8% no 4T25. A evolução consistente das margens operacionais ao longo do ano, combinada ao *ramp-up* dos novos contratos implantados, sustenta um potencial relevante de expansão da rentabilidade nos próximos trimestres.

No 4T25, fechamos R\$ 829 milhões em **novos contratos**, com prazo médio de 57 meses, com destaque para os setores de papel e celulose e químicos. Em 2025, alcançamos R\$ 4,9 bilhões de **novos contratos** com prazo médio de 70 meses.

Para este novo ciclo, reorganizamos e fortalecemos nossa **estrutura comercial** com foco na criação de valor e na expansão da nossa presença junto aos clientes. A nova organização é estruturada em verticais, cada uma dedicada a **setores estratégicos e key accounts**, com times especializados para aprofundar relacionamentos, ampliar o *share of wallet* e identificar novas oportunidades dentro da base atual. Essa abordagem nos posiciona para crescer de forma mais inteligente, ampliando nossa atuação onde há somos referência e abrindo frentes onde ainda há muito a capturar.

Continuamos avançando na nossa agenda ESG, com entregas que reforçam o compromisso com a descarbonização do transporte e o impacto social positivo. Entramos em operação com 10 novos caminhões movidos a biometano, mantivemos nota B no CDP e tivemos uma redução de mais de 16% no consumo de energia no ano de 2025, passos importantes na transição para uma matriz de combustível e energia mais limpa.

No âmbito social, seguimos investindo no desenvolvimento dos nossos colaboradores por meio de iniciativas estruturadas de capacitação. A Universidade JSL registrou mais de 19 mil participantes e 900 mil horas de treinamento no ano. Nossa Escola de Formação qualificou mais de 58 motoristas, totalizando 21 mil horas de capacitação, e o programa Mulheres na Direção acumula mais de 300 participantes e 90 mil horas de treinamento desde a criação de ambos os programas. Em segurança, a combinação entre treinamentos contínuos, reciclagem anual e diálogos diários, aliados a ferramentas de controle, tecnologias de ponta e gestão contínua de riscos, resultou em uma redução de 33% nos acidentes fatais e de 32% nos acidentes com afastamento em 2025.

Destacamos novamente a nova organização em **JSL Serviços Dedicados**, **Intralog** e **JSL Digital**, alicerce do nosso posicionamento estratégico para a prestação de serviços em toda a cadeia logística e para a geração de valor aos nossos clientes. Para 2026, o foco é claro: produtividade e rentabilidade, com a retomada do crescimento ao padrão histórico que construiu a JSL.

Agradecemos à nossa gente (+34 mil colaboradores), clientes e acionistas pela confiança de sempre.

Guilherme Sampaio
Diretor Presidente da JSL

BALANCOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em milhares de reais

Ativo		Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	51.525	48.218	241.424	442.823
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	898.092	1.313.746	1.239.531	1.451.284
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	—	131.284	—	131.284
Contas a receber	9	1.507.713	1.172.563	2.176.692	1.814.896
Estoques		59.581	74.040	75.345	97.192
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	305.471	320.777	349.671	389.254
Tributos a recuperar	11	15.385	27.244	70.436	78.344
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.4	73.441	63.532	109.385	85.522
Despesas antecipadas		22.955	24.338	39.060	37.794
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	12.3	12.119	14.964	—	—
Adiantamentos a terceiros		28.565	36.083	58.272	67.044
Partes relacionadas	24.1	8.928	—	—	—
Outros créditos		9.450	8.935	21.697	23.137
		2.993.225	3.235.724	4.381.513	4.618.574
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	11.266	19.183	1.397	759
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	161.050	78.183	161.050	86.915
Contas a receber	9	6.152	18.950	15.300	25.304
Tributos a recuperar	11	26.918	29.287	121.720	86.987
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.4	15.263	11.690	15.538	12.839
Depósitos judiciais	21	46.455	45.819	71.209	70.461
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	38.465	—	227.002	164.275
Partes relacionadas	24.1	69.210	76.638	—	—
Ativo de indenização por combinação de negócios	21.4	36.611	29.499	290.903	406.819
Outros créditos		42.770	41.818	44.192	41.039
		454.160	351.067	948.311	895.398
Investimentos	12.1	2.456.345	2.402.930	10.268	—
Imobilizado	13	3.504.694	3.628.121	5.926.757	6.058.085
Intangível	14	278.118	279.352	866.534	908.125
		6.693.317	6.661.470	7.751.690	7.861.600

Passivo		Controladora		Consolidado	
Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	15	142.367	174.701	277.568	309.272
Risco sacado a pagar		—	—	321	2.521
Empréstimos e financiamentos	16	719.332	1.255.906	1.015.409	1.474.762
Debêntures	17	281.601	37.289	281.601	37.289
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	18	9.080	21.641	10.023	22.435
Arrendamentos por direito de uso	19	105.787	56.623	219.658	132.317
Obrigações sociais e trabalhistas	20	238.413	215.578	402.363	364.653
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	143.706	112.666	143.706	112.666
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23.4	—	—	1.154	1.643
Tributos a recolher		113.231	111.077	196.413	184.546
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		525.325	106.546	525.325	106.546
Adiantamentos de clientes		12.079	21.444	24.443	36.557
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	91.885	147.414	127.388	147.414
Outras contas a pagar		52.406	46.298	76.032	75.784
		2.435.212	2.307.183	3.301.394	3.008.405
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	3.452.283	3.331.918	4.118.592	4.255.952
Debêntures	17	1.609.759	1.565.315	1.609.759	1.565.315
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	18	11.012	69.387	11.252	70.596
Arrendamentos por direito de uso	19	306.608	217.344	587.769	441.724
Obrigações sociais e trabalhistas	20	10.730	12.338	15.854	13.852
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	65.108	106.213	92.561	106.213
Tributos a recolher		—	—	9.068	11.928
Provisão para demandas judiciais e administrativas	21.2	51.982	53.859	392.515	493.666
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	—	45.989	234.482	259.899
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	412.245	408.620	412.245	448.797
Partes relacionadas	24.1	—	20	—	20

Total do ativo		<u>9.686.542</u>	<u>9.897.194</u>	<u>12.133.203</u>
				<u>12.480.182</u>

Outras contas a pagar		7.047	8.648	23.156	33.455
		5.926.774	5.819.651	7.507.253	7.701.417
Total do passivo		8.361.986	8.126.834	10.808.647	10.709.822
Patrimônio líquido					
Capital social	25.1	806.688	806.688	806.688	806.688
Reservas de capital	25.2	23.637	23.497	23.637	23.497
Ações em tesouraria	25.3	(43.087)	(42.579)	(43.087)	(42.579)
Reservas de lucros	25.4	513.283	975.303	513.283	975.303
Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas		22.800	6.506	22.800	6.506
Ajustes de avaliação patrimonial	25.5	1.235	945	1.235	945
Total do patrimônio líquido		1.324.556	1.770.360	1.324.556	1.770.360
Total do passivo e patrimônio líquido		9.686.542	9.897.194	12.133.203	12.480.182

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua→★

JSL S.A. - CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Razão social	País sede	31/12/2025		31/12/2024	
		Direta %	Indireta %	Direta %	Indireta %
Transmoneiro Transporte e Serviços Ltda. ("Quick").	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Fadel Transportes e Logística Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Fadel Logistics South Africa ("Fadel África do Sul").	África do Sul	–	100,00	–	100,00
Hub Services Solutions (PTY) Ltd. ("Fadel Paraguai").	África do Sul	–	100,00	–	100,00
Mercosur Factory Sociedad Anónima ("Fadel Paraguai").	Paraguai	100,00	–	100,00	–
Fadel Logistics Ghana Ltd. ("Fadel Ghana").	Gana	100,00	–	100,00	–
Pronto Express Logística S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Fazenda São Judas Logística Ltda.	Brasil	–	100,00	–	100,00
TPC Logística Sudeste S.A.	Brasil	–	100,00	–	100,00
TPC Logística Nordeste S.A.	Brasil	–	100,00	–	100,00
Transportadora Rodomeu Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Transportes Marvel S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Truckpad Tecnologia e Logística S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
IC Transportes Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Artus Administradora Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
JSL Comércio de Veículos, Máquinas e Acessórios Ltda. (i)	Brasil	100,00	–	–	–
JSL Comércio de Veículos, Máquinas e Implementos Ltda. (i)	Brasil	100,00	–	–	–

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Imposto de renda e contribuição social (pagos)	-	-	(2.299)	(11.205)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, aquisição de empresas, arrendamento a pagar e direito de uso	(737.444)	(636.004)	(842.834)	(808.846)
Compra de ativo imobilizado operacional	(94.778)	(689.572)	(330.301)	(1.141.604)
Resgate (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	423.571	(112.219)	211.115	(208.776)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	1.039.575	(310.812)	1.210.204	(296.008)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas (nota 12.1)	(68.600)	(38.826)	(891)	-
Debêntures e notas comerciais conversíveis em ações	-	(108.000)	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(100.698)	(66.140)	(143.189)	(107.868)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	65.603	38.663	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(103.695)	(174.303)	(144.080)	(107.868)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Recompra de ações para tesouraria	(508)	(322)	(508)	(322)
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresas	(75.749)	(79.812)	(79.748)	(84.329)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	616.128	2.181.800	764.901	2.453.459
Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento a pagar e arrendamento de direito de uso	(1.351.018)	(1.582.957)	(1.828.510)	(2.086.132)
Efeito líquido de recebimentos e (pagamentos) de instrumentos derivativos de <i>hedge</i>	(14.880)	(68.034)	(14.880)	(68.017)
(Amortização) acerto firmado de financiamento de fornecedor - risco sacado	-	-	(2.200)	2.521
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(106.546)	-	(106.546)	-
Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades de financiamento	(932.573)	450.675	(1.267.491)	217.180
Efeitos de variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	-	18.650	(32)	18.650
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.307	(15.790)	(201.399)	(168.046)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	48.218	64.008	442.823	610.869
No final do exercício	51.525	48.218	241.424	442.823
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.307	(15.790)	(201.399)	(168.046)
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Aporte de capital em coligada com cessão de imóvel	(9.377)	-	(9.377)	-
Adições financiadas por arrendamentos a pagar e FINAME	(156.677)	-	(156.677)	-
Compensação de impostos a recuperar com impostos a pagar	314.854	210.465	421.362	313.806
Variação no saldo de fornecedores e montadoras de veículos a pagar	39.259	29.290	39.777	157.261
Adições de arrendamentos por direito de uso	(270.111)	(115.706)	(512.411)	(258.866)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Razão social	País sede	31/12/2025		31/12/2024	
		Direta %	Indireta %	Direta %	Indireta %
Transmoneiro Transporte e Serviços Ltda. ("Quick").	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Fadel Transportes e Logística Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Fadel Logistics South Africa ("Fadel África do Sul").	África do Sul	–	100,00	–	100,00
Hub Services Solutions (PTY) Ltd. ("Fadel Paraguai").	África do Sul	–	100,00	–	100,00
Mercosur Factory Sociedad Anónima ("Fadel Paraguai").	Paraguai	100,00	–	100,00	–
Fadel Logistics Ghana Ltd. ("Fadel Ghana").	Gana	100,00	–	100,00	–
Pronto Express Logística S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Fazenda São Judas Logística Ltda.	Brasil	–	100,00	–	100,00
TPC Logística Sudeste S.A.	Brasil	–	100,00	–	100,00
TPC Logística Nordeste S.A.	Brasil	–	100,00	–	100,00
Transportadora Rodomeu Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Transportes Marvel S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Truckpad Tecnologia e Logística S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
IC Transportes Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Artus Administradora Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
JSL Comércio de Veículos, Máquinas e Acessórios Ltda. (i)	Brasil	100,00	–	–	–
JSL Comércio de Veículos, Máquinas e Implementos Ltda. (i)	Brasil	100,00	–	–	–

(ii) Investimento em coligada: Em 09 de setembro de 2025 a JSL S.A. passou a integrar o quadro societário da BSIM Participações e Holding Ltda., por meio da subscrição e integralização de 9.376.561 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 9.376.561,00. A integralização foi realizada mediante conferência de bens imóveis, conforme descrito nas respectivas matrículas do instrumento contratual. Com essa operação, a JSL S.A. passou a deter 12,74% do capital social da BSIM Participações e Holding Ltda. A participação minoritária representa um movimento estratégico de investimento patrimonial, a operação foi registrada como investimento em Coligada, considerando que a Companhia não detém o controle. **(iii) Estruturação societária:** Em 1 de dezembro de 2025 a TPC Logística Sudeste S.A. realizou cisão parcial de seu patrimônio envolvendo o investimento detido na TPC Logística Nordeste S.A., tendo o ativo líquido cindido sido incorporado pela Pronto Express Logística S.A., a operação foi registrada pelo valor contábil, por se tratar de reorganização societária entre entidades sob seu controle comum. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovada, a cisão parcial da Pronto Express S.A., o ativo cindido para posterior incorporação pela JSL S.A. é composto pelos ativos e passivos relacionados aos investimentos detidos na TPC Logística Sudeste S.A. e na Fazenda São Judas Logística Ltda. O ativo líquido do contábil para fins de cisão e incorporação pela Companhia foi avaliado por empresa especializada com data-base de 31 de dezembro de 2025 e não impactou o capital social da Companhia. A cisão parcial, terá eficácia a partir de 1º de janeiro de 2026.

1.3. Sustentabilidade e meio ambiente: O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas. A JSL avalia esse aspecto como risco em seus negócios, visto que essas mudanças podem afetar diretamente suas receitas, custos e disponibilidade de recursos. A JSL busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A JSL também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa, de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. A mensuração e monitoramento das emissões, tem apresentação bimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo, e são considerados como parte do plano os seguintes fatores: • manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e a gás e biometano; • uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgado anualmente. Além disso, o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, e pelo sexto ano consecutivo a JSL conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, do Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), da Fundação Getúlio Vargas (FGV SP). A certificação é o reconhecimento para empresas que alcançam o mais alto nível de qualificação e transparência na verificação de seu inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE). A Companhia também manteve a nota B no Carbon Disclosure Project ("CDP"), acima da média global do setor de transporte e logística, que é nota C. **1.4. Tarifas aplicadas pelos Estados Unidos da América:** Em fevereiro de 2025, o presidente dos Estados Unidos da América assinou uma ordem executiva que impôs tarifas sobre produtos de diversos países. O programa estabelece tarifas de importação individualizadas por país, tomando como base uma tarifa mínima de 10%. A data de vigência e os valores variam de acordo com o país. Em julho de 2025, foram anunciadas novas tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, a entrarem em vigor a partir de 7 de agosto de 2025. Embora o anúncio tenha indicado uma tarifa generalizada de 50%, posteriormente alguns produtos foram revistos, reduzindo a tarifa efetiva média sobre as exportações brasileiras. A aplicação dessas tarifas pode modificar o acesso a mercados estratégicos e aumentar a volatilidade, impactando os negócios indiretamente. A JSL S.A. não espera efeitos significativos diretos em suas operações.

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas *International Financial Reporting Standards - IFRS*): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros

continua → ★

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mensurados ao valor justo por meio do resultado quando aplicável. **2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias Abertas. As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas “IFRS”, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.3. Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto pelas controladas Fadel Paraguai, Fadel África do Sul e Fadel Gana cujas moedas funcionais são, respectivamente, Guarani, Rande e o Cedi Ganes como detalhado no item c). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real - R\$), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente da moeda funcional, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia:** As demonstrações financeiras das controladas Fadel Paraguai, Fadel África do Sul e Fadel Gana, incluídas na consolidação, foram elaboradas em Guarani, Rande e Cedi Ganes respectivamente, que são suas moedas funcionais. O resultado e a posição financeira da Fadel Paraguai, Fadel África do Sul e Fadel Gana, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio; (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Outras variações patrimoniais reflexas de controladas”. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxa	31/12/2025
Guarani	Média	0,0007432
Guarani	Fechamento	0,0008395
Rande	Média	0,3128
Rande	Fechamento	0,3328
Cedi Ganes	Média	0,4576
Cedi Ganes	Fechamento	0,5291

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima. **2.4. Base de consolidação: a) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a JSL. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. A Companhia optou por apresentar combinação de negócios aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos assumidos, inclusive aqueles contingentes na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a Companhia incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos é dedutível. Os custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram refletidas, quando aplicável, para as empresas descritas na nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação. **b) Controladas:** A JSL controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **c) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre as empresas consolidadas (“intragrupo”), e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. **2.6. Instrumentos financeiros: 2.6.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a JSL se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **b) Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a JSL mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a JSL pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A JSL realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da JSL; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da JSL. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A JSL considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a JSL considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da JSL a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. As variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultados abrangentes (“ORA”). No desreconhecimento do ativo financeiro, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

c) Desreconhecimento: A JSL desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a JSL transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a JSL nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.6.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A JSL desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A JSL também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.6.3. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a JSL tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.6.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros:** A JSL reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A JSL mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A JSL utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisitos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a JSL não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a JSL adota a política de provisionar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido entre 12 a 36 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A JSL não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da JSL para a recuperação dos valores devidos. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge*

(*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo). **(a) Hedge de valor justo:** As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Grupo só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxas de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como “Receitas (despesas) financeiras, líquidas”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como “Receitas (despesas) financeiras, líquidas”. As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como “Receitas (despesas) financeiras, líquidas”. **(b) Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado. O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para caso de proteção de itens financeiros, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. **(c) Inefetividade do hedge:** A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. O Grupo contrata *swaps* de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O Grupo não aplica *hedge* a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*. A inefetividade do *hedge* de *swaps* de taxa de juros é avaliada pela Companhia. A inefetividade pode ocorrer devido: • ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e • diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos. **(d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. **2.8. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a JSL tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da JSL. Uma série de políticas contábeis e divulgações da JSL requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2. Quando disponível, a JSL mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a JSL utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a JSL mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a JSL determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.9. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.10. Estoques:** Os estoques mantidos pela JSL se referem substancialmente a peças mantidas em estoque para manutenção de seus veículos. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido de custos incorridos estimados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídos em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses, com exceção de pneus onde o critério de provisionamento é de 6 (seis) meses para pneus sem movimentação. **2.11. Ativo imobilizado disponível para venda (Renovação de frota):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a JSL renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponível para venda”, avaliados e mensurados conforme o CPC 16 - Estoques. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.12. Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*“impairment”*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela JSL. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. **d) Revisão:** A JSL adota o procedimento de revisar no mínimo anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.13. Intangível: 2.13.1. Ágio:** O ágio (*“goodwill”*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da JSL. No caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, no mesmo mês previamente realizados em exercícios anteriores, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **2.13.2. Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **2.13.3. Acordo de não competição e carteira de clientes:** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento/carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada. **2.13.4. Marcas, patentes e licenças:** Quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (*“impairment”*). A TPC Logística Nordeste, subsidiária indireta da Companhia, possui licença de transferência para o regime de exploração de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA ao Porto Seco outorgado, por prazo indeterminado, através de contrato de permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias. **2.13.5. Amortização e testes de perda de valor recuperável (“impairment”):** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (*“impairment”*), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (“UGC”), e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. **2.14. Ganhos com compra vantajosa:** A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia promove uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados. Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo: (i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e (ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida. Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. **2.15. Arrendamentos:** No início de um contrato, a JSL avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a JSL utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **(i) Como arrendatário:** A JSL aluga andares de prédios comerciais, armazéns e veículos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um ano a oito anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSL adota a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A JSL reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da JSL. A JSL usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo

★ continuação

JSL S.A. - CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a JSL alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A JSL apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como “arrendamento mercantil a pagar”, que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos por direito de uso” e “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A JSL classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSL aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a JSL atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a JSL faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a JSL considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a JSL aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A JSL aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento veja nota explicativa 2.6.1.(c). A JSL também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A JSL reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela JSL nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da JSL. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, quando a JSL faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, para as empresas adquiridas que serão incorporadas pela JSL, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos. (i) Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro. A JSL aplica a interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **2.17. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.19. Provisões:** **2.19.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a JSL tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a JSL espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.19.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A JSL é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a JSL estão relacionadas, principalmente, a ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido a responsabilidade solidária. **Cíveis:** os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a apelos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais. **Tributárias:** a provisão para demandas tributárias refere-se a processos administrativos movidos pela JSL em questionamento de certos autos de infração emitidos em processos de fiscalização, e questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos. **2.20. Receitas de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A JSL reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.20.1. Receita de serviços dedicados e cargas gerais: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Serviços oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (Operações *Inbound*), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (Operações *Outbound*), e a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. **Serviços de escoamento de produtos no sistema “ponto A” para “ponto B”,** por meio de veículos carga completa (*Full Truck Load*), e são saturados de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15:** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.20.2. Receita de venda de ativos desmobilizados: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Após o término do contrato de locação com seus clientes, a JSL desmobiliza e vende seus veículos e máquinas e equipamentos. Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15:** A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.20.3. Receita de locação: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16:** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.20.4. Receita de transporte de passageiros: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (fretamento). O serviço ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas, e é faturado de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15:** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base na utilização do transporte pelos colaboradores das empresas privadas. **2.20.5. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.21. Benefícios a empregados: 2.21.1. Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a JSL tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.21.2. Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. **2.21.3. Outras obrigações pós-emprego:** A lei 9.656 art. 30 destaca que o funcionário que contribuir para o plano de assistência médica, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na despesa, na demonstração de resultado. **2.22. Capital social: 2.22.1. Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. **2.22.2. Recompra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reservas de capital. No eventual cancelamento a redução é reconhecida em contrapartida do capital social. **2.22.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividen-

dos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da JSL e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Receitas de contratos com clientes: se a receita de venda de ativos desmobilizados e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo nota explicativa 2.20.2.(b). **3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: (i) disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e (ii) dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos para os quais a Companhia tem a expectativa de incorporar as entidades jurídicas; b) Imobilizado (definição do valor residual, da vida útil e taxa de depreciação); c) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e) Perdas esperadas (*“impairment”*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; f) Arrendamento - taxa incremental de financiamento e períodos de contrato; g) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e h) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando e não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando e não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **Melhorias anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro”; • IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7”; • IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”; • IFRS 10 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas”; e • IAS 7 - “Demonstração dos Fluxos de Caixa”. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entrem em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da JSL.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As linhas de serviço do segmento de operações logística estão sendo apresentadas em relação aos negócios da JSL que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da JSL. Os resultados por segmento, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Assim, a Companhia e suas controladas operam em segmento de negócios único: • Operações Logística: Refere-se as posições patrimoniais e de resultado de todos os efeitos provenientes dos impactos operacional e financeiro das operações de logística. As informações por segmento são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, que é responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho, pela tomada das decisões estratégicas. O desempenho é avaliado com base em indicadores como receita líquida, EBIT, EBITDA e lucro líquido. As informações do segmento de operações logística para exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados	9.640.608	9.056.258
Custo de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos e ativos desmobilizados	(8.118.575)	(7.502.387)
Lucro bruto	1.522.033	1.553.871
Despesas comerciais	(38.422)	(47.357)
Despesas administrativas	(455.277)	(447.568)
Provisão de perdas esperadas (<i>“impairment”</i>) de contas a receber	(20.380)	(11.052)
Outras receitas operacionais, líquidas	133.803	162.565
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	1.141.757	1.210.459
Resultado financeiro líquido	(1.144.498)	(942.100)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.741)	268.359
Total do imposto de renda e da contribuição social	84.445	(61.047)
Lucro líquido do exercício	81.704	207.312

Abaixo desse segmento estrutural, temos as diversas linhas de serviços do negócio de logística, a saber: • JSL Serviços Dedicados: Esta linha de negócios compreende operações de transporte dedicado, executadas por meio de contratos de médio e longo prazo estruturados para atender às necessidades operacionais específicas de cada cliente. As operações podem ser realizadas sob dois modelos: (i) frota própria ou locada, em que o condutor é empregado da JSL; e (ii) agregados e terceiros, em que a Companhia subcontrata motoristas autônomos para a prestação dos serviços. • Intralogo: concentra-se na oferta de serviços de armazenagem e intralogística, operando nos modelos 3PL (Third-Party Logistics) e 4PL (Fourth-Party Logistics), por meio da movimentação interna em plantas produtivas dos clientes, gestão de armazéns multiclientes e dedicados, e serviços de distribuição urbana a partir desses armazéns sob nossa gestão. • JSL Digital: nos posiciona de forma estratégica na liderança da transformação digital do setor logístico. Por meio de uma plataforma de gestão de transportes, com baixa necessidade de capital (asset light), promovemos a integração inteligente entre carga e motoristas autônomos (terceiros e agregados), com o objetivo de operar em um modelo ágil e flexível para atendimento da demanda de diversos setores da economia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não temos nenhum cliente com receita individualmente superior a 10% da receita líquida de serviços.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 842.781 (ou R\$ 806.688, se líquido do custo de emissão de ações). As ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, integralmente realizado, está dividido em 286.431.078 ações nominativas (mesma quantia em 31 de dezembro de 2024) sem valor nominal, sendo 1.986.132 ações em tesouraria (1.916.372 em 31 de dezembro de 2024) sem direito a voto. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	(%)	Ações ordinárias	(%)
Quantidade de ações				
Acionistas				
Controladores	214.385.424	74,85%	214.385.424	74,85%
Outros membros da família Simões	231.000	0,08%	231.000	0,08%
Administradores	287.680	0,10%	272.380	0,10%
Diretoria	6.466.681	2,26%	6.453.637	2,25%
Ações em tesouraria	1.986.132	0,69%	1.916.372	0,67%
Ações em circulação, negociadas em bolsa	63.074.161	22,02%	63.172.265	22,05%
Total	286.431.078	100,00%	286.431.078	100,00%

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 600.000.000 (seiscentos milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia, independentemente de reforma estatutária. O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **6.2 Reservas de lucros: a) Distribuição de dividendos:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: i. 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício; ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimentos”. O montante de dividendos a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que aprova as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para fins das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	81.704	207.312
Lucro líquido, base para proposição da reserva legal	81.704	207.312
(-) Reserva legal (5%)	(4.085)	(10.366)
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	77.619	196.946
Dividendos mínimos (25%)	19.405	49.237
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos:		
Juros sobre capital próprio distribuídos	122.660	91.517
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(18.399)	(13.121)
Juros sobre capital próprio distribuídos, líquidos (i)	104.261	78.396
Dividendos a distribuir	421.064	28.150
Total dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos:	525.325	106.546
Percentual sobre o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal	677%	54%
Dividendos e juros sobre capital próprio bruto por ação, líquido das ações em tesouraria no final do exercício (em R\$)	1,9115	0,4206

(i) Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95 e item V da Deliberação CVM nº 207/96, e o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre capital próprio corresponderam a 677% do lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, sendo assim superiores ao dividendo mínimo obrigatórios previsto no Estatuto Social da Companhia.

continua →

★ continuação

JSL S.A. - CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	28.150	28.150
Juros sobre capital próprio declarados	91.517	-	91.517
Imposto de renda retido na fonte	(13.121)	-	(13.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	78.396	28.150	106.546
Dividendos a distribuir	-	421.064	421.064
Juros sobre capital próprio declarados	122.660	-	122.660
Imposto de renda retido na fonte	(18.399)	-	(18.399)
Dividendos pagos e juros sobre capital próprios pagos	(78.396)	(28.150)	(106.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.261	421.064	525.325

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã:

A Companhia tem acompanhado atentamente os desdobramentos decorrentes do conflito militar envolvendo os Estados Unidos, Israel e o Irã. Ainda que a JSL não mantenha relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores localizados na Ásia Ocidental ou na Ásia Central, a Administração entende que os principais impactos econômicos potenciais decorrem da elevação significativa no preço internacional do barril de petróleo. Esse movimento pode resultar em aumento nos preços dos combustíveis no mercado doméstico, pressionando a inflação e contribuindo para a manutenção das taxas de juros em patamar elevado, com reflexos diretos nas despesas financeiras da Companhia. Adicionalmente, a Administração acompanha de perto os possíveis efeitos da alta do diesel sobre seus custos operacionais, incluindo eventuais incrementos nos valores pagos a agregados e terceiros, bem como nos gastos com combustíveis e lubrificantes. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia segue monitorando o cenário e avaliando seus

potenciais impactos.

Outorga de opção de compra de ações da JSL à BNDESPAR:

Em 5 de março de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a SIMPAR celebrou com a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR um instrumento pelo qual outorgou à BNDESPAR uma opção de compra para aquisição de até 14.222.248 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da JSL S.A., que representam até 5% de seu capital social. O preço de exercício por ação corresponderá ao menor entre R\$ 7,89, ou 95% da cotação de fechamento da ação da JSL no pregão imediatamente anterior à data de exercício da opção. A opção poderá ser exercida pela BNDESPAR em até 30 dias após a homologação do aumento de capital da SIMPAR, sendo que o exercício está condicionado à prévia homologação deste aumento de capital.

Cancelamento de ações em tesouraria:

Em 5 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento da totalidade das 1.062.161 ações ordinárias de emissão da Companhia então mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 842.781 (ou R\$ 806.688, se líquido do custo de emissão de ações), passando a ser representado por 285.368.917 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em assembleia geral de acionistas a ser convocada.

Decisão do STJ sobre Bases de Cálculo das Contribuições ao Sistema S - Tema Repetitivo 1.390:

Em 11 de fevereiro de 2026, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o oTema Repetitivo nº 1.390, firmou entendimento vinculante no sentido de que não se aplica o limite de 20 salários mínimos à base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros (incluindo INCRA, Salário Educação, SEBRAE, SEST, SENAT e demais entidades). A decisão possui efeito vinculante para o Judiciário e para o contencioso administrativo fiscal, e representa entendimento contrário ao adotado no julgamento do Tema Repetitivo nº 1.079, concluído em 13/03/2024, cujos efeitos foram modulados em maio do mesmo ano para os contribuintes que possuíam provimentos judiciais ou administrativos limitando a base de cálculo dessas contribuições a 20 salários mínimos. Diante desse cenário e considerando que ainda estão em curso análises e possíveis desdobramentos decorrentes da decisão do STJ, a Companhia acompanhará atentamente a evolução do entendimento jurídico e administrativo visto que, em 2024, realizou a reversão de provisões relacionadas ao recolhimento das contribuições destinadas a terceiros (no montante de R\$ 140.442 na Controladora e R\$ 151.726 no Consolidado) amparada por decisão em sede liminar favorável proferida em 2020 e vigente até o momento.

DIRETORIA EXECUTIVA

Guilherme de Andrade Fonseca Sampaio

Diretor Presidente, Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro Gustavo Cardoso

Diretor

Samir Moises Gilio Ferreira

Diretor

Eduardo Pereira

Diretor

Maristela Aparecida do Nascimento - Contadora - CRC 1SP-245960/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antonio Simões

Presidente

Denys Marc Ferrez

Conselheiro

Juliana Sá Vieira Baiardi

Conselheira

Gilberto Meirelles Xandó Baptista

Conselheiro Independente

Marcelo Strufaldi Castelli

Conselheiro Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (i)

Aos Administradores e Acionistas JSL S.A.

(i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mensagem da administração dessa publicação resumida. Tipo de opinião: Sem modificação.

pwc

PricewaterhouseCoopers

Audítores Independentes Ltda.

CRC 2SP027083/F-3

São Paulo, 24 de março de 2026

Diogo Maros de Carvalho

Contador CRC 1SP248874/O-8



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



+27,5 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:





ESTADÃO



ESTADÃO RI



a rádio dos melhores ouvintes
ELDORADO FM 107.3
Uma parceria de conteúdo com a Fm249 Brasil 2000



ESTADÃO BLUE STÚDIO



AGÊNCIA ESTADO



broadcast

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais – Seguidores e Inscrições Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO) - set/25)

Michelle Schneider

‘Seu emprego, como você conhece, não será o mesmo daqui a 5 anos’

Especialista afirma que profissionais vão precisar se reinventar para acompanhar o avanço da IA

ENTREVISTA

Autora do livro ‘O Profissional do Futuro’, é especialista em futuro do trabalho e curadora do São Paulo Innovation Week

JAYANNE RODRIGUES

O seu emprego vai existir daqui a cinco anos? Essa é a provocação feita por Michelle Schneider, autora do livro *O Profissional do Futuro*, com passagens por empresas como TikTok, Google e LinkedIn. Para a especialista, que pesquisa o impacto da inteligência artificial no trabalho, a pergunta não é se o emprego vai deixar de existir por causa da IA; e, sim, como vai se transformar.

“Uma coisa é certa: o seu emprego, como você conhece hoje, definitivamente não vai ser o mesmo daqui a cinco anos”, afirma em entrevista ao **Estadão**. Michelle reconhece que algumas profissões serão extintas. No entanto, a principal preocupação será em como adaptar a automação nas atividades para o aumento da produtividade.

A especialista estende as discussões sobre o assunto no São Paulo Innovation Week (SPIW), uma iniciativa do **Estadão**. Ela é a responsável pela curadoria a respeito do futuro do trabalho no evento, que vai contar com três eixos: reprogramando o trabalho, IA e saúde mental.

O festival de inovação, tecnologia e empreendedorismo será realizado de 13 a 15 de maio na Mercado Livre Arena Pacaembu e na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Assinantes do jornal podem comprar ingressos com 35% de desconto (mire a câmera do seu celular para o QR no fim deste texto).

Na sua palestra do TEDx, a sra. aponta que o desafio do mundo do trabalho não é mais o que pensar, mas co-

mo pensar. Como define o profissional do futuro?

É interessante porque fiz essa palestra em 2018. Quanta coisa aconteceu de lá para cá. No ano passado lancei um livro com o mesmo tema, *O Profissional do Futuro*. Basicamente monto quatro pilares como fundamentais para ser um profissional do futuro. O primeiro chamo de mente inovadora, que é a capacidade de não parar de aprender. Quanto mais aprendemos, mais repertório temos e mais criativos nos tornamos. O segundo pilar é o letramento tecnológico, mergulhar de cabeça em inteligência artificial. O terceiro pilar traz um lado mais humano da conversa, que é a inteligência emocional. Tem um dado do Daniel Goleman, uma das maiores referências em inteligência emocional do mundo, inclusive, ele vai estar no São Paulo Innovation Week. Ele diz que apenas 20% do sucesso de uma pessoa vem do QI. Os outros 80% vêm do QE, o cociente emocional. Então falo muito da importância de desenvolver esse lado. Por fim, o quarto pilar é a saúde mental, a importância de se conhecer, de entender os limites do próprio corpo para conseguir navegar em um mundo que vai exigir cada vez mais de nós.

A sra. estima que esse profissional do futuro terá pelo menos cinco carreiras ao longo da vida. Nós estamos preparados enquanto sociedade para essa reinvenção no mercado de trabalho?

Não estamos preparados. Adoraria dizer o contrário. Mas a velocidade da tecnologia é mais rápida do que aquilo que conseguimos acompanhar. Costumo dizer que nós somos seres humanos lineares. Não fomos programados para dobrar a nossa capacidade produtiva, como vem acontecendo, por exemplo, com a IA a cada sete meses. Mas, quanto antes pensar na carreira, imaginar-se como um profissional do futuro e entender que a carreira vai ser diferente daquela que fomos ensina-



CAMILA OTHON/DIVULGAÇÃO

“Não fomos programados para dobrar a nossa capacidade produtiva, como vem acontecendo, por exemplo, com a IA a cada sete meses”

“A maioria das pessoas usa um percentual mínimo do que a IA pode entregar. A maioria usa como se fosse o Google”

dos a construir, isso ajuda a gente a se reinventar de uma forma mais ágil. Essa reinvenção é uma das principais características, a meu ver, desse profissional do futuro.

Os seus estudos também reforçam a necessidade de investir em competências socioemocionais. Por que essas habilidades são relevantes, principalmente no boom da inteligência artificial?

Nos últimos anos, estávamos falando da importância das habilidades socioemocionais e das comportamentais. No meu TEDx, lá em 2018, levei dados do Fórum Econômico Mundial sobre as habilidades mais relevantes para o profissional. Na época, 100% delas eram comportamentais. Quando fui buscar os dados atualizados para escrever meu livro, em 2025, entre as dez habilidades do futuro, surgiu uma habilidade técnica, o letramento tecnológico. Na projeção para 2030, 4 das 10 habilidades são técnicas. Então, esse discurso que ouvimos há muitos anos, de que agora temos de focar só em habilidade comportamental, não é mais tão atual. A verdade é que temos de achar um equilíbrio porque o tempo de validade dessas habilidades técnicas encurta cada vez mais. Por outro lado, temos de continuar focando nas habilidades comportamentais, que também vão ser parte da base para ser um profissional do futuro. Imagine que, se 20% do sucesso da nossa vida vem do nosso QI, estamos caminhando para um mundo em que a IA vai ter um QI, inevitavelmente, infinitamente maior do que o nosso. O que o Daniel Goleman fala? Onde estão os outros 80% do sucesso na vida de uma pessoa? Ele diz que é uma composição que vai desde classe social, o quesito sorte no meio, onde a pessoa nasceu e as oportunidades que teve, mas afirma que um dos maiores pesos está no nosso QE, o nosso coeficiente emocional.

Como esse profissional do futuro vai ter acesso ao letramento tecnológico? Em paralelo, como vai equilibrar o pensamento estratégico pensando na realidade brasileira?

Não existe um dia da minha vida em que não receba uma mensagem perguntando: “Quero fazer um curso de IA, qual devo fazer?” Antigamente até indicava alguns. Acho que ter uma noção teórica mínima é interessante. Mas a melhor forma de aprender é colocando a mão na massa. A melhor dica é usar as ferramentas dando o contexto de quem você é. Comece dizendo quem é você, idade, quantos anos de experiência, o que faz e como quer usar a IA. O Brasil tem uma

adoção enorme do uso de IA. O que acontece? A maioria das pessoas usa um percentual mínimo do que a IA pode entregar. A maioria usa como se fosse o Google. Em vez de perguntar para o Google, pergunta para o ChatGPT ou para outras ferramentas e acha que está arasando. Mas isso ainda é pouco. Não vai te dar um ganho de produtividade transformador.

Asra é curadora do São Paulo Innovation Week. Pode compartilhar como os eixos que montou vão funcionar?

No São Paulo Innovation Week lidero a curadoria sobre futuro do trabalho, dividi em três eixos. O primeiro se conecta com o que falamos a respeito da rearquitetura do nosso trabalho. Nesse primeiro bloco, vamos falar sobre as mudanças no mundo do trabalho. No segundo bloco, vamos falar de IA. Não tem como aprofundar o tema do futuro do trabalho sem falar de inteligência artificial. Teremos um terceiro momento, que vai ser um painel em que vamos falar desse novo universo de habilidades: menos o emprego, o job description, mais a contratação por projeto e por habilidade, que é uma realidade no Brasil. Vamos trazer casos de empresas brasileiras que estão trabalhando com esse modelo de contratação por habilidade. Por fim, entramos no bloco ‘nós, humanos, diante de tudo isso o que faremos?’ O papel da inteligência emocional, o papel da saúde mental, o papel de cuidarmos da gente e das nossas relações. Teremos ainda um painel em que devemos falar sobre felicidade no trabalho. Empresas que levam isso a sério e como isso impacta performance e resultado, não apenas porque é algo legal de fazer. Também vamos falar sobre periferia e futuro do trabalho. O título é O Futuro do Trabalho nas Favelas, vou ter a honra de moderar e entrevistar Edu Lyra, CEO da Gerando Falcões. ●

Inovação em SP

● O São Paulo Innovation Week (SPIW), festival de inovação, tecnologia e empreendedorismo, vai reunir mais de mil palestrantes entre os dias 13 e 15 de maio na Mercado Livre Arena Pacaembu e na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Assinantes do “Estadão” podem comprar ingressos com 35% de desconto. O SPIW é uma realização do “Estadão”, em parceria com a Base Eventos



NA WEB
Assinante do ‘Estadão’ tem desconto para o São Paulo Innovation Week
saopauloinnovationweek.com.br

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

e custos necessários para realizar a venda. **2.3.7 Imobilizado:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **2.3.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é apurada de acordo com o regime de tributação do lucro real e calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.3.9 Benefícios a empregados:** Um passivo de benefícios a empregados é registrado conforme remuneração negociada e demais obrigações legais, previstas na legislação, no período em que os serviços relacionados são prestados. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis:** **CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil:** Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia contabilizava os contratos de locação como despesa de aluguel nos resultados do exercício, seguindo as regras do Pronunciamento Técnico CPC PME. A partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção dos Pronunciamentos Técnicos voltados para entidades de grande porte, a Companhia passou a utilizar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, caracterizando uma mudança na prática contábil adotada. A implementação inicial do CPC 06 (R2) ocorreu por meio da aplicação retrospectiva modificada, ou seja, reconhecendo os contratos de arrendamento vigentes na data de transição, sem necessidade de reapresentação das informações comparativas. No momento da adoção inicial, o ativo de direito de uso foi registrado pelo mesmo valor do passivo de aluguel serão reconhecidos no resultado como despesa de depreciação do direito de uso e despesa financeira relacionada ao passivo de arrendamento. **Demais pronunciamentos contábeis:** A Administração avaliou a adoção dos demais pronunciamentos contábeis completos e não identificou impactos relevantes na posição patrimonial, financeira, desempenho ou fluxos de caixa da Companhia. **3 Estimativas:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, perdas de desvalorização de estoques, provisão para processos judiciais e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas contábeis com base nessas premissas. **4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo seu valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	1.018.217	1.431.759	1.485.257	2.300.661
Aplicações financeiras (a)	16.980.914	5.827.669	49.357.112	24.261.407
Total	17.999.131	7.259.428	50.842.369	26.562.068

(a) Em 2025, a taxa de retorno anual dos investimentos foi de 14,31% (13,21%, em 2024).

5 Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	75.046.835	79.455.365	78.238.646	89.777.917
Partes relacionadas (Nota 16)	65.468.371	65.371.024	100.887.187	76.542.037
Total	140.515.206	144.826.389	179.125.833	166.319.954

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios de perdas com recebimento de créditos. A seguir, são apresentados os valores a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
A vencer	140.009.570	144.813.422	178.280.424	166.306.987
Vencidos até 30 dias	505.636	10.604	845.409	10.604
Vencidos entre 31 e 90 dias	–	2.363	–	2.363
Total	140.515.206	144.826.389	179.125.833	166.319.954

6 Tributos a Recuperar: O saldo de tributos a recuperar é composto, principalmente, pelo imposto de renda e a contribuição social diferidos que são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Provisão de utilidades	1.024.795	1.730.768	1.024.795	1.730.768
Provisão de benefícios	3.800.136	3.035.116	3.800.136	3.035.116
Total	4.824.931	4.765.884	4.824.931	4.765.884
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Total dos tributos diferidos	1.640.477	1.620.401	1.640.477	1.620.401
Outros tributos a recuperar	2.481.739	2.242.248	4.322.265	2.748.698
Total	4.122.216	3.862.649	5.962.742	4.369.099

A reconciliação da despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	90.057.773	90.057.773	95.507.690	95.507.690
(+) Adições temporárias e permanentes	5.797.987	4.836.103	5.797.987	4.836.103
(-) Exclusões temporárias e permanentes (38.572.473)	(38.572.473)	(38.572.473)	(38.572.473)	(38.572.473)
Ajuste da base - lucro presumido	–	–	8.883.639	15.283.464
(=) Base de cálculo	57.283.287	56.321.403	71.616.843	77.054.784
Redução da base - adicional de IR	240.000	–	240.000	–
(=) Base de cálculo - adicional	57.043.287	56.321.403	71.376.843	77.054.784
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL devidos	8.592.493	5.068.926	10.742.526	6.934.931
IRPJ adicional - alíquota 10%	5.704.329	–	7.137.684	–
(-) PAT	(343.700)	–	(343.700)	–
(+) Outros ajustes	(16.259)	(4.153)	(16.259)	(4.153)
(=) IRPJ e CSLL no resultado	13.936.863	5.064.773	17.520.251	6.930.778
Alíquota efetiva	15%	6%	18%	7%

7 Estoques:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	4.658.916	3.318.178	8.428.810	4.769.853
Matéria-prima	2.990.713	1.319.380	11.608.297	5.905.591
Material de acondicionamento	1.219.958	1.325.973	1.996.390	1.661.941
Material de amostra/teste	42.675	26.452	42.675	26.452
Material em consignação	5.755.568	3.771.808	5.853.377	5.124.509
Adiantamentos para compras de estoques	1.806.208	2.611.193	1.806.208	2.611.193
(-) Perdas estimadas de estoques	–	–	(251.353)	(80.692)
Total	16.474.038	12.372.984	29.484.404	20.018.847

A administração da Companhia avalia que o montante reconhecido de perdas estimadas, em 31 de dezembro de 2025, é suficiente para assegurar possíveis perdas futuras de estoques. **8 Outros Ativos Circulantes:** **(a) Outras contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Notas de débito a receber InpEV	146.761	50.999	146.761	50.999
Prestação de contas entre empresas	703.834	407.826	–	–
Total	850.595	458.825	146.761	50.999

(b) Adiantamentos:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos a empregados	350.304	270.534	378.727	286.472
Adiantamentos a fornecedores	1.000.763	221.416	1.018.713	221.416
Total	1.351.067	491.950	1.397.440	507.888

9 Investimentos: (a) Composição: O Capital social de cada uma das investidas está dividido da seguinte forma: **Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.**

	%	Nº de quotas	Valor
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S/A	99,99	1.758.730	1.758.730
João César Meneghel Rando	0,01	1	1
Total	100,00	1.758.731	1.758.731

Campo Limpo Resinas e Reciclagem Plástica Ltda.

	%	Nº de quotas	Valor
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S/A	100	1.000.000	1.000.000
Total	100	1.000.000	1.000.000

(b) Avaliação pelo método de equivalência patrimonial:

	Campo Limpo Tampas		Campo Limpo Resinas	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Capital integralizado	–	–	1.758.730	1.000.000
Equivalência patrimonial acumulada até 2024	–	–	41.221.656	31.739.430
(+) Lucros distribuídos	–	–	–	(6.000.000)
(-) AFAC	–	–	16.500.000	–
A = Total	–	–	59.480.386	26.739.430
Lucro líquido	–	–	5.236.709	28.582.140
Participação (%)	–	–	99,99%	100%
B = Equivalência patrimonial de 2025	–	–	5.236.185	28.582.140
Total (A +B)	–	–	64.716.571	55.321.570

Saldo contábil em 2025 (Tampas + Resinas)

	10 Imobilizado: (a) Composição:		Controladora		2025		2024	
Descrição	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido	2025	2024	2025	2024
Instalações	117.787	(37.507)	80.280	92.058	–	–	–	–
Móveis e utensílios	495.316	(176.305)	319.011	283.794	–	–	–	–
Máquinas e equipamentos	1.865.270	(636.155)	1.229.115	1.316.515	–	–	–	–
Ferramentas	75.730	(39.270)	36.460	44.547	–	–	–	–
Computadores e periféricos	867.768	(314.650)	553.118	218.726	–	–	–	–
Veículos	2.318.721	(761.977)	1.556.744	700.209	–	–	–	–
Imobilizado em andamento	497.342	–	497.342	617.364	–	–	–	–
Adiantamento a fornecedor	–	–	–	1.346.300	–	–	–	–
Total	6.237.934	(1.965.864)	4.272.070	4.619.513	–	–	–	–

	Consolidado		2025		2024	
Descrição	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido	2025	2024
Terrenos (i)	1.258.207	–	1.258.207	1.258.207	–	–
Edificações	20.759.984	(2.174.167)	18.585.817	19.001.020	–	–
Instalações	1.707.910	(194.287)	1.513.623	1.583.400	–	–
Móveis e utensílios	1.148.715	(384.206)	764.509	746.574	–	–
Máquinas e equipamentos	34.895.861	(7.712.693)	27.183.168	23.511.640	–	–
Ferramentas	148.008	(88.532)	59.476	66.993	–	–
Computadores e periféricos	1.189.761	(491.315)	698.446	369.069	–	–
Veículos	4.111.921	(1.396.112)	2.715.809	1.750.430	–	–
Imobilizado em andamento	3.492.323	–	3.492.323	4.313.220	–	–
Construções em andamento	1.075.578	–	1.075.578	315.560	–	–
Adiantamento a fornecedor	1.448.000	–	1.448.000	1.409.900	–	–
Total	71.236.268	(12.441.312)	58.794.956	54.326.021	–	–

(b) Movimentação:

	Controladora		2024		2025	
Custo	Adições	Baixas	Transferências	2025	2024	2025
Instalações	117.787	–	–	117.787	–	–
Móveis e utensílios	419.112	54.442	(9.192)	30.954	495.316	–
Máquinas e equipamentos	1.854.924	10.346	–	–	1.865.270	–
Ferramentas	78.229	–	(2.499)	–	75.730	–
Computadores e periféricos	413.377	26.398	(11.146)	439.139	867.768	–
Veículos	1.427.801	11.046	(326.440)	1.206.314	2.318.721	–
Imobilizado em andamento	617.364	1.389.345	(15.000)	(1.494.367)	497.342	–
Adiantamento a fornecedor	1.346.300	–	(1.164.260)	(182.040)	–	–
Total	6.274.894	1.491.577	(1.528.537)	–	6.237.934	–

	Depreciação (ii)		2024		2025	
Custo	Adições	Baixas	Transferências	2025	2024	2025
Instalações	(25.729)	(11.778)	–	(37.507)	–	–
Móveis e utensílios	(135.318)	(44.896)	3.909	(176.305)	–	–
Máquinas e equipamentos	(538.409)	(97.746)	–	(636.155)	–	–
Ferramentas	(33.682)	(6.306)	718	(39.270)	–	–
Computadores e periféricos	(194.651)	(130.288)	10.289	(314.650)	–	–
Veículos	(727.592)	(275.861)	241.476	(761.977)	–	–
Total	(1.655.381)	(566.875)	256.392	(1.965.864)	–	–

	Saldo contábil líquido		2024		2025	
Custo	Adições	Baixas	Transferências	2025	2024	2025
Terrenos (i)	1.258.207	–	–	1.258.207	–	–
Edificações	20.759.984	–	–	20.759.984	–	–
Instalações	1.707.910	–	–	1.707.910	–	–
Móveis e utensílios	1.025.955	58.700	(9.192)	73.252	1.148.715	–
Máquinas e equipamentos	29.211.333	10.346	(1.044.404)	6.718.586	34.895.861	–
Ferramentas	151.206	–	(11.284)	8.086	148.008	–
Computadores e periféricos	693.537	26.398	(28.040)	497.866	1.189.761	–
Veículos	3.038.022	101.479	(696.888)	1.669.308	4.111.921	–
Imobilizado em andamento	4.313.220	7.980.203	(16.042)	(8.785.058)	3.492.323	–
Construções em andamento	315.560	760.018	–	–	1.075.578	–
Adiantamento a fornecedor	1.409.900	1.384.400	(1.164.260)	(182.040)	1.448.000	–
Total	63.884.834	10.321.544	(2.970.110)	–	71.236.268	–

(I) Em 2016, a controlada Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. reconheceu o terreno recebido em doação da Prefeitura Municipal de Taubaté, porém a Escritura de Doação requer o cumprimento de determinadas obrigações para a transferência definitiva da posse, motivo pelo qual a sociedade reconhece o valor atribuído ao bem em conta de passivo. O valor da receita diferida reconhecida no passivo foi de R\$ 868.894. Encontra-se em trâmite, junto à Prefeitura Municipal de Taubaté, o processo de correção dos registros relativos à metragem quadrada da área. A solicitação da escritura definitiva será efetuada assim que tal situação estiver regularizada.		
de depreciação. (ii) A utilização útil dos bens para fins de depreciação é:		
Descrição	Vida útil	Valor
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	6 anos	6 anos
Ferramentas	5 anos	5 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Computadores e periféricos	3 anos	3 anos

★ continuação			
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.			
Marcelo Okamura Diretor Presidente	Rogério Fernandes de Souza Diretor de Operações	Marcel Dalia Mariga Araújo Diretor Financeiro e Administrativo	Cledison Moreira Rocha Contador CRC 1SP 269283/O-6
Parecer do Conselho Fiscal Ano 2025			
São Paulo, 03 de março de 2026.			
Conselheiros: Adilson da Cruz Gustavo Mendes de Melo Luiz Eugênio Pedro de Freitas			

O Conselho Fiscal da Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., no uso das atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as demonstrações financeiras, compreendendo: Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos e, ainda, consideran-

do o Parecer dos auditores independentes, De Biasi Auditores Independentes, emitido em 23 de fevereiro de 2026, opina favoravelmente às referidas demonstrações que estão em condições de serem votadas pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral dos Acionistas. As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025_2024 da Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. foram examinadas pela De Biasi Auditores Independentes, que emitiu o parecer de auditoria sem ressalvas.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S/A. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S/A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da**

administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 23 de fevereiro de 2026

De Biasi Auditores Independentes
CRC 2SP017861/O-6

Luciano Tadeu Lucci De Biasi
Contador CRC 1SP181115/O-9

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast ‘**Estadão Analisa**’.



Assista **AO VIVO** pelo canal do **Estadão** no **Youtube**.

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

DE **SEGUNDA A SEXTA**
7h **DA MANHÃ**



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

TALITA NASCIMENTO, CYNTHIA DECLOEDT
E ALTAMIRO SILVA JUNIOR
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Crédito à CSN deve forçar venda de negócio de cimentos

Mecanismo pode pressionar empresa a levantar dinheiro para quitar valor

A taxa de juros a ser paga pela CSN em empréstimo de US\$ 1,2 bilhão ainda passa por ajustes de detalhes e pode chegar, de forma progressiva, a um custo de “Sofr+8%”, apurou a *Coluna*. A Sofr é uma taxa de referência para empréstimos em dólares. A CSN e um conjunto de bancos assinaram o compromisso de empréstimo, com a remuneração partindo de Sofr+6%, conforme anunciado pela companhia no fim de semana. Em comunicado ao mercado, a CSN deixou a informação implícita: “A conclusão da operação está sujeita à celebração de documentos de crédito definitivos e do cumprimento de condições precedentes usuais para operações desta natureza”. Nele, a companhia diz que a Sorf+6% trata-se de uma “taxa inicial”. Uma das propostas que estava sobre a mesa, ao menos até o anúncio da companhia, era de que a taxa partiria da Sofr, acrescida de um prêmio de 600 pontos-base, com um aumento de 100 pontos por ano até atingir 800 (Sofr+8%). O prazo previsto para o empréstimo é de cinco anos.

Recursos evitariam custo extra

Uma das fontes ouvidas pela *Coluna* diz que o aumento progressivo da taxa sempre fez parte das negociações. “Isso seria essencialmente para pressionar a CSN a vender a divisão de cimentos o mais rápido possível.” A lógica é que, com a venda, a empresa teria dinheiro para quitar o empréstimo antes de o custo da dívida subir.

- **ÀS CONTAS.** Um analista que falou sobre o tema com a *Coluna*, sob condição de anonimato, afirma que as condições do empréstimo não fazem sentido se não houver uma alta de juros progressiva. “Com a Selic a 14,75% e uma taxa inicial equivalente a algo em torno de 10% a 12%, dependendo de como se faz a conversão em real, a empresa não teria incentivo para vender a divisão de cimentos e repagar a dívida com agilidade”, disse. “Sem a progressão de taxa, o custo seria menor do que se a companhia tivesse emitindo ‘bonds’ hoje”, acrescentou a mesma fonte.
- **GARANTIAS.** O anúncio da CSN, no sábado, cita a assinatura de um empréstimo-ponte de US\$ 1,2 bilhão, com possibilidade de aumento para até US\$ 1,4 bilhão. O crédito tem como garantidoras a própria CSN e a CSN Cimentos Brasil. O montante alivia o curto prazo da companhia, garantindo liquidez para os vencimentos de 2026, na visão de analistas.
- **APERTO.** A agência S&P, que na semana passada rebaixou o rating da CSN, avalia que o empréstimo “aliviara parte da pressão sobre a liquidez da em-



MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO- 21/7/2016



Lógica ● Com a venda da CSN Cimentos, a matriz teria dinheiro para quitar a dívida antes que o custo do empréstimo subisse em função da taxa de juros progressiva

US\$ 1,2 bilhão

é o valor do empréstimo que a Companhia Siderúrgica Nacional negocia com um conjunto de bancos

R\$ 10,4 bilhões

é o total da dívida de curto prazo da CSN; mais R\$ 18 bilhões em débitos vencem nos próximos dois anos

presa, especialmente no nível da holding”, mas alerta que a companhia tinha, em dezembro de 2025, um caixa de R\$ 15,1 bilhões e dívida de curto prazo de R\$ 10,4 bilhões, além de R\$ 18 bilhões com vencimento nos próximos dois anos, antes do vencimento de seu próximo ‘bond’ de US\$1,3 bilhão, em 2028. Procurada, a CSN não comentou.

- **AMEAÇA.** A próxima crise bancária pode não vir de um choque macroeconômico ou do colapso do crédito no setor imobiliário. As ameaças cibernéticas se juntaram às tradicionais como as incógnitas que mais preocupam instituições financeiras. O ataque a uma única rede tem potencial para causar prejuízos duradouros à economia global. O cenário amplia a urgência da cooperação internacional para combater os crimes, diz Álvaro Azofra Martínez, dirigente da Europol, agência para cooperação policial europeia.

- **EVOLUÇÃO.** “Os cibercriminosos estão ampliando suas capacidades de maneira cada vez mais profissional”, disse ele à *Coluna*, às margens de evento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Ele explica que, com a evolução tecnológica, o crime deixou de ser uma engenharia rudimentar e ganhou uma escala quase industrial. Hoje, há um mercado paralelo na internet de vendas de malwares (software criado para invadir sistemas), credenciais obtidas ilegalmente, entre outros mecanismos.

- **DISFARCE.** O setor financeiro é um dos mais avançados em estruturas de segurança cibernética, na visão de Martinez. Mas os criminosos migraram o foco dos ataques das instituições para o uso final, com métodos como o ‘phishing’, um tipo de golpe em que o invasor se “disfarça” para enganar usuários e roubar dados.



SOBE

Valor de mercado da Petrobras bate mais um recorde

As ações da Petrobras subiram 2,51% (ON) e 2,69% (PN) ontem, depois de superarem 3% na primeira etapa do pregão. O valor de mercado da empresa fechou em R\$ 640 bilhões, sétimo recorde desde o início dos ataques dos Estados Unidos e Israel ao Irã.



DESCE

Axia cai e fica entre as maiores baixas do Ibovespa

Ações da Axia (Eletrobras) figuraram entre as maiores baixas do Ibovespa ontem. A PNC, de menor liquidez, caiu 1,66%. A ON, mais líquida, recuou 1,06%, e a PNB, -0,91%. Para Rodrigo Brolo, da AAX Investimentos, o movimento pode ser atribuído a realização de lucros.

BROADCAST MERCADOS

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA			
	R\$	Var. %	Neg.
MINERVA ON NM	4,18	5,56	25.916
VAMOS ON NM	3,64	4,00	12.478
MARFRIG ON ATZ	19,70	3,79	35.153
MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA			
AZZAS 2154 ON	26,98	-2,18	7.836
RUMO S.A. ON	16,62	-1,36	18.362
TAESA UNT N2	42,00	-1,08	6.574
TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)			
21/3 a 21/4	0,1689	0,9944	0,6697 0,5000
22/3 a 22/4	0,1689	0,9944	0,6697 0,5000
23/3 a 23/4	0,1708	1,0438	0,6717 0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	46.124,06	-0,18	-5,83	-4,03
FRANKFURT - DAX	22.636,91	-0,07	-10,47	-7,57
LONDRES - FTSE	9.965,16	0,72	-8,66	0,34
TÓQUIO - NIKKEI	52.252,28	1,43	-11,21	3,80
TESOURO DIRETO (*)				
	Vcto.	Ano %	R\$	
IPCA	15/8/2032	7,85	2.868,94	
	15/8/2040	7,23	1.707,73	
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2037	7,53	4.236,80	
PREFIXADO	1º/1/2029	13,98	698,14	
	1º/1/2032	14,22	466,55	
SELIC	1º/3/2031	0,09	18.577,21	
(*)TÍTULOS A VENDA				

INFLAÇÃO (%)					
Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses	
INPC (IBGE)	0,39	0,56	0,95	3,36	
IGP-M (FGV)	0,41	-0,73	-0,32	-2,67	
IGP-DI (FGV)	0,20	-0,84	-0,64	-2,91	
IPC (FIPE)	0,21	0,25	0,46	3,54	
IPCA (IBGE)	0,33	0,70	1,03	3,81	
CIUR (Sinduscon)	2,08	0,10	2,18	5,98	
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,15	0,25	0,40	4,15	
Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)					
IGP-M (FGV)	0,9733	IPCA (IBGE)	1,0381		
IGP-DI (FGV)	0,9709	INPC (IBGE)	1,0336		
IPC-FIPE	1,0354	ICV-DIEESE	-		
FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR					

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)		
Trabalhador assalariado e doméstica*		
Satário de contribuição	Alíquota	
ATÉ R\$ 1.621,00	7,5%	
DE R\$ 1.621,01 ATÉ R\$ 2.902,84	9%	
DE R\$ 2.902,85 ATÉ R\$ 4.354,27	12%	
DE R\$ 4.354,28 ATÉ R\$ 8.475,55	14%	
Autônomo (BASE EM R\$)	Alíquota	A pagar (R\$)
DE 1.621,00 A 8.475,55	20%	DE 324,20 A 1.695,11
VENCIMENTO 15/04. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20% MAIS TAXA SELIC.		
CDB - CDI	Data	
	Taxa ano	Taxa dia
CDB (22/31)	14,65	0,007
CDI	14,65	0,0543
	Mês%	Ano%
	-0,54	-1,68
	-1,68	-1,68

AGRICOLAS - MERCADO FUTURO					
	Venc.	Aju.C. Abe.	Min.	Máx.	Var. %
ALÇUCAR NY*	MAI/26	15,88	356,589	15,40	15,91 2,32
CAFÉ NY*	JUL/26	310,35	42,984	300,45	311,65 3,50
SOJA CBOT**	MAI/26	11,55	366,062	11,53	11,66 -0,73
MILHO CBOT**	JUL/26	4,73	401,943	4,69	4,75 0,43
(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US\$ POR BUSHEL					
AGRICOLAS - MERCADO FÍSICO					
SOJA		Ult. Var. (%)	Var. 1 ano(%)		
Cepea/esaltq, R\$/sc 60 kg		122,72	0,17	-4,27	
BOI					
Cepea/esaltq, R\$/@		351,40	0,70	12,36	
MILHO					
Cepea/esaltq, R\$/sc 60 kg		71,01	-0,24	-20,87	
CAFÉ					
Cepea/esaltq, R\$/sc 60 kg		1979,36	15,53	-23,27	

MOEDAS E COMMODITIES				
	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
Dólar Comercial	5,2553	0,28	2,36	-4,26
Dólar Turismo	5,4020	-0,52	0,22	-3,78
Euro	6,0870	0,02	0,30	-5,60
Ouro USS/ONÇA-TROY	4474,90	67,60	-15,51	2,51
WTI USS/BARRIL	88,5400	-0,32	31,66	54,36
IBRENTUSS/BARRIL	99,9300	-0,36	36,74	64,17
US\$ 1 Euro/ 1 Libra/ R\$ 1/ I/NY Europa Londres Brasil				
Dólar Americano	1,000	1,1608	1,3407	0,1911
Euro	0,862	1,0000	1,1549	0,1641
Franco Suíço	0,788	0,9148	1,0567	0,1501
Libra Esterlina	0,746	0,8659	1,0000	0,1425
IENE	158,689	184,2260	212,7550	30,2320
AS MOEDAS NA VERTICAL-VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC				

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 3417/2026

PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2259/2026 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, ADJUDICA a empresa Kwe Montagens Industriais Ltda - CNPJ nº 32.099.443/0001-78, para prestação de serviço de escoramento metálico pontual - área técnica do gerador do ICESP, com base no Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

COMPRA REGULAMENTO FFM 3356/2026 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, ADJUDICA a empresa Nortel Suprimentos Industriais Ltda - CNPJ nº 46.044.053/0029-06, para o fornecimento de INVERSOR 3F 380V-480V 106A 55KW 60HP ACS580, com base no Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Convocação para Seleção de Fornecedores

A Fundação Butantan comunica sobre a realização de procedimento de compra para aquisição de Autoclave de Bancada para o Obtenção de Plasma Hiperimune. Aos interessados, para maiores informações e recebimento da Especificações, entrar em contato através do endereço de e-mail "tatiane.silva@fundacaobutantan.org.br" até o dia 27/03/2026 – sexta-feira.

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE GUARIBA

COMUNICADO DE ABERTURA

Encontra-se aberta no Centro de Progressão Penitenciária de Guariba, Chamada Publica nº 001/2026-CPPG, visando aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros para o período de maio a agosto de 2026, através do PPAIS – Inexigibilidade de Licitação. O edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no site eletrônico: www.sap.sp.gov.br, www.itesp.sp.gov.br e www.cdns.sp.gov.br/ppais e www.compras.sp.gov.br, ou poderá ser retirado no Setor de Administração do Centro de Progressão Penitenciária de Guariba, sito à Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326, km 323, Zona Rural, Guariba/SP, no período de 25/03/2026 a 10/04/2026, das 08:00h às 16:00h. As propostas serão recebidas até o dia 13/04/2026, às 09h. A sessão de abertura dos envelopes será realizada no dia 13/04/2026, às 09h30min. Eventuais contatos poderão ser realizados através do telefone: (16) 3251-9495/9497 ou pelo e-mail: administrativo@cppguariba.sap.sp.gov.br ou finanças@cppguariba.sap.sp.gov.br

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ/ME nº 12.489.315/0001-23 - NIRE 35.300.383.656

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Realizada em 26 de Janeiro de 2026

Realizada em 26/01/2026, às 09h, de forma exclusivamente digital. **Presença:** face à presença remota da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** O Sr. José Luiz de Godoy Pereira presidiu a reunião e convidou o Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira para secretária-lo. **Deliberações:** Os conselheiros aprovam, por unanimidade de votos, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária de 2027, destinada a apreciar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2026, o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, relativos ao exercício social de 2026, com base no balanço patrimonial e demonstração de resultado levantados em 31.12.2025, no montante de R\$ 4.000.000,00 bruto. O montante ora distribuído a título de juros sobre capital próprio, líquido do IRRF, poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício social de 2026, conforme legislação aplicável. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo/SP, 26/01/2026. **Mesa:** José Luiz de Godoy Pereira - Presidente; Paulo Roberto de Godoy Pereira - Secretário. **JUCESP** nº 96.628/26-1 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos do Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No uso de suas atribuições o Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E EM EMPRESAS OPERADORAS DE VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, convoca todos os membros da categoria profissional para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede do Sindicato - Rua Padre Adelino, nº 700, Belém, São Paulo/SP, no dia 26 de março de 2026, a partir das 18h30 em primeira convocação, e às 19h00 em segunda convocação, com transmissão em tempo real pelas plataformas digitais do Sindicato, instaurando processo de votação on-line para deliberar sobre: 1) Câmaras nas cabines dos trens; 2) Outros Assuntos Gerais. São Paulo, 24 de março de 2026. **Dagnaldo Gonçalves Pereira** - Presidente

O Sindicato dos Metroviários do Estado de São Paulo está comprometido com a proteção dos dados pessoais dos seus membros e outros titulares participantes da Assembleia Geral Extraordinária. Os dados serão tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo segurança, transparência e respeito aos direitos dos titulares. Para mais informações sobre como tratamos seus dados, consulte nosso Aviso de Privacidade disponível em nosso site.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PENITENCIARIA DE BERNARDINO DE CAMPOS

SEÇÃO DE FINANÇAS E SUPRIMENTOS

AVISO DE ABERTURA

PROCESSO SEI: 006.00085474/2026-00

Encontra-se aberta na Penitenciária de Bernardino de Campos", localizada no município de Bernardino de Campos, Chamada Pública nº125/2026-PBC, Processo SEI nº: 006.00085474/2026-00, objetivando o credenciamento de agricultores familiares, para a compra de Gêneros Alimentícios, para o período de MAIO A AGOSTO DE 2026 – através do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, a sessão pública será no dia 09/04/2026, às 09h30min. A documentação completa, composta pela habilitação jurídica e pela proposta de venda deverão ser entregues na entidade credenciadora, situada na Rodovia Raposo Tavares SP 270, KM 338, Centro Prisional, Bernardino de Campos/SP, CEP 13964-900 no período de 25/03/2026 a 08/04/2026 das 08h00min às 16h00min, e no dia 09/04/2026 das 08:00h às 09:00h, em envelope fechado endereçado à Comissão de Avaliação e Credenciamento – CHAMADA PÚBLICA nº 125/2026-PBC. Será permitida a remessa da documentação via correios que somente será considerada e analisada se recebida na entidade credenciadora no período acima mencionado, respeitando o encerramento às 09:00h do dia 09/04/2026. O Edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados, na página da internet da entidade credenciadora – www.sap.sp.gov.br, nos sites do PPAIS (www.catli.sp.gov.br/ppais), do ITESP - www.itesp.sp.gov.br. O edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.engenheirospublicos.com.br e poderá ser retirado na Seção de Administração da Penitenciária de Bernardino de Campos, no endereço acima mencionado, no período de 25/03/2026 a 08/04/2026 das 08h00min às 16h00min, e no dia 09/04/2026 das 08:00h às 09:00h.

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS - INDÚSTRIA TEXTIL DELTA LTDA.

CNPJ/MF nº 61.444.642/0001-74

O administrador da INDÚSTRIA TEXTIL DELTA LTDA., na forma de seu Contrato Social (Cláusula Décima Sétima, Parágrafo Primeiro) e do artigo 1.074, parágrafo único, combinado com o artigo 1.157, ambos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), vêm por este meio convocar os senhores sócios para a Reunião de Sócios que se realizará em sua sede social, localizada na Rua José Fiuza Guimarães nº 231, 1º andar, Jardim Pereira Leite, São Paulo, SP, CEP 02712-060, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
Data da Primeira Convocação: 02, abril de 2026, às 14:00 horas. **Data da Segunda Convocação:** 02, abril de 2026, às 15:00 horas.
ORDEM DO DIA:
1. Deliberar sobre a autorização para a venda do imóvel de propriedade da sociedade, atualmente utilizado como sede social, situado na Rua José Fiuza Guimarães nº 231, 1º andar, Jardim Pereira Leite, São Paulo, SP, CEP 02712-060, matrícula nº 105409.
2. Definir as condições e o preço mínimo da venda do referido imóvel. 3. Autorizar o sócio administrador, Rodolfo Deeke, ou outros representantes designados, a praticar todos os atos necessários à efetivação da venda, incluindo a assinatura de compromissos, escrituras públicas e demais documentos pertinentes.
4. Outros assuntos de interesse da sociedade relacionados à pauta principal. **Observações Importantes:**
* **Quórum:** Para a presente deliberação sobre a alienação de bem imóvel de valor relevante, será exigido o quórum mínimo de votos correspondentes a **três quartos (3/4)** do capital social, nos termos do artigo 1.076, inciso I, do Código Civil, combinado com o artigo 1.071, inciso V, do mesmo diploma legal.
* Os documentos e informações relativos à ordem do dia encontram-se à disposição dos sócios na sede da sociedade. São Paulo, 24 de março de 2026.
Atenciosamente,
RODOLFO DEEKE - Administrador
INDÚSTRIA TEXTIL DELTA LTDA.

Marituba Transmissão de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.096.307/0001-61 - NIRE 3530051936-1

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Marituba Transmissão de Energia S.A.

Nos termos do artigo 124, § 1º, inciso II, do artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 9 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Marituba Transmissão de Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrado em 08 de agosto de 2022, conforme aditado de tempos em tempos, entre a **Marituba Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-J, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.096.307/0001-61 ("Companhia" ou "Marituba" ou "Emissora") e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102 (parte), Bloco A, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENUJ), Brooklin Paulista, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário da emissão ("Oliveira Trust" ou "Agente Fiduciária"), ficam os titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia ("Debêntures", "Debenturistas" e "Emissão", respectivamente) convocados a participarem da assembleia geral de Debenturistas, que se realizará, em primeira convocação, **no dia 09 de abril de 2026, às 15 horas, de forma exclusivamente digital ("Assamblea" ou "AGD")**, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), cujo link de acesso será encaminhado aos Debenturistas que validamente se habilitarem, nos termos deste Edital de Convocação, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia** constante abaixo, tendo em vista que: **Considerando Que:** (a) a **Two Square Transmissions Participações S.A.** (nova denominação da **Sterlite Brazil Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-A, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.704.797/0001-27 ("Two Square"), a **GBS Participações S.A.**, sociedade por ações constituída e existente de acordo com as Leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.774.224/0001-38, com sede à Rua das Olimpíadas, nº 205, sala 450 B, Vila Olímpia, CEP: 04.551-000, município de São Paulo, Estado de São Paulo ("GBS") e a **Olindina Participações S.A.**, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as Leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.688.565/0001-41, com sede à Rua das Olimpíadas, nº 205, sala 450 C, Vila Olímpia, CEP: 04.551-000, município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Olindina") ingressaram com pedido de recuperação extrajudicial, perante o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo em 18 de julho de 2025 ("Pedido de Recuperação Extrajudicial"); (b) o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela GBS, Two Square e Olindina, nos autos do processo iniciado a partir do seu Pedido de Recuperação Extrajudicial, assinado em 9 de setembro de 2025 e homologado em 30 de janeiro de 2026 ("Plano de RE") prevê, observadas determinadas condições precedentes, que sejam realizadas determinadas operações societárias, sendo certo que em algumas delas os resultados sejam a alteração do controle societário de Marituba, a partir da transferência, direta ou indireta, de ações para a **SPE Energycó XXI S.A.**, sociedade por ações de propósito específico, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.157.967/0001-76 ("SPE Energycó"), cuja totalidade de ações de sua emissão são de titularidade do BTG Pactual Energy Debt Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Responsabilidade Limitada ("Fundo"), ou para quaisquer outras sociedades (i) sob gestão da BTG Pactual Asset Management S/A DTVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.650.082/0001-00 e/ou da BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.631.542/0001-37, e/ou da BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.625.159/0001-40 e/ou do Banco BTG Pactual S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 e/ou (ii) pertencentes a qualquer pessoa ou entidade controladora, controlada ou sob controle comum do BTG Pactual Holding S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.923.227/0001-62 ("Reorganização Societária"); (c) a Reorganização Societária está vedada nos termos da Cláusula 6.1.1, item (xi) e da Cláusula 6.1.2, itens (ii) e (xv), da Escritura de Emissão, estando sujeita, portanto, à autorização prévia dos Debenturistas da Escritura de Emissão; (d) a Companhia deseja obter a não declaração do vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão, em razão do (i) não preenchimento do Saldo Mínimo Reserva Debenturistas na Conta Reserva Debenturistas desde outubro de 2024, nos termos da Cláusula 6.1.2, item (viii), da Escritura de Emissão, (ii) não preenchimento do Saldo Mínimo Pagamento Debenturistas da Conta Pagamento Debenturistas desde julho de 2025, nos termos da Cláusula 6.1.2, item (viii) da Escritura de Emissão, e (iii) não atingimento do ICSD no exercício social de 2025, nos termos da Cláusula 6.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão; (e) a Companhia deseja obter aprovação dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, para o (i) não preenchimento da Conta Reserva Debenturistas durante o Prazo de Vigência das Fianças Bancárias (observadas as renovações e/ou substituições nos termos da Escritura de Emissão), e (ii) não preenchimento da Conta Pagamento Debenturistas pelo período de 4 (quatro) meses a contar da data da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos das Cláusulas Quinta, Sétima e Décima Terceira do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e da Cláusula 6.1.2, item (viii), da Escritura de Emissão; (f) a Companhia deseja obter aprovação dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, para a alteração das disposições a respeito da distribuição de dividendos, conforme previstas na Cláusula 6.1.2, (iv) da Escritura de Emissão; (g) a Companhia deseja obter aprovação dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, para a alteração da definição de "Conclusão do Projeto" prevista na Cláusula 6.1.3 da Escritura de Emissão, de modo a alterar os subitens (v) e (vi) da referida cláusula; e (h) a Companhia deseja obter aprovação dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, para a alteração do prazo indicado na Cláusula 7.1.1, item (i) (b) da Escritura de Emissão, para a apresentação do relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, de 120 (cento e vinte) dias para 150 (cento e cinquenta) dias após o término de cada exercício social; e (i) a Companhia deseja obter aprovação dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.1.2, (viii) e 6.1.5, da Escritura de Emissão, para alteração da mecânica de retenção e transferência dos Direitos Cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, para fins de cumprimento do Art. 28 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ("Lei de Concessões"), de modo que, independentemente da verificação dos Saldos Mínimos, 20% (vinte por cento) dos Direitos Cedidos sejam transferidos para a Conta Movimento da Companhia a fim de não comprometer a operacionalização do Projeto e a continuidade da prestação do serviço da Companhia. **Isto posto, ficam os Debenturistas convocados para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:** (i) a aprovação da Reorganização Societária, em decorrência da assinatura e em cumprimento ao previsto no Plano de RE, nos termos das Cláusulas 6.1.1, item (xi), 6.1.2, itens (ii) e (xv), e 9.4.1 da Escritura de Emissão; (ii) a aprovação para, nos termos da Cláusula 9.4.2, item (v) da Escritura de Emissão, a alteração das disposições a respeito da troca de controle, conforme previstas nas Cláusulas 6.1.1, item (xi) e 6.1.2, item (xv) da Escritura de Emissão, que passariam a vigorar com as seguintes redações: **"6.1.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3 abaixo: (...) (xii) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto da Emissora, sem prévia autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto nas seguintes hipóteses: (a) entre sociedades (a.i) sob gestão da BTG Pactual Asset Management S/A DTVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.650.082/0001-00 e/ou da BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.631.542/0001-37, e/ou da BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.625.159/0001-40 e/ou do Banco BTG Pactual S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 e/ou (a.ii) pertencentes ao Grupo Econômico do BTG Pactual Holding S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.923.227/0001-62 ("Reorganização Societária Permitida")**, e (b) caso aplicável, o Contrato de Penhor de Ações seja aditado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da conclusão da Reorganização Societária Permitida para refletir o ingresso do novo acionista (ou exclusão do acionista substituído), sem prejuízo das demais formalizações a serem realizadas de acordo com os termos, condições e prazos estabelecidos no referido instrumento, observado que o aditamento ao Contrato de Penhor de Ações referido no alínea "(b)" acima prescindirá da realização de Assembleia Geral de Debenturistas. Para fins deste Contrato, **"Grupo Econômico"** significa qualquer pessoa ou entidade controladora, controlada ou sob controle comum com a parte em referência; (...) **6.1.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto nas Cláusulas 6.4 e 6.5 abaixo, qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos abaixo ("Eventos de Inadimplemento Não Automáticos")**: (...) (xvi) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora, ressalvadas as exceções previstas no item (vii) da Cláusula 6.1.2, item (viii), da Escritura de Emissão; (viii) a aprovação da não declaração do vencimento antecipado em razão do não preenchimento do Saldo Mínimo Reserva Debenturistas na Conta Reserva Debenturistas desde outubro de 2024, nos termos das Cláusulas 6.1.2, item (viii) e 6.5 da Escritura de Emissão; (iv) a concessão de anuidade prévia (*waiver*) para o não preenchimento do Saldo Mínimo Reserva Debenturistas na Conta Reserva Debenturistas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) durante o Prazo de Vigência das Fianças Bancárias (observadas as renovações e/ou substituições nos termos da Escritura de Emissão), e a consequente não constituição de um Evento de Inadimplemento e não declaração do vencimento antecipado da Escritura de Emissão, nos termos das Cláusulas Quinta, Sétima e Décima Terceira do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e das Cláusulas 6.1.2, item (viii) e 9.4.3, da Escritura de Emissão; (v) a aprovação da não declaração do vencimento antecipado em razão do não preenchimento do Saldo Mínimo Pagamento Debenturistas da Conta Pagamento Debenturistas desde julho de 2025, nos termos das Cláusulas 6.1.2, item (viii) e 6.5 da Escritura de Emissão; (vi) a concessão de anuidade prévia (*waiver*) para o não preenchimento do Saldo Mínimo Pagamento Debenturistas na Conta Pagamento Debenturistas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) pelo período de 4 (quatro) meses a contar da data da Assembleia Geral de Debenturistas, e a consequente não constituição de um Evento de Inadimplemento e não declaração do vencimento antecipado da Escritura de Emissão, nos termos das Cláusulas Quinta, Sétima e Décima Terceira do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e das Cláusulas 6.1.2, item (viii) e 9.4.3, da Escritura de Emissão; (vii) a aprovação da não declaração do vencimento antecipado em razão do não atingimento do ICSD no exercício social de 2025, nos termos das Cláusulas 6.1.2, item (xiv) e 6.5, da Escritura de Emissão; (viii) a aprovação para, nos termos da Cláusula 9.4.2, item (v) da Escritura de Emissão, a alteração da disposição a respeito da distribuição de dividendos, conforme previstas na Cláusula 6.1.2, (iv) da Escritura de Emissão, que passaria a vigorar com a seguinte redação: **"6.1.2. Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto nas Cláusulas 6.4 e 6.5 abaixo, qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos abaixo ("Eventos de Inadimplemento Não Automáticos")**: (...) (iv) realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, salvo se: (A) verificada, cumulativamente, a ocorrência das seguintes hipóteses: (a) verificação da Conclusão do Projeto; (b) ter atingido o ICSD de, no mínimo, 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), durante o exercício fiscal imediatamente anterior ao evento da distribuição de dividendos, calculado com base nas demonstrações contábeis regulatórias da Emissora, auditadas por auditor independente cadastrado na CVM, devendo os auditores emitir notas explicativas contemplando relatório de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), conforme metodologia de cálculo constante do Anexo 1 à presente Escritura de Emissão; (c) que o Projeto esteja em operação e a Emissora esteja adimplente com todas as obrigações pecuniárias de seus respectivos financiamentos; e (d) estar a Emissora adimplente com todas as obrigações pecuniárias desta Escritura de Emissão, assim como com todas as obrigações dos Contratos de Garantia Reais"; (ix) a aprovação da alteração da Cláusula 6.1.3, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, que passariam a vigorar com as seguintes redações: **"6.1.3. Para os fins da presente Escritura de Emissão, "Conclusão do Projeto" significa a ocorrência cumulativa das seguintes condições, que deverão ser devidamente comprovadas pela Emissora, mediante a apresentação dos documentos e/ou cumprimento das condições indicadas abaixo: (...) (v) confirmação por escrito pela Emissora, por meio da declaração da (i) de inexistência de débitos, passivos financeiros e/ou qualquer obrigação pecuniária vencidos e quaisquer atribuídos à Emissora junto ao MME, à ANEL, e/ou ao ONS, que possam causar um Efeito Adverso Relevante no projeto, bem como que (ii) não existam débitos vencidos e exigíveis com os fornecedores das obras relacionados ao Projeto, que possam causar um Efeito Adverso Relevante no Projeto, exceto pelo Contrato de Construção Cobra (conforme definido abaixo): (i) comprovação, por meio da entrega de documentos competentes da quitação das contas a pagar com os fornecedores do CAPEX do Projeto, exceto pelo pagamento da parcela final do Contrato de Engineering, Procurement and Construction ("EPC") relacionados aos itens finais de conclusão de obra que não ultrapassem 10% (dez por cento) do valor total do contrato de EPC, ressalvado o "Settlement Agreement", celebrado em 16 de julho de 2025, conforme aditado de tempos em tempos, entre a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A., a Emissora, a Borborema Transmissão de Energia S.A., a Goyaz Transmissão de Energia S.A. e a Solaris Transmissão de Energia S.A., com a intervenção e anuidade da Two Square e do BTG Pactual Energy Debt ("Contrato de Construção Cobra")**"; (x) a aprovação da alteração da Cláusula 7.1.1, item (i) (b) da Escritura de Emissão, para refletir a alteração no prazo de apresentação do relatório consolidado da memória de cálculo, que passaria a vigorar com a seguinte redação: **"7. Obrigações Adicionais da Emissora: 7.1. Obrigações da Emissora: 7.1.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a: (i) fornecer ao Agente Fiduciário: (...) (d) dentro de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias após o término de cada exercício social, relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I à Escritura de Emissão, devidamente apurados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar por escrito à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A Emissora autoriza que o relatório específico de apuração do ICSD consolidado seja disponibilizado no site do Agente Fiduciário"; (xi) a aprovação, nos termos da Cláusula 6.1.2, (viii) e 6.1.5, da Escritura de Emissão, para alteração da mecânica de retenção e transferência dos Direitos Cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, para fins de cumprimento do art. 28 da Lei de Concessões, de modo que, independentemente da verificação dos Saldos Mínimos, 20% (vinte por cento) dos Direitos Cedidos sejam transferidos para a Conta Movimento da Companhia a fim de não comprometer a operacionalização do Projeto e a continuidade da prestação do serviço da Companhia. (xii) a aprovação de autorização para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, adote todas as medidas necessárias em razão das deliberações tomadas na Assembleia pelos Debenturistas, incluindo, sem limitação, por meio da elaboração e celebração de quaisquer novos instrumentos e/ou aditamentos aos instrumentos existentes. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os seguintes endereços eletrônicos: **"fundraising@ts-transmission.com"** e **"af.assembleias@oliveiratrust.com.br"**, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"), sendo o link disponibilizado pela Companhia. Na solicitação de Cadastro o Debenturista deverá anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na AGD, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, quais sejam: (i) identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhados dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar para a Companhia e o Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identificação do Debenturista ou do representante legal/procurador (RG, Carteira Nacional de Habilitação, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular; (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas somente poderão ser representadas na AGD por procurador devidamente constituído e cujo mandado tenha sido devidamente encaminhado ao Agente Fiduciário e à Emissora para validação e habilitação. As pessoas jurídicas Debenturistas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014). Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário e/ou a Emissora, por meio dos endereços eletrônicos "af.assembleias@oliveiratrust.com.br" e "fundraising@ts-transmission.com", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar o Agente Fiduciário diretamente pelo endereço eletrônico "af.assembleias@oliveiratrust.com.br" e/ou pelo telefone (21) 3514-0000. O Agente Fiduciário reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível, pelo menos, 15 (quinze) minutos antes e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do Cadastro prévio. Assim, o Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação na AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. O Agente Fiduciário ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em até 30 (trinta) minutos antes do início da AGD, conforme artigo 72, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível na sede do Agente Fiduciário e na página eletrônica do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br/investidor). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.**

São Paulo, 25 de março de 2026
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

ESTADÃO RI

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:

(11) 3856-2442

estadaori.estadao.com.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PENITENCIARIA DE BERNARDINO DE CAMPOS

SEÇÃO DE FINANÇAS E SUPRIMENTOS

AVISO DE ABERTURA

PROCESSO SEI: 006.00085489/2026-60

Encontra-se aberta na Penitenciária de Bernardino de Campos", localizada no município de Bernardino de Campos, Chamada Pública nº 126/2026-PBC, Processo SEI nº: 006.00085489/2026-60, objetivando o credenciamento de agricultores familiares, para a compra de Gêneros Alimentícios, para consumo do Centro de Ressocialização de Ourinhos, para o período de MAIO A AGOSTO DE 2026 – através do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, a sessão pública será no dia 13/04/2026, às 09h30min. A documentação completa, composta pela habilitação jurídica e pela proposta de venda deverão ser entregues na entidade credenciadora, situada na Rodovia Raposo Tavares SP 270, KM 338, Centro Prisional, Bernardino de Campos/SP, CEP 13964-900 no período de 26/03/2026 a 12/04/2026 das 08h00min às 16h00min, e no dia 13/04/2026 das 08:00h às 09:00h, em envelope fechado endereçado à Comissão de Avaliação e Credenciamento – CHAMADA PÚBLICA nº 126/2026-PBC. Será permitida a remessa da documentação via correios que somente será considerada e analisada se recebida na entidade credenciadora no período acima mencionado, respeitando o encerramento às 09:00h do dia 13/04/2026. O Edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados, na página da internet da entidade credenciadora – www.sap.sp.gov.br, nos sites do PPAIS (www.catli.sp.gov.br/ppais), do ITESP - www.itesp.sp.gov.br. O edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.engenheirospublicos.com.br e poderá ser retirado na Seção de Administração da Penitenciária de Bernardino de Campos, no endereço acima mencionado, no período de 26/03/2026 a 12/04/2026 das 08h00min às 16h00min, e no dia 13/04/2026 das 08:00h às 09:00h.



Camila Farani

contato@camilafarani.com.br

A lição silenciosa da Pernambucanas

Você já percebeu como a palavra “segredo” muda completamente a atenção das pessoas? Não é apenas curiosidade. É instinto. Quando o nome de Anita Harley, dona de patrimônio de mais de R\$ 2 bilhões e em coma profundo desde 2016, aparece junto com testamento, herança e Pernambucanas, o interesse cresce porque existe algo maior por trás. Não se trata só de uma história. Trata-se de poder, dinheiro e continuidade. E, principalmente, do que acontece quando esse conjunto perde direção.

Eu vejo isso com frequência no mercado. Já estive em situações em que o maior problema de uma empresa não era fatura-

mento, nem produto, nem equipe. Era desalinhamento entre sócios ou herdeiros. Aliás, são 50% dos problemas de linha sucessória familiar em negócios. Já acompanhei empresas sólidas começarem a deteriorar lentamente por falta de acordo sobre decisões simples. Mas antes a família deteriorou. O problema nunca começa grande. Começa silencioso.

Ontem, aconteceu um fato curioso: em uma reunião com uma executiva e herdeira de um dos maiores grupos familiares da América Latina, comecei parabenizando-a pela construção familiar das múltiplas frentes do grupo. Ela sutilmente olhou para baixo, em um claro sinal de aversão ao elogio. Mudei de as-

sunto rapidamente.

Oliver Hart, Nobel de Economia, construiu sua carreira estudando contratos e governança. Ele mostra que, quando

Empresas sólidas começaram a deteriorar por falta de acordo sobre decisões simples

as regras não estão claras, os conflitos deixam de ser exceção e passam a ser inevitáveis. Em empresas familiares, isso ganha uma camada adicional de complexidade. Não são apenas decisões econômicas. São

decisões carregadas de emoção, história e identidade.

Ray Dalio aprofunda esse ponto ao analisar ambientes onde poder e dinheiro coexistem sem estrutura. Para ele, decisões emocionais são o maior risco para qualquer sistema econômico. Quando não há critérios claros, a racionalidade é substituída por disputas, percepções e interpretações. E isso corrói valor de forma contínua, mesmo sem crise aparente.

O caso envolvendo Anita Harley, agora em documentário, chama atenção justamente por isso. Não é apenas uma história sobre herança ou testamento. Representa um ponto de tensão que existe em muitas empresas e fa-

mílias. O encontro entre patrimônio acumulado e ausência de alinhamento estratégico. E esse encontro, na maioria das vezes, não termina bem.

Existe um erro recorrente em negócios que crescem rápido. Acreditar que governança pode esperar. Que primeiro se constrói, depois se organiza. Na prática, acontece o contrário. Quanto maior o patrimônio, maior o custo de organizar depois. E, quanto mais tempo passa, mais difícil se torna alinhar interesses.

A lição é objetiva, mas pouco aplicada. ●

INVESTIDORA-ANJO E PRESIDENTE DA BOUTIQUE DE INVESTIMENTOS G2 CAPITAL

SEG. Luiz Carlos Trabuço Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Aviação Disputa

Leilão do aeroporto do Galeão atrai três propostas

O novo leilão do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ) atraiu três concorrentes, segundo pessoas ligadas ao processo.

As propostas foram apresentadas pelo atual operador, o consórcio formado por Changi (de Singapura) e Vinci Compass, pe-

la espanhola Aena (que já administra o aeroporto de Congonhas, em São Paulo) e pela Zurich Airport. O certame está mar-

cado para a próxima segunda-feira, na sede da B3, em São Paulo.

O edital prevê a realização de um processo competitivo simplificado, com lance mínimo de R\$ 932 milhões pela operação do aeroporto. O documento estabelece ainda a co-

brança de contribuição variável de 20% do faturamento bruto da concessionária até 2039, além da saída da Infraero da administração até março de 2026. Atualmente, a União detém 49% da concessionária RioGaleão. ● ELISA CALMON

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

Oportunidades

Comunicados

ABANDONO EMPREGO
Solicitamos que o Sr. CHARLES NICOLAS ANDRADE DA SILVA, CTPS: 3499415 Série 5852, funcionário da empresa Restaurante e Pizzaria Violeta LTDA, CNPJ: 60.827.615/0001-18, R: Augusta 1343, comparecer ao nosso departamento pessoal no prazo de 72hs. Esgotado este prazo, o caso será incluído na letra "I" do artigo 482 da CLT, configurando abandono de emprego, o que importará em seu desligamento desta empresa.

COMUNICADO
Prezado Sr. WELLINGTON ROBERTO DE CAMPOS portador da CTPS Digital 3409376 série -8870-SP. Serve o presente para notificação da dispensa por justa causa, em razão das faltas injustificadas por 30 dias, caracterizando o abandono de emprego em *25/03/2026*, nos termos do artigo 482, alínea "I" da CLT. V.Sas. deverá comparecer o mais breve possível ao local de trabalho - na Rua Brilhante 267 - Vale San Fernando - Itapetininga - SP - CEP: 18204-040 para formalização da dispensa. São Paulo 25 de março de 2026 ATENCIONAMENTE CDG CONSTRUTORA S/A

DECLARAÇÃO À PRAÇA
Laço Azul & Rosa, Kids Ltda CNPJ 10.404.179/0001-04, torna público que os documentos de alteração contratual elaborado e registrados na Jucesp sob nº 194.984/10-2 em sessão de 21/06/2010, que geraram o B.A bloco administrativo de nº 1.051.303/10-2 de 16/07/2010 por falta de perfuração no referido registro, foram extraviados.

RELAX / ACOMPANHANTES

NOVA BROOKLYN MASSAGEM
As mais lindas loiras e morenas para o seu entretenimento. Atend. diferenciado. Av. Prof. Vicente Rao, nº 1656 ☎(11)98142-6417

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PERDIZES

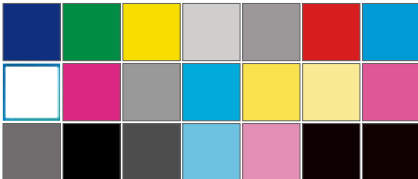


R\$920.000 Lindo apto., 100m² área útil, 2 dorms., com armários embutidos, sala ampla, cozinha e lavanderia, 1 vaga garagem. Tratar com Melo Fone e Whats (11)99864-6160 Credi 136.618F

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

ÁGUAS SANTA BÁRBARA
Condomínio Thermas de Santa Bárbara, Gleba 1 - Lote 08 quadra HI - terreno 533,5m². R\$30mil. Tratar ☎(21)99860-2628



WAN-IFRA | COLOR QUALITY CLUB 2026-28 | V1

negócios & oportunidades

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓ Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do provedor
- ✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓ O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓ Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓ Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓ Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser falsos
- ✓ Não adiante nenhum valor

LEILÕES ON-LINE E PRESENCIAIS – CADASTRE-SE!
Participação via internet c/transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Uruana, 139 – São Paulo / SP
Visitação e Relação c/fotos: www.deseulance.com Informações: (11) 5575 9555

03 PÁS CARREGADEIRAS (CAT/ LIEBHERR) – 08 EMPILHADEIRAS A GÁS (CAP. 1,45 A 2,5T) – CAMINHÃO MB 2217 – MÁQS. OPERATRIZES – EQPTS. P/ IND. VIDROS – 2T VIGAS E PERFIS – EQPTS. P/ IND. ALIMENTÍCIA/ FARMACÊUTICA – DIVERSOS.

DATA: 01/04/2026
4ª Feira - 11:00h

DATA: 09/04/2026
5ª Feira - 11:00h

03 Pás Carregadeiras (02 CAT 938H/ Liebherr L538) - Máq. CNC p/ Corte de Vidros Waterjet - Linha Aut. Completa p/Gravação de Vidros - Furadeira Aut. - Máq. p/Lavar Vidros - Plataforma Elevatória - Máq. Embalagem Stretch - 1,7T Esmalte - 400 Caixas de Ferro e Cestos - Estantes em Aço - Eletroerosão p/Penetração - Caminhão MB 2217 - Fiat Fiorino 1.3 Flex (10/11) - 03 Moto Redutores - Sistema p/Exaustão de Gases - Estabilizador 30KVA - 25 Baterias - Diversos.

08 Empilhadeiras a Gás (06 Toyota 8FGU25/ Hyster H55MX/ Hangcha CPQD25N. Capac. 1,45 a 2,5T) - 02 Empilhadeiras Elétricas Toyota 6FBRE16 - 09 Tanques (03 Inox. 5.000L/ 03 Aço Carbono. 5.000 a 40.000L/ 03 Fibra. 10.000 e 15.000L) - Centrífuga em Inox - Secador c/Fornalha - 2T Vigas e Perfis - Filtro Manga c/Rosca - Gde. Quant. Itens p/Manutenção e Reposição (Rolamentos/ Válvulas/ Rotores/ Eixos/ Revestimentos/ Amortecedores/ Filtros/ Luvas/ Buchas/ Flanges/ Chumbadores, Etc.) - Diversos.

PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR – LEILOEIRO OFICIAL – JUCESP 678

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast 'Estadão Analisa'.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h.**

Assista **AO VIVO** pelo canal do Estadão no Youtube.

Estadão Analisa com Carlos Andreazza

DE SEGUNDA A SEXTA
7h DA MANHÃ

Ou ouça depois nas principais plataformas de áudio e vídeo do Estadão.



O que falta para chegar às farmácias a versão genérica do Ozempic?



Luis Calanca com o disco '2222' de Gilberto Gil em sua loja Baratos Afins

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

C2 e C3 Música

Tesouros em vinil

Em visita a seis lojas tradicionais, o 'Estadão' descobriu quais são os discos mais valiosos à venda na cidade

GABRIEL ZORZETTO

O que faz um disco de vinil raro e caro? A precificação envolve uma série de fatores, incluindo estado de conservação, demanda entre colecionadores e valor cultural.

As cifras podem aumentar consideravelmente se o álbum teve poucas cópias prensadas, se foi uma edição promocional, se está autografado ou se carrega uma história muito especial em torno dele.

Por exemplo: a primeira edição do chamado *Álbum Branco* (1968), dos Beatles, que pertenceu ao baterista Ringo Starr, foi vendida por US\$ 790 mil. Já o projeto *Once Upon a Time in Shaolin* (2015), do grupo de hip-hop Wu-Tang Clan, se tornou o disco mais valioso do mundo, sendo comercializado a US\$ 4 milhões, por possuir apenas uma cópia física.

No Brasil, um exemplar historicamente almejado é *Paêbirú* (1975), de Zé Ramalho e Lula Côrtes, que teve quase toda a sua tiragem original de 1,3 mil cópias destruída por uma enchente do Rio Capibaribe, no Recife. *Louco por Você* (1961), estreia de Roberto Carlos – flertando com a bossa nova –, é outro que costuma atingir cifras altas.

Movido por esse interesse, o **Estadão** procurou em seis lojas tradicionais de São Paulo alguns dos LPs mais valiosos à venda no mercado.

'RIO OIR' (R\$ 6,5 MIL)
E 'TRAJETO' (R\$ 3 MIL)

Onde comprar: Patuá Discos
(R. Fidalga, 516 – Vila Madalena)

Em uma agradável casinha de tijolos na Vila Madalena está a Patuá Discos, sob comando de Paulo Sakae Tahira, DJ há 34 anos e também colecionador. A loja, fundada em 2014, tem em sua refinada curadoria a sustentação para exibir um acervo versátil.

Rio Oir (2011), do escultor Cildo Meireles, à venda por R\$ 6,5 mil, é a maior raridade disponível. O LP capta sons das principais bacias hidrográficas brasileiras e chama a atenção para questões ecológicas.

Com visual hipnótico e geométrico, os sulcos e as linhas coloridas do “bolachão” formam um padrão gráfico que remete às ondas.

“É uma verdadeira obra de arte, realmente difícil de encontrar, feita com amparo do Instituto Itaú Cultural. É um produto que também atinge o mercado de arte. O Cildo tem um apelo mundial, pessoas do mundo inteiro gostariam de ter”, conta Tahira.

Ali também é possível achar *Trajeto* (1968), disco referencial do samba-jazz do aclamado saxofonista Victor Assis Brasil, avaliado em R\$ 3 mil. A peça traz composições de The-



Música

No garimpo de LPs preciosos

— *Mais do que canções, discos carregam a história de uma época; raridades incluem Tim Maia, Gilberto Gil e Massive Attack*

Ionious Monk, Cole Porter e Gershwin, interpretadas por um conjunto talentoso que incluía Paulo Moura, Oberdan Magalhães e Claudio Roditi, entre outros.

O proprietário mostrou, ainda, outra relíquia, *Quarto de Despejo: Carolina Maria de Jesus Cantando Suas Composições*, único álbum gravado pela célebre escritora, à venda por R\$ 2 mil.

'THE STOOGES' (R\$ 1,1 MIL)
E 'DISRAELI GEARS' (R\$ 800)

Onde comprar: London Calling, na Galeria do Rock (Av. São João, 439 – República)

Situada no segundo piso da

Galeria do Rock, com uma janela que dá vista para a Avenida São João e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a London Calling celebra 40 anos levando a “música para as massas”, uma intenção que o dono Walter Thiago sempre procurou ter como norte.

“Muita gente acha que aqui só vendemos punk, por causa do nosso nome ser inspirado num disco do The Clash. Mas a verdade é que temos todo tipo de música: reggae, hip-hop, soul, ska. Não tenho preconceito”, diz Walter. “Além disso, temos a tradição de promover pocket shows e sessões de autógrafos, sempre

de forma gratuita.”

O vinil domina o espaço, mas há também CDs, DVDs e livros. Nas paredes, fotos de celebridades do mundo da música despertam a curiosidade do público. A loja já foi visitada por muitos artistas internacionais, como os músicos de bandas como Ramones, Kiss, Sex Pistols e, mais recentemente, o rapper Machine Gun Kelly.

Dois LPs essenciais do rock encabeçam a lista dos mais caros. O primeiro deles é a edição original americana do The Stooges (1966), marco zero do punk concebido pela banda que apresentou Iggy Pop ao mundo e eternizou temas co-

mo *No Fun* e *I Wanna Be Your Dog*. O disco custa R\$ 1,1 mil.

“Em sites internacionais, podem vendê-lo por até R\$ 3 mil. Mas, para os nossos padrões, o pessoal não consegue pagar isso. Então, está com um bom preço”, reconhece Walter.

O igualmente revolucionário *Disraeli Gears* (1967), do Cream – supergrupo abrilhantado por Eric Clapton, Ginger Baker e Jack Bruce –, é comercializado a R\$ 800.

“Não é qualquer *Disraeli Gears*, porque, no caso deste, foram fabricadas cem cópias no Brasil, feitas só para execução nas rádios; não era para vender. Era um disco pro- ➔



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Na London Calling, Walter Thiago com o vinil da banda The Stooges



Paulo Sakaeta Hira, da Patuá Discos

☞ mocional para testar o álbum. É um item genuíno de colecionadores”, diz o vendedor.

‘YOYI’ (R\$ 2,8 MIL) E ‘TRINDADE’ (R\$ 2,6 MIL)
Onde comprar: Vinil Records (R. Cesário Alvim, 623 – Belenzinho)
Nos fundos de um edifício industrial na região da Mooca, a Vinil Records abriga seu acervo com mais de 100 mil discos de maneira meticulosa. O espaço é conjugado com a empresa de tecidos Kite, cujo sócio é o mesmo: Tarciso Konstantyner, um homem que, após ganhar uma vitrola de presente de sua mulher, virou ávido colecionador e empreendedor do mercado de LPs.
O foco da Vinil Records, cujo rol de clientes inclui a Globo

e o Hotel Rosewood, está no website, responsável por apresentar o enorme catálogo. A visita à loja física é possível apenas com agendamento prévio. Além do atendimento atencioso, outro trunfo é o trabalho de restauração de capas deterioradas.
“O disco de vinil virou um investimento, é um ativo que se valoriza ao longo do tempo”, afirma Konstantyner. “Muitos colecionadores nem mesmo têm uma vitrola.”
Raridade inigualável do acervo de Tarciso, *Let Me Sing My Rock’n’Roll* (1985), de Raul Seixas, lançado pelo fã-clube oficial (Raul Rock Club) do Maluco Beleza, avaliado em R\$ 5 mil, não está à venda.
No entanto, entre as precio-

sidades disponíveis para compra aparece a joia cubana *Yoyi* (1977), lapidada no auge da psicodelia pelo grupo Los Yoyi, por R\$ 2,8 mil, e o LP duplo *Trindade* (1978, autografado) – que traz lendas da música instrumental brasileira como Wagner Tiso, Hermeto Pascoal e Egberto Gismonti –, vendido a R\$ 2,6 mil.
“*Yoyi* ficou anos praticamente escondido fora de Cuba e tê-lo aqui é valorizar a música latina. *Trindade*, por sua vez, é um verdadeiro pedaço de história da nossa cultura.”

‘SINGLES 90/98’ (R\$ 2,5 MIL) E ‘TIM MAIA RACIONAL, VOL. 2’ (R\$ 1,2 MIL)
Onde comprar: Disconcert Record Shop (R. Vanderlei, 398 – Perdizes)

Com 36 anos de história, a Disconcert Record Shop carrega um charme de sebo e se destaca pelas atraentes promoções e as feiras itinerantes pelo interior do Estado.
A loja é gerida por dois sócios: o veterano Paulo Assad e o jovem Pedro Magalia, que frequenta o local desde criança, tendo comprado ali o seu primeiro CD.

Entre as pilhas cuidadosamente organizadas, destacam-se dois itens: o box importado *Singles 90/98* (1998), do grupo inglês de trip-hop Massive Attack, no valor de R\$ 2,5 mil, e *Tim Maia Racional, Vol. 2* (1975), de Tim Maia, disponível por R\$ 1,2 mil.

“A coleção do Massive Attack é única porque reúne 63 faixas distribuídas em 11 discos. São versões inéditas, alternativas, remixadas. É uma edição numerada, no caso desta, trata-se da 4.669 de 5 mil que foram feitas”, apontam Magalia e o colega DJ Eduardo Tavares, ambos exibindo um enorme pôster incluso no pacote.

Já o álbum de Tim Maia é da fase em que o cantor carioca se envolveu com a Cultura Racional – seita mística baseada no livro *Universo em Desencanto*, de Manuel Jacinto Coelho. Ele abandonou drogas e álcool e gravou três volumes da série *Tim Maia Racional* de maneira independente. Contudo, após se desiludir com o movimento, Maia tentou apagar os discos da memória popular, desencorajando relançamentos e recolhendo cópias das lojas para destruí-las. Mais detalhes desse período estão no livro *Vale Tudo: O Som e a Fúria de Tim Maia*, de Nelson Motta.

“É um disco muito raro. Quem o tem o comprou antes de ele ser recolhido. O álbum é também um testemunho do talento de Tim Maia, talvez o maior artista brasileiro de todos os tempos”, diz Magalia.

‘DIANA’ (R\$ 3,4 MIL) E ‘SYNCO JAZZ LIVE’ (R\$ 1,5 MIL)
Onde comprar: Casarão do Vinil (R. dos Trilhos, 1.212 – Alto da Mooca)
Maior loja de discos da América Latina, o Casarão do



“Não é qualquer ‘Disraeli Gears’, porque, no caso deste, foram fabricadas com cópias no Brasil, feitas só para execução nas rádios; não era para vender. Era um disco promocional para testar o álbum. É um item genuíno de colecionadores”

Walter Thiago
Dono da London Calling

Vinil é reduto tradicional de garimpeiros do som. Seu espaço de dois andares, ao mesmo tempo caótico e fascinante, foi idealizado pelo engenheiro Manoel Jorge Dias, o ‘Manezinho da Implosão’, que derrubou dezenas de pontes e prédios pelo País, incluindo o do presídio do Carandiru.

A ideia nasceu após uma experiência malsucedida no comércio de roupas femininas, quando as vestimentas passaram a ser trocadas por discos em um sistema de escambo, prática que acabou dando origem ao projeto.

Após realizar feirões anuais, o Casarão conquistou um ponto físico em 2014 e, atualmente, reúne um acervo com mais de 1 milhão de discos. Além disso, promove campanhas solidárias que incentivam a doação de sangue, alimentos e agasalhos. Há planos para inauguração de um novo estabelecimento na região da Bela Vista.

Dias informa que usa o Discons, website e banco de dados sobre discos, como aliado para fechar negócios. Muitos clientes são gringos, conhecedores da música brasileira, que compram diretamente pela plataforma.

Os estrangeiros se interessam por peças raras como *Diana* (1976), LP autointitulado da cantora associada à Jovem Guarda, custando R\$ 3,4 mil, ou por registros de jazz, como *Synco Jazz Live* (1982), na faixa de R\$ 1,5 mil, do grupo instrumental brasileiro Synco Jazz, formado pelos músicos Lilu Aguiar, Peter Wooley e Ronny Machado, entre outros.

“O jazz tem essa mística de ser a origem de tudo. Muitos roqueiros, inclusive, se interessam pelo gênero”, explica. “Já a Diana tinha muito swing, um apelo sonoro mundial.”

‘TEM QUE ACONTECER’ (R\$ 3 MIL) E ‘EXPRESSO 2222’ (R\$ 2.222)

Onde comprar: Baratos Afins, na Galeria do Rock (Av. São João, 439 – República)

“Sou um traficante de drogas musicais.” É assim que o bem-humorado Luiz Calanca se define. Há 48 anos à frente da loja mais longeva da Galeria do Rock, a Baratos Afins, o veterano já passou por tudo nesse ramo, desde a ampliação do armazém – hoje com nove salas para abrigar o acervo –, passando pela recuperação após incêndios e, no meio disso tudo, recebendo a visita de famosos como Marcelo D2, Erasmo Carlos e Chrissie Hynde.

A Baratos expandiu seu ramo de atividades em 1982, quando foi responsável pelo lançamento do álbum *Singin’ Alone*, de Arnaldo Baptista (ex-integrante dos Mutantes), e logo se tornou uma das gravadoras mais importantes da cena indie brasileira, tendo produzido obras de nomes como Rita Lee e Tom Zé.

Para Calanca, o disco valioso é aquele que sempre tem grande procura e rotatividade, como *Alucinação* (1976), de Belchior, e *Clube da Esquina* (1972), de Milton Nascimento e Lô Borges. São exemplares que não atingem valores exorbitantes, mas nem por isso são baratos, e “vendem como água”.

“Veja só: eu tenho um disco solo do Brian Jones (guitarrista fundador dos Rolling Stones, morto em 1969), *Presents the Pipes of Pan at Joujouka* (1971), que é considerado raro. É um trabalho meio tribal, gravado na África. Comprei o LP há muitos anos por uns R\$ 600, mas está parado até hoje. Não vende, ninguém sabe que existe (*risos*)”, reclama o comerciante.

É por isso que entre os itens mais custosos do recinto estão dois trabalhos bem conhecidos da MPB. O vibrante *Expresso 2222* (1972), de Gilberto Gil, pode ser adquirido por R\$ 2.222 – um valor à altura do título.

“Além de ser musicalmente lindo, tem uma capa maravilhosa que só artistas do nível do Gil poderiam exigir naquela época”, conta, destacando o inovador formato pop-up e circular da embalagem, que traz uma foto do pequeno Pedro Gil, filho do cantor e compositor baiano.

Com preço superior, de R\$ 3 mil, Calanca tira do baú *Tem Que Acontecer* (1976), imersão sambista de Sergio Sampaio, famoso pela canção *Eu Quero É Botar Meu Bloco na Rua* e tido como um dos “malditos da MPB” ao lado de expoentes como Jards Macalé e Walter Franco.

O lojista explica que o trabalho teve uma tiragem reduzida e que muitos exemplares da reedição do LP “desapareceram”. Além disso, a versão original apresenta um erro de fabricação: foram colados dois rótulos idênticos, um em cada face do acetato. ●



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

No íntimo do coração

Data estelar: Sol e Saturno em conjunção

Serás aquilo que no íntimo de teu coração tu és, ou não serás ninguém! Apesar de ser uma advertência terrível, essa afirmação é a motivação essencial que todos precisamos para evitar perder tempo dando cabeçadas e sofrendo como resultado de tentar ser quem nós não somos. Aí tu podes exclamar, como sermos quem somos se não nos conhecemos? Primeiro, então,

vamos nos autoconhecer! E eu te respondo, nobre aspiração a tua, mas quanto tempo vais levar para te autoconhecer? No íntimo do coração nos conhecemos muito bem, não precisamos de métodos para isso, é só sermos sinceros conosco, e nessa sinceridade aceitar que, para existir numa civilização, na maior parte do tempo nós não somos quem somos, nós somos o que nos ensinaram a ser, mas os personagens não duram, o que perdura é quem somos no íntimo do coração. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Nono se nasce neste signo para seguir corrente nenhuma, mas para, com os próprios passos e atitudes, criar a corrente que, com certeza, outras pessoas seguirão. Por isso, tome a iniciativa que você tem em mente.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

O fator humano sempre complica, mas sem esse ingrediente se perde a riqueza que está envolvida na complexidade dos relacionamentos humanos. Nesta parte do caminho é imprescindível escolher direito as pessoas.

LEÃO 22-7 a 22-8

Livrar-se das pessoas que durante bastante tempo pesaram em sua alma é um objetivo que está muito perto de ser realizado, e é por isso mesmo que o momento atual requer toda sua atenção e empenho para ser finalizado.

LIBRA 23-9 a 22-10

Para você selecionar direito as pessoas que precisa aproximar e convencer a se unir aos seus planos, será necessário muito discernimento, porque elas estão misturadas com outras, que só querem derrubar você. Melhor não.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Coloque em prática rapidamente aquilo que tenha sido combinado, porque esse será o melhor teste possível para comprovar se as promessas que as pessoas fazem são factíveis ou se são fumaça que desaparece.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Você já sabe, as pessoas se vendem muito bem, mas depois não entregam nada, ou quase nada, do que prometem. Melhor você usar sua inteligência para não cair nesse tipo de armadilha novamente. É cansativo.

TOURO 21-4 a 20-5

Ainda que você não tenha domínio sobre o que acontece, isso não significa que esteja indo tudo mal, porque a Vida sabe mais que você e conduz as coisas de um jeito insólito, mas para o bem de todos. Confie e em frente.

CÂNCER 21-6 a 21-7

A atividade fará com que o temor dos riscos envolvidos seja menor, já que você verá, sobre a marcha dos acontecimentos, que grande parte do temor se baseia em ilusões e falsas previsões sobre o futuro. É assim.

VIRGEM 23-8 a 22-9

A complexidade de tudo que está envolvido não há de atemorizar você, mas servir de motivação para continuar em frente, fazendo tudo que estiver ao seu alcance e, assim, comprovar na prática o quanto tudo dá certo.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Dessa vez, será desnecessário ocorrerem cataclismos destrutivos para sua alma compreender que ingressou num período novo de existência. Dessa vez, as coisas se acomodarão como se sempre tivessem estado aí.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

O fim de um longo período de sua vida coincide com o início de outro, muito diferente e, ao que tudo indica, muito melhor também. Procure se movimentar com liberdade, expressando seus sentimentos. Aproveite.

PEIXES 20-2 a 20-3

Tudo se dá de uma maneira muito diferente de como você tinha imaginado, mas é o momento de você depositar um voto de confiança absoluto sobre o proceder misterioso da vida, que tudo ordena e faz progredir.

Gerson Brenner 1959 - 2026

Assalto interrompeu a carreira do ator nos anos 1990

OBITUÁRIO



TV GLOBO - 1998

O ator Gerson Brenner morreu na segunda-feira, 23, aos 66 anos. Conhecido por trabalhos em novelas da TV Globo nos anos 1990, ele estava internado no Hospital São Luiz, em São Paulo, desde o dia 16 com quadro de sepse e morreu em decorrência de falência múltipla dos órgãos, segundo a TV Globo. Brenner ganhou projeção ao integrar o elenco de produções como *Rainha da Sucata* (atualmente reprisada no *Vale a Pena Ver de Novo*) e *Corpo Dourado*, sua última novela. Sua trajetória foi interrompida em 1998, após ser baleado na cabeça em um assalto na Rodovia Ayrton Senna, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Na ocasião, ele seguia para uma gravação. O projétil atravessou o lado esquerdo do cérebro, causando perda de massa encefálica e comprometendo funções como fala e locomoção. Ele tinha 38 anos. Em entrevista ao jornal *Extra* no fim do ano passado, Marta, mulher do ator, comentou a reação de Brenner à exibição da novela. Segundo ela, Brenner demonstrava entusiasmo ao assistir às chamadas de *Rainha da Sucata*, que começaria a ser reprisada. Na trama, ele era Gerson, um dos filhos da dona Armênia (Aracy Balabanian). “Assistir a uma novela de que participou vai fazer um bem enorme a ele.” Ovelório será hoje no Cemitério Quarta Parada, na zona leste de São Paulo, e seguirá para o Crematório da Vila Alpina. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



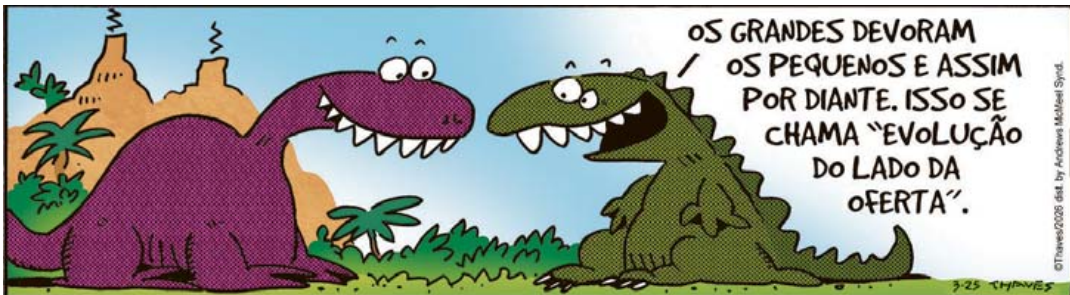
Turma da Mônica Maurício de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO

“O único valor revolucionário é a bondade” José Saramago

ASSINE AGORA!
www.consumetel.com.br



— *Patente caiu, mas a Anvisa ainda tem de aprovar remédios similares*

O que falta para surgir o Ozempic genérico?

ISABELA MOYA

A patente da semaglutida (comercializada sob os nomes de Ozempic e Wegovy pela Novo Nordisk) expirou no Brasil no último dia 20. Desde o dia 21, em teoria, seria possível que outras farmacêuticas também vendessem medicamentos com esse mesmo princípio ativo. Estimativas do banco BTG Pactual preveem que os análogos de GLP-1 similares devem ter um desconto médio de 40% em relação ao medicamento de referência.

Contudo, antes de ir para as farmácias, esses remédios produzidos por outras empresas precisam ser aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para garantir que a segurança, eficácia e qualidade dos similares seja a mesma do medicamento original – o que ainda não aconteceu no caso da semaglutida.

Os processos de aprovação atualmente em análise tiveram início no segundo semestre de 2025, após a Anvisa publicar o edital que priorizou a avaliação de produtos análogos do GLP-1 (categoria à qual pertence a semaglutida) devido ao risco de falta do produto no mercado e à necessidade de medicamentos para diabetes e obesidade no cenário de saúde brasileiro.

No edital, foi estabelecido que seriam analisados até seis pedidos (três de medicamentos sintéticos e três de biológicos – entenda as diferenças adiante) por semestre, para que a capacidade de análise de outros tipos de remédios (todos passam pela Anvisa) não



Impacto no custo
Estimativas preveem que os análogos de GLP-1 similares devem ter desconto médio de 40% em relação ao medicamento de referência

fosse prejudicada.

O primeiro pedido de registro em avaliação entrou na Anvisa no final de 2023, mas a maior parte das solicitações chegou somente no ano passado.

Existem, hoje, 17 pedidos de produção e venda de canetas de semaglutida aguardando o aval da Anvisa. Desses, oito já estão em análise – sete de origem sintética e um de origem biológica –, enquanto outros nove aguardam o início da avaliação pelas áreas técnicas da agência sanitária.

A situação está assim:

- Dois pedidos de registro de semaglutida sintética aguardam apresentação de dados da empresa para que a análise possa seguir em frente, com prazo até o final do mês de junho.

- Na área de biológicos, um produto está em análise e outro aguarda início de avaliação.

- Os demais pedidos em avaliação devem ter uma posição (aprovação, reprovação ou apresentação de exigência técnica) da Anvisa até o final de abril.

A agência lembra ainda que a necessidade de informações complementares para a análise é comum no caso de produtos de tecnologias complexas.

Entre os processos mais adiantados estão os das farmacêuticas EMS e Ávita, cujos medicamentos são sintéticos, e da Cristália (a mesma que estuda a polilaminina), cujo remédio é biológico. Os três estão “em exigência técnica”, isto é, aguardando mais informações e estudos das empresas para que a análise prossiga.

À BBC News Brasil, a EMS afirmou que suas canetas ainda não estão em produção, e que isso só ocorrerá após o registro na Anvisa. A farmacêutica informou que apenas considera antecipar a compra de matéria-prima. Na melhor das previsões, disse a empresa, a caneta da farmacêutica brasileira chegará às prateleiras três meses após a autorização da agência sanitária (o que provavelmente será no início do segundo semestre deste ano).

No entanto, o lançamento pode atrasar “caso surjam intercorrências, principalmente ligadas à importação de insumos e à distribuição para as farmácias”, segundo informou a EMS à BBC Brasil.

Por isso, enquanto canetas similares não chegam às farmácias, o preço do tratamento para obesidade e diabetes não deve sofrer grandes alterações.

Vale lembrar que a Novo Nordisk, que descobriu e desen-



Há 17 pedidos de produção e venda de canetas de semaglutida esperando o aval da Anvisa

LANA PIETUKHOVA/ADOBE STOCK



➔ voltou a semaglutida, reduziu o preço da versão oral (em comprimido) no início deste mês e também lançou uma campanha promocional em que oferece uma caneta gratuita da dose inicial de 0,25 mg do Wegovy a quem compra outra unidade.

Para a endocrinologista Elaine Dias, “o momento é relevante porque pode abrir caminho para maior democratização do tratamento no País, especialmente em um contexto de avanço da obesidade e aumento das doenças associadas”. No Brasil, quase dois em cada três adultos estão com sobrepeso ou obesidade.

O fim da patente do Ozempic deve ser visto como uma oportunidade de ampliar o debate sobre acessibilidade, inclusive no sistema público, mas sem perder de vista a necessidade de uso responsável, afirma a médica. “Democratizar não significa banalizar. O acesso é uma boa notícia, mas esses medicamentos precisam de indicação correta, avaliação clínica individualizada e acompanhamento médico. Não são soluções mágicas e não devem ser usados de forma indiscriminada”, reforça.

CANETAS PARA OBESIDADE SÃO DESAFIO TÉCNICO PARA ANVISA. O Ozempic e o Wegovy, únicos medicamentos de semaglutida registrados atualmente no País, são produtos biológicos. Já os pedidos de registro em avaliação são de dois tipos: biossimilar, quando é obtido por via biológica, ou sintéticos, quando são obtidos por síntese química (estes últimos são chamados de análogos sintéticos de peptídeos biológicos).

No caso de medicamentos biológicos, como a semaglutida, não existe a opção de registro como genéricos, por isso o produto deve se enquadrar em uma das duas categorias citadas acima. Esses produtos podem ser avaliados a partir de diversos ensaios de comparação com o produto biológico, mas não levam o nome de genéricos nem similares – são chamados de análogos sintéticos de produtos biológicos.

Entre os pontos que merecem atenção técnica, informa a agência brasileira, estão os ensaios de impurezas, a formação de agregados, a garantia de esterilidade e a imunogenicidade. “A avaliação busca garantir, por exemplo, que o medicamento não provoque reações imunes indesejadas, como a criação de anticorpos antifármaco, que podem levar à ineficácia de qualquer semaglutida para o paciente, ou mesmo reações de imunidade mais graves”, explica.

Para esse tipo de análise, a Anvisa costuma usar como referência guias de outras agências, como a Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos, e a Agência Euro-

peia de Medicamentos (EMA). Mas, no caso da semaglutida, ainda não há definição global para avaliação dos medicamentos.

“A avaliação dos análogos sintéticos de semaglutida tem sido tratada com um desafio técnico para as agências reguladoras em todo o mundo. Até o momento nenhuma das principais agências de medicamentos do mundo, como as do Japão, Europa e EUA, registrou análogos sintéticos da semaglutida”, afirma a Anvisa.

BIOLÓGICOS X SINTÉTICOS. Produtos biológicos são elaborados a partir de moléculas complexas obtidas a partir de fluidos biológicos, tecidos de origem animal ou ainda procedimentos biotecnológicos por meio de manipulação ou inserção de outro material genético (DNA recombinante) ou al-

“Democratizar não significa banalizar. O acesso é uma boa notícia, mas esses medicamentos precisam de indicação correta”

Elaine Dias
Endocrinologista

“Até o momento, nenhuma das principais agências de medicamentos do mundo registrou análogos sintéticos da semaglutida”

Anvisa

teração dos genes. Nesta categoria, estão inclusos os soros hiperimunes, as vacinas, os hemoderivados e anticorpos monoclonais e as canetas de GLP-1 feitas por processo biológico, como é o caso da semaglutida.

Medicamentos biológicos costumam ser aplicados por via injetável (endovenosa ou subcutânea) para garantir a integridade estrutural e funcional das substâncias, mas também é possível o uso da forma oral. Já os sintéticos são feitos por síntese química, o que resulta em moléculas pequenas e estáveis que podem ser reproduzidas de forma idêntica. São comumente utilizados por diversas vias, como oral, injetável, inalatória e oftálmica.

Os análogos sintéticos de biológicos são obtidos de forma sintética, mas reproduzem a estrutura de um produto biológico. Estes produtos são considerados de alta complexidade, pois possuem características tanto de produtos sintéticos como de biológicos. ●

Índia se prepara para lançar versões de baixo custo

ZYDUSLIFE.COM



A caneta genérica da indiana Zydus Lifesciences já foi anunciada

A Índia se prepara para lançar versões genéricas de baixo custo de remédios como o Ozempic, diante da queda, no último dia 20, da patente que protege este conhecido medicamento para obesidade. A ampla disponibilidade desses genéricos pode abrir caminho para uma avalanche de medicamentos para perda de peso, com efeitos revolucionários na luta global contra a obesidade.

O lançamento de genéricos expandirá drasticamente o acesso a tratamentos considerados um luxo, especialmente em países de renda média, onde a crescente demanda se choca com os preços muito altos. Em clínicas por toda Mumbai, médicos dizem que já se preparam para um aumento no número de pacientes.

O consultório do endocrinologista Nadeem Rais recebe mais de 50 pessoas toda semana em busca de injeções para emagrecer. “No momento, temos entre 70 e 80 pacientes em tratamento ativo”, diz ele à AFP, acrescentando que “quando os genéricos forem lançados e os preços caírem, esse número poderia facilmente chegar a 200”.

Esse novo cenário é consequência da expiração, na Índia, das patentes da semaglutida. Até o final de 2026, as principais patentes do medicamento terão expirado em 10 países que representam 48% da carga global da obesidade, segundo estudo publicado no início deste mês. Os países incluem Brasil, China, África do Sul, Turquia e Canadá, diz o estudo.

LANÇAMENTOS IMINENTES. Para as gigantes farmacêuticas indianas, a situação marca o início de uma nova e agressiva corrida. Pelo menos quatro grandes empresas já prepararam injeções genéricas de semaglutida, segundo pedidos

de registro e documentos de conformidade analisados pela AFP. Algumas, como a Zydus Lifesciences, já anunciaram lançamentos.

Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) indique que a Índia responde por um terço da desnutrição global, o aumento da renda e o estilo de vida urbano levaram a uma alta nas taxas de obesidade.

Até o final do ano Principais patentes terão expirado em 10 países que representam 48% da carga global da obesidade

Dados oficiais publicados em março de 2025 mostram que 24% das mulheres e 23% dos homens na Índia estão com sobrepeso ou obesos. “Aqui, assim que uma pessoa começa a ganhar dinheiro, se torna mais sedentária”, afirma o cirurgião bariátrico Sanjay Borude.

O Mounjaro, da Eli Lilly, tornou-se o medicamento mais vendido do país em valor no ano passado, superando até mesmo os antibióticos mais comuns. De 15.000 a 22.000 rúpias por mês (cerca de R\$ 846 a R\$ 1.240), o genérico agora pode chegar a 5.000 rúpias (R\$ 315) mensais.

IMPACTO PROFUNDO. A Índia fornece mais da metade dos medicamentos genéricos da África, e uma semaglutida mais barata poderia ser um salva-vidas para países onde a obesidade cresce rapidamente. No entanto, Simon Barquera, presidente da Federação Mundial da Obesidade, afirmou à AFP que esse medicamento sozinho “não reverterá o aumento global da obesidade, porque é uma doença crônica e complexa”. ●

Cinema Animação

Longa reconstrói com afeto brincadeiras de pai com a filha



FILMES DA MOSTRA

Lógica do filme pertence ao mundo dos sonhos e nele Maya vive aventuras que transitam por gêneros como catástrofe, aventura e fantasia

Em ‘Maya, me Dê um Título’, o diretor Michel Gondry revê 6 anos de vivências e aprendizados com a garotinha

MATHEUS MANS

Toda noite, antes de dormir, o cineasta francês Michel Gondry ligava para a filha Maya. Pai e filha vivem em países diferentes, e a distância exigia criatividade para se fazer presente. Foi então que o diretor – o mesmo de *Brilho Eterno de uma Mente Sem Lembraças* e *Rebobine, Por Favor* e *Sonhando Acordado* – inventou um jogo: toda noite, pedia à garota que lhe desse um título. Um título para um filme. E Maya respondia.

A primeira vez que a mãe de Maya a filmou com a câmera do celular para registrar o momento, a garota tinha 3 anos. Ela olhou para a câmera e disse, com toda a naturalidade do mundo: “Maya e o Terremoto”. Gondry ficou encantado. “Decidimos continuar com os mesmos conceitos ao longo do tempo”, conta ele ao **Estadão**. E continuaram assim durante seis anos.

Desses títulos nasceram vá-

rios curtas animados. Dos curtas animados nasceu um longa. E agora, *Maya, me Dê um Título* pode ser visto nos cinemas brasileiros.

A animação de Gondry é imediatamente reconhecível: feita à mão, com recortes de papel, texturas imperfeitas e uma lógica que pertence ao mundo dos sonhos. Maya vive aventuras que transitam por diferentes gêneros cinematográficos – tem catástrofe, aventura, fantasia – e todas elas são atravessadas pelo humor e por uma leveza que só aparece quando a pessoa que está contando a história acredita verdadeiramente naquilo que está fazendo.

ARTESANAL. E o diretor acredita. Quando indagado se a escolha pela técnica artesanal era uma declaração política contra a padronização visual da animação contemporânea – o mundo dos CGIs polidos e das superfícies perfeitas –, Gondry foi direto. “É uma ferramenta a que tenho acesso e que utilizo”, diz. Sem manifesto. Sem postura. Só o prazer do fazer.

Mas há algo mais profundo nessa escolha, mesmo que o cineasta não a verbalize assim. Existe uma coerência entre a forma e o conteúdo: um filme sobre uma brincadeira

íntima entre pai e filha, construído com as mãos, quadro a quadro, como quem dobra um papel de carta antes de colocar no envelope.

Uma das perguntas que *Maya, me Dê um Título* naturalmente provoca é: como se anima alguém que existe de verdade? Como transformar uma criança real em uma personagem sem trair nenhuma das duas?

Gondry tem uma resposta que diz muito sobre como ele pensa o cinema. “Quando você faz um longa-metragem live-action, você tem o roteiro com o personagem descrito. Você não quer que o ator siga o roteiro ao pé da letra, por-

“Acho que ela (que tem 9 anos) vai ver o filme de novo quando for mais velha, mostrar para os amigos. Então ele vai continuar existindo”

“Você cria o personagem ao mesmo tempo que a história. Felizmente, eu tenho a Maya, sei como ela é, sua personalidade. Assim, criei a história ao redor dela”

que isso vai soar forçado. Mas também não quer mudar demais o roteiro para se ajustar à personalidade do ator. Então, eles precisam se encontrar no meio do caminho”, explica.

Na animação, esse problema não existe. “Você cria o personagem ao mesmo tempo que cria a história. Felizmente, eu tenho a Maya, e eu sei como ela é, sua personalidade. Assim, criei a história ao redor dela”, conta.

Curiosamente, o diretor recusa a ideia de que estava “traduzindo” o pensamento de uma criança. “Não vejo minha filha como uma criança quando animo ou crio uma história. Faço esses filmes exatamente como se fossem para mim”, diz. “Geralmente, captam muito mais do que você imagina. O que sobra é um ótimo assunto para conversa.”

É uma observação simples, mas que subverte algo de que o cinema infantil frequentemente esquece: crianças não devem ser subestimadas.

Por muito tempo, esses curtas existiram apenas para um pequeno círculo – Maya, sua mãe, os avós, amigos próximos. A ideia de transformar tudo isso num filme veio tarde. “Ao fim de tudo, depois do último curta, percebi que a conexão que Maya e eu vivencia-

mos tinha algo de universal, mesmo que os pais não passem meses trabalhando nisso”, conta Gondry.

Há algo de pudor nessa confissão – a ideia de que o filme não nasceu de uma ambição, mas de um reconhecimento tardio de que aquilo que havia sido feito por amor poderia também ser compartilhado. “Quando faço algo, fico feliz se qualquer pessoa puder vê-lo”, diz ele. “Chega até a Maya, aos avós dela, à mãe dela, aos meus amigos, ao público.”

GENEROSIDADE. Esse senso de generosidade atravessa o filme inteiro. Não é um filme sobre um pai famoso e sua filha. É um filme sobre a persistência do afeto diante da distância e sobre como a imaginação pode ser uma forma de presença.

Maya tem 9 anos hoje. Gondry conta que ela não quer mais os filmes – chegou a uma idade em que essa brincadeira pertence ao passado. “A página virou”, ele diz, com tranquilidade. “Foi um período da vida dela, dos 3 aos 9 anos.”

Mas ele não parece triste com isso. “Acho que ela vai assistir de novo quando for mais velha, mostrar para os amigos”, arrisca. “Então ele vai continuar existindo”, diz. ●

Outros filmes em cartaz

● **Casamento Sangrento: A Viúva**

Após sobreviver ao encontro mortal com a família Le Domas, Grace (Samara Weaving) acredita ter encontrado o sossego, mas é surpreendida com uma nova etapa do jogo macabro orquestrado por famílias tradicionais e poderosas dos EUA. Direção: Matt Bettinelli-Olpin e Tyler Gillett.

● **A Mensageira**

Anika (Anika Bootz) tem o dom de escutar e traduzir tudo o que animais gostariam de expressar – habilidade passada de geração a geração. Por essa razão, ela passa a ser explorada por seus tutores. Direção: Iván Fund.

● **Enzo**

Enzo (Eloy Pohn), de 16 anos, rompe com as expectativas de sua família burguesa ao escolher ser aprendiz de pedreiro, um caminho muito distante da vida que haviam imaginado para ele. Direção: Robin Campillo.

● **Viagem Gelada: O Resgate do Urso-Polar**

Depois de escapar de um circo itinerante, um trio de pinguins e um filhote de urso-polar aparecem em uma fazenda. Direção: Gabriel Riva Palacio Alatríste e Rodolfo Riva-Palacio Alatríste.

Avaliação

GAC GS3 é competitivo no preço, mas ruído incomoda

SUV, que chega para concorrer na faixa do Renegade, é espaçoso e tem motor potente, mas falha em isolamento acústico, porta-malas e dinâmica

VINICIUS MONTOIA

O GAC GS3 finalmente mostra as cartas na manga. O primeiro modelo da marca chinesa montado em Catalão (GO) chega por R\$ 139.990 na versão de entrada, Premium, e R\$ 159.990 na topo de linha, Elite. É um preço competitivo em relação aos principais concorrentes, como Jeep Renegade, Hyundai Creta e Volkswagen T-Cross.

Pelo preço, praticamente não há oponente à altura em termos de potência. O SUV chinês tem motor 1,5 turbo de 170 cv. A exceção é o Renegade, que oferece motor de 176 cv desde a configuração Sport de entrada, que custa R\$ 120 mil. Mas com uma ressalva: o novo



GAC/DIVULGAÇÃO

1

Renegade será apresentado nesta semana e não contará mais com a versão Sport, por conta da chegada do Avenger, o



2



3

- 1. SUV ostenta visual esportivo e boa altura do chão
- 2. Tela de 14,6" é o destaque no painel
- 3. Só a versão mais cara tem tampa traseira elétrica

novo SUV de entrada da marca.

Há bastante espaço para dois adultos no banco traseiro. Só não cabem três pessoas confortavelmente por não haver espaço suficiente para os ombros. O modelo tem apenas uma porta USB para celular e a saída de ar oferece apenas uma opção de direcionamento.

O porta-malas acomoda apenas 341 litros, o que o coloca entre os menores da categoria, superando apenas o Renegade (320 l). Somente a versão topo de linha vem com acionamento elétrico da tampa do bagageiro.

Na frente, os bancos são confortáveis, mas só o do motorista dispõe de ajustes elétricos e refrigeração. A central multimídia tem 14,6", e vem com conexão Android Auto e Apple CarPlay. O painel de instrumentos tem 7", e parece maior porque é ladeado por dois outros mostradores digitais, de aspecto ultrapassado.

O desempenho não empolga tanto. A marca declara aceleração de 0 a 100 km/h em 8,1 segundos. Apesar do teste curto, dá para perceber que ficaria complicado fazer ultrapassagens com cinco adultos e porta-malas cheio. Há um claro atraso entre o ato de pisar no acelerador e a resposta do motor.

O sistema de suspensão é excessivamente macio, o que se nota na inclinação da carroceria em situações de mudança de direção rápida. E o isolamento acústico deixa a desejar. O ruído tanto do motor quanto do trânsito ao redor invade a cabine facilmente.

CONCLUSÃO. O carro tem ótimo espaço, bom acabamento, central multimídia que enche os olhos e motor potente. Entretanto, a dinâmica precisa de ajustes, o painel de instrumentos é obsoleto, o porta-malas é um dos menores do segmento e o isolamento acústico não cumpre sua função. ●

Ficha técnica

GAC GS3 Premium

Preço	R\$ 139.990
Motor	1.5 turbo, gasolina
Potência (cv)	170
Torque (kgfm)	25,5
Câmbio	Autom., 7 marchas
Comprimento (m)	4,41
Entre-eixos (m)	2,65
Porta-malas (l)	341
0 a 100 km/h (s)	8,1

FONTE: GAC

Prós & contras

Espaço
SUV garante boa acomodação para 4 pessoas e também agrada pelo acabamento.

Acústica
Barulho do motor incomoda em alta rotação e SUV se inclina muito em mudança de direção.

LEXUS | COLLECTION | JK

A MARCA DE LUXO COM O MENOR CUSTO DE MANUTENÇÃO E 10 ANOS DE GARANTIA.

CHEGOU A MAIS NOVA CONCESSIONÁRIA LEXUS DA AMÉRICA LATINA.



RX 450h PLUG-IN e RX 500h F-SPORT HÍBRIDO 2026



REVISÃO

10.000 km	20.000 km	30.000 km	40.000 km	50.000 km
R\$ 1.046,10	R\$ 1.383,00	R\$ 1.325,00	R\$ 1.860,00	R\$ 1.215,00

AV. PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, 1444
A UMA QUADRA DA AV. FARIA LIMA - SÃO PAULO

Valor de revisão válido para o pacote da linha RX na data de hoje. Preço sujeito a alteração. Promoção até 25/03/2026

DESACELERE, SEU BEM MAIOR É A VIDA



11 3708-4000
RECEBA UM ATENDIMENTO
PERSONALIZADO PELO WHATSAPP



Mercado

Novo Toyota RAV4 chega em abril e roda até 150 km sem consumir gasolina

SUV híbrido estreia em duas versões e deve trazer sistema plug-in para enfrentar BYD Song Plus e GWM Haval H6

A Toyota confirmou para o mês que vem a chegada ao Brasil do novo RAV4. A sexta geração do SUV híbrido estreia em duas versões, S e SX. Os preços ainda não foram divulgados. Apresentado em meados do ano passado no exterior, o modelo traz visual renovado e uma gama totalmente híbrida. A marca japonesa não confirmou a motorização, mas espere um conjunto híbrido plug-in para concorrer com os chineses BYD Song Plus e GWM Haval H6. É provável que a propulsão seja formada pelo conhecido motor 2.5 aspirado a gasolina atrelado a uma ou duas unidades elétricas. Com um motor elétrico e tração dianteira (oferecida pela primeira vez), o novo RAV4 tem 268 cv. Já a versão mais potente, com dois motores elétricos, tem potência de 304 cv – esta deve ser a escolhida para o Brasil. De acordo dados da Toyota, o modelo mais potente vai de 0 a 100 km/h em



SUV vem com estilo mais agressivo e também com mais tecnologia

.....
Fiat prepara novo Fastback e um inédito SUV de 7 lugares

De acordo com a imprensa europeia, a nova geração do Fiat Fastback e um inédito SUV de sete lugares serão as estrelas do estande da marca italiana no Salão do Automóvel de Paris, que acontece em outubro na capital francesa. O Fastback, por sua vez, terá uma pré-estreia em junho, segundo o site Autoblog.it. Os dois novos modelos serão produzidos na platafor-

ma modular Smart Car, a mesma do novo Argo (para os brasileiros) e do Grande Panda (para os europeus), já usada pelos modelos da Citroën por aqui, mas chamada de CMP. A segunda geração do SUV cupê, que deve estreiar ainda este ano na Europa, só chegará às ruas brasileiras em 2027. A Fiat prometeu cinco novidades até 2030 e a de 2026 é justamente a nova geração do Argo. Mais para frente será a vez do modelo de sete ocupantes e da nova Strada.

5,8 segundos. A nova bateria tem 22,7 kWh, ante 18,1 kWh do modelo anterior. Isso permite o aumento da autonomia no modo elétrico de 75 km para perto 150 km, o que o deixa em condições competitivas frente aos rivais chineses. O pack pode ser carregado de 10% a 80% em até 30 minutos em um carregador DC de 50 kW. Se for recarregado em casa ou com carregadores públicos, o processo também é rápido, segundo a Toyota, graças ao novo carregador de 11 kW AC. Nesse modo, são necessárias três horas para recarga total. A plataforma modular TN-GA-K foi aperfeiçoada na nova geração. O comprimento foi de 4,60 metros para 4,69 m, mas o entre-eixos se manteve nos 2,69 m. Já o porta-malas, segundo a Toyota, cresceu para 749 litros. A marca ainda deixou o piso do compartimento mais plano quando os encostos dos bancos traseiros estão rebatidos, para facilitar o transporte de itens mais compridos. Quanto ao design, se o antigo RAV4 já era chamativo, o novo exibe recortes ainda mais pronunciados para se destacar visualmente. A dianteira ostenta capô elevado, faróis em forma de “C” e grade do tipo “bocão”. As laterais também são marcadas por vincos, elementos que se unem ao grande volume dos para-lamas traseiros, que, por sua vez, são integrados até a parte traseira, onde as lanternas horizontais fecham o pacote. A cabine é repleta de novidades, entre elas um novo quadro de instrumentos de 12,3 po-

legadas. A central multimídia de 12,9” trabalha em conjunto com o acionamento por voz de várias funções. **SEGURANÇA.** Em termos de segurança, o sistema Toyota Safety Sense também estreia sua nova geração. O alerta de tráfego cruzado dianteiro permite entrar com maior segurança em um cruzamento ou saída de garagem, por exemplo. Caso haja risco de colisão, a função emite alertas sonoros e visuais para avisar o motorista. Se outro automóvel vier atrás do RAV4 em velocidade elevada, o motorista também é alertado. **Rápido**
Com 2 motores elétricos e 1 a combustão, versão mais potente dispõe de 304 cv e vai de 0 a 100 km/h em 5,8 s
O assistente de mudança de faixa funciona em conjunto com o aviso de ponto cego para permitir manobras mais seguras. Há também controle de cruzeiro adaptativo e frenagem automática, que passou a ser capaz de reconhecer pedestres, ciclistas e motociclistas. **MANOBRAS DO LADO DE FORA.** O motorista pode controlar a manobra por meio do smartphone, do lado de fora do carro. Se o condutor tirar o dedo da tela, o carro para imediatamente. É um recurso visto apenas em automóveis mais caros. Aqueles que desejam fazer o trabalho sozinhos contam com um monitor que mostra uma visão panorâmica mais detalhada. ●



Primeiro BMW Série 3 elétrico, i3 terá 469 cavalos

O novo BMW i3 foi apresentado na quarta-feira passada como o segundo modelo da plataforma Neue Klasse e marca a estreia do primeiro Série 3 totalmente elétrico. O sedã chega na versão i3 50 xDrive, com dois motores elétricos – um em cada eixo – que entregam potência combinada de 469 cv e torque de 65 kgfm. O modelo também inaugura a sexta geração da tecnologia BMW eDrive, além de novos sistemas como o Panoramic iDrive e o chamado “Heart of Joy”, responsável por gerenciar a dinâmica de condução. A produção na Alemanha começa em agosto.

● **MULHER PAGA MAIS.** Levantamento da Creditas Seguros mostra que mulheres estão pagando mais caro pelo seguro de carros. Tomando por base o BYD Dolphin Mini, o modelo elétrico chinês apresentou média de R\$ 3.974,27 para homens e de R\$ 5.834,30 para mulheres. Em apuração recente, o JC mostrou que ainda há pouca explicação prática para a diferença de preço no seguro para homens e mulheres. O desequilíbrio parece mais relacionado à maneira como as seguradoras avaliam riscos do que a aspectos práticos. A pesquisa mostrou que em fevereiro os seguros tiveram alta relevante para ambos os sexos, mas também com índice mais elevado para mulheres. No caso dos homens, a alta foi de 14%, número que sobe para 16% para mulheres. ● **RIO LIDERA.** O estudo considerou cotações em 11 capitais e utilizou os modelos mais vendidos

para os perfis masculino e feminino, ambos com 35 anos de idade e casados. O Rio de Janeiro lidera com folga o ranking dos maiores preços de seguros do País. Na sequência aparecem São Paulo e Salvador, entre os maiores preços. Já as apólices mais baratas foram registradas em Florianópolis, Curitiba e Brasília. ● **NOME E SOBRENOME.** A Volkswagen vai mudar a nomenclatura da sua próxima fornada de carros elétricos da família conhecida como ID. Além repensar o conceito estético, a VW pretende resgatar nomes conhecidos



e consagrados da marca alemã há décadas – e não usar números, como ID.2 e ID.3. Nessa estratégia, o sucessor do ID.4 pode ter o nome Tiguan estampado na traseira e também ter design mais parecido com o modelo a combustão/híbrido – que, a propósito, estreia em breve no Brasil. A fabricante também vai lançar o ID Polo e o ID Cross, opções elétricas do hatch compacto e do T-Cross, respectivamente. ● **CANDIDATO.** O Renault Bridger – conceito que dará origem a um SUV compacto a ser lançado no ano que vem na Índia – pode vir para o Brasil. De acordo com o CEO da marca, Fabrice Cambolive, o Bridger (foto) tem inicialmente foco na Índia. No entanto, em entrevista concedida a jornalistas latino-americanos, o executivo não descartou o mercado brasileiro como um dos que podem receber a versão de produção do SUV compacto.

Esportivos

Lamborghini vende número recorde de carros, mas tarifas frustram resultados

Em 2025, montadora italiana alcançou o volume de 10.747 unidades, mas taxaçaõ de 15% de Trump reduziu o lucro

SASHA ROGELBERG
FORTUNE

Os clientes da Lamborghini continuam comprando seus supercarros – mas as tarifas de importação estão cobrando um preço silencioso nos resultados financeiros.

“Sendo os EUA, de longe, o nosso maior mercado, não pudemos aumentar o preço no mesmo nível em que as tarifas foram elevadas e, ao mesmo tempo, o mercado estava em queda”, disse o CEO Stephan Winkelmann à *Fortune*. “Assim, tivemos menos carros vendidos e com menos margem naqueles carros a serem entregues na segunda metade do ano.”

A fabricante de carros esportivos, que pertence ao Grupo Volkswagen por meio da Audi, divulgou seus resultados anuais de 2025 na quinta-feira passada. A Lamborghini registrou um novo recorde de entregas de 10.747 carros em 2025 e alcançou US\$ 3,7 bilhões (cerca de R\$ 19,5 bilhões) em receita, um aumento de 3,3% em relação ao ano anterior. No entanto, o lucro operacional caiu para US\$ 885 milhões (R\$ 4,67 bilhões), vindo de um recorde de US\$ 962 milhões (R\$ 5 bilhões) em 2024.

Winkelmann observou que a queda nas margens operacionais foi, em parte, resultado das tarifas impostas pelo governo do presidente Donald Trump no início de 2025, o que precipitou um aumento de pre-



LAMBORGHINI/DIVULGAÇÃO

Em 2025, fabricante anunciou aumento de 10% para o Revuelto, abaixo dos 15% de taxaçaõ dos EUA

ços para os carros do segmento premium. A Lamborghini disse no ano passado que aumentaria os preços de seus modelos Temerario e Urus em 7% e do Revuelto em 10%. Winkelmann indicou que a Lamborg-

Resiliente
Para CEO da marca,
economia global, ‘com tudo
isso, não pôde ofuscar o
brilho da Lamborghini’

hini não conseguiria elevar mais os preços, resultando no corte da rentabilidade pelos impostos de importação.

ALTO CUSTO. As tarifas custaram à indústria automobilística quase US\$ 35 bilhões (R\$ 184,7 bilhões) no ano passado, de acordo com uma análise da

Automotive News, com veículos da União Europeia, como os da Lamborghini, atingidos por um imposto de importação de 15%. Para as fabricantes premium, os impostos de importação tiveram diversos efeitos.

Para a Ferrari, as entregas personalizadas ajudaram a compensar o impacto das taxas e as remessas menores de alguns modelos. Em janeiro, a Mercedes relatou uma queda de 19% no crescimento das vendas nos EUA e uma redução trimestral de vendas de 12% em relação ao ano anterior, em parte como resultado das tarifas.

A Lamborghini também viu uma queda no lucro operacional devido a taxas de câmbio negativas e à decisão de se afastar de um Lanzador totalmente elétrico em favor de um modelo híbrido plug-in, disse Winkelmann.

A Lamborghini parece pron-

ta para continuar navegando pelas tarifas. No verão passado (no Hemisfério Norte), o CEO observou que até mesmo os clientes mais ricos da Lamborghini estavam reconsiderando o momento de suas compras devido às tarifas, esperando que os níveis dos impostos de importação se estabilizassem.

“Alguns estão esperando porque querem ter certeza de que este é o número final que será estabelecido”, disse Winkelmann em uma entrevista à CNBC em agosto de 2025.

INTERRUPÇÃO. Winkelmann disse à *Fortune* que a incerteza tarifária interrompeu entre seis a oito semanas as remessas da montadora italiana, mas que foi possível compensar algumas interrupções e cancelamentos de pedidos de clientes que aguardavam na lista de es-

pera da empresa.

Ele esperava entregas mais consistentes neste ano, à medida que as tarifas se estabilizassem. A empresa não foi impactada pelas tarifas impostas sob a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, que foram derrubadas pela Suprema Corte no mês passado, portanto, os impostos de importação permaneceram em cerca de 15%.

Winkelmann disse prever uma “nova normalidade” de clientes sabendo o que esperar das tarifas e se ajustando aos novos preços dos carros.

Os próximos desafios da

Percalços
Além do tarifaço dos EUA,
marca vislumbra
dificuldades com o
conflito no Oriente Médio

Lamborghini serão navegar pela guerra no Irã, com o conflito no Oriente Médio ameaçando o mercado crucial de carros premium na região. De acordo com a GlobalData, os Emirados Árabes Unidos costumam registrar mais de 300 mil vendas de veículos anualmente, com cerca de 20% delas sendo importações premium.

Com uma queda nos mercados dos EUA e da China, e a turbulência no Oriente Médio, Winkelmann disse que a Lamborghini contará com a demanda sustentada em mercados na Europa, bem como no Japão e na Coreia do Sul. “A economia global, com tudo isso, não pôde ofuscar o brilho da Lamborghini.” ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

Ferrari estuda efeitos da aceleração com a Nasa

A Ferrari trabalha para que seu primeiro carro elétrico, o Luce, entregue a experiência de condução típica da marca – mas sem exageros. Para isso, a fabricante italiana contou com a ajuda da Nasa para estudar os efeitos da aceleração em veículos elétricos.

Segundo o CEO da Ferrari, Benedetto Vigna, alguns modelos elétricos aceleram de forma tão intensa que podem causar desconforto nos ocupantes. “Às vezes é demais, por-

que pode perturbar o cérebro”, afirmou, ao explicar que a marca buscou entender qual é o nível ideal de aceleração para não comprometer a experiência ao volante.

A proposta do Luce é equilibrar desempenho e emoção. De acordo com Vigna, a aceleração longitudinal é apenas um dos cinco pilares considerados pela Ferrari. Também entram na conta a aceleração lateral, a frenagem, as trocas de marcha e o som.

Nesse sentido, o modelo terá soluções pouco comuns em elétricos. Um exemplo são as borboletas atrás do volante, que não servirão para ajustar a regeneração de energia, mas sim o nível de entrega de torque.

Outro ponto importante é o som. Em vez de simular o ronco de um motor tradicional, a Ferrari pretende amplificar o ruído real dos motores elétricos, ajustando frequências para torná-lo mais agradável.

O Luce terá autonomia prevista superior a 500 km, o que reforça a proposta de uso mais voltada ao dia a dia, e não exclusivamente à performance extrema. ●

SUV da Xiaomi de 1 mil cv desafia Porsche Cayenne

O Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT) da China vazou detalhes sobre o YU7 GT, versão de alta performance do SUV da Xiaomi.

A marca, notória por seus smartphones e notebooks, trabalha para conquistar um lugar no universo automotivo.

Segundo informações divulgadas pelo site CarNewsChina, o YU7 GT tem dois motores elétricos e tração integral. O propulsor dianteiro entrega 391 cv, enquanto o traseiro ren-

de 612 cv. A potência combinada passa de 1 mil cv e, com isso, o modelo atinge velocidade máxima de 300 km/h. A arquitetura elétrica é de 800 volts, o modelo tem bateria de 101,7 kWh e a autonomia é de 705 km no ciclo chinês.

Em termos de dimensões, são 5 metros de comprimento, 3 m de entre-eixos, 2 m de largura e 1,6 m de altura.

A imprensa europeia coloca o SUV como concorrente do Porsche Cayenne Electric e até mesmo da Ferrari Luce. ●

Moto

Honda CB750 Hornet é naked dócil com motor de 2 cilindros e 69 cavalos

Embora o nome e a cilindrada remetam à ferocidade de 4 cilindros, essa máquina tem temperamento comportado

VINICIUS MONTOIA

A Honda traz de volta um nome conhecido do público brasileiro. A CB750 Hornet 2026 amplia a família iniciada pela CB500 Hornet e passa a ocupar o espaço intermediário da linha, com motor bicilíndrico inédito de 755 cm³, cinco modos de pilotagem e foco declarado em agilidade.

A proposta combina desempenho e eletrônica embarcada com uma ciclística voltada ao uso esportivo. O modelo custa R\$ 53.694 (base São Paulo).

O principal destaque é o motor bicilíndrico de 69,3 cv de potência e 7 kgfm de torque. O conjunto utiliza comando Unicam de oito válvulas, solução já aplicada em modelos de competição e na Africa Twin, além de virabrequim com defasagem de 270°, configuração que privilegia entrega de torque em médias rotações.

A aceleração é gerenciada por acelerador eletrônico. São cinco modos de pilotagem: Sport, Rain, Standard e dois “User” personalizáveis. Há três níveis de controle de tra-

ção, integrado ao controle de empinada, além de ajustes de potência e freio motor.

AMANSADA. Os 69,3 cv do modelo vendido no Brasil ficam bem abaixo dos 90 cv disponíveis no exterior. O motivo é a legislação Promot 5, que estabelece o nível máximo de poluição emitido por motocicletas.

Porém, ao trazer potência e torque para uma faixa mais baixa, dá para ver que o trabalho da Honda surtiu resultado positivo. A partir de 6 mil rpm, o motor ganha fôlego e entrega torque e potência que fazem o piloto pular para trás. A moto empolga, embora não tanto como a Yamaha MT-07, muito mais bruta e que chega até a incomodar em algumas situações.

A Hornet é bem mais dócil e na medida certa para quem ainda não está acostumado com este tipo de motocicleta.

A estrutura é formada por chassi de aço tipo Diamond, com subchassi integrado. Na dianteira, a suspensão é Showa invertida, que proporciona mais controle, além de mais conforto para os braços por absorver melhor impactos provocados por imperfeições do piso.

Atrás, o monoamortecedor trabalha com sistema Pro-Link e ajuste de pré-carga em sete níveis. O conjunto de amortecedores é bastante competente e ajuda a fazer cur-



CAIO MATOS/DIVULGAÇÃO



Assento baixo facilita a condução, e a entrega bem dosada de potência e torque torna o modelo ideal para quem não tem muita experiência com esportivas; painel digital de 5” não tem conectividade com celular

Ficha técnica

● Honda CB750 Hornet

Preço	R\$ 53.694
Motor	2 cil., 755 cm³
Potência (cv)	69,3
Torque máximo (kgfm)	7,04
Câmbio	6 marchas
Freio dianteiro	2 discos
Freio traseiro	Disco simples
Tanque (l)	15,2
Peso (kg)	180

FONTE: HONDA

Prós & contras

- Condução fácil**
A Hornet é dócil e na medida para quem não está acostumado com respostas ariscas.
- Conectividade**
O painel TFT colorido de 5” agrada, mas não há conectividade com celular.

mo comparação, é basicamente a mesma altura de motos como Honda CG e Yamaha Factor. O painel é TFT colorido de 5”, mas não há conectividade com celular.

Pelo conjunto mecânico e preço, ela entra no segmento das naked médias, apostando no equilíbrio entre desempenho, eletrônica e pacote ciclístico que permite que condutores menos experientes encontrem nela mais facilidade de pilotar do que na MT-07. A concorrente da Yamaha, apesar de já vir com painel que permite conexão com celular, custa R\$ 57.990 (sem frete).

Assim, se o motociclista já está acostumado com motos esportivas, a MT-07 é a escolha mais divertida. Para os menos experientes, esta Honda é a melhor porta de entrada, por ser menos arisca. ●

Estradão

Foton lança 5 modelos elétricos para atender ao boom do e-commerce

A Foton expandiu sua oferta de veículos comerciais no País, ratificando a ofensiva das montadoras chinesas no mercado brasileiro. A marca lançou simultaneamente cinco modelos elétricos, entre caminhões e vans.

A estratégia da marca foca no crescimento do e-commerce e na demanda por operações de last mile (última etapa da entrega). Segundo a fabricante, há



FOTON/DIVULGAÇÃO

O eWonder é um caminhão de pequeno porte com capacidade para 1,3 tonelada e autonomia de 189 km (ciclo Inmetro)

um avanço expressivo em contratos logísticos que exigem frota mais limpas, seguindo a agenda ESG (de governança ambiental, social e corporativa).

Chegam às concessionárias o mini truck eWonder, as vans eView Connect, eView Grand e eToano Pro, além da linha de caminhões eAumark nas versões 6T, 9T e 12T. O prazo de entrega pode chegar a quatro meses, segundo a empresa.

O eWonder (R\$ 235.900) é um caminhão de pequeno porte (segmento do Hyundai HR) com capacidade para 1,3 tonelada e autonomia de 189 km (ciclo Inmetro).

Já a eView Connect (R\$ 259.900) é uma van com capaci-

dade para 7,2 m³ e autonomia de 245 km (ciclo WLTP). A eView Grand (R\$ 299.900) é a versão da van com maior alcance (303 km) e espaço de carga ampliado para 7,9 m³.

O eToano Pro (R\$ 449.900) é o maior modelo da linha. Transporta 3,5 toneladas em um compartimento de 12,2 m³ e tem autonomia de 252 km.

A ofensiva da fabricante também inclui a chegada dos caminhões eAumark (6, 9 e 12 toneladas de Peso Bruto Total). No entanto, para esses modelos de maior porte, a empresa ainda não divulgou preços oficiais nem dados de autonomia. ● BRUNO DE OLIVEIRA, ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO